

CAJAZERAS
PI - BRA



Abordagens e desafios: Pesquisas em História do Brasil

Organizadores:

Nilza Maria Ferreira de Sousa

Ada Raquel Teixeira Mourão

Francisco de Assis de Sousa Nascimento



Nilza Maria Ferreira de Sousa
Ada Raquel Teixeira Mourão
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
(Orgs.)

**ABORDAGENS E DESAFIOS:
PESQUISAS EM HISTÓRIA DO BRASIL**



Teresina/PI
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Reitora
Nadir do Nascimento Nogueira

Diretor
Ildemir Ferreira dos Santos

Vice-Reitor
Edmilson Miranda de Moura

Vice-Diretor
Leomá Albuquerque Matos

Superintendente de Comunicação Social
Jacqueline Lima Dourado

Coordenadora do Setor de
Produção do Material Didático
Maria do Socorro de Andrade Oliveira

Diretora da EDUFPI
Olivia Cristina Perez

Supervisora do Setor de
Produção do Material Didático
Mariana Barros Pereira Análise

EDUFPI - Conselho Editorial
Olivia Cristina Perez (presidente)
Cleber Ranieri Ribas de Almeida
Gustavo Fortes Said
Nelson Juliano Cardoso Matos
Nelson Nery Costa
Viriato Campelo
Wilson Seraine da Silva Filho

Capa
Jader Cleiton Damasceno de Oliveira

Projeto gráfico e diagramação
Ione Gonçalves dos Santos

Revisão
Maira Danuse Santos de Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

A154 Abordagens e desafios : pesquisas em História do Brasil /
organizadores, Nilza Maria Ferreira de Sousa, Ada Raquel
Teixeira Mourão, Francisco de Assis de Sousa Nascimento. –
Teresina : EDUFPI, 2025.
346 p.

ISBN nº 978-65-5904-440-5

1. História do Brasil. 2. Cajazeiras. 3. Pesquisa. I. Sousa, Nilza
Maria Ferreira de. II. Mourão, Ada Raquel Teixeira. III. Nascimento,
Francisco de Assis de Sousa.

CDD 981

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353



AUTOR CORPORATIVO
Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



*Este e-book é dedicado à egressa do curso
de Especialização em História do Brasil,
do Polo de Cajazeiras (CEAD/UFPI),
Melissa Freitas (in memorian).*

ORGANIZADORES

Nilza Maria Ferreira de Sousa

Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME. Pós-Graduação em Educação, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos – UFPI. Pós-Graduação em História do Brasil pela Faculdade de Educação Montenegro – FAM. Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora da Rede Municipal de Arraiál-Piauí - Ensino Fundamental anos finais. Tutora presencial e Orientadora de TCC do Curso de Especialização em História do Brasil - UFPI desde abril/2023. Tem interesse em estudos sobre temas voltados para o desenvolvimento de cidades, construção da memória individual e coletiva e identidades contemplando a investigação e produção cultural contemporânea na preservação do passado histórico, cultural e social buscando compreensão sobre as concepções acerca do valor da memória para o entendimento da História, suas novas perspectivas e como elemento crucial para a construção da identidade, individual e coletiva.

Ada Raquel Teixeira Mourão

Doutora em Psicologia Ambiental pela Universidade de Barcelona na Espanha - UB. Mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Pesquisadora do Laboratório de Estudos das Relações Humano-ambientais do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza - LERHA-UNIFOR. Atua como investigadora na área de Psicologia Ambiental e estudos urbanos, principalmente em temas relacionados a Espaço Público, Subjetividade, Identidade de Lugar e Cidade como espaço educativo.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pós-doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. Coordenador dos Programas *Stricto Sensu* da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - UFPI (2021-2024). Líder do Grupo de Pesquisa: História Política: Cultura e Arte. Coordenador do Museu Virtual de História do Piauí. Orientador de PIBIC, PIBIT e ICV na Universidade Federal do Piauí.



SUMÁRIO

12 APRESENTAÇÃO

Nilza Maria Ferreira de Sousa

Ada Raquel Teixeira Mourão

Jayra Barros Medeiros

14 Capítulo 01. Universidades Federais e os Planos de Desenvolvimento Institucional no Nordeste Brasileiro (2004-2023)

Carlos Daniel Alves Leal

Nilza Maria Ferreira de Sousa

43 Capítulo 02. O Ensino da História do Brasil: Um Novo Olhar Sobre Novas Metodologias e Públicos (2018-2024)

Gilberto da Silva Vieira

Jayra Barros Medeiros

65 Capítulo 03. Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas para a transformação do Brasil

Antonio Anderson Paz de Araújo

Jayra Barros Medeiros

88 Capítulo 04. As crianças do século XXI: influência das mídias na formação infantil

Evangelista de Souza Martins

Nilza Maria Ferreira de Sousa

117 Capítulo 05. OS SUBVERSIVOS E A DITADURA: uma análise da resistência da Igreja Católica durante a Ditadura Civil-Militar (1966 - 1985) no Maranhão

Ionayra Pinto Lima Moreira

Nilza Maria Ferreira de Sousa

148 Capítulo 06. A violência contra a população LGBTQIAPN+ nos relatórios do Grupo Gay da Bahia e as políticas públicas para esse segmento social no governo Bolsonaro (2019-2022))

Melissa Freitas Dias

Jayra Barros Medeiros

180

Capítulo 07. Os discursos de ódio à fé do outro: os ataques aos terreiros de religiões de matriz africana durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022)

Cassia Maria Sousa Batista

Nilza Maria Ferreira de Sousa

Ada Raquel Teixeira Mourão

203

Capítulo 08. “Pode a subalterna falar?” A história oral nos contextos de silenciamentos e marginalização

Stephanie Silva Catarino

Jayra Barros Medeiros

234

Capítulo 09. Tela Em Branco: a [falta De] Representação de Pessoas Negras no Cinema Novo (1960 – 1968)

Chrigor Augusto Liberio

Nilza Maria Ferreira de Souza

264

Capítulo 10. A Vossa Santidade: a Manutenção da Ortodoxia nas Invasões Holandesas

João Guilherme Veloso Andrade dos Santos

Nilza Maria Ferreira de Sousa

294

Capítulo 11. Rezadeiras de Oeiras Piauí: religiosidade, sincretismo e memória (1950 a 2023)

Aldair Holanda de Sousa

Jayra Barros Medeiros

Ada Raquel Teixeira Mourão

321

Capítulo 12. A grande seca em Oeiras e no Piauí através das páginas do periódico A Imprensa (1877-1880)

João Paulo Marinho da Rocha

Jayra Barros Medeiros

Ada Raquel Teixeira Mourão

RESUMO

Este Simpósio Temático, intitulado “Abordagens e desafios: Pesquisas em História do Brasil”, tem como proposta apresentar estudos e abordagens sobre política, cultura e educação, a partir de análises e discussões realizadas acerca de temas diversificados da História do Brasil. Diante dos trabalhos elaborados, entendemos que as contribuições trarão significativos avanços para a academia e para a sociedade em geral, englobando pesquisas vinculadas a diferentes áreas do conhecimento histórico.

APRESENTAÇÃO

Nilza Maria Ferreira de Sousa

Ada Raquel Teixeira Mourão

Jayra Barros Medeiros

O Polo da cidade de Cajazeiras do Piauí, representado por seus coordenadores, professores formadores e professores tutores, manifesta seu profundo agradecimento ao Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI), presente no município. Sentimo-nos honrados com o excelente trabalho desenvolvido e com os resultados alcançados ao longo do curso de Especialização em História do Brasil, os quais culminaram na produção e publicação do e-book intitulado *Abordagens e desafios: Pesquisas em História do Brasil*, que reúne trabalhos produzidos por discentes e seus respectivos docentes orientadores, no âmbito da modalidade de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Trata-se de uma obra impregnada de significado e relevância, que certamente contribuirá para os estudos da História do Brasil no campo educacional. É imprescindível ressaltar o compromisso e a dedicação que nossos alunos demonstraram perante esse desafio, assumindo a responsabilidade de colaborar para a concretização desta produção.

Estende-se nosso reconhecimento à UFPI que, por meio da oferta de um ensino gratuito, democrático e de qualidade excepcional, visa à qualificação profissional dos estudantes e, desse modo, contribui para

o desenvolvimento educacional em âmbito local, regional e nacional. Dirigimos nossa saudação ao coordenador do curso, Francisco de Assis do Nascimento, agradecendo por nos conduzir nessa missão com entusiasmo e dedicação. Destacamos sua postura firme e liderança, que sempre nos fortaleceram ao longo dessa jornada.

É também relevante assinalar que a produção voltada à publicação conta com o apoio da CAPES, por meio de seus servidores e técnicos, que colaboraram decisivamente para a materialização deste êxito.

A organização do e-book consolida conhecimentos e reflexões, com o objetivo de fomentar discussões e debates no campo da História e suas múltiplas áreas. Todo o processo de estudos, pesquisas e produções aqui envolvido possibilitará a construção de novos trabalhos que, sem dúvida, integrarão os debates contemporâneos sobre a historiografia brasileira.

Nesta obra, encontram-se reunidos diferentes temas, tratados por meio de abordagens originais e significativas, pertinentes ao conhecimento e aos aspectos da escrita na construção do saber historiográfico, estimulando, assim, o interesse contínuo pela pesquisa.

CAPÍTULO 01

UNIVERSIDADES FEDERAIS E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NO NORDESTE BRASILEIRO (2004-2023)

Carlos Daniel Alves Leal¹

Nilza Maria Ferreira de Sousa²

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em ciências humanas e sociais aplicadas e o mundo do trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Graduado em História do Brasil pela UFPI. Especialista em Docência do Ensino Religioso pela Faculdade FaSouza. E-mail: danielletal0599@gmail.com

² Graduada em História pela UESPI. Especialista em História do Brasil (FAEME), Tutora no Curso de Especialização em História do Brasil- CEAD/EAD. e-mail: nilza4775@gmail.com.



INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XXI foram marcadas, na História brasileira, entre outras coisas, por um o processo rápido e diverso de expansão das universidades em todo o País. O Nordeste, Região na qual se concentra este estudo, foi inserido nesse processo. Neste artigo, buscou-se problematizar historicamente a missão³ institucional das Universidades Federais da Região Nordeste, por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) produzidos no período de 2004 a 2023⁴.

A Região Nordeste do Brasil é composta por nove estados, dentro dos quais há, oficialmente, 20 universidades federais, quais sejam: na Bahia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); em Sergipe, Universidade Federal de Sergipe (UFS); no Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); no Piauí, Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPar), Universidade Federal do Piauí (UFPI); em Pernambuco, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

³ A missão institucional é uma parte obrigatória do documento do PDI, localizado no perfil institucional, com a finalidade de mostrar a principal tarefa das universidades, a ser desenvolvida em determinado período.

⁴ “O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento que fornece informações relevantes sobre as instituições de ensino superior. Essas informações revelam a identidade das universidades e expressam metas e ações visando à qualidade de ensino” (Baú dal Magro; Buzzi-Rusch, 2012, p. 427).

(UFAPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); no Ceará, Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); no Maranhão, Universidade Federal do Maranhão (UFMA); na Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB); em Alagoas, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Esse contingente de universidades faz do Nordeste, juntamente com o Sudeste, a Região com o maior número de universidades federais.

Tradicionalmente, a Região Nordeste é vista como espaço de pobreza, de atraso e de seca. Entretanto, conta-se com um conjunto importante de instituições que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996⁵ tem por objetivo o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico. A aparente contradição entre um imaginário preconceituoso e a efetiva presença de um aparato de pesquisa, de ensino e de extensão universitária despertou a curiosidade histórica visando a compreender essa relação.

Os PDIs têm duração média de cinco anos. Dessa forma, esse recorte permite analisar alguns PDIs ainda em vigência. Tais documentos se disseminaram a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004⁶. Por meio desse mecanismo institucional, buscou-se centralizar e organizar de maneira mais sólida o processo de avaliação das universidades, inclusive as federais.

5 BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

6 Lei que institui o SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.html. Acesso em: 17 dez. 2023.

Assim, instituições de ensino universitário, tanto públicas quanto privadas, foram compelidas a criar essa documentação, gerando um material profícuo e rico em possibilidades de análise. Esses documentos possuem características específicas, sendo que o Governo Federal, por força do art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006⁷, regulamentou a estrutura, o formato e a organização dos PDIs. Esse decreto apresenta o PDI da seguinte forma:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006).

Desde então constituiu-se como elemento básico para as avaliações das universidades brasileiras. Isso posto, percebe-se que esse documento – dentro das limitações que esse tipo de produção tem – consiste em uma importante ferramenta de publicização da forma como as universidades pensam e, principalmente, como essas instituições se apresentam para a sociedade.

Apesar da presença de estudos que tomam a universidade como espaço e objeto de preocupação, essa área é ainda pouco explorada na Historiografia, especialmente no que tange à preocupação de compreender como essas instituições se articulam e pensam suas missões institucionais.

Dessa forma, este artigo buscou contribuir para essa discussão, ao articular a análise das missões institucionais com o contexto

⁷ Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

histórico, no qual as universidades federais se inserem. Nesse sentido, procurou-se articular a compreensão das universidades com base em suas próprias preocupações, em alguma medida expressa nas missões dos PDIs, entendendo-as como elementos de uma historicidade mais ampla que atualiza e produz temporalidades múltiplas, existentes no tempo presente.

Tendo em vista a dimensão do material, a problemática proposta e os limites necessários para o estabelecimento de recortes no campo da História, optou-se por analisar apenas determinado elemento do material – neste caso, as missões institucionais, o mais profícuo para a problematização da concepção de universidade, dentre os dez eixos temáticos.

Os demais eixos carregam consigo características mais descritivas e menos problematizadoras da imagem que a universidade faz de si mesma. Eixos como *Perfil do corpo docente*, *Organização administrativa da IES*, *Infraestrutura*, entre outros, certamente têm valor na análise das universidades. Entretanto, tendo em vista o objetivo de apreender e problematizar concepções de universidade produzidas nos PDIs, concebe-se que suas possibilidades heurísticas são limitadas, quando comparadas ao eixo que se propõe a analisar. Dessa forma, preferiu-se recortar o eixo supracitado, priorizando maior profundidade na análise da autoimagem que as universidades constroem de si, para si e para a sociedade da Região Nordeste.

A Tabela 1 traz um panorama de porcentagem e do números de missões institucionais presentes nos PDIs das Universidades Federais brasileiras – produzidas entre os anos de 2004 e 2019, por Reisdorfer (2021).

Tabela 1 – Percentual de presença do eixo missão institucional nos PDIs (2004-2019)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Incidência	11 (91,6%)	14 (93,3%)	19 (95%)	21 (95,5%)	24 (92,3%)	29 (90,6%)
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Incidência	36 (92,3%)	36 (85,7%)	42 (89,3%)	46 (92%)	51 (94,4%)	53 (96,3%)
Ano	2016	2017	2018	2019		
Incidência	58 (98,3%)	55 (98,2%)	53 (96,3%)	55 (98,2%)		

Fonte: Reisdorfer (2021).

Observa-se, por exemplo, que, entre os anos 2004 e 2019, houve aumento significativo de missões presentes nos PDIs. Mesmo com a Lei 10.861/2004, mencionada anteriormente, nota-se, pelos dados, que existe uma discrepância entre os números de PDIs produzidos e o número de missões presentes nesses documentos. O referido autor explica tal situação:

Mesmo a legislação demandando a apresentação dessa informação nos documentos, isso não ocorre em diversos casos. Vemos por estes dados que a apresentação das missões institucionais superou os 90% dos PDIs, com a exceção dos anos de 2011 e 2012. A variação de porcentagem ano a ano é explicada, novamente, pela produção de novos PDIs pelas instituições, não havendo padronização no momento da emissão, bem como, pelo fato já apontado anteriormente de que algumas UFs não mantêm a continuidade de seus PDIs, tendo intervalo de um ou mais anos entre o fim de um e a publicação dos novos planos (Reisdorfer, 2021, p. 56-57).

Então, com base nos dados apresentados, este artigo permitiu uma visão privilegiada das universidades e dos discursos públicos delas. Assim, é possível pensar nas relações constituídas entre as funções, as missões institucionais e o contexto sócio-histórico, no qual se inserem.

Para uma visualização e organização mais acuradas das informações, organizou-se didaticamente este texto em alguns momentos importantes. Em primeiro lugar, busca-se refletir, ancorados nos referenciais teóricos, sobre as discussões em torno da universidade no campo de estudo da história do tempo presente. Para isso, foi necessário articular historicamente essas instituições para pensar suas diferentes concepções na temporalidade. Logo em seguida, procura-se expor as análises metodológicas produzidas nas missões institucionais da UFs com base na análise de conteúdo de Moraes (1999) e nas contribuições de Bardin (1977).

Parte-se então para as discussões e a análise das missões, por meio das quais foi possível perceber, o que Magalhães (2006) denomina de *crise de identidade*, que as missões apresentam teorias de conhecimento estruturantes, como também uma adaptação ao longo da publicação de suas missões. Por fim, tenciona-se compreender o debate em torno dos PDIs das universidades federais da região nordeste brasileiro.

AS UNIVERSIDADES COMO OBJETO DE PESQUISA NA HISTÓRIA

A discussão sobre universidades é complexa e pode apoiar-se em uma ampla gama de referenciais teóricos. Em diversos campos, mas, em especial no campo da educação, atina-se para uma produção

rica. No presente caso, por se tratar de uma pesquisa em História, apoiada nas discussões da chamada história do tempo presente, as contribuições têm sido menos prolíficas.

No âmbito da historiografia, os trabalhos sobre as universidades têm-se limitado a pensar as relações dessas instituições com eventos históricos mais amplos. Nessa perspectiva tem-se, por exemplo, o trabalho de Motta (2014), *As universidades e o regime militar*, enfatizando o processo de transformações pelas quais passaram as universidades no período do regime militar. Já pensando nas universidades como objeto em si, recorre-se à obra do professor de História da Educação, Luiz Antônio Cunha (2007), em três livros: *A Universidade Temporã*, *A universidade crítica* e *A universidade reformada*. Escritos na década de 1970 e 1980 aludem a uma análise da história das universidades e do ensino superior no Brasil desde o Período Colonial. Outra temática que tem sido importante é a preocupação com a história dos movimentos estudantis. Nessa discussão, inúmeros trabalhos foram produzidos, em especial, sobre o período do regime militar.

Junto ao desenvolvimento e ampliação do sistema universitário brasileiro, produziu-se, historicamente, uma importante bibliografia e um conjunto de teorias que subsidiaram e disputaram esse processo. Nesse sentido, contribuíram intelectuais que tiveram impactos diretos na organização dessas instituições, a exemplo de Anísio Teixeira, organizador da Universidade do Distrito Federal (UDF) (1935-1939), e da Universidade de Brasília, em 1962; Darcy Ribeiro, que trabalhou junto com Teixeira no projeto da UnB, na qual aquele foi reitor; Cristovam Buarque, também ex-reitor da UnB, deu importantes contribuições para esse debate.

Já nos anos 2000, destaca-se o trabalho intelectual e administrativo de Santos e Almeida Filho (2008) que, em parceria com o sociólogo português, Boaventura de Souza Santos, colaborou na elaboração de referenciais teóricos e, posteriormente, na implementação do Reuni⁸.

Ademais, o trabalho de Magalhães (2006), que contribuiu com discussão em torno da(s) identidade(s) do ensino superior. Nesse caso, compreende-se que a identidade é a forma como os sistemas de ensino superior se apresentam para si e para a sociedade em questão. Magalhães (2006) trabalha essa questão sob a perspectiva das grandes narrativas da modernidade, uma vez que

à medida que se foi caminhando para além da modernidade, foram-se instalando dúvidas acerca daquilo que é considerado conhecimento, ou mesmo ciência, dúvidas essas que têm grande impacto no ensino superior, que foi assim redefinindo os seus papéis sociais e as suas missões institucionais. Simultaneamente, o ensino superior foi também sociologicamente erodido, e as respostas às perguntas ‘quem é que é formado no ensino superior? Como formar? E para quê? aumentam a complexidade e a heterogeneidade dos discursos (narrativas) sobre o ensino superior (Magalhães, 2006, p. 31).

Nessa perspectiva, tal heterogeneidade dos discursos estará presente nas missões institucionais e impactará diretamente a forma como essas universidades se identificam e, conseqüentemente, a concepção delas.

Observando essa questão, este estudo faz parte do campo da história do tempo presente, que está associado ao Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado por volta dos anos de 1978-1981, com o objetivo de trabalhar com um passado próximo e com a história contemporânea. Compartilhando uma compreensão de que os

⁸ Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

sujeitos participam, com outros indivíduos, da troca das experiências nos eventos históricos, a história do tempo presente ensinaria novas preocupações e novas abordagens, além da possibilidade de lidar com novas temáticas e novas fontes historiográficas.

Os estudos sobre as universidades encaixam-se nesse panorama. Ao abordar essa temática, faz-se necessário compreender toda a trajetória histórica pela qual elas passaram e ainda passam, colocando em jogo a problemática sobre sua identidade institucional. Para Santos e Almeida Filho (2008) a universidade foi construída historicamente: ela não nasceu pronta e acabada. Por oportuno, percebe-se, ao olhar as histórias das universidades, essa transformação diacrônica em diálogo com o tempo histórico.

As primeiras universidades foram fundadas a partir do século XI, no medievo. Essas instituições de ensino, para Santos e Almeida Filho (2008), tinham como objetivo central a ampliação da cultura teológica cristã nos monastérios, em uma sociedade feudal em transição, tendo como base as fontes sagradas para a difusão do conhecimento naquele período.

No século XIX, mais precisamente em 1810, foi construída, na Alemanha, uma nova forma de universidade, com características próprias para a construção do conhecimento. Surgia nesse contexto, um novo paradigma de universidade, conhecida como modelo da universidade Humboldt, criado por Guillermo Humboldt⁹, que destaca a importância da pesquisa como função primordial da universidade, ao lado do ensino, concebendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação como característica essencial da universidade. Nessa concepção, a “universidade é lugar do ensino, do saber universal. Implica que seu objeto seja a difusão e extensão do saber antes que o seu avanço” (Boaventura, 1978, p. 06).

⁹ O filósofo Guillermo Humboldt foi o fundador da Universidade de Berlim, na Alemanha. Um dos importantes contribuidores para pensar a pesquisa nas universidades.

Diante dessa lógica, evidencia-se que a principal característica seria desenvolver uma perspectiva idealista de universidade, voltada para o desenvolvimento da intelectualidade, dando prioridade para a pesquisa científica, com o objetivo de buscar a verdade. Diferentemente de qualquer instituição já criada, esse modelo busca ainda, autonomia em relação ao Estado, preocupando-se com a liberdade acadêmica.

Também na França, vislumbra-se um modelo conhecido como napoleônico, que foi significativo tanto para a França quanto para o restante do mundo, desenvolvendo uma nova forma para a transmissão do saber. Com características singulares, mas que permitiram olhar a universidade além de uma perspectiva religiosa, como era no medievo, esse modelo “sugere que todo tipo de universidade é um reflexo do sistema de valores da sociedade global e que a universidade, ela mesma, é o instrumento da sociedade [...] e marcada pelo Estado” (Boaventura, 1978, p. 13).

Nesse caso, pode-se ressaltar que a principal característica estaria apoiada em perspectivas funcionalistas, ou seja, criar uma instituição para formação profissional e para as demandas socioeconômicas, capazes de atender aos interesses do Estado.

Nos Estados Unidos, também se desenvolveu um paradigma conhecido como americano, durante a colonização daquele País, nos séculos XVII e XVIII, por grupos religiosos. Para Souza *et al.* (2013), os norte-americanos pretendiam manter os valores da cultura religiosa protestante no interior das universidades, além de dedicar-se às elites locais, sendo reconfigurado com o tempo, adquirindo semelhanças com outros modelos, como o de Humboldt, o que significa que alguns postulados do modelo da Universidade de Berlin foram incorporados ao modelo americano.

A esse modelo, a partir do século XIX, são agregados novos elementos, tendo como nuance a ligação da universidade com a comunidade com concepções “flexíveis” para atender à demanda da sociedade. Essa concepção favoreceu que desenvolvesse, na universidade, a vinculação com a sociedade, sendo importante para a consolidação da extensão universitária, com o famoso tripé da universidade que se conhece hoje: pesquisa – ensino – extensão.

Ao avaliar um pouco dessas concepções de universidade pelo mundo, surge uma inquietação em relação às universidades no Brasil, especificamente as federais. No Brasil, a história das universidades é recente se comparada com o restante do mundo e com a América Latina. A criação da primeira universidade só foi realizada em 1920, na Universidade do Rio de Janeiro (URJ), como resultado da reunião de escolas já existentes. Nessa universidade, de acordo com Ésther (2015), o principal objetivo era a formação de mão de obra qualificada para atuação no mercado de trabalho.

Percebe-se que, nessa lógica, tal tipo de ensino, “voltado para as profissões”, estava associado ao modelo napoleônico instaurado e relacionado ao “cenário industrial capitalista que começava a se fazer sentir naquele momento” (Ésther, 2015, p.199). Atesta-se que esse período necessitava de profissionais para transformar o cenário industrial emergente, daí porque a recém-inaugurada universidade tinha a “obrigação” de resolver tal problema.

A Universidade de Brasília (UnB), criada em 1962, permitiu ver a universidade com outros olhares. Por sinal, Ésther (2015) dialoga com os trabalhos de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira, evidenciando que a UnB é considerada a primeira universidade, pois não foi constituída por meio de escolas e de faculdades isoladas. A UnB é considerada, pois, um divisor de águas na história das universidades,

tendo em vista um novo processo de aprendizagem, além de sua organização institucional. Assim, caracteriza-se,

paradoxalmente, de um lado, pela defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e de outro, por uma concepção gerencial articulada ao seu alto potencial de arrecadação e geração de recursos próprios, o que a distingue no conjunto das universidades federais (Oliveira; Dourado; Mendonça, 2011, p. 114).

Com esses objetivos destacados sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UnB busca romper as velhas formas de aprendizagem, principalmente com a incorporação – ligada ao ramo da pesquisa – de traços do modelo Humboldt. Para Darcy Ribeiro (1995, p. 173), “as universidades são instituições históricas surgidas em todas as civilizações com certo grau de desenvolvimento, para atender exigências específicas de sua sobrevivência e de seu progresso”. Essa exigência específica das universidades, em especial da UnB, seria resolvida a partir da visão do modelo idealista Humboldt.

Ao visualizar esses dois grandes exemplos de universidades do Brasil (UnB e URJ), verifica-se que suas missões estavam voltadas para modelos de universidades já existentes. Tomando como base essas discussões e esses modelos, retoma-se o foco central desta pesquisa para problematizar a concepção das universidades federais nordestinas.

Algumas etapas foram necessárias para a realização desta investigação, sobrelevando-se as seguintes etapas: na primeira busca-se o levantamento e a sistematização das fontes analisadas – no caso, os PDIs –, de fácil acesso e localização, uma vez que estavam disponíveis para download nos sites oficiais das instituições; na segunda etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico de

suma importância para esta pesquisa, pois nela sistematizaram-se bibliografias a respeito da história das universidades e da história do tempo presente. Essas bibliografias foram fundamentais para conhecer as narrativas históricas existentes nesse campo de estudos e relacioná-las com as missões institucionais dos PDIs. Assim, estes foram compilados e, em seguida, construiu-se um acervo documental para pensar as universidades federais do Nordeste, o que permitiu maior agilidade para pesquisas futuras utilizando tais fontes.

Na terceira etapa, buscou-se um aprofundamento nas leituras tanto com os aportes teóricos e historiográficos quanto das fontes coletadas. A partir da quarta etapa, a produção de leituras e de análises das fontes foi recorrente, a fim de pensar a problemática deste artigo.

Na última etapa utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo de Moraes (1999) e Bardin (1977), os quais contribuíram de forma significativa para a materialização do conteúdo analisado.

Segundo Moraes (1999, p. 2), a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e de textos.

Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais.

Essa metodologia de análise de conteúdo foi empregada na forma como problematizaram-se as fontes – no caso as missões dos PDIs. Por meio dessa metodologia, almejou-se uma (re)interpretação das narrativas dos documentos oficiais, com a finalidade de

compreender e analisar historicamente a problemática central desta pesquisa. Sobre essa questão, Moraes (1999) traz alguns passos para compreender esses significados, dentre eles: preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; categorização das unidades; descrição; e interpretação.

Esses cinco passos foram consideráveis para que se chegasse ao resultado desejado. No primeiro passo, selecionaram-se as principais informações que as fontes forneciam; e, com base nisso, no passo seguinte, essas informações do conteúdo da fonte foram transformadas em unidades, sendo elas: teorias; conhecimento; tripé legal; social; contribuição; formação; e referencial. No terceiro item, essas unidades foram transformadas em categorias. Cada unidade permitiu desdobramentos em várias categorias singulares de acordo com as unidades representadas. A primeira unidade foi transformada em quatro categorias; a segunda em sete; a terceira em três; a quarta em cinco; a quinta em cinco; a sexta e a sétima em três. Para melhor materializar o que foi abordado anteriormente, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias por unidades temáticas

UNIDADES		CATEGORIAS					
		1	2	3	4	5	6
1	Teorias	Humboldt	Napoleônico	Americano	Adaptabilidade		
2	Conhecimento	Somente Humboldt	Humboldt napoleônico	Humboldt americano	Humboldt adaptabilidade	Humboldt napoleônico americano	Humboldt napoleônico adaptabilidade
3	Tripé	Ensino; pesquisa e extensão	Gestão	Inovação			
4	Social	Justiça social	Democracia	Cultura	Cidadania	Ética	
5	Contribuição	Regional/ local	Nacional	Internacional	Sustentável	Econômico	
6	Formação	Profissional	Cidadã	Sujeitos			
7	Referencial	Científico	Tecnológico	Humanista			

Fonte: elaborado pelo autor com base em informações retiradas das Missões Institucionais dos PDIs (2004 a 2023).

Essas informações remetem à maneira como se analisou o conteúdo das missões institucionais, de modo que é possível observar as categorias e as subcategorias criadas por meio dessas missões. A primeira delas, *Teorias*, diz respeito aos modelos de concepção de universidade encontradas, ou seja, Humboldt, Napoleônico, Americano e adaptabilidade. A segunda categoria, *Conhecimento*, refere-se ao tipo de conhecimento que é projetado para se desenvolver no âmbito das UFs, ligados aos modelos de concepções das universidades no mundo. A terceira categoria, *Tripé*, refere-se aos três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Foi adicionado também *Gestão e Inovação*, que modifica a narrativa da identidade das UFs.

A quarta categoria, *Social*, faz menção ao aspecto da contribuição que as UFs têm diante da sociedade. No caso em promover a justiça social, a democracia, a cultura, a cidadania e a ética, vendo que essas atribuições são ligações entre o indivíduo e a comunidade, constituindo uma adequação de “determinado bem [...] diz respeito à *práxis*, à ação humana” (Barzotto, 2003, p. 6).

Na quinta categoria, *Contribuição*, menciona-se o fato de que as UFs apresentam alguma contribuição para o desenvolvimento, seja na ampliação de sua atuação na região/no País/no mundo, ou no desenvolvimento sustentável e econômico. Esse aspecto do desenvolvimento reflete como as universidades federais se comportam em relação às necessidades do meio social, observando que suas articulações extrarregionais são fundamentais para a dinâmica do desenvolvimento.

Na sexta categoria, *Formação*, vê-se a finalidade da formação dos egressos, o que reflete diretamente o modelo que as universidades federais do Nordeste pretendem alcançar, uma formação profissional, cidadã e de sujeitos. Tais formações que as universidades federais

pretendem atingir são carregadas de uma intencionalidade, seja para contribuir com o desenvolvimento da região ou da nação.

A sétima categoria, *Referencial*, direciona-se ao que as universidades federais pretendem ser, com os conhecimentos envolvidos, ou seja, ser uma referência científica, tecnológica, além de um referencial humanista. Esses referenciais estão igualmente conectados com os tipos de conhecimentos que essas instituições produzem.

Baseado nessa forma de codificação das narrativas e juntamente com a leitura bibliográfica, faz-se a descrição e a interpretação dos dados coletados. Analisaram-se, portanto, as missões das universidades federais do Nordeste constantes nos PDIs.

Contando com vinte instituições pesquisadas e com cinquenta missões institucionais, depreendeu-se que essas universidades ainda não apresentam apenas uma única concepção de universidade no período analisado. Por meio da metodologia da análise de conteúdo (Moraes, 1999; Bardin, 1977), juntamente com o levantamento e as análises bibliográficas, observou-se que as universidades apresentam o que se denomina de *crise de identidade*.

Magalhães (2006, p. 15) discute e problematiza tal questão, identifica que é preciso olhar com mais sensibilidade as narrativas dos documentos oficiais – no presente caso as missões dos PDIs:

O ensino universitário, ensino terciário, o ensino pós-secundário, a educação politécnica/vocacionalizante, educação fundada na investigação etc.[...]. Estamos a lidar com uma crise no que diz respeito à forma como entendemos a educação superior.

Percebe-se que essa crise de identidade apresentada por Magalhães (2006) reflete-se, intrinsecamente, nas universidades federais do Nordeste. Ao direcionar o olhar para as missões, notam-se

múltiplas facetas daquilo que chamamos de concepção. Com a análise de conteúdo, observam-se alguns aspectos importantes no que se refere à função e à concepção de universidade na Região Nordeste.

Identificaram-se quatro teorias de conhecimento sendo elas: Humboldt; Napoleônico; Americana; e adaptabilidade. Grande parte delas tem aspectos ligados ao modelo Humboldt, mas nas missões, é possível verificar uma hibridização em uma mesma missão, ou seja, uma mescla de concepções já conhecidas mais com características novas.

Nelas foi possível perceber as seguintes organizações: somente Humboldt; Humboldt napoleônico; Humboldt americano; Humboldt e adaptação; Humboldt, napoleônico e americano; Humboldt, napoleônico e adaptação; e Humboldt, napoleônico, americano e adaptação. Atina-se que não foram encontradas as seguintes categorias: somente napoleônico; somente americana; e somente adaptação.

Por exemplo, a missão da Universidade Federal da Paraíba, em seu PDI (2009-2012):

Integrada à sociedade, promover o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atrelados ao desenvolvimento sustentável e ampliando o exercício da cidadania” (UFPB, 2009-2012, grifo nosso).

Nessa missão, nota-se a ocorrência das seguintes subcategorias: Humboldt, napoleônico, americano e adaptação. Por meio da análise do conteúdo, vê-se que nessa missão há uma hibridização das teorias.

Para chegar a tal conclusão, concebe-se que houve uma ocorrência da integração da sociedade (americano); do progresso científico e tecnológico (Humboldt); do desenvolvimento econômico ligado ao

desenvolvimento da nação (napoleônico); e da universidade ligada com a preocupação ambiental – no caso desenvolvimento sustentável junto com a cidadania (da adaptabilidade).

Para Magalhães (2006, p. 13),

esta situação requer um esforço de refletividade que, ao mesmo tempo em que recusa a procura essencialista de uma ‘ideia’ de ensino superior, enfatiza a necessidade de promover uma perspectiva de educação que não sobre ao pobre paradigma da adaptabilidade, segundo o qual o critério de utilidade de uma dada instituição é diretamente proporcional à sua capacidade de sobreviver às mudanças operadas no seu ambiente organizacional.

Esse exemplo da UFPB reforça a maneira como foram construídas as demais análises das missões, ou seja, tanto com conceitos historicamente estruturados, quanto com modelos de concepções mais recentes na história do tempo presente, como foi o caso do paradigma da adaptabilidade.

Ficou visível que a grande parte das universidades apresenta o tripé ensino – pesquisa – extensão, de caráter obrigatório de acordo com o art. 207 da Constituição Federal. Nas missões, foi possível analisar que três universidades apresentam duas categorias adicionais (Gestão, na Universidade Federal de Pernambuco no PDI de 2009-2013; e *Inovação*, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no PDI de 2013-2020; além da Universidade Federal do Vale do São Francisco, no PDI de 2016-2025).

Por exemplo, na Universidade Federal do Vale do São Francisco no PDI de 2016-2025, há essa preocupação com a inovação: “ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento, na sua região de

atuação e em consonância com as demandas de interesse público” (Univasf, 2016-2025).

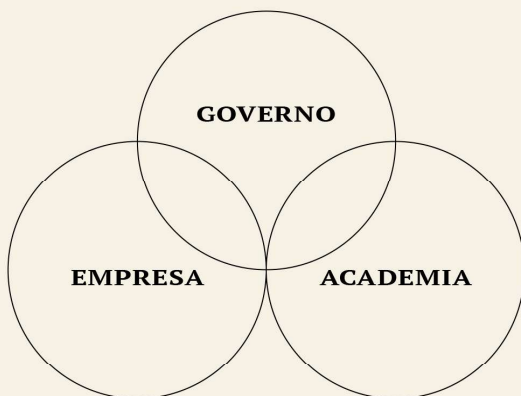
Enquanto a Universidade Federal do Pernambuco no PDI de 2009-2013, verifica-se sobre a gestão: “promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão” (UFPE, 2009-2013). E implementar, com os termos *Inovação e Gestão*, significa que são vistas como *Universidade empreendedora*.

Trata-se de um conceito que traz profundas transformações aos termos de ciências e tecnologia:

O conceito de Universidade Empreendedora emerge como uma resposta às novas demandas da sociedade. Mas este conceito é ainda muito controverso no meio acadêmico, apresenta grandes desafios e envolve uma série de outros conceitos relevantes associados, tais como inovação, criatividade e risco (Audy, 2011, p. 265).

Ao utilizar o termo universidade empreendedora, três categorias fundamentais são necessárias para essa abordagem: a universidade, para identificar as demandas de que as sociedades necessitam; as empresas, locais onde a inovação ocorre; e o governo, como facilitador do processo. Portanto, inovação e gestão estão associadas à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A Figura 1 ilustra o modelo da Universidade-Empresa-Governo (UEG):

Figura 1 – Modelo tripla hélice da relação U-E-G



Fonte: Audy (2011).

É necessário observar que o modelo da UEG altera a *performance* das universidades em questão. Para Magalhães (2006), essas instituições são fruto de um discurso decorrente da pós-modernidade, em que as pluralizações dos discursos são fortemente fragmentadas e a nova identidade se dilui no culto da narrativa de eficiência de mercado na busca para atender às demandas da sociedade e dos setores empresariais.

Outras características encontradas foram nas categorias *contribuição*, social e referencial (Quadro 1), as quais permitem observar que as universidades federais do Nordeste dialogam muito com as perspectivas contemporâneas, embora tenham foco maior no desenvolvimento regional, principalmente. Como estratégias, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão, procuram ajustar-se com as necessidades do meio, ou seja, o paradigma da adaptabilidade proposta por Magalhães (2006) visto anteriormente.

É o que se nota, por exemplo, quando abarca o desenvolvimento sustentável no PDI da UFRPE, em sua missão de 2006-2010:

A UFRPE tem como visão desenvolver políticas educacionais, visando o crescimento do conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas; e proporcionar através da responsabilidade social o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo (UFRPE, 2006-2010).

Nesse caso, a categoria do desenvolvimento e a responsabilidade social remetem ao fato de as universidades desarticularem a ideia da concepção, que indica serem uma “torre de marfim.” Para Reisdorfer (2021, p. 47),

a expressão “Torre de marfim”, de origem bíblica, teve uso amplamente difundido nos séculos XIX e XX. Em relação às universidades remete a um suposto isolamento destas instituições onde intelectuais, do alto de suas “torres” elegantes e isoladas se desconectariam do “mundo real” em prol de disputas e pensamentos deslocados da realidade social que os cercam.

Assim, essa ideia de promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e de competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, constituiria uma adaptação, em diálogo com as necessidades inseridas naquele meio. Para Santos e Almeida Filho (2008), esse novo tipo de instituição seria responsável pelo desenvolvimento do bem-estar social – no caso da UFRPE, o desenvolvimento territorial sustentável. Isso reflete também o desenvolvimento nacional e internacional.

No âmbito internacional, a UNILAB está voltada para atender à integração com os países que falam o português, com intuito de desenvolvimento econômico e cultural de suas regiões. Em seu PDI de 2006-2021, estabelece:

Formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais Países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP, especialmente os Países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2006-2021).

Essa integração da UNILAB é fruto do resultado conhecido como processo de Bolonha, que teve início em 1998, quando ocorreu um encontro de representantes educacionais de quatro países europeus, quais sejam Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Esse tratado tem como premissa de que “a constituição de uma Europa unida e forte dependia de uma educação superior voltada para a inovação, a competitividade e a produtividade” (Araújo; Silva; Durães, 2018, p. 09).

Esse processo terá impacto não apenas no continente europeu, como também no ensino superior brasileiro, como foi o caso da UNILAB, na tentativa de integrar a Lusofonia¹⁰ para desenvolver algum tipo de interesse, seja cultural, científico e/ou econômico.

É importante ressaltar que as universidades nordestinas estão preocupadas com desenvolvimento no âmbito cultural, regional, sustentável ou tecnológico, presente em suas missões, como foi o caso da UFPI, conforme o PDI 2005-2009:

É missão da Universidade Federal do Piauí propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional (UFPI, 2005-2009).

10 Nações que compartilham a língua e a cultura portuguesa.

Essa preocupação da UFPI em desenvolver aspectos ligados a eixos “econômico, político, social e cultural local, regional e nacional” remete às necessidades das universidades federais, como maleabilidade para enfrentar as crises identitárias, a fim de legitimar uma busca por respostas que atendam às pressões sociais. Dentre as soluções, Residorfer (2021, p. 60) demonstra “que uma das saídas encontradas, como indica nossos dados, foi à incorporação da categoria “desenvolvimento” como missão das instituições.

Ao incorporar a categoria desenvolvimento, a performance da(s) identidade(s) das instituições de ensino superior terá um impacto tanto em suas missões institucionais quanto em seus papéis sociais. No entendimento de Magalhães (2006), essas (re)configurações trazem mudanças em amplos setores da sociedade, principalmente a partir dos anos de 1980, com a presença do neoliberalismo na esfera política, econômica e cultural. Com efeito, essa configuração trará transformações de padrões tanto para indivíduos quanto para a nova identidade do ensino superior.

Portanto, colocar determinadas categorias em suas missões, como foi o caso dos variados tipos de desenvolvimento, permite observar a necessidade de desnaturalizar narrativas ditas oficiais, e ver que estas são frutos de uma historicidade atual na temporalidade diacrônica na história do tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises feitas anteriormente, pode-se concluir que as universidades federais do Nordeste apresentam um hibridismo em sua concepção. Observando as concepções de universidades já existentes mundialmente, como é o caso do modelo Humboldt,

Napoleônico e Americano, as universidades federais incluem novas maneiras de ser uma universidade, como foi o caso do paradigma da adaptabilidade.

Observou-se a existência de três universidades ditas empreendedoras, ao incorporarem em suas missões o modelo UEG, respondendo às questões principalmente ligadas à busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade, seja por meio de pesquisa, do ensino, da extensão, da gestão ou da inovação.

Observou-se, inclusive, que as universidades federais do Nordeste apresentam uma grande demanda por meio de suas missões institucionais para a categoria desenvolvimento, seja ligado ao território, à cultura ou aos conhecimentos científicos e humanistas com ênfase para a sustentabilidade socioambiental. Rompendo o isolamento da lógica universitária como uma “torre de marfim”, como visto, buscam uma maleabilidade e um diálogo com as necessidades locais, nacionais e internacionais.

Desse modo, percebeu-se que a identidade no ensino superior é um produto da pós-modernidade como argumenta Magalhães (2006), uma vez que as narrativas estão no processo de dissolução na pluralidade dos discursos. Isso permite ver que documentos ditos oficiais – no caso os PDIs – também lidam com uma crise de identidades.

Essa questão, levantada e problematizada outrora, só foi possível ser percebida quando se trabalhou a partir dos referenciais teóricos, o que permitiu observar quais disputas de discursos estavam presentes na historiografia das universidades ao longo do tempo histórico. Além dos aportes teóricos, a análise de conteúdo como percurso metodológico reforçou a maneira como as informações das fontes históricas foram organizadas para chegar a tal conclusão.

Atina-se, por oportuno, que esta pesquisa é essencial para abrir novas investigações sobre as universidades federais do Nordeste sob diversas ramificações, ampliando novas discussões, como inserção do desenvolvimento regional, nacional, internacional por meio do âmbito sustentável, do desenvolvimento cultural, científico e humanista, e da justiça social. Portanto, são várias as possibilidades de continuar esta pesquisa utilizando os PDIs.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. V. B; SILVA, V. N; DURÃES, S. J. Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências? **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. e174148, 2018.

AUDY, J. L. N. Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. *In*: MOROSINI, M. C. **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2. ed. Brasília: Inep, 2011. cap. 18. p. 265-274.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARZOTTO, Luís Fernando. Justiça social: gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Jurídica Virtual**, Brasília, v. 5, n. 48, p. 1-21, mai. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/Ada%20M/Downloads/admin,+Gerente+da+revista,+Rev+48-Artigos+Justi%C3%A7a+Social.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

BAÚ DAL MAGRO, C.; BUZZI-RAUSCH, R. Plano de Desenvolvimento Institucional de Universidades Federais brasileiras. **Administração: ensino e pesquisa**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 427-453, jul./set. 2012. DOI: 10.13058/raep.2012.v13n3.85. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/85>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Universidade brasileira: procura de uma concepção. **Fórum Educacional**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 3-24, jul. 1978. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 10 mai. 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**. Lei n.º 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Unesp, 2007.

ÉSTHER, A. B. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 2, p. 197-221, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.002.010>

MAGALHÃES, A. M. A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologia**, Lisboa, v. 7, n. 7, p. 13-40, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/713>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

OLIVEIRA, J. F.; DOURADO L. F.; MENDONÇA, E. F. Universidade de Brasília (UnB): da universidade idealizada à “universidade modernizada”. In: MOROSINI, M. **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2. ed. Brasília: INEP: MEC, 2011. p.113-134. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/a_universidade_no_brasil_concepcoes_e_modelos.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

REISDORFER, T. “Torres de marfim”? O desenvolvimento como missão das universidades federais brasileiras (2004-2019). **NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 45-64, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2021.13.28.45-64>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5650>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

SÁ MOTTA, R. P. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, B.S; ALMEIDA FILHO, N. (org.). **A universidade no século XXI**: por uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SOUZA, J. A. J. *et al.* Concepções de universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 216-233, nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p216>.

CAPÍTULO 02

O ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL: UM NOVO OLHAR SOBRE NOVAS METODOLOGIAS E PÚBLICOS (2018-2024)

Gilberto da Silva Vieira¹

Jayra Barros Medeiros²

1 Graduado em Geografia pela UFPI-UAB. Pós-Graduação em História do Brasil pela UFPI-UAB. E-mail: silvagilvieira678@hotmail.com.

2 Doutorado e mestrado em História do Brasil pelo PPGHB-UFPI. Especialista em História Cultural. Professora da rede municipal de ensino (SEMEC-TERESINA). Orientadora do curso de Especialização em História do Brasil. E-mail: jayradoutorado@gmail.com



INTRODUÇÃO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade consciente, crítica e engajada. Nesse contexto, o ensino da história desempenha um papel crucial, pois proporciona aos estudantes a oportunidade de compreender o passado de sua nação, identificar padrões recorrentes e refletir sobre a evolução social, política e cultural. No caso do Brasil, uma nação vasta e diversificada, a narrativa histórica é rica em eventos e em personagens que moldaram a identidade do País ao longo dos séculos.

Contudo, atualmente, o ensino da História do Brasil enfrenta desafios significativos, impulsionados por mudanças na sociedade, avanços tecnológicos e pela necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica. O acesso irrestrito à informação, possibilitado pela era digital, desafia a tradicional autoridade do professor como única fonte de conhecimento, demandando uma revisão nas estratégias pedagógicas. Além disso, a diversidade étnica e cultural do Brasil exige uma revisão profunda da narrativa histórica, a fim de incluir perspectivas até então marginalizadas, oferecendo uma visão mais completa e fiel da complexidade do País.

Pensa-se em pontos importantes no tocante a como o ensino, em sua maioria, continua enrijecido. Logo, pretendesse alcançar o objetivo geral de investigar e analisar as práticas e os desafios contemporâneos do ensino da História do Brasil, visando aprimorar

a eficácia pedagógica e a relevância dessa disciplina na formação educacional, tendo como objetivos específicos: analisar o que se espera do ensino da história segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) descrever as metodologias ativas de aprendizagem; entender como explicar para o novo aluno conectado do século XXI assuntos históricos.

Nesse contexto, este artigo almeja explorar os desafios contemporâneos enfrentados pelo ensino da História do Brasil, a integração de abordagens multidisciplinares e a importância da participação ativa dos alunos. Para isso este trabalho está dividido em uma base teórica de informações coletadas para dar respaldo às ideias defendidas, além de uma discussão sobre os resultados alcançados nessa coleta de informações. Descreve-se em tópico distinto o percurso metodológico com as principais características desta pesquisa e os principais nomes utilizados para a composição dela, encerrando com as considerações finais a respeito do tema abordado.

O QUE SE ESPERA DO ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL HOJE

Entende-se que História é uma ciência cujo foco é o estudo do ser humano ao longo das eras, como evoluiu a convivência em sociedade e os grandes fatos que mudaram o curso do mundo. Dessa forma, “é possível voltar no tempo, ou nos acontecimentos históricos, e constatar com base em documentos oficiais, o quanto o ensino de História foi e continua sendo influente na sociedade século após século” (Oliveira, 2017, p. 2).

Mas não se trata apenas um estudo cronológico que enfatiza datas e aspectos ao longo do tempo. A História é importante devido aos seguintes aspectos:

o estudo dos eventos passados tem sua importância na medida em que é uma maneira de conhecermos como nossos antepassados viviam como sentiam e agiam no mundo. Dessa forma, podemos mapear os acontecimentos e refletir sobre como podemos, no presente, nortear nossas ações. Além disso, a compreensão histórica dos fatos nos ajuda a refletir sobre a convivência em sociedade. Auxilia ainda no entendimento das diferenças entre culturas e países, avaliando os caminhos que levam determinados grupos sociais a agir de uma maneira ou de outra, assim como desenvolver o pensamento crítico (Souza, [s.d.]).

Em outros tempos chamava-se no senso comum o estudo da História do Brasil como uma matéria decorativa, o que cabia na concepção antiga de como estudar esse componente curricular, por meio de uma repetição maciça de leitura e de transcrição de textos. O aluno que tinha de ir à biblioteca encontrar um livro que o ajudasse a entender o conteúdo hoje é o aluno que abre a tela do celular e digita no Google algo específico e resumido do que ele deseja encontrar, daí não cabe mais apenas ler e realizar uma avaliação, pois se pensar bem, em que parte dessa metodologia está seu desenvolvimento amplo, proposta essa da educação. Contudo, por intermédio das competências e das habilidades estipuladas pela BNCC (Brasil, 2018), que devem contemplar o desenvolvimento dos alunos, esse olhar mudou em grande parte das pessoas, e continua mudando, uma vez que o modo de ensinar e de aprender não são mais os mesmos.

A BNCC estabelece diretrizes fundamentais para a educação no Brasil, buscando alinhar práticas pedagógicas e conteúdo de forma a promover uma formação integral dos estudantes. No contexto do Piauí, por exemplo, o novo currículo estadual alinha-se às expectativas da BNCC para o ensino da História do Brasil. Espera-se, por meio desta, que o ensino de História seja pautado por uma abordagem crítica, reflexiva e contextualizada, fornecendo uma

compreensão aprofundada dos processos históricos nacionais. Além disso, destaca-se a importância da inclusão de múltiplas perspectivas, valorizando a diversidade étnica, cultural e social do País (Brasil, 2018).

A BNCC busca, ainda, a integração de abordagens multidisciplinares, conectando a História com outras disciplinas para enriquecer a compreensão dos alunos sobre os contextos históricos. Por meio dessas diretrizes, tenciona contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua identidade e capazes de compreender as complexidades que permeiam a história brasileira.

Um dos pontos consideráveis sobre esse novo olhar para ensinar História do Brasil, é que ela não se trata mais de uma disciplina ou matéria escolar, é parte integrante da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de acordo com o novo contexto educacional do Brasil. A BNCC, no tocante ao ensino médio, traz o seguinte trecho:

[...] o raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (Brasil, 2018, p. 355).

Analisando o fragmento acima, pode-se notar a relevância da mudança de paradigma que o ensino de História do Brasil deve passar para se adequar não apenas ao novo público, como também às novas exigências educacionais, afinal não há como criar uma perspectiva única e uma compreensão dos atos do ser humano – e atos que transformam o local onde residem apenas decorando quem foi que liderou um movimento e as datas dele – como outrora se procedia.

No contexto educacional, é incumbência dos profissionais envolvidos na formação dos indivíduos assegurar que estes se posicionem de maneira crítica e contextualizada na sociedade em que estão inseridos. Quando se planeja abordar datas comemorativas, particularmente aquelas de relevância histórica, como o dia 7 de setembro, é crucial refletir sobre a narrativa histórica a ser transmitida.

Diante da composição étnica majoritariamente composta por indivíduos de ascendência negra e parda País, questiona-se se é justificável limitar o ensino nas escolas a uma história protagonizada por indivíduos de ascendência branca. Surge, assim, a necessidade de incluir nos planejamentos didáticos reflexões mais abrangentes sobre o passado que moldou nossa identidade como nação.

Para além da abordagem dos símbolos nacionais, como brasão, bandeira e hino, é relevante explorar com os alunos os contextos históricos nos quais esses símbolos foram concebidos, assim como a história de todos os grupos étnicos que contribuíram para a formação do País. A discussão sobre aspectos sociais e políticos desde o período da colonização até a data da independência que permite aos estudantes compreenderem qual narrativa histórica foi selecionada para inclusão nos materiais didáticos e na mídia em geral.

Questões como o destino dos povos indígenas que habitavam o território antes da colonização e o papel dos povos escravizados trazidos para explorar as riquezas do País em nome dos mais poderosos são tópicos relevantes para entender a configuração atual da sociedade brasileira. A abordagem desses temas pode parecer desafiadora para crianças e adolescentes, mas é fundamental para a formação desses sujeitos como cidadãos conscientes de seus direitos e de suas responsabilidades. Portanto, o conhecimento da História

é essencial para a formação de cidadãos capazes de exercer sua cidadania de maneira informada, contribuindo para a construção de um futuro mais equitativo e representativo junto à população, especialmente daqueles que por muito tempo foram marginalizados na narrativa histórica do País (Souza, 2013).

A História do Brasil é um vasto e complexo campo de estudo, repleto de eventos, de personagens e de transformações que moldaram a sociedade e a cultura do País, que abrange desde as origens indígenas, passando pela colonização portuguesa, pela escravidão, pela independência, pela República, pela ditadura, até os dias atuais. Estudar a História do Brasil é fundamental para compreender a formação da identidade, da cultura, da sociedade, da política e da economia. Além disso, estudar a história do Brasil é uma forma de exercer a cidadania, de valorizar a diversidade, de respeitar os direitos humanos, de criticar as injustiças, de reconhecer os conflitos e de buscar as transformações. No entanto, muitas vezes, o ensino dessa disciplina pode tornar-se árido e desinteressante para os alunos, que acabam por percebê-la como uma sucessão monótona de datas e de fatos distantes de sua realidade.

Pesquisas recentes, tanto nas áreas da educação quanto da psicologia e da neurociência, comprovam que “o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada um aprende o que é mais relevante e que faz sentido para si, o que gera conexões cognitivas e emocionais” (Bacich; Moran, 2018, p. 38).

Analizando o ensino da História do Brasil nos dias atuais, denota-se que o professor se depara com o novo modo de trabalhar com o estudante, por intermediário das metodologias ativas de aprendizagem.

METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

Quando se fala em metodologias de ensino ou no rumo que o ensinar e o aprender está tomando, deve-se ter em mente uma das principais ferramentas ou dos métodos atuais de aprendizagem, quais sejam as metodologias ativas.

A metodologia ativa baseia-se em uma abordagem criativa para conduzir o aluno ao conhecimento. Com esse método, o aluno aprende de forma autônoma e participativa, enfrentando desafios reais e resolvendo problemas. Por intermédio de projetos, de salas de aula invertidas, de aulas de campo e de outras estratégias inovadoras, os alunos são incentivados a compreender sua própria aprendizagem. Essa metodologia cria uma experiência mais envolvente e dinâmica, estimula a curiosidade e incentiva a criatividade dos alunos. Ao engajar-se em situações de aprendizagem mais práticas e contextualizadas, o aluno torna-se protagonista de sua própria formação, e desenvolve competências essenciais para sua vida acadêmica e profissional (Lima, 2017).

Moran (2013, p. 83) ressalta importância de uma prática docente que leve em consideração o potencial do processo ensino-aprendizagem, aprendizagem essa que deve “ser significativa, desafiadora, problematizadora e instigante, a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas à luz de referências teórico-práticas”.

As salas de aulas hoje estão repletas de celulares, de conectividade com o mundo, por meio das redes sociais. Isso posto, o professor cativo ao método comum, em que ele detém o conhecimento e o

repassa para seu aluno não tem mais tanto sentido atualmente. Por que o aluno ficaria atento a quase uma hora de aula em que o professor apenas fala à sua frente, se algo muito mais dinâmico e intuitivo está na palma da sua mão?

Atividades práticas e interativas podem ser mais eficazes para determinados tipos de conteúdo, enquanto uma abordagem mais teórica pode ser necessária em outros pontos. Contudo, para obter o sucesso ideal na assimilação do conhecimento, os educadores devem ser criativos em seus métodos de ensino, e esforçar-se para envolver continuamente os alunos com novas e estimulantes oportunidades de aprendizagem.

O caráter pedagógico da prática educativa se verifica como ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos (Libâneo, 2011, p. 24).

Nesse contexto, as metodologias ativas despontam como ferramentas essenciais, mas precisam ser bem aplicadas para funcionarem em sua plenitude. Logo, necessário um olhar criativo, capaz de explorar todo o potencial dessas metodologias, adaptando-as às necessidades e às características dos estudantes. Assim, a educação torna-se um processo dinâmico e envolvente, capaz de despertar o interesse e o desejo pelo conhecimento.

Figura 1 Pirâmide de aprendizagem de Willian Glaser



Fonte: Escola da prevenção *apud* Conceição (2023).

A Figura 1 faz uma descrição de como ocorre a aprendizagem em diferentes modalidades e metodologias. A Pirâmide da Aprendizagem serve como um lembrete de que aprender é um processo fluido e que nem todas as abordagens são igualmente eficazes para todos os alunos. Atividades práticas e interativas podem ser mais eficazes para determinados tipos de conteúdo, enquanto uma mais teórica pode ser necessária para outros.

Para obter o sucesso ideal na assimilação do conhecimento, os educadores devem ser criativos em seus métodos de ensino e esforçar-se para envolver continuamente os alunos com novas e estimulantes oportunidades de aprendizagem. Uma das metodologias ativas de aprendizagem é a aula de campo.

As aulas de campo são oportunidades em que os alunos poderão descobrir novos ambientes fora da sala de aula, incluindo a observação e o registro de imagens e/ou de entrevistas as quais poderão ser de grande valia. Estas aulas também oferecem a possibilidade de trabalhar de forma interdisciplinar, pois dependendo do conteúdo, podem-se abordar vários temas (Moraes; Paiva, 2009; apud Becker, 2017, p. 1).

A aula de campo requer um planejamento prévio do professor, que deve definir os objetivos, os conteúdos, os locais, as atividades, os recursos e as avaliações da aula. O docente também deve orientar acompanhar e mediar o processo de aprendizagem dos alunos, articulando a aula de campo com as atividades desenvolvidas em sala de aula, em busca de um ensino de qualidade. A aula de campo pode ser realizada em diversos espaços, como museus, parques, monumentos, sítios históricos, comunidades, entre outros dependendo do tema e do nível de ensino.

A aula de campo é, portanto, uma forma de enriquecer e dinamizar o ensino de História do Brasil, tornando-o mais significativo, contextualizado e integrado à realidade dos alunos. A aula de campo contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e ativos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

Ao utilizar metodologias ativas no ensino da História do Brasil, os educadores têm a oportunidade de estimular o pensamento crítico dos alunos; promover o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e a análise histórica; além disso, fomentar maior engajamento com o conteúdo, por meio de atividades como estudos de caso, simulações, debates, projetos de pesquisa e saídas de campo, em que os estudantes são convidados a explorar os múltiplos aspectos da história brasileira de maneira interativa e interdisciplinar.

É oportuno ressaltar que a História do Brasil é fundamental para a formação da identidade nacional e para o entendimento das complexidades e dos desafios do País, no contexto global. Portanto, essa abordagem no ambiente educacional deve ser cuidadosamente planejada e executada, de modo a despertar o interesse e a curiosidade dos alunos, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Toda e qualquer pesquisa segue caminhos para realizar algo, onde se estabelecem critérios, fontes a serem analisadas e se verificam as características de um trabalho. Para isso acontecer, devem-se seguir alguns conceitos e divisões básicas da metodologia de pesquisa. Mas o que de fato é metodologia de pesquisa?

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos [...] o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (Gil, 2008, p. 26).

Pesquisar-se à busca pelo conhecimento de determinado assunto, observando os procedimentos necessários quanto à execução. A pesquisa surge da necessidade de construção de conteúdo. Metodologia é o caminho que se traça para realização da pesquisa. Sendo assim, metodologia da pesquisa, é cada etapa a ser realizada em um trabalho científico, com base nas características do objeto, nos objetivos, entre outras determinantes.

Com relação ao aspecto dos objetivos, a pesquisa pode assumir o caráter exploratório, descritivo ou explicativo. Aqui foi empregado o caráter exploratório, pois o primeiro passo de qualquer pesquisa é buscar dados que montarão o referencial teórico. Além disso, o pesquisador deve se aprofundar no assunto para estudá-lo mais

a fundo, explorar o novo olhar sobre o ensino da História do Brasil, de acordo com as novas orientações da BNCC (Brasil, 2018), e o aprofundamento sobre o que dizem as novas diretrizes educacionais e as novas metodologias de ensino.

Quanto à abordagem, o foco é qualitativo. A característica qualitativa dá ênfase à informação, às características associadas ao tema de forma geral. Aqui, o principal foco é descrever o que as normas da BNCC, dentro também do novo currículo do Piauí, esperam do ensino e da aprendizagem de História do Brasil. Já os procedimentos utilizados na construção de uma pesquisa; consistem na maneira pela qual se obtêm os dados a serem analisados, ou seja, como ocorrerá à coleta pesquisa bibliografia é baseada em material impresso e online já publicado e corroborado anteriormente, sendo parte de qualquer modalidade de estudo, porém há aqueles que se fazem apenas em fonte escritas” (Gil, 2008, p. 50).

Logo, a composição deste artigo possui um embasamento bibliográfico, pois além de compor a primeira etapa de qualquer coleta de dados, serve como base a toda discussão e aos possíveis resultados encontrados. Realizou-se uma pesquisa em artigos sobre o conteúdo das normas da BNCC, visando a entender melhor sobre metodologias ativas de aprendizagem, para assimilar como e porque mudar o modo de ensinar História do Brasil. A etapa de discussões sobre as informações encontradas tem a fundamentação teórica como base desse questionamento dirigido para o encerramento da pesquisa.

A BNCC é um documento desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) que norteia pontos importantes sobre a educação básica no Brasil e contempla todas as áreas de conhecimento. Por ser um documento oficial, é base para o currículo das escolas do Brasil, de municípios e de estados.

Ao longo da coleta de dados para composição das bases deste artigo, explorou-se a redação que compõe a BNCC, ao revelar o que chama de competências e habilidades, as quais devem ser atingidas pelo estudante a fim de alcançar o desenvolvimento esperado, além de citar a interdisciplinaridade, ou seja, a ligação, um elo entre os componentes e os conteúdos, que deve existir para atingir esse desenvolvimento, e o uso de tecnologias na sala de aula, frisando; que devem ser utilizadas novas maneiras de troca de conhecimentos entre professores e alunos.

Vale ressaltar que a História, como um todo, tem a difícil tarefa de garantir o objetivo proposto pela educação e pelas diretrizes trazidas pela BNCC (Brasil, 2018), no que diz respeito a uma educação integral do cidadão, especialmente em relação às mudanças, à permanência ao longo do tempo, à capacidade de associar conhecimentos, habilidades e competências a um empreendimento social de valores e atitudes morais como valorização da diversidade, cidadania e ética.

Para conseguir isso, a perspectiva do professor de História do Brasil deve focar em estímulos encorajadores e significativos de modo que no processo educacional, por meio de críticas e de contestações, esse processo seja explorador e transformador, derivado de objetos de conhecimento que estão associados à teoria e à prática.

O ensino de História tem que ser qualitativo, democrático, exemplificado, aberto ao diálogo e a discussão. Os alunos precisam aprender a pensar historicamente, se expressar de forma clara e objetiva, argumentar, obter hipóteses, defender ideias, questionar o professor em relação às dúvidas que surgem, como também, trocar experiências e obter opiniões diversificadas, sobre o conhecimento histórico já produzido pelo homem na sociedade (Oliveira, 2017, p. 5).

Aqui se discute uma maneira de alcançar o aprendizado da História do Brasil sob uma nova perspectiva, como o uso de metodologias ativas de aprendizagem. Utilizar-se uma metodologia mais dinâmica, em que o aluno é o centro do próprio conhecimento, o que não é uma tarefa fácil. Fazer com que o aluno saia da mesmice em que se encontra é igualmente difícil quanto fazer com que o professor saia dessa situação. É infinitamente mais fácil encontrar a informação detalhada, resumida e pronta para ser consumida, embora isso limite a percepção de mundo e o desenvolvimento do aluno.

Uma das alternativas mais viáveis atualmente para o uso de metodologias ativas é o uso da tecnologia a favor da educação. Em um mundo conectado, o uso de tecnologias, quando o assunto é aprendizagem, cresce cada vez mais, e no ensino da História do Brasil não seria diferente. Na atual sociedade, existem uma gama de tecnologia de informação a favor da aprendizagem. Todavia o professor não deve permanecer nesse cenário apenas como consumidor dessa tecnologia ou perderá o interesse do aluno. “visto que inovações tecnológicas não significam inovações pedagógicas” (Toledo; Moreira; Nunes, 2017, p.6).

Em outras palavras, as tecnologias digitais apresentam uma considerável possibilidade de desafios, de problemáticas e de dependências que devem ser considerados como elementos integrantes de um projeto pedagógico voltado para uma aprendizagem ativa e emancipadora. Então, é imperativo reconhecer que essas questões não devem obscurecer o outro lado da questão: é inadmissível negligenciar a realidade de um mundo cada vez mais conectado ao educar. O enfoque pedagógico não pode ser voltado exclusivamente para uma abordagem idílica, sustentável e progressista, fundamentada apenas em interações presenciais e atividades analógicas, ainda que elas desempenhem um papel significativo e relevante no processo educativo (Vieira; Silva, 2021).

É oportuno considerar os desafios e as complexidades que essas tecnologias apresentam, incluindo questões relacionadas à dependência, a problemas técnicos e até mesmo a preocupações sobre privacidade e segurança. Esses aspectos devem ser cuidadosamente integrados ao projeto pedagógico, garantindo que a aprendizagem seja verdadeiramente ativa e emancipadora.

Entretanto, deve-se também ressaltar a necessidade de não descuidar da realidade inerente a um mundo cada vez mais conectado. Nesse sentido, enfatiza-se a relevância de não adotar uma postura exclusivamente nostálgica em relação às práticas educacionais do passado, baseadas unicamente em interações presenciais e em atividades analógicas. Embora essas abordagens tradicionais tenham seu valor, é essencial reconhecer que o mundo está em constante evolução e que os alunos devem ser preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ambiente digital.

Sabe-se, que ensinar história não é uma tarefa fácil, pronta e acabada, por este motivo, os professores de História precisam sempre desenvolver pesquisas, buscarem se atualizar nos fatos sociais, se prepararem para responder as perguntas que podem surgir por parte dos discentes, como também, para o esclarecimento de dúvidas dos estudantes e curiosidades relacionadas ao saber histórico, pois isso exige um conhecimento sólido, investigativo, um compromisso ético, moral e profissional por parte do professor/educador que está à frente do processo do ensino de História (Oliveira, 2017, p. 8)

Concebe-se que a tecnologia tem uma ação importante como ferramenta de uma metodologia ativa de aprendizagem, na preparação do professor para esse aluno que tem um mundo nas mãos. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na esfera educacional surge como uma importante metodologia

ativa, mas além de potencializar o processo de ensino aprendido o atrapalha, visto que o fato de ser ter uma infinidade de informações disponíveis pode ser confundido com conhecimento. Isso posto, o professor deve estar atento para mesclar o mundo da construção da aprendizagem frente à tecnologia, mantendo, ainda, o foco no ensino que visa à valorização alunos, e em seus diversos aspectos, como: processos criativos, pensamento crítico; criação de abordagens e combinações. Para isso, deve sair de sua zona de conforto e entrar no mundo dos alunos, por meio das já mencionadas metodologias ativas de aprendizagem (Vieira; Silva, 2021).

É possível constatar, que quando o ensino de História é apresentado com reflexão em sala de aula, a aprendizagem dos estudantes torna-se mais significativa, sendo capaz de romper com os padrões tradicionais da aprendizagem neutra, passiva e fragmentada, ainda presente em alguns contextos educacionais (Oliveira, 2017, p. 2).

Ressalta-se a importância de uma abordagem reflexiva no ensino de História, destacando como essa prática pode transformar significativamente o processo de aprendizagem dos alunos. Ao incentivar a reflexão em sala de aula, os estudantes são estimulados a ir além da mera memorização de fatos e de datas, adquirindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos históricos.

A referência aos padrões tradicionais da aprendizagem neutra, passiva e fragmentada sublinha a necessidade de superar modelos educacionais ultrapassados que muitas vezes, não conseguem engajar os alunos de maneira eficaz. Ao romper com esses padrões, abre-se espaço para uma aprendizagem mais dinâmica, participativa e integrada, que valoriza o pensamento crítico, a análise contextual e a construção de significados pelos próprios estudantes.

É fundamental reconhecer que; apesar dos avanços no campo da educação, ainda existem contextos educacionais onde esses padrões tradicionais persistem. Portanto, a reflexão proposta neste trecho leva a um repensar as práticas pedagógicas e a buscar formas mais eficazes de envolver os alunos no processo de aprendizagem, de modo a torná-lo mais significativo e relevante para as vidas desses sujeitos.

Porém, não basta querer usar tecnologia sem entender como funciona a metodologia ativa de aprendizagem, pois assim, o professor estará apenas dando uma ferramenta de distração para seu aluno. Usar metodologias ativas vai além de ligar uma tela, já que alunos gostam de estar conectados.

Nota-se; que atualmente, na sociedade da informação se tem produtos para diferentes perfis de usuários, mas se os sujeitos educadores continuarem como apenas consumidores será cada vez mais difícil falar de ensino e aprendizagem. Visto que inovações tecnológicas não significam inovações pedagógicas. (Toledo; Moreira; Nunes, 2017, p. 6).

Deve ficar claro que a discussão em torno do uso de novas metodologias de ensino- aprendizagem para a História do Brasil; não intenta desfavorecer o conhecimento do professor, ou que o método de explicação expositivo deste à frente dos alunos deve ser cem por cento extintos. O que se quer demonstrar aqui é justamente o quão diferente é o mundo dos estudantes e é as consequências que se espera de uma educação em História do Brasil para os alunos, de acordo com as novas diretrizes, são amplas. Portanto, em uma retrospectiva do que foi exposto aqui, para alcançar os atuais objetivos pedagógicos e de desenvolvimento do estudante como um todo, não apenas se deve-se ficar atento ao que diz a legislação, como também a novos meios de ensinar, pois o giz e o quadro não são suficientes para o aluno do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo sobre o ensino da História do Brasil por meio de nova perspectiva e novo público, ficou evidente que a (BNCC) emerge como uma orientação valiosa para o ensino da História do Brasil, a qual não se limita a um documento normativo: é um guia que desenha um panorama em que a compreensão histórica perpassa a memorização e se torna uma experiência enriquecedora para os alunos. Ela almeja que o estudo da História seja mais do que um simples exercício acadêmico, mas uma jornada que desperte o interesse e a curiosidade dos educandos.

A expectativa da BNCC não é apenas que os alunos saibam eventos e datas, mas que compreendam os contextos, as causas e as consequências dos acontecimentos históricos. Ela anseia por uma abordagem que vá ao encontro das diferentes formas de aprendizado dos alunos, tornando o estudo da História uma experiência mais significativa e integrada.

Ao longo deste artigo, viu-se que a inserção de metodologias ativas no processo educacional surge como uma resposta a essa expectativa. A percepção de que os alunos contemporâneos são mais receptivos a métodos participativos e dinâmicos molda a importância crescente dessas abordagens. Tais metodologias proporcionam não apenas um engajamento mais profundo com o conteúdo histórico, mas também incentivam a participação ativa dos estudantes na construção do próprio conhecimento.

No contexto do ensino da História do Brasil, as metodologias ativas, principalmente do tocante ao uso das TICs, surgem como ferramentas que transformam a aprendizagem em uma experiência envolvente e interativa, visto que o atual aluno é um ser conectado.

Elas não substituem, mas complementam as abordagens tradicionais, oferecendo uma resposta às necessidades de uma geração conectada, ávida por experiências práticas e relevantes.

Assim, entende-se, portanto; que a combinação da orientação da BNCC com a aplicação de metodologias ativas configura uma estratégia pedagógica promissora para aprimorar o ensino da História do Brasil. Ao reconhecer a diversidade de estilos de aprendizagem e integrar abordagens inovadoras, pode-se aspirar a um processo educacional mais eficaz, capaz de formar cidadãos críticos e contextualizados com a rica história que os cerca.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018. Disponível em: metodologias-ativas-para-uma-educacao-inovador-uma-uma-bordagem-teorico-pratica-lilian-bacich-jose-moran. pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BECKERT, K.M. **A importância da aula de campo**. Secretaria de Educação de Curitiba, 2017. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/noticias/a-importancia-da-aula-de-campo/10830>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, V.V. **Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem**. Interface v. 21, n. 61, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2017.v21n61/421•434/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. **Blog Educação transformadora**. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, R.M.de. História: a necessidade de repensar o ensino de história no **âmbito educacional** e social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ed. 05, ano 02, v. 1, p. 408-433, jul.2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/ambito-educacional-e-social>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, M da. **Pirâmide de aprendizagem: você sabe o que é e qual a sua proposta?** Plantar Educação, 2023. Disponível em: <https://www.plantareducacao.com.br/piramide-de-aprendizagem/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOUZA, T. O que é História? **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-historia/>. Acesso em: 23 ago. 2024

TOLEDO, J. V.; MOREIRA, U. R. R.; NUNES, A. K. **O uso de metodologias ativas com TIC: uma estratégia colaborativa para o processo de ensino e aprendizagem.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SIMEDUC, [S. l.], n. 8, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/8529>. Acesso em: 23 ago. 2024.

VIEIRA, R.R.; SILVA, G.C. Ensino de história: novos contextos e novas práticas. **Revista Educação Pública**, v. 21, n.39, 26 out. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/39/ensino-de-historia-novos-contextos-e-novas-praticas>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CAPÍTULO 03

JUSCELINO KUBITSCHKE E SEU PLANO DE METAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Antonio Anderson Paz de Araújo¹

Jayra Barros Medeiros²

1 Graduado em História - UESPI, Pós-graduando em História do Brasil - UFPI. E-mail: andersonpaz23@hotmail.com

2 Doutora e mestre em História do Brasil-UFPI; Especialista em História Cultural. Professora da rede municipal de ensino (SEMEC-TERESINA). Professora tutora e coorientadora no Curso de Especialização em História do Brasil (CEAD-UFPI). E-mail: jayradoutorado@gmail.com



INTRODUÇÃO

A história de Juscelino Kubitschek (JK) e a construção de Brasília, entre 1956 e 1961, conforme descrito por Barbosa (1988), é um capítulo emblemático na trajetória do Brasil. A iniciativa liderada por JK de estabelecer uma nova capital no Planalto Central tinha como objetivo descentralizar o poder e fomentar o desenvolvimento do interior do País (Kubitschek, 2002).

A visão inovadora de JK, aliada às ideias arquitetônicas ousadas de Oscar Niemeyer e de Lucio Costa, marcaram uma época grandiosa e progressista na história do País (Niemeyer, 1962). No entanto, o projeto representou desafios consideráveis, incluindo dúvidas sobre as perspectivas econômicas e preocupações sobre os impactos sociais resultantes (Sodré, 1978).

A rápida construção de Brasília gerou soluções urbanas complexas, de modo que os debates sobre a função estética dos monumentos geraram diálogo (Oliveira, 2006). Os desafios não se limitavam aos aspectos urbanos: a emigração e a formação de novas comunidades (especialmente os “candangos”) levantam problemas sociais associados que requerem condições adequadas para a integração (Lafer, 1992).

JK, determinado a cumprir seu lema “50 anos em 5”, implementou “O Plano de Metas”, uma estratégia de desenvolvimento que teve papel crucial na modernização da economia do Brasil, atraindo

investimentos estrangeiros e estabelecendo diversos setores industriais (Carneiro; Silva, 1983; Furtado, 1991).

O cenário político, econômico e social da época foi transformado, culminando na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, simbolizando a coragem e o avanço do País (Lafer, 1992).

A escolha desse tema é justificada por sua importância histórica e pelo impacto duradouro que a presidência de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília tiveram no Brasil. Esses acontecimentos representam um marco na história nacional, demonstrando uma visão de modernização e de progresso que não só influenciou o cenário urbano, mas também os rumos políticos, econômicos e sociais do País.

Ademais, a complexidade dos desafios enfrentados e superados nesse período oferece uma valiosa oportunidade para uma análise interdisciplinar abrangente, envolvendo questões políticas, econômicas, além de aspectos culturais e urbanísticos. Isso proporciona uma compreensão mais ampla das transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Este estudo tem como objetivo analisar o papel fundamental do presidente Juscelino Kubitschek na construção de Brasília, enfatizando sua relevância na idealização, no planejamento e na execução desse projeto emblemático, que promoveu o desenvolvimento e a modernização.

Para explorar temas que envolvem a missão de JK e a construção de Brasília, optou-se por realizar um estudo bibliográfico, com enfoque qualitativo. Os métodos qualitativos proporcionam uma compreensão mais profunda das decisões políticas e dos desafios enfrentados durante esse período extraordinário da história brasileira.

A metodologia utilizada neste estudo baseia-se em uma abordagem que enfatiza a contextualização histórica, permitindo

uma compreensão mais profunda e detalhada dos acontecimentos e das dinâmicas que marcaram o governo de JK e a construção de Brasília.

O método utilizado envolve a revisão e a análise de uma série de trabalhos acadêmicos e fontes secundárias, cruciais para a compreensão do contexto político e social, e das nuances do desenvolvimento econômico e urbano no Brasil entre 1956 e 1961. Além de identificar diferentes perspectivas que se desenvolveram ao longo do tempo, a pesquisa bibliográfica fornece uma base consistente para contextualizar os acontecimentos históricos e compreender a dinâmica política e social da época (Carpintero, 1998).

A avaliação qualitativa dos dados dessas fontes pode identificar padrões, tendências e nuances que enriquecem a compreensão dos acontecimentos históricos e das decisões políticas desse período. Nessa perspectiva, este trabalho tem como finalidade, organiza-se em dois segmentos distintos: o primeiro é focado na investigação da base histórica do tema em discussão; e o segundo, centrado na relevância dessa temática para a sociedade atual.

Posteriormente, a metodologia utilizada será minuciosamente descrita, incluindo uma análise dos principais autores selecionados para embasar o estudo. Por fim, serão apresentadas considerações finais que consolidarão os conhecimentos e as reflexões essenciais obtidas ao longo do estudo.

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE JUSCELINO KUBITSCHK

De acordo com Mello (2006), a Política de Desenvolvimento adotada por JK, o chamado “Plano Metas”, baseou-se em trinta metas formuladas para diferentes setores da economia. Durante o processo

de formulação, uma nova meta foi incluída no plano, denominada Integração Integral, que envolvia a construção de Brasília e a mudança da capital nacional (Kubitschek, 2002).

Skidmore (1979), Carneiro e Silva (1983) e Lafer (1992) enfatizam que a política de desenvolvimento de JK visava a atingir objetivos específicos em diversos setores econômicos, incluindo a construção de estradas, de usinas hidrelétricas, de indústrias automobilísticas e siderúrgicas, além da modernização do setor energético e da indústria básica (Furtado, 1991).

A construção de rodovias, como a Via Expressa Presidente Dutra, promoveu a integração regional, enquanto os incentivos fiscais fortaleceram a indústria automobilística, criando empregos com a chegada de montadoras estrangeiras, como Volkswagen e Ford Motor (Carneiro; Silva, 1983).

Ao mesmo tempo, a expansão do fornecimento de energia elétrica durante o governo de JK, por meio da construção de grandes hidrelétricas, como a Usina de Furnas, foi crucial para sustentar a industrialização do País. Tais projetos garantem a infraestrutura energética necessária ao desenvolvimento de indústrias estratégicas, como o automóvel e a siderurgia. No entanto, o custo econômico desse progresso foi elevado, com uma dívida pública significativamente gerada, além do impacto ambiental relativo a inundações de terras e à ocupação de comunidades. Embora importantes para o crescimento do Brasil, as críticas apontaram para os riscos econômicos e sociais associados a esses projetos (Skidmore, 1979).

No campo social, o Plano de Metas incentivou a migração interna e a urbanização, com os trabalhadores rurais migrando para as cidades em busca de melhores oportunidades (Lafer, 1992). O rápido crescimento urbano criou desafios, como a falta de habitação

adequada, de saneamento básico e de transportes públicos, além de levar ao desenvolvimento concentrado em determinadas áreas, exacerbando o fosso socioeconômico entre os centros das cidades e os subúrbios (Sodré, 1978).

Assim, a acelerada industrialização do Brasil durante o governo de JK trouxe não apenas progresso econômico, mas também sérios problemas ambientais. O desenvolvimento desordenado das cidades, juntamente com a rápida expansão da indústria, levou a uma grave poluição e à degradação dos ecossistemas urbanos. Devido à falta de planejamento adequado para mitigar esses efeitos, as condições ambientais deterioraram-se, e a poluição do ar e da água tornou-se uma preocupação nas grandes áreas urbanas (Skidmore, 1979).

O crescimento trazido pela modernização não foi acompanhado de uma reflexão crítica sobre as implicações sociais e culturais (Paviani, 1996). A construção de Brasília, embora simbolizasse o progresso, também levantou questões de exclusão social dos “candangos” e imigrantes envolvidos no projeto (Lafer, 1992).

Para atingir os objetivos do Plano de Metas, a ação estatal e a intervenção governamental desempenharam um papel crucial, incluindo a concessão de incentivos fiscais e subsídios para atrair investimento estrangeiro e promover o estabelecimento de indústrias nacionais, conforme observado por Furtado (1991) e Campos (2001). O economista Roberto Campos atuou como Ministro do Planejamento durante o governo de JK, e sua contribuição foi crucial na formulação da estratégia econômica do governo (Campos, 2001).

Ao mesmo tempo, JK enfrentou o desafio de equilibrar a industrialização acelerada com as necessidades da sociedade. A migração para os centros urbanos exerceu pressão sobre os serviços públicos, como a habitação e a saúde, enquanto os migrantes e os trabalhadores migrantes enfrentaram dificuldades de integração.

O governo também investiu em programas sociais e educacionais, mas a tensão entre crescimento econômico e justiça social permaneceu (Barros, 2021; Brant, 1991). Além dos objetivos econômicos, a política de desenvolvimento incluiu também importantes projetos sociais, como a construção de estradas e iniciativas destinadas a promover o progresso nas áreas mais remotas do País, visando a reduzir as disparidades regionais (Barbosa, 1988; Lafer, 1992).

Outro foco do governo JK foi a ênfase na educação e na cultura, almejando a construção de um País mais próspero e unido. Além de promover a coesão social e o desenvolvimento nacional, foram realizados investimentos significativos para promover oportunidades educacionais e fortalecer as expressões culturais brasileiras, buscando preparar a população para a era moderna e industrializada (Brant, 1991).

De fato, o período do Plano de Metas foi caracterizado por um significativo crescimento econômico no Brasil, impulsionado por investimentos em infraestrutura e em setores estratégicos. A construção de rodovias, como a icônica Rodovia Presidente Dutra, que liga Rio de Janeiro a São Paulo, facilitou maior integração e circulação de mercadorias em todo o País, estimulando o desenvolvimento regional (Carneiro; Silva, 1983).

Durante a gestão de JK, a chegada de fabricantes de automóveis estrangeiros, como Volkswagen e Ford, incentivados por políticas fiscais preferenciais, promoveram o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira. Esse desenvolvimento industrial levou à produção em massa de veículos, fortalecendo a economia nacional e criando oportunidades de emprego.

O crescimento da indústria automobilística igualmente estimulou a modernização urbana e a construção de infraestruturas críticas para suportar a crescente demanda por transportes e serviços (Carneiro;

Silva, 1983). Contudo, o plano-alvo enfrentou críticas devido ao elevado custo dos projetos de infraestrutura e à dívida pública criada pelas necessidades de financiamento externo.

Embora esses projetos fossem considerados necessários para o desenvolvimento nacional, os críticos apontavam que havia um risco de insustentabilidade econômica em longo prazo, em virtude do aumento da dívida e à vulnerabilidade do Brasil às crises internacionais (Skidmore, 1979).

Outro desafio importante é que o desenvolvimento está concentrado nas regiões sudeste e sul, enquanto outras, como o norte e o nordeste têm recebido menos investimento. Isso agrava as desigualdades regionais, leva ao desenvolvimento desigual e à migração interna, sobrecarrega as grandes cidades, com problemas sociais, como a falta de habitação e infraestrutura inadequadas, e agrava as disparidades socioeconômicas (Sodré, 1978).

O êxodo rural e a migração para os centros urbanos também constituíram desafios sociais durante a implementação dos programas específicos. A industrialização e a expansão urbana atraíram muitos trabalhadores rurais em busca de melhores oportunidades de emprego e de condições de vida (Lafer, 1992).

A migração massiva como consequência da industrialização levou a um rápido crescimento urbano que sobrecarregou a infraestrutura existente. As cidades enfrentavam necessidades urgentes de habitação digna, saneamento básico e transportes públicos, então a falta de um planejamento adequado levou à proliferação de favelas e áreas instáveis, expondo a incapacidade de atender às necessidades desta nova população (Paviani, 1996).

Além disso, a rápida industrialização e a urbanização também repercutiram em desafios ambientais. O crescimento acelerado da indústria, aliado à expansão urbana desordenada, causaram

problemas como a poluição ambiental e a degradação dos ecossistemas em algumas áreas urbanas (Skidmore, 1979).

Os governos devem enfrentar os desafios relacionados com a gestão ambiental e o equilíbrio entre o progresso econômico e a proteção ambiental. Apesar das dificuldades e das críticas, as políticas de desenvolvimento de JK deixaram uma marca importante no progresso do Brasil (Barros, 2021).

Sua abordagem, focada no crescimento econômico e na modernização nacional, teve impacto duradouro, influenciando os rumos da economia brasileira nas décadas seguintes (Furtado, 1991). Com efeito, o período do Plano de Metas registrou avanços significativos em diversos setores econômicos, consolidando a imagem progressista e moderna do Brasil (Carpintero, 1998).

As políticas de desenvolvimento de JK são consideradas um dos períodos mais marcantes da história brasileira, destacando-se na promoção do crescimento econômico e na redefinição da identidade nacional. O Plano de Metas focou na modernização da infraestrutura, com investimentos maciços em rodovias, hidrelétricas e indústria, transformando o Brasil em um País mais industrializado e moderno (Couto, 2001).

Além do crescimento econômico, JK procurou mudar a realidade nacional e melhorar a qualidade de vida do povo, mediante projetos que incluíram reformas que ampliaram o acesso à educação, à saúde e aos serviços públicos, bem como a construção de Brasília, símbolo da federação e do progresso brasileiro (Kubitschek, 2002).

Para enfrentar esses desafios, o governo adotou uma abordagem técnica e estratégica, em colaboração com o economista Roberto Campos, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e na implementação do Plano de Metas. Reconhecido por sua experiência em economia e em planejamento, Campos (2001) ajudou

a garantir a viabilidade das metas propostas, ao formular políticas econômicas e financeiras para garantir a sustentabilidade dos investimentos necessários ao desenvolvimento.

As ações governamentais e a intervenção estatal desempenharam um papel vital na criação de um ambiente favorável ao investimento e ao estabelecimento da indústria no País. O objetivo era equilibrar o crescimento econômico e as necessidades sociais, promover o desenvolvimento regional e reduzir a desigualdade, por meio da construção de infraestruturas como estradas (Paviani, 2010).

Durante a era do Plano de Metas, as pessoas reconheceram a importância da educação e da cultura como bases importantes para o progresso nacional. Foram feitos investimentos na educação para formar uma força de trabalho qualificada e preparar as pessoas para enfrentar os desafios modernos (Brant, 1991).

O crescimento econômico, impulsionado por programas de direcionamento, abriu espaço para a ascensão da classe média e maior estabilidade social (Barros, 2021). Por seu turno, a instalação das indústrias automobilística e siderúrgica trouxe avanços tecnológicos significativos, diversificando a economia (Carneiro; Silva, 1983).

No entanto, o período de planejamento de metas não foi isento de obstáculos e de críticas. A dívida pública e os elevados custos de construção causaram preocupação, assim como a concentração do progresso em certas áreas do País (Skidmore, 1979).

Adicionalmente, o governo teve de lidar com problemas sociais e ambientais, provocados pelo rápido crescimento urbano e industrial, e procurar a coordenação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental (Barros, 2021).

A política de desenvolvimento de JK marcou um momento relevante na história brasileira, caracterizado pela coragem e pela determinação em favor do progresso e da modernização. Isso posto,

o legado do Plano de Metas é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País, destacando a importância do planejamento estratégico e da visão de futuro na construção de uma sociedade próspera.

As conquistas e os desafios enfrentados durante esse período crítico continuam a inspirar e influenciar o caminho do Brasil para realizar todo o seu potencial como um País decisivo e ativo no cenário global.

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

A construção de Brasília afetou profundamente a identidade nacional do Brasil, mudando as percepções internas do País e o seu lugar no cenário global (Kubitschek, 2002). Ao deslocar a capital para o planalto central, afastando-a das cidades costeiras, o Brasil buscou uma identidade mais moderna e integrada, marcando uma virada no desenvolvimento do País (Mendes, 2006).

Oliveira (2006) acredita que a identidade nacional é constituída por meio de valores, de símbolos e de histórias que formam a unidade nacional. No caso do Brasil, Brasília é um símbolo desse processo, reunindo diferentes regiões e culturas sob uma visão unificada de modernidade e de progresso.

Autores como Lafer (1992) e Niemeyer (1962) enfatizaram Brasília como símbolo de progresso e de modernização, refletindo a visão de um futuro próspero para o Brasil, por intermédio de uma cidade planejada que incorporasse avanços tecnológicos e arquitetônicos (Couto, 2001). A arquitetura arrojada de Brasília simboliza não apenas o progresso material, mas também a capacidade do Brasil de se afirmar no cenário global como uma nação moderna e inovadora.

Essa perspectiva foi amplamente apoiada por estudiosos que viam Brasília como um marco de inovação e de superação, contribuindo para elevar a reputação internacional do País (Houston, 2010).

Figura 1 – Imagens da construção do congresso nacional



Fonte: Arquivo Público do DF (21-04-1960).

Brasília tornou-se um símbolo das aspirações modernizadoras do Brasil durante sua construção por JK (Kubitschek, 2002). Projetado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, esse ambicioso projeto refletia uma visão de futuro por meio de uma arquitetura arrojada, que teve profundo impacto na história do País (Silva, 1997).

Segundo Oliveira (2006), JK conseguiu unir diferentes setores da sociedade em torno desse projeto visionário, que buscava não apenas criar uma capital, mas também construir uma nova nação (Mendes, 2006).

Contudo, a construção de Brasília também apresentou desafios significativos. A transferência de capital resultou na deslocação em massa de trabalhadores migrantes (“candangos”), que enfrentaram más condições de trabalho e exclusão social (Lafer, 1992).

O êxodo rural agrou o crescimento urbano desordenado, criou franjas com infraestruturas inadequadas e sobrecarregou serviços públicos, como habitação e saúde (Furtado, 1991). Apesar dessas dificuldades, as mudanças na capital fortaleceram a unidade nacional

e a integração das diferentes Regiões do Brasil, e Brasília foi concebida como sede de três grandes potências, simbolizando um País mais moderno e progressista (Paviani, 1996; 2010).

Além de ser um marco de modernização, Brasília reforçou a narrativa de crescimento do Brasil. A cidade simbolizava a visão corajosa de JK para o progresso nacional, mesmo que a dívida pública gerada por grandes projetos tenha tido um impacto negativo nas finanças do País, deixando um legado de dívida que moldaria a política governamental nas décadas seguintes (Skidmore, 1979; Campos, 2001).

Como meta 31 do Plano de Metas, conhecido como “Meta-Integração”, Brasília não apenas consolidou a integração territorial, mas também promoveu o desenvolvimento de áreas antes subdesenvolvidas, inspirando otimismo e orgulho nacional (Holanda, 2002; Carpintero, 1998).

Figura 2 – Imagem da população em frente ao Palácio do Planalto no dia da inauguração de Brasília



Fonte: Arquivo Público do DF (21-04-1960).

Vários autores acreditam que a construção de Brasília representou um marco de inovação e de progresso na história brasileira. A grandiosidade da arquitetura e do planejamento urbano tem sido amplamente elogiada pelo seu significado simbólico e pela sua capacidade de apresentar o País como uma nação moderna no cenário internacional (Niemeyer, 1962; Silva, 2009). Contudo, apesar desses elogios, autores como Campos (2001) e Lafer (1992) também destacaram desafios iniciais significativos, decorrentes da funcionalidade urbana e da falta de infraestrutura adequada (Silva, 1997).

Além dos problemas estruturais, a falta de serviços básicos e a inadequação dos espaços públicos para atender às necessidades imediatas das pessoas, também têm atraído críticas (Silva, 1997). A desconexão entre o planejamento idealizado e a realidade vivenciada pelos cidadãos gerou debates sobre a eficácia do planejamento urbano de Brasília (Houston, 2010).

Além disso, a construção urbana nas terras altas centrais desencadeou uma migração populacional em grande escala, criando assim problemas, tais como a necessidade urgente de infraestrutura para servir a população crescente (Paviani, 2010).

Embora a imigração seja fundamental para o sucesso do projeto, também coloca desafios sociais significativos. A integração dos novos moradores à vida urbana foi problemática, levando à formação de favelas e precárias condições de vida para muitos trabalhadores que se mudaram para a capital em busca de oportunidades (Ribeiro, 2008). No entanto, Brasília consolidou-se como um importante símbolo de identidade nacional (Carvalho, 2019).

Segundo Souza (2015) e Lafer (1992), a cidade passou a encarnar a ambição de Juscelino Kubitschek de construir um País próspero e moderno, sem abandonar sua cultura e raízes, consolidando a imagem de progresso. O projeto de Brasília não visava apenas a centralização

política, mas também buscava simbolizar a inovação e a integração nacional, promovendo uma visão de desenvolvimento que englobasse aspectos econômicos, sociais e culturais.

A arquitetura e o planejamento urbano de Brasília foram projetados para simbolizar um futuro próspero e moderno, mantendo vínculos com as tradições culturais brasileiras e criando uma imagem inovadora para a nova capital. Idealizado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o projeto refletia uma visão utópica com amplas avenidas e edifícios imponentes, estabelecendo Brasília como um marco arquitetônico global e destacando a identidade nacional e a diversidade do País.

No entanto, como aponta Lafer (1992), esse progresso foi acompanhado por grave exclusão social, que afetou especialmente os trabalhadores imigrantes responsáveis pela construção de Brasília. Esses trabalhadores frequentemente enfrentaram condições de vida precárias e foram excluídos dos benefícios e oportunidades prometidos pela nova capital, como evidenciado por Paviani (1996). A falta de políticas inclusivas e a desigualdade na distribuição dos recursos ressaltaram uma disparidade significativa entre a imagem utópica de Brasília e a realidade vivida por aqueles que ajudaram a concretizar o projeto.

O desenvolvimento urbano trouxe melhorias em muitas áreas, mas também evidenciou as desigualdades sociais, com muitos trabalhadores enfrentando condições precárias e sendo excluídos das oportunidades oferecidas pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento. Estas exclusões sociais evidenciam o contraste entre a imagem progressista promovida pela capital e a realidade enfrentada por aqueles que contribuíram para a sua construção, revelando as complexidades e desafios do desenvolvimento urbano.

Além disso, a rápida urbanização da cidade suscitou discussões sobre o seu impacto ambiental. Skidmore (1979) observou que o foco intenso no desenvolvimento econômico e industrial muitas vezes ignora as consequências ambientais destas políticas, levando à degradação dos ecossistemas locais (Paviani, 1996).

Apesar das críticas, é inegável que Brasília se tornou um importante centro cultural e político do Brasil. A cidade abriga importantes instituições governamentais e se torna um importante palco de eventos artísticos e culturais. A sua arquitetura e planejamento urbano inovadores criam um ambiente onde a modernidade e a tradição se encontram, reforçando o seu papel como símbolo de identidade nacional e vitalidade cultural.

Carvalho (2019) destaca o papel da cidade como espaço de encontro das diversas expressões culturais do Brasil, consolidando sua importância não apenas como capital política, mas também como centro de identidade cultural (Ribeiro, 2008). Este papel cultural está intimamente relacionado com o conceito de Brasília como símbolo de unidade e progresso, refletindo o desejo do governo de projetar uma imagem coesa e moderna no País e no exterior (Holanda, 2002).

Desses aspectos, a construção de Brasília transcendeu claramente a sua função original de simplesmente movimentar a capital. Oliveira (2006) acredita que a cidade se transformou em um poderoso símbolo do Brasil moderno e progressista (Couto, 2001).

Embora a cidade incorpore o otimismo e a visão de futuro que caracterizaram a “era Brasília” (Kubitschek, 2002), ela também expôs desafios de longo prazo, como a dívida pública e o desenvolvimento concentrado em determinadas áreas, ao mesmo tempo que impedia uma grande parte da população de usufruir dos benefícios da modernização (Furtado, 1991).

Em sua análise do período do governo JK, Lafer (1992) enfatizou que Brasília representava, sobretudo, o Brasil em transição. Esta cidade de contradições e desafios reflete tanto o desejo de modernização como as dificuldades inerentes a um projeto desta envergadura (Mendes, 2006). O legado de Brasília é, portanto, duplo: por um lado, impulsionou o Brasil rumo à modernização, mas, por outro, expôs falhas de planejamento que muitas vezes priorizaram o simbolismo em detrimento das reais necessidades do povo (Paviani, 2010).

Carvalho (2019) observou que a construção de Brasília marcou um momento importante na história brasileira, destacando a visão futurista de Juscelino Kubitschek. A localização e o planejamento da nova capital simbolizavam não só a centralização política, mas também os esforços para promover o desenvolvimento e a integração nacional.

Além de simbolizar o progresso econômico, a nova capital ajudará a fortalecer a cultura e a identidade brasileira. A arquitetura inovadora e as cidades planejadas refletem o desejo de modernidade e eficiência, criando um ambiente que incentiva a inovação e a expressão cultural.

Alguns autores têm enaltecido Brasília como um marco da modernidade arquitetônica e cultural, transformando-se ao longo dos anos em um espaço privilegiado de expressão artística e política (Ribeiro, 2008). A cidade, com o seu traçado urbano único e arquitetura icônica, tornou-se um local dinâmico para a promoção da arte e do debate político nacional.

A modernização de Brasília não apenas redefiniu a paisagem urbana brasileira, mas também proporcionou uma plataforma para o surgimento e consolidação de novas expressões culturais. Com o tempo, a capital tornou-se um símbolo da capacidade do País de combinar inovação e tradição num ambiente urbano.

A arquitetura singular de Niemeyer, assim como monumentos como a Assembleia Nacional e a Catedral, são muitas vezes considerados símbolos de uma identidade cultural que soube integrar-se à modernidade sem perder as raízes brasileiras (Carvalho, 2019).

Porém, nem tudo é positivo. Autores como Sodré (1978) e Skidmore (1979) apontaram que a construção de Brasília, embora inovadora, trouxe uma série de problemas sociais e econômicos ao Brasil. A migração da capital para o interior, embora destinada a descentralizar o poder, também exacerbou a dívida pública e desviou recursos de áreas prioritárias como a saúde e a educação (Skidmore, 1979).

Além disso, o foco na construção da nova capital exacerbou as desigualdades regionais e sociais, especialmente na periferia e no Nordeste da cidade, que não se beneficiaram diretamente dos grandes projetos do Plano de Metas (Lafer, 1992). A prioridade de Brasília para o desenvolvimento levou ao aumento das disparidades regionais, deixando estas regiões à margem do desenvolvimento impulsionado pela nova capital.

Finalmente, a exclusão social dos trabalhadores migrantes, os chamados “candangos”, é um dos exemplos mais marcantes desta lacuna. Estas pessoas desempenharam um papel vital na construção urbana, mas muitas delas foram excluídas dos benefícios da modernização (Paviani, 2010). Brasília transcendeu sua importância natural e simbólica para se solidificar como um importante centro cultural e político.

Vários autores destacam que a cidade de Brasília se consolidou como sede do poder político das grandes potências, reafirmando a sua centralidade na governança do País (Carvalho, 2019). Com a presença de instituições como o Congresso Nacional e o Palácio da

Alvorada, Brasília tornou-se o centro da tomada de decisões políticas e administrativas e desempenhou um papel vital na organização política do Brasil.

Na esfera cultural, a cidade também se destaca como um centro vibrante de arte e cultura, atraindo atenção nacional e internacional (Carvalho, 2019). Brasília é conhecida por sua arquitetura inovadora e atividades culturais, que enriquecem a vida artística do País. Instituições culturais como o Teatro Nacional Claudio Santoro e o Centro Cultural Banco promovem uma rica diversidade de expressões culturais.

Contudo, críticos como Barros (2021) apontam que o modelo de planejamento adotado, embora inovador, não atende adequadamente às necessidades sociais e ambientais da população (Paviani, 2010). Problemas como a falta de infraestrutura e a degradação ambiental nas áreas circundantes indicam a necessidade de reavaliar os planos para garantir um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Juscelino Kubitschek e a edificação de Brasília representaram um período de mudança profunda na história do Brasil. A audácia do Plano de Metas de JK, focado no desenvolvimento econômico acelerado, deixou um legado duradouro no crescimento industrial e na modernização do País. A inauguração da capital federal simbolizou a busca por uma identidade nacional moderna e progressista, solidificando a imagem do Brasil como uma nação capaz de realizar realizações grandiosas.

No entanto, não podemos desconsiderar os desafios enfrentados, desde as críticas ao alto custo do plano até as preocupações com os impactos sociais e ambientais da construção da nova capital. A política

desenvolvimentista de JK, com seu enfoque na industrialização e infraestrutura, moldou o rumo econômico do Brasil e influenciou futuras gerações.

A abordagem estratégica e as metas ambiciosas delineadas durante seu governo tiveram impactos positivos no País, impulsionando avanços em setores-chave como a indústria automobilística e energética.

No entanto, as críticas ao endividamento público e à desigualdade regional no desenvolvimento destacam a complexidade das decisões tomadas durante esse período. A construção de Brasília, por outro lado, ultrapassou sua simples existência física e tornou-se um símbolo marcante da identidade nacional. A cidade representou a visão de um Brasil moderno e unificado, conectando as diferentes regiões do País e projetando uma imagem de progresso perante o cenário internacional. As críticas iniciais à funcionalidade e infraestrutura da cidade deram lugar à consolidação de Brasília como um polo político, cultural e arquitetônico relevante.

No âmbito metodológico, a pesquisa bibliográfica permitiu uma análise abrangente e detalhada dos acontecimentos e das decisões políticas daquela época. A análise qualitativa não só respondeu às questões de pesquisa, mas também contextualizou as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram aquele capítulo da história brasileira.

Dessa forma, ao finalizar este estudo, reconhecemos a importância do governo de Juscelino Kubitschek e da construção de Brasília como momentos cruciais na formação da identidade nacional. A coragem demonstrada, os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas naquele período continuam inspirando reflexões sobre o percurso do Brasil rumo ao seu pleno potencial como uma nação determinada e ativa no contexto global.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. A. **Juscelino Kubitschek**: uma revisão na política brasileira, da chegada de João Alemão à Revolução de 1932. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

BARROS, J. de S. **História econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

BRANT, V. Depoimento. In: OLIVEIRA, José Aparecido de et al. **JK o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 99-101.

CARNEIRO, M. C. R.; SILVA, H. **Os Presidentes**: JK, 19º Presidente do Brasil. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília**: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CARVALHO, A. Brasília: história e memória. **Brasília**: Senado Federal, 2019.

CAMPOS, R. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

COUTO, R. C. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, C. Depoimento. In: OLIVEIRA, J. A de et al. **JK: o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 159-171.

HOLANDA, F de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOUSTON, J. **Cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

LAFER, C. Os anos JK: seu impacto e significado. In: **Saudades do Brasil: a era JK**. Rio de Janeiro: Memória Brasil: CPDOC, 1992. p. 11-15. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/21c72bcc-27b9-49b1-8e02-0d3036c6d176/content>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MELLO, L. **Brasília: história de uma ideia**. Brasília: Senac, 2006.

MENDES, M. **Meu testemunho de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 2006.

NIEMEYER, O. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

OLIVEIRA, M. de. **Juscelino Kubitschek: o sonho de uma nova nação**. São Paulo: Unesp, 2006.

PAVIANI, A. (org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. (Coleção Brasília).

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, L.S.D. **A Construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: UFG, 1997.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SOUZA, M. **Brasília**: memória e imagem. Brasília: UnB, 2015.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAPÍTULO 04

AS CRIANÇAS DO SÉCULO XXI: INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO INFANTIL

Evangelista de Souza Martins¹

Nilza Maria Ferreira de Sousa²

1 Bacharel em Administração. Graduado em História. Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais. E-mail: evangelistamartins91@gmail.com

2 Graduada em História pela UESPI. Especialista em História do Brasil-FAEME. Tutora no Curso de Especialização em História do Brasil (CEAD/EAD). E-mail: nilza4775@gmail.com



INTRODUÇÃO

As crianças sempre existiram. No entanto, durante muito tempo, foram esquecidas pelas narrativas históricas. Porém, no fim do século XX, escritores renomados como o psicanalista Sigmund Freud deram visibilidade a esse grupo ao destacar que muitos traumas e dificuldades da vida adulta têm origem na infância. A partir desse achado, a família, juntamente com a sociedade, passou a dispensar maior cuidado e atenção a esse grupo social que é especial e diferente e, portanto, digno de ser estudado em função de suas peculiaridades.

Os estudos sobre comportamento mostram que a sociedade, ao longo dos anos, vem passando por grandes transformações. Contudo, nos últimos vinte anos, essas mudanças ganharam um forte aliado: as mídias digitais, que proporcionaram o livre acesso aos meios tecnológicos, influenciando os modos de agir da sociedade e causando forte impacto na formação — na maneira como uma pessoa é criada e educada.

Essas mudanças sociais vêm ocorrendo devido a vários fatores, principalmente o avanço das tecnologias. Segundo Tomás e Carvalho (2019), as tecnologias guiam e direcionam as pessoas como se fossem marionetes. Não importa a etnia, a religião, o status social: nem mesmo a idade é páreo para o poder transformador das mídias digitais.

Nesse processo de metamorfose social alavancado pelas tecnologias, todos os setores da vida foram afetados. No entanto, as comunicações apresentaram mudanças impressionantes, a ponto de a distância não ser mais empecilho para se intercomunicar. As mídias digitais, com suas engrenagens, imprimiram novas metodologias no ato de interação social, pois têm a capacidade de aproximar pessoas por meio da comunicação, quer seja falada, escrita ou audiovisual, com uma ou várias pessoas ao mesmo tempo e em vários lugares diferentes.

Nesse processo de metamorfose social alavancado pelas tecnologias, todos os setores da vida foram afetados. No entanto, as comunicações apresentaram mudanças impressionantes, a ponto de a distância não ser mais empecilho para se intercomunicar. As mídias digitais, com suas engrenagens, imprimiram novas metodologias no ato de interação social, pois têm a capacidade de aproximar pessoas por meio da comunicação, quer seja falada, escrita ou audiovisual, com uma ou várias pessoas ao mesmo tempo e em vários lugares diferentes.

Nesse contexto, as famílias sofreram transformações, especialmente as crianças e os adolescentes. Botelho (2020) explica que os infantes têm apresentado, de fato, características diferentes em relação às de crianças que nasceram em outros períodos da história. Essas mudanças são constatadas tanto nas brincadeiras quanto no modo de vestir, falar, pensar e agir. A acessibilidade a aparelhos tecnológicos modificou inclusive a rotina das pessoas, de maneira que, na atualidade, é comum ocorrerem refeições em frente à televisão e a outros dispositivos eletrônicos.

Esse cenário contemporâneo reordenou as famílias e instigou as pessoas a serem cada vez mais dependentes do uso das tecnologias. Nesse contexto, os impactos das mídias na formação e na educação de

crianças e adolescentes tornou-se objeto de preocupação da família e de estudiosos, uma vez que elas possuem uma elevada capacidade de influenciar as decisões e as ações das pessoas (Alves; Oliveira; Serrazes, 2020).

As tecnologias passaram a fazer parte da rotina diária das famílias, sobretudo dos infantes (Tomás; Carvalho, 2019). Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de formação e de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes no século XXI, com base no contato e na influência das mídias digitais. Como objetivo específico, esta pesquisa se reverbera sobre os impactos das mídias digitais e das redes sociais sobre os aspectos cognitivos e sociais das crianças e dos adolescentes.

A relevância deste estudo dá-se pela importância da criança na formação da sociedade, haja vista que esse grupo representa quase 20% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Nesse sentido, o presente estudo reúne achados importantes sobre as mídias sociais e as influências positivas e negativas delas na formação dos infantes, trazendo novas descobertas a serem discutidas por outros estudos.

Pesquisar é um processo natural para adquirir conhecimento ; exige pensamento reflexivo e tratamento científico para chegar ao propósito desejado. Os procedimentos metodológicos fazem uso do método qualitativo que, segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015), consiste em um procedimento técnico que analisa as práticas cotidianas, transformando-as em dados relevantes e compreensíveis para a comunidade em geral.

Os assuntos abordados neste estudo visam a contribuir com apontamentos sobre os impactos das mídias no comportamento e na formação das crianças e dos adolescentes atualmente, buscando entender sua evolução diante desse grupo social.

A CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA

O conceito de criança e de infância parece ser sinônimo, uma vez que um está intrinsecamente ligado ao outro. Entretanto, quando se observa de maneira minuciosa, percebe-se uma pequena distinção entre eles. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), explica que criança é o ser humano desde o nascimento até os doze anos de idade incompletos, ou seja, corresponde a um período da vida (BRASIL, 1990).

Bujes (2001), em seu estudo, explica que, enquanto a criança diz respeito a uma fase, a infância é um objeto cultural, uma narrativa socialmente construída que objetiva definir quem é esse segmento populacional, o que a sociedade espera dele e como elas se constituem; ou seja, a infância define-se pelo tempo cronológico de vida transcorrido e é uma fase da vida construída a partir de discursos de terceiros que moldam e compreendem o mundo desse público.

Ao longo dos anos, a conceituação de infância como fase da vida passou por diversas mudanças. Outrora, as particularidades e as singularidades desse segmento não eram respeitadas, pois as crianças eram tratadas sem as condições mínimas de direito fundamental; não existiam considerações pelos aspectos relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento delas. Esse fato, combinado com o desleixo na higiene e na alimentação dos infantes, provocou um alto índice de mortalidade infantil em períodos passados (ARAÚJO, 2014).

Segundo Ariès (2006), é importante frisar que, até por volta do século XVII, a infância é caracterizada pelo total anonimato, quando a criança era apenas uma “peça descartável” que, se quebrasse – ou seja, se a criança morresse –, seria facilmente substituída de maneira bem natural; era como se ela não passasse de um objeto: logo, “quebrou, trocou”. Aliás, Priore (2010) afirma que a vida das crianças

era banalizada e, por consequência, havia alta taxa de mortalidade infantil, pois eram seres vivos vistos quase como objetos descartáveis e sem valor social.

Na acepção de Pinto (1997, p. 35), “[...] na Idade Média, as crianças são representadas como adultos em miniatura – ‘homunculus’ –, trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos”. O referido autor enfatiza ainda que, à medida que se faz uma introspecção ao passado, existe maior chance de deparar-se com práticas mais selvagens em relação às crianças, tais como abandono, infanticídio, mutilação, entre outros. Essas narrativas apresentam elementos que demonstram o descaso com os menores em tempos passados.

Ainda sobre o termo infância, Ariès (2006) explica que esse conceito foi construído pouco a pouco e que é possível observar, no mínimo, três fases que retratam como eram tratadas as crianças pela sociedade no decorrer dos anos. O Quadro 1 destaca essas fases e respectivas características.

Quadro 1 – Fases e características da infância nos últimos anos

FASES	SÉCULOS	CARACTERÍSTICAS
1º	XIII	Não havia diferença entre crianças e adultos, e os infantes eram vistos como pequenos adultos.
2º	XVII	Percebe-se uma leve evolução, sendo possível observar uma personalização para as crianças. Como exemplo a criação de escolas que contemplavam o ensino infantil, porém no mesmo ambiente que o adulto.
3º	XXI	As crianças conquistaram espaços e passaram ser detentoras de direitos positivados e de voz.

Fonte: Ariès (2006).

AS MÍDIAS DIGITAIS

Para compreender os impactos que as tecnologias digitais provocam nas pessoas, é necessário entender primeiro o que são mídias digitais, suas histórias e suas influências. De maneira geral, quando se usa o termo “mídias”, está-se referindo a um conglomerado de estações transmissoras, seja rádio, televisão, jornais, revistas, cinemas e diversos outros meios de telecomunicação que ligam as informações a muitas pessoas (SILVA; PEDROSA, 2018).


Segundo Jomba, Schlosser e Demarco (2019), a história das mídias mostra que elas têm suas origens ligadas a três inventos: o telégrafo, a fotografia e a radiodifusão sonora. As fusões desses elementos tecnológicos deram corpo às mídias digitais. A referida tecnologia é muito importante para a sociedade e tem contribuído para aproximar pessoas, serviços públicos e particulares, ou seja, as mídias trouxeram maior praticidade e comodidade nas telecomunicações.

De acordo com Covaleski e Siqueira (2017), as mídias tecnológicas são conexões que possibilitam a interação de pessoas que estão fisicamente distantes e constituem ferramentas de fácil utilização com uma grande quantidade de recursos. Os referidos autores ressaltam ainda que as mídias trazem à tona recursos sensoriais que instigam a curiosidade das pessoas no ambiente digital, daí porque possuem alto poder de persuasão.

As mídias integram um mundo riquíssimo que, além de proporcionar maior liberdade na comunicação, também trazem oportunidades de negócios e de benefícios, incluindo a possibilidade de estudo, de trabalho e de diversão, ou seja, trata-se de um espaço atraente a todos os públicos, sobretudo às crianças, que buscam explorar novas conquistas e descobertas, tornando-se um público vulnerável e bem mais fácil de cooptar para seguir tendências de interesse dos meios midiáticos.

O poder das tecnologias é tão transformador que as mídias vêm criando uma cultura com dialeto e significado próprio. Essa comunicação virtual, constituída de abreviações, símbolos e emojis, vem tomando o lugar de frases e palavras com sentido e conotação em uma linguagem própria. Estando alegre, é possível representar por meio de um símbolo; se está triste, há outros caracteres; e para qualquer situação existe uma figura para expressar-se, ou seja, as mídias estão criando uma cultura linguística baseada em símbolos.

A propósito, Paiva (2016, p. 382) ilustra que

Uma prova da influência dessas mudanças na interação humana têm sido as escolhas das palavras do ano. Em 2013, a palavra *selfie* foi a escolha dos Oxford Dictionaries, o que revela o impacto das tecnologias móveis e a forte presença da fotografia na interação social; em 2014, o Global Language Monitor elegeu, como palavra do ano, o emoji  (coração/amor), apesar de não ser uma palavra e, em 2015, o reconhecimento do intenso uso de emojis se reflete na seleção do emoji como palavra do ano dos Oxford Dictionaries, os emojis não têm um nome oficial, mas apelidos dados pelos usuários. O emoji de alegria, palavra do ano de 2015, é também chamado “rosto com lágrimas de alegria” ou “chorando de rir” e foi criado na “América do Norte, em torno de 2011, quando a Apple colocou um teclado de emojis de acesso fácil no iOS 5 para o iPhone.”

Nesse contexto, é possível perceber como as mídias contêm um elevado poder de transformação, uma vez que elas têm alta capacidade de disseminação de seus conteúdos, os quais são altamente persuasivos. Dessa maneira, as mídias fazem uso de estratégias de comunicação para criar uma linguagem e um costume próprio e, assim, vão adquirindo maior propagação, principalmente no meio infanto-juvenil.

ADULTIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Segundo Bick et al. (2013), as características humanas resultam da interação do homem com o meio em que está inserido. Por sua vez, Postman (2012) explica que o advento da televisão e a difusão dos meios de comunicação permitiram o acesso a conteúdos diversos para todos os públicos, independentemente da faixa etária. Esse fenômeno acabou com o sigilo entre o mundo dos infantes e dos adultos, contribuindo para a adultização das crianças.

Wanda Jorge (2004) menciona que os meios de comunicação fazem parte do cotidiano das crianças, que passam, em média, 3,5 horas por dia em frente à televisão e a outras tecnologias digitais, ou seja, as mídias têm formado novas identidades. A supracitada autora esclarece que a admiração que as crianças sentem por seus pais, avós e tios é transferida a atores, atrizes, jornalistas e apresentadores da televisão, cinema e rádio.

Conforme Sousa et al. (2016), a formação de um indivíduo em sociedade é um processo cujo conceito não tem parâmetros retilíneos, sendo condicionado às peculiaridades do meio no qual se desenvolve. Ademais, um ponto comum no tocante ao processo é que a infância constitui o aspecto de maior vulnerabilidade para que o indivíduo seja alvo da influência do meio como um todo, passando a repercutir em costumes, por vezes, diversos daquele que tradicionalmente uma criança deveria adotar.

De acordo com Gutjahr e John (2012), as mídias sociais constituem uma fonte de informação, de entretenimento e de socialização que permite interações sociais virtuais entre pessoas de qualquer parte do mundo. Ao longo dos anos, a definição de infância foi-se transformando e adequando-se à cultura atual por intermédio

de um processo de mudança na mentalidade, no relacionamento e na afetividade das crianças com os familiares, tornando esses sujeitos seres humanos com valores sociais.

Felipe e Gizzo (2003) atestam que crianças e adolescentes do século XXI tendem a apresentar comportamentos de adultos ou até mesmo precoces em virtude do glamour das telenovelas e dos apresentadores, por vezes até mirins, que supervalorizam a parte exterior dos seres. Então, crianças e adolescentes tornaram-se presas fáceis aos apelos midiáticos que as transformam em pequenos adultos, por meio de incentivos como modos de vestir, preferências, atitudes, gestos, comportamentos e vocabulários, entre outros.

A EROTIZAÇÃO INFANTIL

As tecnologias e os meios de comunicação têm trazido inúmeros benefícios e conhecimentos à sociedade em geral. No entanto, a erotização infantil por influência dos meios midiáticos é fato notório. A exposição exacerbada às tecnologias pode prejudicar o desenvolvimento social e cognitivo das crianças, acarretando adversidades que influenciam da infância até a vida adulta, tais como: pedofilia, depressão, comparação, ansiedade e banalização sexual (Fusinatto et al., 2014).

É na infância que começa todo o processo de desenvolvimento de uma pessoa, por ser uma das fases da vida em que as pessoas estão sob forte influência do meio em que estão inseridas. Pesquisas da TIC Kids Online Brasil mostram que, de cada dez crianças, oito têm o hábito de assistir a vídeos, a programas, a filmes ou a séries na internet (Tomás; Carvalho, 2019).

Isso demonstra o avanço das tecnologias, o fácil acesso às redes sociais e a plataformas, deixando visível o poder de influência, sobretudo, junto ao público infantil.

Ser criança na atualidade remete a um novo brincar, mediado pelos aparelhos tecnológicos móveis, sendo esses objetos utilizados como brinquedos são tomados também como brinquedos. A tecnologia passa a fazer parte da rotina das crianças e também de adolescentes pelas quais celulares tablets e outros dispositivos eletrônicos têm adentrado o universo infantil cada vez mais cedo, tornando as crianças verdadeiras nativas digitais (Tomás; Carvalho, 2019 p. 246).

Desse modo, as mídias vão entrando de mansinho nos lares e na vida das pessoas sem qualquer resistência por parte dos usuários. Pelo contrário: é um desejo de consumo, passando a ser referência e a ser seguido, uma vez que apresenta, simbolicamente, uma vida perfeita e desejável.

Portanto, a imagem da infância, em um passado recente, deu lugar a crianças adultas. Alguns dos meios de comunicação de massa que chegam com maior frequência aos lares brasileiros, como aos de no mundo inteiro, são a televisão, um dos meios midiáticos responsáveis pela divulgação, pela informação e pelo entretenimento de milhares de famílias.

Corroborando com Figueiredo et al. (2009, p. 4)

ressalta-se que a mídia, especialmente a televisão enquanto um meio de grande importância social se constitui como um dos principais estimulantes no processo de erotização na infância. Tal fato pode ocorrer por influência dos estímulos eróticos que produz, ou até mesmo pela permissividade com que tais estímulos chegam até as crianças, visto que a televisão inunda massivamente a criança com uma sexualidade adulta que induz a uma estimulação erótica que a criança ainda não tem condições de absorver completamente.

O autor em comento faz uma crítica sobre a forma como os conteúdos chegam às casas e descreve que as estruturas familiares têm um papel fundamental, no sentido de fiscalizar o que crianças e adolescentes estão consumindo no mundo virtual. Isso posto, não basta apenas haver legislação: é necessário que o grupo familiar tenha consciência da sua responsabilidade, sobretudo social, na formação do público que será o porvir da sociedade.

Ainda nesse contexto, outros meios de comunicação e de entretenimento que estão em evidência são as redes sociais, como o Facebook, o Instagram, o Telegram, o TikTok, entre outros, fazendo com que os usuários desejem cada vez mais estar conectados em busca de likes. Dessa forma, as facilidades e as influências adentram as casas sem controle por parte dos pais ou responsáveis.

Vale ressaltar que existe uma intencionalidade nos conteúdos e que eles têm o poder de criar um elo entre as mídias e a erotização infantil, uma vez que as redes sociais enfatizam o padrão perfeito a ser seguido, provocando uma dependência, isto é, criando um mundo de fantasia inalcançável que cada vez mais atrai pessoas.

Por sinal, Fusinatto et al. (2014, p. 116) destacam que

a erotização infantil, embora seja um tema recente, tornou-se uma das principais preocupações da nova era tecnológica, pois pode prejudicar o desenvolvimento social e cognitivo das crianças, fazendo com que atrole as fases naturais de desenvolvimento do ser humano e, em especial, a infância, que é extremamente importante para sua formação.

A erotização proporciona à criança percorrer mais rapidamente as etapas da vida, situação que encurta a distância entre tais etapas, pois, mesmo na infância, ela quer viver como os adultos vivem. Assim, é comum no dia a dia observar crianças dançando e cantando músicas

de duplo sentido, e o “engraçado” é que esses conteúdos aparecem maquiados com a caneta da “inocência”, tendo, na maioria das vezes, livre acesso aos infantes.

A sexualização é uma ação que ocorre do exterior para o interior, ou seja, não é um processo natural no indivíduo, mas algo relacionado com o meio onde se vive.

As mídias estimulam ao processo de adultização da criança e as instiga para a erotização precoce, causando impactos em seus desenvolvimentos como exemplos problemas comportamentais, físicos, psicológicos, banalização do sexo, o ingresso a atividade sexual precocemente, consequentemente doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (Silva; Pedrosa, 2018).

Para Demarco, Paula e Schlosser (2019), vive-se em um mundo globalizado onde tudo se integra, sobretudo no âmbito da comunicação. Os conteúdos eróticos geralmente são encabeçados por artistas famosos, influencers e até por pessoas comuns, em um processo que promove uma interação entre produto ou serviço de maneira a contagiar as crianças, haja vista estarem em fase de desenvolvimento, sendo mais suscetíveis a esses apelos midiáticos.

CONSUMISMO NA INFÂNCIA

Uma das principais marcas da sociedade contemporânea é o consumismo. Ferrari (2022) define-o como a relação entre a ação de comprar e a necessidade do que está sendo adquirido. Portanto, entende-se por consumismo a aquisição de bens além da necessidade. Nesse sentido, pessoas de diferentes idades e classes sociais consomem produtos e serviços sem controle, exageradamente.

Até o início do século XXI, a televisão aparecia como o principal veículo de expansão do consumismo, sendo comum, por exemplo, a exibição de propagandas de brinquedos nos intervalos de programas infanto-juvenis exibidos em canais de televisão aberta. Com a popularização da internet, as propagandas voltadas a esse público passaram a ser mostradas em anúncios e links exibidos, por exemplo, durante a reprodução de vídeos no YouTube.

O objetivo principal dessas propagandas midiáticas é convencer o público da necessidade de aquisição de determinado bem, mesmo que, na prática, ele não tenha serventia. No atual modelo de sociedade, consumir determinado produto ou serviço pode significar, para crianças e adolescentes, uma maneira de inserção em determinado grupo ou uma forma de compensar alguma carência afetiva.

O consumismo relacionado à alimentação é um dos mais praticados pelo mercado. Para tanto, as empresas costumam aproveitar-se de datas comemorativas para vender alimentos, muitas vezes com alto teor calórico, podendo inclusive causar prejuízo à saúde dos pequenos. Guimarães Júnior (2016, p. 284) diz que “quase não existe, na publicidade, divulgação de uma dieta saudável constituída por alimentos in natura”, ou seja, é demasiado o consumo de produtos industrializados influenciados pelas mídias, apesar de já ter sido comprovado que tais alimentos prejudicam a saúde.

Nesse contexto, é comum, em determinadas épocas do ano, as empresas lançarem ou intensificarem suas campanhas publicitárias, aproveitando a demanda de determinado período. As mídias colocam uma auréola em um produto ou serviço, destacando apenas o glamour e o encanto, tornando-o objeto de desejo das pessoas, especialmente do público infanto-juvenil.

Há propagandas de brinquedos – carrinhos, bonecas, jogos etc. – que apresentam uma imagem diferente do que são na realidade. Essas propagandas não “mentem” a respeito do que seja o brinquedo, mas certamente podem enganar o espectador em relação aos efeitos prometidos (De La Taille, 2016, p. 116).

Ao passo que é grande o desejo pela aquisição de um novo brinquedo, é pequena a vida útil dele, que rapidamente é descartado, dando lugar a outro brinquedo. Assim, a criança cresce como um indivíduo consumista, com um forte desejo de posse.

Dessa maneira, identifica-se o consumismo atrelado ao sistema econômico que tem como finalidade o lucro, e vem incentivando o consumo na infância, sem importar-se com as consequências que tais produtos ou serviços podem acarretar à vida dos infantes. Assim, o apelo midiático leva esse público a consumir de maneira inadequada, afetando a vida desse grupo.

AS LEGISLAÇÕES INFANTIS NO BRASIL

A história dos dispositivos legais sobre a infância no Brasil mostra que a legislação pouco a pouco vem avançando em relação à proteção das crianças. Segundo Del Priore (2015), por volta dos séculos XVI e XVIII, no Brasil, observou-se uma preocupação no sentido de valorizar as especificidades da infância por meio de uma educação mais sensível e do reconhecimento de direitos outrora negados aos infantes.

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que inaugurou uma nova etapa em relação às políticas de atenção à infância, com a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos. Na década de 1990, foi criado o ECA, que reitera a criança como um ser humano dotado de direitos.

De acordo com Cardoso (2017), no escopo do ECA é possível verificar proteção integral aos infantes com base em três pilares: primeiro, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; segundo, são considerados pessoas em desenvolvimento; por fim, crianças e adolescentes dispõem de prioridade total na garantia de direitos. A legislação supracitada reconhece, inclusive, a vulnerabilidade dessa faixa etária.

O ECA reconhece a realidade de crianças e de adolescentes, avança em princípios e valores sobre a dignidade humana, dentre eles o de proteção integral a crianças e adolescentes. A Constituição Federal, no art. 27, enfatiza que a responsabilidade de garantir os direitos de crianças e adolescentes é compartilhada entre Estado, família e a sociedade (BRASIL, 1988). Nesse sentido, fica evidente a coparticipação de cada ente citado na formação desses sujeitos, para que se construa uma sociedade onde direitos fundamentais não sejam violados.

Corroborando com Botelho (2020), a Carta Magna prevê amparo especial do Estado a crianças e adolescentes. Assim sendo, explica o autor em comentário que o tratamento de dados pessoais de menores de idade deve ser realizado visando sempre ao melhor interesse dos infantes. Para Tomás e Carvalho (2019, p. 252), “a lei geral de dados tem a função de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento do ser humano”.

Atualmente, o reconhecimento da criança como sujeito social e histórico, detentora de direitos sociais [...] “é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional” (SILVA; ALCÂNTARA, 2009).

Portanto, observa-se que as leis garantem a proteção integral a crianças e a adolescentes. Adicionalmente, o art. 5º da Constituição Federal do Brasil apresenta em seu escopo que os infantes deverão ser salvos de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Segundo Weber e Francisco-Maffezzolli (2016), as características infantis já não correspondem àquelas do passado. Tudo passou por mudanças na vida dos infantes, desde as diversões até o modo de trajar-se, comunicar-se e portar-se. Essa notoriedade é percebida por meio de alguns elementos contemporâneos – sobretudo a exposição em mídias serviu para evidenciar e, ao mesmo tempo, impulsionar mudanças nas características das crianças e dos adolescentes, despertando interesse da academia e da sociedade para com esse grupo, que tem passado por transformações.

De acordo com Grossman (2010), as crianças ganharam um espaço próprio na sociedade contemporânea por meio de práticas e representações atinentes ao seu constructo social. Segundo a autora em apreço, a “infância adquiriu o estatuto de grupo social com as suas próprias especificidades”, assim como a capacidade de produzir sua própria cultura através de modos de pensar, agir e sentir, não se limitando apenas a imitar os adultos.

Segundo Maynard (2016), as mídias digitais têm alterado a produção e a disseminação de conhecimento na vida das pessoas. Nesse sentido, é possível averiguar o poder transformador das mídias no cotidiano das crianças. Por meio de uma análise visual, percebe-se a reprodução ou a reinterpretação de diversos conteúdos midiáticos, materiais que são despejados diariamente no universo infantil por meio das telas com as quais esse segmento tem contato dentro

ou fora do lar. As “telinhas” estão por toda parte; dessa maneira, as mídias tecnológicas têm influenciado sobremaneira a infância contemporânea.

Isso posto, com este estudo, nota-se que as mídias sociais estão criando identidades, comportamentos e um dialeto próprio. As brincadeiras manuais vêm perdendo espaço para jogos digitais e games. A casa é um espaço onde os pais normalmente relaxam, pois acreditam que, por seus filhos estarem no quarto, estão protegidos.

No entanto, as mídias têm essa capacidade de provocar ‘riscos’ mesmo quando crianças e adolescentes estão no meio familiar. Sem embargo, as mídias sociais podem ser acessadas e consumidas no conforto e na “segurança” do quarto. O modo de criação das crianças e adolescentes atualmente provém de uma estrutura simbólica que as rodeia. Por isso, os meios midiáticos exercem tamanha influência nesse público. Dessa maneira, o referencial de vida dos infantes passou a ser de personagens famosos do mundo virtual (ALVES; OLIVEIRA; SERRAZES, 2020).

Corroborando com Silveira Neto, Breu e Flores-Pereira (2010), não existem fronteiras entre adultos e crianças, e tal fato é facilmente percebido, inclusive nos mercados de consumo, onde produtos como bolsas, sutiãs, sapatos de salto, entre outros, são oferecidos para mulheres, assim como para crianças. Esse cenário comunicacional tem contribuído para disseminar marcas ou produtos que aceleram o desejo infantil.

Segundo Covaleski (2010, p. 24), a inspiração que as mídias oferecem tem como base a mistura sinérgica entre marca e diversão, significa a “publicidade mesclada ao conteúdo e transformada em entretenimento, tornando-se, dessa forma, apta à interatividade e suscetível a ser compartilhada”. O domínio das mídias digitais sobre o

comportamento humano é inquestionável, a ponto de as tecnologias estarem presentes no dia a dia das pessoas, inclusive do público infantil.

As mídias são capazes de estimular reações emocionais, tais como alegria, medo, luxúria, entre outros sentimentos. Weber e Francisco-Maffezzolli (2016) explicam que os estímulos midiáticos podem contribuir para que crianças internalizem comportamentos, atitudes, hábitos, formas de lazer e ações típicas de uma vida adulta. De acordo com os supracitados autores, esse fenômeno é conhecido por “adultização”, e caracteriza-se pela manifestação de comportamento precoce entre crianças e adolescentes, tendo como principal meio de influência a interação deles com as mídias sociais.

Para Alves, Oliveira e Serrazes (2020), as mídias podem atuar como vilãs, direcionando usuários para situações indevidas, principalmente os infantes, que ainda não conseguem medir muito bem o significado entre o certo e o errado. No entendimento de Ferrari (2022), nessa conjuntura social, as mídias têm a capacidade de despertar sentimentos de pertencimento, de modo que, para se sentir aceito, necessita-se “ter”. Por sua vez, Postman (2012) argumenta que, atualmente, as crianças participam das mesmas atividades que os adultos, igualando-se no uso de roupas, nas brincadeiras, nas atitudes, nos desejos.

Prestes e Felipe (2015) ratificam que as mídias têm a capacidade de acelerar as fases da vida, sem dar espaço para que a criança viva a infância e, depois, a adolescência, ou seja, a adultização e a erotização infantil foram pontos que este estudo identificou como resultados desse constante contato de crianças e de adolescentes com as mídias digitais. Praticamente não existem barreiras entre o mundo adulto e o infante-juvenil, sendo estas excluídas em grande parte pelos conteúdos midiáticos que permeiam e direcionam a infância.

De acordo com Fusinatto et al. (2014), a erotização infantil é um problema que vem acompanhado das tecnologias, pois estas permitem um atropelamento das fases naturais da vida, na medida em que vêm prejudicando e propiciando a adultização de forma precoce. Conforme Demarco, Paula e Schlosser (2019), as mídias submetem as crianças a um amadurecimento precoce e à sexualização, e influenciam desde o modo de vestir ao modo de se comportar, ou seja, interferem na essência humana a tal ponto de tornarem as pessoas dependentes dela.

Nesse cenário, fica evidente que os dias atuais estão sendo impactados pela inserção das mídias digitais, que, aos poucos, foram transformando e adaptando as sociedades. Partindo desse pressuposto, entende-se que a infância contemporânea é resultado de uma fusão entre a evolução dos seres humanos e os processos tecnológicos alcançados pelo homem, daí porque se acredita que os conteúdos audiovisuais possuem influência no comportamento social e levam o homem a um mundo desconhecido, com capacidade de crescimento e mais mudanças sociais, sobretudo nas novas gerações.

DESAFIOS PARA A INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Para Silva e Pedrosa (2018), as mídias tornaram-se símbolos de modernidade e de evolução humana, e apresentam inúmeros benefícios. Quando bem utilizadas, possuem a capacidade de deixar um legado positivo. Por outro lado, essa influência pode ser negativa, haja vista que as mídias são manipuladas por inúmeros interesses.

De acordo com Santos e Grossi (2007), as mídias têm o poder de provocar divisão: um grupo é formado por crianças que possuem menor poder aquisitivo; o segundo grupo é constituído por uma categoria socialmente privilegiada que ostenta nas redes sociais. Essa segregação estimulada pelas mídias pode gerar traumas na fase

adulta, uma vez que, nesse momento, elas ainda não dispõem de preparo psicológico para entender o porquê de não possuírem certos produtos que outros coleguinhas têm.

Essas situações são alimentadas pelas mídias digitais, visto que o mundo virtual oferece a vida ideal, perfeita e feliz, de maneira que, para ser “feliz”, deve-se seguir o padrão estimulado pelos meios midiáticos. O contato com as mídias tecnológicas permite ao indivíduo ser influenciado e influenciar, e, na idade adulta, as escolhas tendem a ocorrer de forma mais fácil e consciente; daí a questão é quando os influenciados não têm discernimento para tal escolha, como é o caso de crianças e de muitos adolescentes.

Ao longo deste trabalho, assimilou-se que existe uma carência na fiscalização em relação às mídias. Outrossim, que as mudanças de comportamento na vida dos infantes ocorrem devido a muitos informes que eles recebem e a características até biológicas, que não conseguem discernir. Assim sendo, passam a querer imitar, transformando-se em consumidores de uma ideia ou de um produto.

Diversas pesquisas científicas, principalmente nas áreas da psicologia, demonstram que os fatos e os acontecimentos vivenciados na chamada primeira infância – que vai do período de zero aos seis anos de idade – podem deixar rastros durante a vida inteira. Freud (2010) explica que a infância é o período crucial para a formação do indivíduo como pessoa.

A mídia é um elemento fundamental na sociedade, e não se concebe o “hoje” sem o auxílio das mídias: assistir à televisão; navegar na internet; e usar o celular são coisas do cotidiano dos seres humanos. Logo, essa tecnologia influencia o tempo todo, tanto na educação informal quanto na formal.

Buckingham (2007) ratifica que proteger as crianças das influências negativas das mídias está ultrapassado. Assim, crianças e adolescentes precisam ser estimuladas e preparadas para lidar com as novas mídias, e, quando essas ferramentas são utilizadas de maneira correta, tornam-se parceiras na educação e na formação dos infantes.

Para que ocorra a preservação das condições infantis, é necessário que os poderes públicos que regem os direitos das crianças e dos adolescentes fiscalizem os conteúdos que as mídias expõem livremente e que estimulam sentimentos prejudiciais à formação desse público. Ademais, entende-se que a família deve ser a principal barreira entre os infantes e os conteúdos maquiados pelas mídias, os quais corrompem a infância com seus devaneios.

Nas últimas décadas, as mídias vêm contribuindo para que a história faça uma introspecção no sentido de observar o mundo infantil, com suas particularidades e suas peculiaridades. Keen (2012) explica que as novas gerações também têm se tornado protagonistas por meio dessa hipervisibilidade midiática, em que as pessoas estão conectadas o tempo todo. Outro fator fundamental que o estudo observou na proeminência da infância atualmente são as leis que têm buscado dar maior amparo às crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio do presente estudo, identificou-se que, no atual cenário contemporâneo no qual a sociedade se encontra, a internet e as redes sociais estão presentes de forma abundante, de maneira que não se pode negar a sua existência. As mídias provocaram alterações na vida dos seres humanos em todos os sentidos: na vida pessoal, no trabalho e no estudo, e o uso orientado dos meios midiáticos na formação de crianças e de adolescentes pode servir para gerar conhecimento saudável e sustentável.

Adicionalmente, concebe-se que as mídias digitais apresentam impactos relevantes na formação de crianças e de adolescentes. Assim sendo, cabe principalmente aos genitores decidir como desejam que a influência das mídias afete os infantes, pois o direcionamento ou a falta de direção nessa mediação pode ser benéfico ou maléfico para esse segmento. Assim sendo, este estudo atingiu seus objetivos, uma vez que reverberou o processo de formação e de desenvolvimento de crianças e de adolescentes no século XXI, tendo em vista o contato e a influência das mídias digitais.

Por conseguinte, este estudo é relevante tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade civil e o Estado. Haja vista que existe uma predisposição para que as tecnologias digitais cada vez mais se façam presentes no meio social, fica evidente a necessidade de mais pesquisas nessa área, a fim de compreender os impactos causados pelas tecnologias digitais no público infantil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia Assis; OLIVEIRA, Mariana de; SERRAZES, Karina Elizabeth. **A influência da mídia no comportamento infantil**. Revista Educação, Batatais, v. 10, n. 1, p. 79-91, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://claretiano.edu.br/revista/educacao/605b3a8c83fe107cbc9758bf>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- ARIËS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- BICK, Vanice Teresinha et al. **As influências da mídia no desenvolvimento infantil**. Revista Psicologia em Foco, v. 5, n. 5, p. 101-115, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1105>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BOTELHO, M. C. A **LGPD e a proteção ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), v. 8, n. 2, p. 197-231, 2020. DOI: 10.25245/rdspp.v8n2.705.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023.
- BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- CARDOSO, Marcelly Maria de Carvalho. **A efetividade dos direitos fundamentais da criança e do adolescente: uma análise da reserva do possível e o poder judiciário**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COVALESKI, Rogério Luiz. **O processo de hibridização da publicidade: entreter e persuadir para interagir e compartilhar**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/5327>. Acesso em: 23 mar. 2024.

COVALESKI, Rogério Luiz; SIQUEIRA, Olga Angélica Santos. **Conteúdo de Marca Audiovisual e regimes interacionais: reflexões sobre o engajamento digital do consumidor**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 40, p. 61-75, 2017. DOI: 10.1590/1809-5844201724. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/VYJHX3xXksjLB3nxSG9HnVx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DE LA TAILLE, Yves. **A publicidade dirigida ao Público Infantil: Considerações Psicológicas**. In: FONTENELLE, Laís (org.). Criança e Consumo. São Paulo: Alana, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

DEMARCO, Taisa Trombetta; PAULA, Marcos Henrique Pereira de; SCHLOSSER, Adriano. **Adultização e erotização infantil: a influência social**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira, v. 4, p. e20431, 2019.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo**. Proposições, v. 14, n. 3, p. 119-130, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FIGUEIREDO, Adriana de Oliveira Gonçalves et al. A influência televisiva como desencadeadora da erotização infantil na contemporaneidade (3-5 anos). **Pedagogia em Ação**, v. 1, n. 2, p. 63-70, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/1084>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FREUD, Sigmund. **Recomendações ao médico que pratica a psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FUSINATTO, Maiara Fernanda; SILVA, Carlos Antônio da. Cidadania, **Educação: as mídias sociais e a erotização infantil**. In: SEMANA ACADÊMICA DA PEDAGOGIA, 38., 2014, Erechim. Anais [...]. Erechim: EDIFAPES, 2014. p. 115-127.

GROSSMAN, Eloisa. **A construção do conceito de adolescência no Ocidente. Adolescência & Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-76?lang=fr>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GUIMARÃES JÚNIOR, João Lopes. **O Estado de Bem-Estar Social e a regulamentação da publicidade infantil**. In: FONTENELLE, Laís (org.). Criança e consumo. São Paulo: Alana, 2016.

GUTJAHR, Mayara; JOHN, Valquíria Michela. Erotização precoce: uma análise das representações da infância nas páginas do suplemento infantil folhinha. **Revista Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso em: 27 fev. 2024.

JOMBA, T. de O.; SCHLOSSER, A.; DEMARCO, T. T. Mídia e erotização/adultização infantil: apontamentos teóricos. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 4, p. e20594, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/20594>. Acesso em: 22 ago. 2024.

JORGE, Wanda. Mídia para criança e o adolescente. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 1, jan./mar. 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000100038. Acesso em: 22 ago. 2024.

KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: porque as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. São Paulo: Zahar, 2012.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

MAYNARD, D. C. S. **Passado eletrônico: notas sobre história digital**. **Acervo**, v. 29, n. 2, p. 103-116, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. A linguagem dos emojis. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 379-399, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8647400>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/40377>. Acesso em: 27 ago. 2024.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2012.

PRESTES, Liliane Madruga; FELIPE, Jane. **Entre smartphones e tablets: pedofilia, pedofilização e erotização infantil na internet**. **Pesquisa em Foco**, v. 20, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18817/pef.v20i2.1009>.

SANTOS, A. M. dos; GROSSI, P. K. **Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 443-454, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2327>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SILVA, Maria de Salette; ALCÂNTARA, Pedro Ivo (coord.). **Situação da infância e da adolescência brasileira 2009: o direito de aprender potencializar avanços e reduzir desigualdades**. Brasília: UNICEF, 2009.

SILVA, Soraia Simplicio Martins da. **A influência das mídias na adultização e erotização precoce e seus impactos no desenvolvimento infantil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2018.

SILVEIRA, Ana Paula Almeida da. **Os jovens e os aplicativos de relacionamento virtual: uma nova forma de se relacionar ou o reconfigurar de antigas práticas?** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2023. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/13209/1/9256_20193.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVEIRA NETO, C. F.; BREU, V. A.; FLORES-PEREIRA, M. T. **O Fim da Infância? As ações do marketing e a “adultização” do consumidor infantil**. RAM, Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 129-150, set./out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000500007>.

SOUSA, T. D. de et al. **O uso da internet: A superexposição das crianças nas redes sociais no Brasil**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, ed. 7, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/internet.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TOMÁS, T. K. E.; CARVALHO, C. R. de. Crianças x tecnologias: o que diz a pesquisa Tic Kids On-line? **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 12, p. 245-273, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9185>. Acesso em: 27 ago. 2024.

WEBER, Tiziana Brenner B.; FRANCISCO-MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine. **Mídia, Consumo e a Adultização de Crianças: Uma Reflexão Macrossocial**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 17., 2016, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Intercom, 2016. p. 1-15.

CAPÍTULO 05

OS SUBVERSIVOS E A DITADURA: uma análise da resistência da Igreja Católica durante a Ditadura Civil-Militar (1966 - 1985) no Maranhão

Ionayra Pinto Lima Moreira¹

Nilza Maria Ferreira de Sousa²

¹ Graduada em história da Faculdade Santa Fé. Especialista em Docência do Ensino Superior e Educação a Distância – UNIASSELVI. Especialista em História do Brasil – UFPI. Mestre em Educação – UFMA. Docente na Secretaria Municipal de Educação em São José de Ribamar - MA. E-mail: ionayralima@hotmail.com.

² Graduada em História do Brasil UESPI; Letras Português UFPI. Especialista em: História do Brasil –FAEME; Docência do ensino Superior – FAM; Educação, Desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos –UFPI. Tutoria no Curso de Pós-graduação em História do Brasil- CEAD/EAD – UFPI. E-mail: nilza4775@gmail.com



Introdução

As transformações relativas à escrita da história viabilizam, na atualidade, investigações de temas que por muito tempo foram negligenciados. Por isso, discutir aquilo de que pouco se fala possibilita espaço para as vozes dos que foram silenciados. A história do Maranhão faz parte da história do Brasil, ainda que, por muitas vezes, tenha sido negligenciada no âmbito historiográfico ou meramente ensinada como preparatório para vestibulares e/ou concursos no cenário escolar.

Faz-se oportuno salientar alguns impasses da escrita da história ainda na atualidade. Nos variados debates sobre a história, muito se enfatiza os eixos Rio de Janeiro e São Paulo, revelando que as histórias regionais são, em muitos casos, esquecidas e silenciadas. Por esse motivo, objetivou-se discutir a história local em produções científicas, incluindo o Maranhão em pesquisas, para, de fato, compreender os desdobramentos políticos antes e durante a Ditadura Civil-Militar. A pesquisa se iniciou com os questionamentos e problematizações acerca das resistências em terra maranhense durante as décadas de 1960 e 1980.

É sabido que, em todo o país, ocorreram perseguições a diversos grupos sociais; muitos desses grupos eram formados por: poetas, jornalistas e/ou jornais, líderes políticos e a Igreja Católica. Nesse

cenário, a Igreja Católica, como instituição religiosa, sofria repressões e estava sob vigilância, ou seja, todos aqueles que não se conformavam com o sistema político vigente eram monitorados. As repressões atuavam no campo das ideias, da política e do poder, onde

Coercitivamente, impunham um novo modelo de política para toda uma sociedade. Os inconformados com esses sistemas eram considerados subversivos ou até mesmo criminosos.

Compreender as resistências durante o período ditatorial brasileiro, no Estado do Maranhão, é fundamental para uma análise abrangente do contexto político, ideológico e social do período de 1966 a 1985. A investigação sobre as ações da Igreja Católica durante a ditadura torna-se particularmente relevante, pois as instituições religiosas desempenharam um papel significativo na resistência em diversas regiões do Brasil.

Atualmente, faz-se necessário combater os silêncios e as disputas que estão no entorno da ditadura civil-militar, que tornam o conhecimento fragmentado e propiciam espaço para o negacionismo, isto é, para um discurso que nega a existência da ditadura ou que falsifica os acontecimentos. Os negacionistas são falsificadores do passado que se utilizam de discursos para isentar os causadores de torturas e genocídios; em razão disso, o trabalho possui importância para ressignificar e/ou rememorar, com veracidade, os fatos da história do Maranhão e da Igreja Católica, como sua grande contribuição para o resgate dos direitos humanos e políticos, que foram perdidos com o golpe de 1964.

Esta pesquisa investigou a resistência da Igreja Católica ao governo ditatorial, destacando a atuação do núcleo religioso progressista em oposição à política da ditadura civil-militar. A análise foi baseada em documentos como: boletins de ocorrência, ofícios, telegramas e outros arquivos do acervo do Arquivo Público do Estado

do Maranhão. Esses registros permitiram uma visão mais clara e detalhada das atividades desse grupo no contexto da resistência, pois são provenientes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), um departamento encarregado de vigiar e punir, através da repressão, aqueles que ousassem desafiar as regras impostas pelos generais da ditadura.

É importante enfatizar que, ao longo da pesquisa, foram examinados detalhadamente os métodos empregados pelo clero progressista para denunciar as injustiças decorrentes do regime ditatorial. A Igreja de viés progressista teve uma contribuição significativa e corajosa nas manifestações de reprovação ao governo, utilizando diversos meios, como boletins dominicais, livretos e cartilhas, que apresentavam partidos políticos e ideias que entrelaçavam fé e política.

Tendo em vista a importância desses arquivos para a pesquisa, é válido destacar que este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Essas abordagens foram fundamentais para elucidar questionamentos e possibilitar novos achados, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do papel da Igreja Católica na resistência ao regime ditatorial no Estado do Maranhão. Nesse sentido, Cellard (2012) pontua sobre as descobertas que podem ser feitas durante a pesquisa, além de destacar a importância de analisar minuciosamente os documentos para evitar a falsificação de acontecimentos e histórias.

Este artigo traz contribuições para um discurso que possa se contrapor a falas negacionistas acerca dos fatos, especialmente no que tange às lutas contra a opressão da ditadura e a busca pela democracia. Além disso, aborda a história do Estado, rememorando as lutas, o ativismo e os movimentos de resistência que ocorreram por todo o Brasil, especialmente no Maranhão.

Uma análise da resistência da Igreja Católica durante a ditadura civil-militar (1966-1985) no Maranhão

Por que subversivos?

A subversão, em termos gerais, está associada a ações que possam levar à deturpação da moral ou dos costumes de uma determinada época. Os indivíduos considerados subversivos são aqueles que não se conformam com as normas estabelecidas pela sociedade. Durante períodos de ditadura, esse termo era frequentemente utilizado em boletins de ocorrência, ofícios e mandados de busca, destacando a maneira como as autoridades rotulavam e monitoravam aqueles que eram percebidos como ameaça à política estabelecida.

Conforme Brandão (2019), esta expressão foi usada e ressignificada pela Doutrina de Segurança Nacional; a subversão, então, era definida como uma ação subliminar, mas que possuía uma dimensão social. Segundo o autor, nas apostilas de formação da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura do ano de 1972, a subversão era tratada como uma atividade psicossocial, isto é, buscava sorrateiramente a aquisição “[...] física e espiritual da população, [...] levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõem ao sacrifício [...]” (BRANDÃO, 2019, p. 58).

A subversão, então, era concebida como uma ação que tentava persuadir os indivíduos a se “converterem” às crenças do persuasor, ou melhor, ao seu pensamento político. Nesse caso, a subversão seria uma poderosa ferramenta contra a nação, principalmente com a vigência da Ditadura Civil-Militar, que objetivou, ao longo dos anos, manter o controle social.

O autor mencionado no parágrafo anterior argumenta que, na perspectiva militar, os jovens eram mais propensos a desempenhar o papel de subversivos, pois, por sua ingenuidade, entregavam-se aos idealismos. Em outras palavras, as pessoas vinculadas às ideias de subversão eram vistas como vítimas de um fanatismo irracional. Por outro lado, os militares combatiam a subversão, pois se posicionavam do lado da racionalidade, considerando sua atuação como uma defesa fundamentada na lógica e na estabilidade.

Em conformidade com Brandão (2019), para os militares, as universidades eram ambientes onde se estimulava a subversão dos estudantes, ou seja, os discentes eram vítimas dos ideais comunistas. Um exemplo notável é a situação dos professores, que eram alvo das suspeitas militares, independentemente de terem ou não praticado atos subversivos. Ou seja, o simples fato de ser professor era suficiente para ser considerado um potencial ameaça à sociedade.

Brito (2021) diz que a nomenclatura subversiva era uma categoria que se designava pejorativamente às pessoas de partidos políticos de esquerda. Para intensificar o caráter depreciativo, os subversivos passaram a ser associados aos drogados, modificando assim o termo para ‘subversivo-drogado’. Essa estratégia visava não apenas rotular negativamente os opositores, mas também estigmatizá-los ao vinculá-los a uma imagem pejorativa relacionada ao consumo de drogas. Desse modo, essas acusações faziam com que a sociedade sentisse medo da subversão; os subversivos eram reconhecidos como imorais, pois seus ideais iam de encontro aos princípios estabelecidos pelo governo autoritário.

Besagio (2021) afirma que o Estado desejava manter o controle; por esse motivo, possuía intensa preocupação com os revolucionários, que, para os militares, podiam executar atos terroristas contra a nação. A atribuição do rótulo de subversivo ou não estava nas mãos

dos militares. Dessa forma, tudo que, aos olhos deles e de alguns civis que apoiavam financeiramente a ditadura, parecesse ameaçador para a política vigente, era colocado sob vigilância. A proximidade com qualquer pessoa ou núcleo considerado subversivo, mesmo sendo familiares, também era vista como uma ameaça.

Em conformidade com Barbosa (2012), no Brasil, atribuir o rótulo de subversivos a partidos, núcleos ou indivíduos foi, por muito tempo, uma estratégia para enfraquecer as oposições; deste modo, a subversão foi uma atribuição difamatória que o Estado usou para afastar a sociedade de qualquer movimento que colocasse em risco a ordem política. Na história da política brasileira, a subversão sempre esteve presente nos discursos, temáticas e propostas políticas. Ou seja, o tema da subversão era uma prioridade nas agendas políticas dos partidos.

Os subversivos eram conhecidos como perturbadores, desocupados e constantemente acusados de ladrões. Segundo Barbosa (2012), dessa forma, a repressão coercitiva no Brasil foi justificada por muitos anos, promovendo a ideia, para a sociedade, de que os militares estavam combatendo criminosos esquerdistas imorais. Quando desejavam categorizar indivíduos ou grupos que não se submetiam à política vigente, ou rotular pessoas que não estivessem dentro de um padrão estabelecido, a subversão tornava-se a palavra escolhida.

No âmbito das igrejas, o Serviço Nacional de Inteligência via a subversão como um desdobramento da influência comunista. Nesse contexto, certos grupos eram identificados como perigosos para a sociedade. Segundo Ferreira e Barbosa (2018), a igreja estava no “pacote dos subversivos”; nesse sentido, os teóricos citam que, quando o clero se posiciona contra o Estado, seria a primeira vez que a igreja católica rompe com o Estado. A partir desse momento, padres são relacionados à subversão e, por isso, são presos, interrogados, reprimidos como verdadeiros criminosos.

Apesar dessas condições adversas, os núcleos de resistência persistiram em seus trabalhos. Os movimentos sociais, no Estado do Maranhão, tornaram-se uma realidade, com estudantes, o Partido Comunista, a igreja e outros grupos continuando suas atividades mesmo em tempos de ilegalidade. Eles lutaram incansavelmente em prol da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.

Movimentos sociais no Maranhão

À luz da lei, a liberdade de expressão, de pensamento e a igualdade foram reprimidas após o golpe de 1964, e os direitos civis, nesse contexto, não foram colocados em prática, principalmente nos governos mais ferrenhos, cuja política se revelou mais violenta.

Com isso, a sociedade maranhense se mobilizou em prol dos direitos humanos perdidos. Diante disso, organizações que apoiavam o combate à repressão se organizaram de forma mais clara e atuante entre as décadas de 1960 e 1980. Instituições políticas, religiosas e até mesmo educacionais estavam inseridas nesses grupos; usavam estratégias de reivindicações por meio de manifestações culturais, como música e teatro, debates educacionais, enfim, protestos em diferentes dimensões.

Os grupos que se mobilizavam contra o regime eram chamados de facções comunistas. Na pasta do DOPS (1969), com data do ano de 1969, encontram-se registros de buscas a estudantes, religiosos, operários, deixando claro, no próprio documento, que todos esses grupos seriam agentes manipulados pelos partidos PCB e PCdoB. Segundo a descrição do Departamento, as ações desses grupos consistiam em reunirem-se para panfletar e agitar a população contra o governo vigente. Este documento deixava claro que os elementos mais atuantes no Estado eram políticos, religiosos, pessoas atreladas à área da educação, isto é, professores e estudantes, e trabalhadores de variados sindicatos.

Durante os anos 1970, houve a criação de entidades responsáveis por agitações sociais, como: a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), o Comitê Brasileiro de Anistia – seção maranhense (CBA) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

No Maranhão de fins da década de 1970, várias entidades e movimentos foram constituídos para o combate à ditadura militar e luta por reivindicações consideradas direitos - alguns até já formalizados em lei, mas negados na prática, outros a serem conquistados e reconhecidos. Uma das estratégias acionadas nesse sentido foi à participação eleitoral com vistas à conquista de “mandato popular” (deputado estadual) voltado ao desenvolvimento da educação popular e à “organização do povo”. Faz parte desse processo a criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e da seção local do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA, 1979 apud Dias, 2011, p. 45).

Conforme Dias (2011), muitos ativistas e políticos foram presos por suas manifestações, tornando-se necessária, diante de tal situação, a criação da SMDDH, justamente para intervir e/ou denunciar interferências nos direitos e colocar em prática mobilizações populares em torno destas problemáticas. O referido CBA buscava a liberdade dos exilados, com São Luís sendo o centro dessas agitações e protestos. Em 1977, houve um marco de novos movimentos estudantis no estado; a falta de direitos e liberdades despertou novamente as lutas dos estudantes da UFMA, da Igreja e dos trabalhadores rurais.

Os desdobramentos da ditadura no Maranhão levaram os estudantes à greve da meia-passagem, no ano de 1979, quando houve altos índices de violência. Aliados aos movimentos sociais, eles apoiaram e denunciaram os abusos às autoridades, ou seja, a luta era em prol da abertura política.

O período ditatorial é caracterizado por manifestações sociais, políticas partidárias, populares e eclesiásticas, sendo essa a maneira

coletiva de resistir e exigir mudanças na estrutura estabelecida pelos militares e de intervir na ação hostil deles, mantendo, desse modo, a luta social firme. Aconteceram, no interior do Maranhão, lutas por questões de terras, ou seja, lutas camponesas que chegaram até a capital. De acordo com Dias (2011, p. 49), “(...) fora de São Luís, no interior do estado, o quadro era de explosão de conflitos em torno da luta pela terra, num processo generalizado de grilagem, favorecido pela edição da Lei de Terras, por José Sarney, em 1969”.

Não se pode entender que as passeatas, greves e reivindicações, entre outras já citadas, fossem as únicas formas de resistência no estado, pois, naquele período, tudo era muito restrito, “afunilado” e proibido. E, como tudo que era visto como perigoso sofria represálias, a cultura também vivenciava esse ambiente. A música, o teatro e o cinema tiveram, em muitos casos, conteúdo revolucionário e crítico em relação ao momento que o país atravessava.

Enfatizando os movimentos culturais, outro militante da época, o cineasta e atual professor universitário Murilo Santos, acrescenta, com riqueza de detalhes, elementos marcantes daquela conjuntura, descortinando a dimensão política e a força contestatória presentes naqueles movimentos culturais, assim como a capilaridade e capacidade de disseminação dos mesmos, que, a seu ver “em alguns casos manifesta até nos dias atuais” (Dias, 2011, p. 51).

Na questão partidária, vale destacar o debate oposicionista dos partidos de esquerda, que sempre resistiram, mesmo antes da conclusão do golpe, contra a inserção do capitalismo e um provável governo ditador. Os progressistas se coligam (MDB e a esquerda) e articulam o Movimento de Oposição pra Valer, que se torna ativo em 1978, com a participação dos que não eram a favor da perda de direitos humanos, da democracia e da liberdade de expressão; e tais

mobilizações resultaram em eleição para Deputado Estadual. Diante da diversidade de membros que compunham esses movimentos, havia muitas divergências de pensamentos e, por essa razão, houve algumas rupturas. Segundo Dias (2011), a falta de harmonia no Movimento de Oposição pra Valer fez com que o SMDDH desempenhasse um grande papel como opositor e na defesa da continuidade dos movimentos contrários ao governo.

Repressão e resistência marcam o momento ditatorial em todo o país; as manifestações cresceram gradativamente e proporcionalmente ao endurecimento da ditadura. Essas resistências são evidentes em várias áreas, como mencionado. No Maranhão, ainda que as fontes sejam escassas, essa realidade é perceptível em algumas discussões e pesquisas existentes.

Igreja Católica e Ditadura Civil-Militar no Maranhão

O pensamento militar, religioso e, posteriormente, social anticomunista espalhou-se por todo o território nacional. Essa ideia era proveniente do grupo de direita, daqueles que apoiavam a inserção do capitalismo e de um governo ditador de influência norte-americana. O alerta ao comunismo partia, inclusive, da Igreja Católica, alegando os perigos que o grupo esquerdista poderia trazer à sociedade.

Existiam grandes rumores sobre o Golpe Comunista; por isso, a Igreja possuía um entendimento de que o golpe militar seria necessário, justamente para estagnar a subversão comunista e trazer à tona a moral que, até então, estava em perigo. Portela (2015) diz que o Jornal Católico e/ou Jornal do Maranhão afirmava que o Brasil precisava de várias mudanças, mas que não deveriam ser sob direcionamento da esquerda, mais especificamente pelos comunistas. Havia o medo de um provável golpe comunista, medo que foi construído ao

longo do tempo por inúmeros momentos nos quais a ditadura teve caráter revolucionário, pois a ideia era que os militares estavam impedindo os comunistas de instaurar um golpe.

Deste modo, os militares assumiram o papel de defensores e defendiam o golpe como a grande solução para a sociedade. Por isso, os movimentos sociais eram vistos como rebeldia à ordem. Após o Golpe, vários governos assumiram o poder de forma ditatorial, porém com algumas diferenças. Nos Anos de Chumbo, os direitos humanos foram mais fortemente atingidos, e a Igreja, que, outrora, de certa forma, estava a favor do golpe, também sofreu com a violência da época. As perseguições levaram à mudança de postura eclesial. Segundo análises de Portela (2015), nos anos 1960, houve um aumento significativo de violência e uma quebra das garantias essenciais dos cidadãos, isto é, os direitos humanos.

O Estado realizou uma vigilância ostensiva aos militantes dos partidos de esquerda, ativistas sociais e movimentos populares, para assegurar ordem e subordinação à nova forma de política instituída pelos militares. Nesse momento, a Igreja Católica sofria variadas privações no que se diz respeito aos conteúdos que os padres abordavam em seus sermões, já que tudo deveria estar de acordo com o governo, pelo fato de a instituição eclesial ter grande crédito com a sociedade. De acordo com Portela (2015), o DOPS realizava este trabalho de investigação ativa, para não ocorrer nada que oferecesse perigo.

Todo esse combate à Igreja repercutiu em movimentos associados a grupos sindicais, ou seja, houve apoio da Igreja aos trabalhadores rurais que sofriam repressão e perda de seus direitos. Os problemas e desigualdades sociais instigavam alguns padres progressistas a se mobilizarem e discutirem com os fiéis sobre questões sociais que assolavam o estado e/ou a cidade. Preocupavam-se também com os

adolescentes e crianças, ou seja, com a falta de políticas públicas que atendessem às necessidades dessas faixas etárias. Nesse aspecto, o padre Marcos Passerini evidenciava que os menores de idade foram esquecidos pela ditadura.

Durante sua trajetória eclesíastica no Maranhão, padre Marcos Passerini esteve envolvido em diversas mobilizações em torno dos problemas sociais, como movimentos de ocupações urbanas, na articulação com o movimento estudantil, através da Pastoral da Juventude e na defesa dos menores abandonados na cidade de São Luís. Nesse período elaborou o boletim 25 de março, cujo subtítulo era: DEDICADO AOS “MAIORES” DA CIDADE DE SÃO LUÍS. (Portela, 2015, p.15).

O nome do Padre Marcos Passerini é mencionado nos relatórios do DOPS entre 1976 e 1978, classificado como subversivo, devido à sua participação frequente em eventos, formações de líderes no seminário e movimentos vinculados ao núcleo estudantil, notadamente por volta de 1978. Enquanto orador, o padre abordava corajosamente os direitos humanos e criticava as políticas governamentais.

No que tange à sua relação com os estudantes, os documentos indicam que, no ano mencionado, a Igreja estava envolvida com universitários da Universidade do Maranhão (atual Universidade Federal do Maranhão) por meio do Movimento Pastoral Universitário. Essas reuniões aconteciam no Seminário Santo Antônio, onde discutiam o programa do movimento. Como resultado dessas interações, o grupo pastoral mantinha um jornal chamado Veja Isto, dirigido pelo próprio grupo pastoral. Por estar envolvido com várias atividades de resistência no Estado, o Padre Marcos Passerini foi considerado pelos militares como líder subversivo do bairro da Liberdade (DOPS, 1978).

Além das alianças dos núcleos de resistência, como foi frisado anteriormente, sermões, jornais, panfletos etc., havia também uma preocupação com o veículo de comunicação que pertencia ao clero, a Rádio Educadora. Sua transmissão se iniciou em 1966, e, à vista disso, os militares começam a sondar a rádio em 1968 e, posteriormente, puni-la pelo risco que ela poderia oferecer para os militares; ela possuía tom de denúncia em algumas programações. A rádio alcançava diferentes municípios e ainda levava notícias da capital para o interior do Maranhão. Mesmo com a pretensão de passar informações, esse meio de comunicação foi taxado como provocador de “desordem”, pois criticava a administração governamental. Em informes coletados pelo DOPS (1981), a Rádio Educadora é descrita como um veículo de comunicação efetivamente pertencente ao clero. Além das denúncias ao governo, o veículo manifestava claramente seu apoio a padres que estavam sob investigação; além disso, respaldava os movimentos sociais. Em uma matéria do Jornal Pequeno de 1981, o canal ofereceu espaço aos líderes do movimento contra a carestia, permitindo que abordassem a campanha em uma entrevista ao programa A Lei é para Todos da referida estação de comunicação.

Na pasta do DOPS, constam registros com o assunto intitulado “Clero no Estado Alienígena do Maranhão”; há informações sobre religiosos estrangeiros da Igreja Inovadora, que eram chamados pejorativamente de padres progressistas; estes eram considerados como infiltrados, pois disseminavam ideias políticas, faziam parte de uma organização chamada de EDAL – Equipe Docente para América Latina, organização que causava incômodo à política vigente, no ano de 1971. Outros documentos apresentam solicitações de buscas e apurações de possíveis ações de esquerda clerical no Estado (DOPS, 1971).

Além dos jornais já citados, existiu um periódico chamado Jornal Comunidade, que, em muitas ocasiões, ficou sob o olhar da censura e da investigação. Os jornais eram xerocopiados pelo DOPS a fim de encaminhá-los para a Polícia Militar do Maranhão e averiguar os dias das missas ocorridas na Paróquia Nossa Senhora dos Remédios. Além disso, havia a desconfiança acerca de alguns sermões; um desses se intitulava Cristo na ONU, no qual se destacam os direitos dos cidadãos. A seguir, um trecho do texto:

O homem tem direito, a VIDA,
e uma criança, do Vietnã disse
que não era verdade.
O homem tem' direito, a INSTRUÇÃO,
e um africano disse que era mentira.
O homem tem direito a um TRABALHO
e um pai de 10 filhos disse que há 15 anos'
a verdade era outra.
O homem tem direito a PAZ,
e um jovem de 20 anos do Oriente Médio
disse que jamais a conheceu,
O homem tem direito a uma FAMÍLIA,
e um menor abandonado perguntou-lhe
o significado daquelas palavras.
O homem tem direito a LIBERDADE,
e um preso político começou a chorar.
(CRISTO, 1977, p. 2)

Pela leitura do texto, percebe-se que esse jornal emitia um desejo urgente de liberdade, direito de ir e vir, paz, educação, vida etc., mas as respostas a esses desejos estampavam as realidades vividas na década de 1970. A Igreja foi considerada subversiva, mas as suas ações eram em prol de um país sem violência, onde se pudesse viver em paz.

Muitos padres estavam na mira da vigilância, tendo em vista que sua autoridade eclesiástica poderia influenciar os fiéis à subversão, sendo considerados perigosos para a sociedade. Muitos nomes de líderes religiosos eram encaminhados, através de ofício, à Secretaria de Segurança Pública (DOPS, 1974), como foi o caso do Padre Hélio Nava Maranhão, do município de Tutóia, que era considerado um agitador e doutrinador de pessoas que não possuíam amplo conhecimento, isto é, formavam pregadores leigos para a ala progressista.

A acusação ao padre era baseada em suas ações contrárias ao prefeito da cidade, pois, em seus sermões e ensinamentos, ele sempre evidenciava os problemas políticos e sociais da cidade de Tutóia. Devido à sua atuação destacada na liderança sindical e às alianças estabelecidas com diversos grupos sociais, o padre foi considerado suspeito em todas as suas ações e uma figura perturbadora para a administração municipal. O padre Hélio Nava Maranhão era candidato a vice-prefeito em 1974 na referida cidade, e, por esse motivo, a oposição, em particular o Delegado da Arena-1, buscou tornar o padre inelegível.

É interessante enfatizar que as acusações descritas nos documentos são atreladas aos discursos dos acusados, ou seja, quando padres criticavam a política e o governo no contexto ditatorial, eram considerados criminosos. Muitos nomes de padres, bispos e demais lideranças religiosas da Igreja Católica constam nos documentos do DOPS. Eles eram vinculados ao clero progressista e considerados ligados a “facções criminosas” pelo fato de serem resistência ao governo vigente.

A resistência dos padres consistia em alertar os fiéis sobre prisões, criticar prefeitos, governadores ou mesmo os generais que estavam na presidência, além de problematizar formas de trabalho e atitudes de empresários. O clero utilizava materiais que funcionavam como meio

de difusão das ações da igreja contra a ditadura. Nos documentos do DOPS, encontram-se folhetos com instruções e desenhos que representam quebras das correntes, acompanhadas da frase: “A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO”, como ilustrado na figura 1.

Estes panfletos eram distribuídos por padres da Paróquia no Município de Santa Luzia, no ano de 1975; com trinta e sete páginas, continham a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais expressavam o direito à liberdade; para os militares, esses panfletos eram convites e incentivos para atividades subversivas (DOPS, 1975).

A Igreja Católica de Santa Luzia convocava os fiéis por meio desses livretes a buscarem a liberdade, sendo este conceito fortemente enfatizado nos documentos e, por sua vez, correlacionado com a fé e a política. Em uma das muitas páginas do panfleto, havia o título com o seguinte questionamento: “A IGREJA LIBERTA?” Ao longo de toda a página, eram destacadas outras perguntas, como “[...] como foi o caminho da igreja, foi sempre de libertação ou de escravidão?” (DOPS, 1975). Essas indagações eram sempre respondidas com o intuito de fazer o leitor entender como seriam as características de um homem livre e as de um homem que estava em escravidão; para a Igreja Católica, um “[...] homem livre: é corajoso e responsável [...] participa ativamente de tudo [...] e um homem escravo é sujeito às leis e ao medo [...] está sujeito ao poder político e econômico e vive passivo à religião[...].” (DOPS, 1975).

no texto bíblico do Êxodo, baseado na história da escravidão dos israelitas em solo egípcio e na liderança de Moisés, que livra seu povo da escravidão, do sofrimento e os conduz à terra prometida. Além disso, também se sustentava na tese de que Jesus possuía um plano de salvação e libertação para o mundo.

Guimarães e Lanza (2010) afirmam que as causas que levaram a que a teologia tradicional fosse transformada foram os acontecimentos de miséria e exploração que se abateram sobre a América Latina; por esse motivo, foi imprescindível que a Igreja, nesse cenário, atendesse às demandas sociais, se utilizando da teologia da libertação, já que, por muitos anos, a Igreja Católica baseava-se em uma filosofia de visão europeia, que não correspondia às vivências e culturas do Brasil. A mudança seria necessária para a reaproximação entre Igreja e sociedade, depois do afastamento ocorrido com o surgimento histórico de líderes e movimentos messiânicos no século XIX.

Esta abordagem teológica, segundo Camilo (2011), teve seu surgimento em 1960, com o objetivo de amparar os mais pobres e lutar pela ampliação dos seus direitos por meio de movimentações sociais. Essas agitações ganharam maior intensidade no Brasil durante o apogeu da Ditadura Civil-Militar, resultando no posicionamento de significativa parte da Igreja Católica contra o governo autoritário; com isso, a Igreja passou a se fundamentar ainda mais na filosofia da Teologia da Libertação para lutar em prol dos desfavorecidos, da questão agrária e contra a repressão existente no cenário ditatorial. Mesmo sendo desaprovados por setores religiosos conservadores, tornaram-se, assim, um forte núcleo de resistência cultural.

A resistência não pode ser exclusivamente associada à luta armada e confrontos diretos. Conforme destacado por Luiz Silva (2016), ela também assumiu uma dimensão cultural, onde expressões como teatro, cinema, músicas e movimentos estudantis, juntamente

com outros núcleos sociais, emergiram como aliados cruciais no combate à ditadura. A partir dos anos 1970, nesse cenário, a Igreja desempenhou um papel ainda mais destacado como espaço de discussão e crítica ao autoritarismo, à repressão, à concentração de renda e a diversos outros atos provenientes dos governos ditatoriais.

Em 1981, a Igreja Católica persistia em suas críticas sociais, adotando uma abordagem mais direta. No município de Balsas, foi distribuída a Cartilha Política à Luz do Evangelho – O Povo Precisa Saber, evidenciando o comprometimento da Igreja em abordar questões políticas sob a perspectiva dos princípios cristãos (DOPS, 1981); este material possuía inúmeras instruções e esclarecimentos sobre a relação entre Igreja e política. Fica claro no documento que o ativismo religioso seria em função da fraternidade e da justiça social, sendo essa uma forma de se fazer política, além de destacar a recomendação do Bispo de Balsas, D. Rino, de que a Igreja não deve ser partidária, mas que deve apoiar políticos cujos ideais conversem com os ideais religiosos, como, por exemplo, o apoio aos mais pobres.

É relevante destacar que, nas primeiras páginas da cartilha, havia o incentivo do Bispo D. Rino para a participação ativa de todos os religiosos na vida política. A cartilha demonstrava uma significativa contribuição da Igreja Católica para a libertação da camada social mais fraca e pobre do Maranhão. Para a liderança da Igreja Católica de Balsas, os fiéis deveriam ter a consciência de que a fé e a vida cotidiana são indissociáveis, ou seja, ter fé também implica em empenhar-se para solucionar os problemas sociais, sejam eles no âmbito educacional, econômico ou político. Os líderes eclesiais redigiram esse material político com a intenção de deixar claro o comprometimento da Igreja em denunciar todo e qualquer ato de injustiça em relação ao povo e os pecados políticos.

A Cartilha Política à Luz da Bíblia era dividida em doze capítulos que explicavam sobre o dever da Igreja em sociedade, sobre o trabalho, partidos políticos, voto, mobilização, força do povo etc. Ao final de cada capítulo, eram inseridas algumas perguntas com o objetivo de serem usadas em debates; dessa maneira, a Igreja estava preparando os fiéis para futuros questionamentos acerca dos temas abordados, buscando assegurar que os apontamentos feitos se fixassem na consciência dos indivíduos e não caíssem no esquecimento.

Para Silva (2021), a função da Igreja consistia em impulsionar a mobilização do grupo mais pobre da sociedade contra os governos ditatoriais, visando assegurar seus direitos na sociedade e torná-los protagonistas de suas próprias lutas. Por isso, os líderes religiosos tinham a prática de orientar os fiéis e a sociedade em geral sobre direitos e cidadania, buscando evitar a inércia diante da realidade e promovendo a participação ativa. Desta forma, o autor mencionado afirma que a Igreja Católica era um refúgio para as classes mais pobres. Portanto, os líderes católicos progressistas utilizavam diversos métodos para alertar os indivíduos sobre os malefícios de viver sob políticas que não concediam espaço e reprimiam a minoria.

Além da resistência através de boletins e cartilhas, o Bispo D. Rino, líder da Igreja de Balsas, junto ao Padre Fabio, da Igreja do Município de São Raimundo das Mangabeiras, (DOPS, 1981) conduziam sindicatos de Trabalhadores Rurais a atos considerados subversivos, como, por exemplo, invasões de terras e reuniões secretas com mais de 100 lavradores, feitas em ambientes pertencentes à Igreja Católica de São Raimundo das Mangabeiras, para fomentar uma reforma agrária. É citado no inquérito a presença de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), aumentando a agitação da Igreja Católica contra a ditadura.

Durante a maior parte do período mencionado, especialmente a partir do ano de 1974, o Brasil deu início à abertura política sob a gestão de Ernesto Geisel. Segundo Silva (2019), essa mudança visava uma perspectiva diferente, considerando que seu antecessor, Emilio Medici, teve um governo reconhecido pelo chamado ‘milagre econômico’, entretanto, também foi considerado um dos mais autoritários, sobretudo devido à edição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5)³. A censura e a perseguição a militantes aumentaram significativamente, levando Geisel a propor, de maneira ‘lenta, gradual e segura’, um projeto de distensão política. A abertura política, nesse contexto, não foi uma estratégia para restaurar a democracia no país, mas sim para eliminar qualquer possibilidade de a oposição chegar ao poder. Assim, o Brasil permanecia sob um governo chefiado por militares, com alianças de civis alinhados aos interesses dos generais.

A partir da proposta de Geisel, houve a diminuição de perseguições, resultante da revogação de 17 Atos Institucionais; porém, segundo Silva (2019), prisões e repressões ainda eram realidade no ano de 1975. Naquele período, houve uma onda de perseguições a integrantes do Partido Comunista Brasileiro devido à sua grande influência na vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974. A morte do jornalista Vladimir Herzog foi outro episódio que causou grande comoção social. O ocorrido foi inicialmente divulgado pela mídia como um suicídio, mas, na realidade, tratava-se de um homicídio. Esse acontecimento mobilizou diversos religiosos e outros segmentos da sociedade.

A distensão política, conforme Silva (2019), abriu espaço significativo para movimentos de partidos de esquerda, classe operária e ala progressista da Igreja Católica. Nesse sentido, é crucial enfatizar que, mesmo com a abertura política nos últimos anos da

³ O AI-5 teve um impacto direto sobre a vida política e social do país, atingindo inclusive a existência das principais instituições religiosas. É nesse período que em várias regiões do Brasil, militantes vão ser presos e torturados, padres e bispos serão alvos da repressão por proferirem sermões crítico à ditadura civil-militar, e os religiosos estrangeiros sofrerão processo de expulsão do país. (Silva, 2016, p. 8)

Ditadura Civil-Militar, as perseguições, mortes, repressões, lutas, criação de novos partidos de esquerda e resistência persistiram. Isso se deveu, em parte, às atitudes ainda autoritárias do governo Geisel. Foi nesse contexto que greves e movimentos sindicais e trabalhistas começaram a se fortalecer no Brasil, buscando garantir melhores condições de trabalho.

Essas lutas contavam com a ajuda da Igreja Católica em todo o Brasil; clérigos progressistas estavam assegurados pela Lei de Anistia, sancionada pelo Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo em 1979. Essa lei possuía caráter de anistiar, isto é, perdoar os que haviam praticado crimes durante a Ditadura Civil-Militar. Segundo Mateus (2023), a lei não favorecia as penas daqueles que foram acusados injustamente de crimes, pois a Lei nº 6.683/1979 fazia menção aos crimes conexos, ou seja, todos aqueles, incluindo os torturadores, que cometeram crimes por questões políticas seriam anistiados. Dessa forma, a anistia, de característica ambígua, impulsionava os líderes religiosos a lutarem pela liberdade de presos políticos e a protestarem contra as injustiças no cenário de ditadura.

A Igreja possuía engajamento na luta em prol da liberdade; religiosos lutaram tanto pela causa que contribuíram para a formação da Comissão de Justiça e Paz em 1972 (Silva, 2019); este grupo apoiava as famílias dos políticos que estavam presos, ia até as prisões para ter conhecimento das condições dos cárceres e desempenhava outras ações em prol dos políticos perseguidos durante o cenário de ditadura. Na década de 1970, surgiram mobilizações em prol dos direitos humanos, e, nesse contexto, os católicos progressistas, juntamente com a Comissão de Justiça e Paz, foram os principais núcleos engajados nos movimentos em defesa das famílias das vítimas durante os anos ditatoriais (Silva, 2019).

O noticiário da Folha de São Luís descreveu as ações protagonizadas por essa comissão em São Paulo, destacando suas denúncias sobre violações dos direitos humanos. Em 1979, o jornal Diário do Povo trouxe uma chamada que dizia: ‘Igreja Católica envia apoio aos padres chamados a depor’. Esta matéria referia-se a uma entrevista concedida pelo presidente da Comissão de Justiça e Paz, o advogado José Carlos Dias. No recorte de jornal, o advogado, considerado um membro importante da Igreja Católica, ressaltou que as ações negativas contra as igrejas maranhenses eram recorrentes. Ele enfatizou que as perseguições estavam prejudicando a abertura política, retrocedendo na prática ao contexto arbitrário da Ditadura. Nesse sentido, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo demonstrou total apoio às reivindicações feitas em prol dos padres convocados para depor.

Nesses contextos, compreende-se que a Igreja, representada por seus líderes religiosos, estava constantemente envolvida com a resistência. Estruturalmente falando, ela foi um espaço crucial para movimentações estudantis, trabalhistas e religiosas. Documentos do DOPS e trabalhos científicos, previamente apresentados, evidenciam que, durante o período da Ditadura Civil-Militar e, especialmente, na fase de distensão política, a Igreja Católica de viés progressista, em diversos municípios do Estado do Maranhão, posicionou-se como oposição aos militares e contra qualquer forma de opressão, repressão e censura. Muitos inquéritos policiais mencionam municípios maranhenses, onde vários padres foram considerados subversivos devido à sua resistência às políticas da ditadura.

Considerações Finais

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar e compreender as resistências da Igreja Católica durante o período da ditadura civil-militar, concentrando-nos especificamente nos anos de 1966 a 1985. No cerne das discussões, colocamos a análise de documentos que evidenciaram o ativismo da Igreja Católica no solo maranhense.

Discutimos também o significado da subversão dentro do cenário abordado e percebemos que combater a subversão era uma estratégia política que visava manter o controle social, além de funcionar como uma tática para enfraquecer a oposição. Rotular alguém como subversivo significava, em outras palavras, considerá-lo criminoso. A ideia da subversão provocava temor na população, e é por esse motivo que alguns defendiam a necessidade do golpe de 1964.

Como observamos, as resistências no Estado do Maranhão foram uma realidade palpável. Os núcleos trabalhistas, estudantis e sindicais desempenharam um papel de contribuição significativa na luta contra a ditadura. Nesse contexto ditatorial, movimentos populares, partidários e eclesiais também se fizeram presentes, e no território maranhense não foi diferente.

Percebemos que, inicialmente, a Igreja acreditava que o golpe de 1964 seria fundamental para a preservação da moral e dos princípios. No entanto, à medida que o governo implementou atos institucionais, padres, bispos e arcebispos passaram a lutar em favor dos direitos humanos e discordar das medidas autoritárias do Estado de Segurança Nacional. Dessa forma, a Igreja Católica, de viés progressista, direcionou seu apoio aos movimentos que buscavam resistir às práticas do regime. Essa mudança de postura reflete não apenas a evolução do entendimento da Igreja sobre os eventos, mas também sua decisão de se posicionar contra as violações aos direitos e à justiça social perpetradas pelo governo.

Considerando a essência do artigo, abordamos as resistências que ocorreram no Estado do Maranhão, destacando alguns grupos que se mobilizaram contra a ditadura; porém, dedicamos especial atenção à atuação da Igreja, notadamente com padres progressistas que fundamentavam seu ativismo no livre-arbítrio, respaldados pela Teologia da Libertação.

A Igreja se aliou aos núcleos de resistência, evidenciando, por meio dos documentos encontrados, sua aproximação com a luta dos trabalhadores rurais, lavradores, estudantes, da então Universidade do Maranhão, atual UFMA, e outros grupos de oposição à política arbitrária vigente entre os anos de 1966 e 1985.

Ao longo do trabalho, destacou-se a análise dos métodos utilizados pela Igreja Católica, com o objetivo de compreender como ela se tornou uma das principais instituições a combater a ditadura. Observamos que a Igreja fazia uso dos sermões para denunciar prefeitos, governos e repressões coercitivas. No caso dos boletins, livretos, cartilhas e panfletos, esses recursos eram empregados para transmitir as recomendações do clero à população. Alguns apontamentos serviam como alertas e, de forma subliminar, instigavam os cristãos e a sociedade a repensar sobre a verdadeira liberdade.

Além disso, em outros casos, a Igreja se expressava de maneira direta, abordando a relação entre a fé e a política, com ênfase no voto e nos partidos políticos. Essa abordagem revela como a Igreja empregava diversos meios de comunicação para transmitir suas mensagens de resistência, agindo como uma voz de conscientização e mobilização contra as injustiças do período ditatorial.

Nesse sentido, com base no que foi discutido e apresentado ao longo deste artigo, é possível afirmar a participação expressiva da Igreja Católica como uma instituição robusta no combate ao governo

autoritário durante os anos de 1966 a 1985, no Estado do Maranhão. As ações da Igreja Católica resultaram na prisão, perseguição, repressão e convocações para depoimentos de líderes religiosos. O ativismo do clero transformou a Igreja em um espaço para debates políticos, reuniões partidárias, acolhimento de sindicatos e das famílias das vítimas da repressão.

É fundamental ressaltar a importância das instituições religiosas nos movimentos sociais e, por conseguinte, é crucial revisar memórias muitas vezes pouco divulgadas. Em 2024, completam-se 60 anos do golpe que marcou o início da Ditadura Civil-Militar, e, por essa razão, é crucial recordar os acontecimentos para que não caiam no esquecimento.

Escrever sobre a ditadura no Maranhão é uma maneira de evidenciar aos maranhenses a sua participação nessa história e aproximá-los dos eventos que, outrora, eram mais destacados no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. É de grande relevância destacar que a história do Maranhão é, ao mesmo tempo, a história do Brasil. Essa perspectiva ampliada não apenas fortalece a identidade local, mas também contribui para uma compreensão mais abrangente e integral do papel desempenhado pelo estado do Maranhão na construção da narrativa histórica nacional.

Em conclusão, diante da negação de alguns sobre a natureza da ditadura civil-militar de 1964, é evidente que a pesquisa e escrita histórica assumem uma função crucial. Os negacionistas, ao sugerirem que esse período foi uma solução, distorcem a verdade e omitem eventos significativos. Nesse contexto, o historiador desempenha um papel fundamental ao rememorar os fatos por meio de pesquisas aprofundadas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. L. C. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2012. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/pghis/DissertacaoJuliaLeticiaBarbosa.pdf>. Acesso em: [inserir data].
- BARRIENTOS-PARRA, J. D.; MIALHE, J. L. Lei de Anistia: comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, p. 23-40, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/fef7ecfa-3f35-460f-b327-ec5b2958fdd4/content>. Acesso em: [inserir data].
- BESAGIO, N. M. Cálice: censura e violência na Ditadura Militar Brasileira. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i39.38967>.
- BRANDÃO, L. H. S. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/37332/1/2019_LuizHenriqueSantosBrand%C3%A3o.pdf. Acesso em: [inserir data].
- BRITO, A. M. F. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, p. 39-65, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n86-02>.
- CAMILO, R. A. L. **A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2011, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: [inserir data].

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.**

Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CRISTO na ONU. **Jornal Comunidade**, São Luís, p. 2, 1977.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Série 001 - Subversão (Código 07) 1966-1985. São Luís: Acervo digital - Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1969. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 5 out. 2023.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Série nº 013 - Entidades Religiosas (Código 12) 1972-1986. São Luís: Acervo digital - Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1974. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 5 out. 2023.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Série nº 013 - Entidades Religiosas (Código 12) 1972-1986. Período: Dossiê 012. São Luís: Acervo digital - Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1975. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 5 out. 2023.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Série 008 - Documentos Expedidos (Código 13) 1972-1990. Período: Dossiê 013. *Jornal Veja Isto*, 1978. São Luís: Acervo digital - Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1978. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 5 out. 2023.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Série 004 - Entidades Religiosas (Código 12) 1972-1986. Período: Dossiê 001. *Jornal Pequeno*, 1981. São Luís: Acervo digital - Arquivo Público do Estado do Maranhão. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 5 out. 2023.

DIAS, Roseane Gomes. **Direitos humanos no Maranhão: concepções, agentes e institucionalização**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

FERREIRA, P.; BARBOSA, W. **A igreja católica e o golpe de 1964**. Cadernos Cajuína, Teresina, v. 3, n. 3, p. 54-81, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v3i3.239>.

GUIMARÃES, L. E.; LANZA, F. **Teologia da libertação e a ditadura militar (1964-1985) em Londrina-PR**. In: ENCONTRO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19., 2010, Guarapuava. Anais [...]. Guarapuava: Unicentro, 2010. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/434.pdf>. Acesso em: [inserir data].

MATEUS, C. R. A. **No meio do caminho tinha uma pedra: análise do caso Vladimir Herzog à luz dos relatórios das Comissões da Verdade e seus embates com a Lei de Anistia**. 2023. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

PORTELA, C. da S. **“Padres esquerdistas”: o clero católico nos documentos da delegacia de ordem política e social do Maranhão**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, 14., 2015, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/ionay/Downloads/1204-Texto%20do%20artigo-3389-1-10-20150910.pdf>. Acesso em: [inserir data].

SILVA, L. F. M. da. **A ditadura civil-militar e a igreja católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Nova Iguaçu. Anais [...]. Nova Iguaçu: ANPUH, 2016. Disponível em: https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf. Acesso em: [inserir data].

SILVA, N. de F. Desmistificando a “resistência democrática” à ditadura civil-militar (1964-1985). **Revista Dia-logos**, v. 10, n. 01, p. 60-69, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ionay/Downloads/jvborde6,+8+-+Natanael.docx.pdf>. Acesso em: [inserir data].

SILVA, J. G. da. **A igreja católica e a ditadura militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos direitos humanos nos anos da distensão política (1974-1979)**. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, J. G. da. **Os movimentos de defesa dos direitos humanos na Paraíba durante a ditadura militar**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 3, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7364/6261>. Acesso em: [inserir data].

VALIM, P.; AVELAR, A. S.; BEVERNAGE, B. **Apresentação-Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisas**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CAPÍTULO 06

A violência contra a população LGBTQIAPN+ nos relatórios do Grupo Gay da Bahia e as políticas públicas para esse segmento social no governo Bolsonaro (2019-2022))

Melissa Freitas Dias¹

Jayra Barros Medeiros²

¹ Graduada em História UESPI, Pós-graduanda em História do Brasil – UFPI. mffreitas33@gmail.com

² Doutorado e mestrado em História do Brasil pelo PPGHB-UFPI; Especialista em História Cultural. Professora da rede municipal de ensino (SEMEC-TERESINA). Professora tutora na especialização em História do Brasil (CEAD-UFPI).



Introdução

Entende-se por gênero uma construção cultural que, no entanto, frequentemente é confundida com o sexo biológico, ou seja, com aquilo que comumente serve para contrastar as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos como masculinos ou femininos. Já a categoria gênero está relacionada às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. Tudo isso ocorre dentro de um processo complexo que se inicia no espaço familiar, quando pais, tios e amigos cobram a heterossexualidade como único modelo a ser seguido; assim, o que foge a essa norma é entendido como desviante pela sociedade, como é o caso das identidades sexuais diversas.

Segundo Silva (1999), nossas identidades sexuais, pensadas unicamente como heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, não se encerram em si mesmas, nem dependem de um traço característico de gênero que as predisponha como completas. Desse modo, pode ocorrer de uma pessoa identificar-se com um gênero distinto do sexo biológico, como no caso de pessoas transexuais e travestis (SILVA, 1999, p. 71).

É cada vez mais comum os movimentos sociais preocuparem-se com a ampliação das estratégias de inclusão social; nesse sentido, o segmento LGBTQIAPN+ também conta com atualizações a respeito da inclusão de siglas que representam a diversidade de gênero e sexualidade. Para tanto, as letras que compõem a sigla LGBTQIAPN+ possuem significados que representam as identidades com as quais cada indivíduo se reconhece.

A saber: L = Lésbicas, mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; G = Gays, homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; B = Bissexuais, refere-se a homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino; T = Transexuais, a transexualidade não se relaciona com a orientação sexual, mas com a identidade de gênero; corresponde, assim, a pessoas que não se identificam com o sexo atribuído em seu nascimento.

As travestis também estão inclusas nesse grupo; porém, apesar de identificarem-se com a identidade feminina, constituem um terceiro gênero; Q = Queer, pessoas com gênero Queer são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso de drag queens; I = Pessoas intersexo, estão entre o feminino e o masculino, pois suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos, genitália, hormônios – não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino); P = Pansexuais, pessoas que possuem atração sexual/romântica por outras, independentemente do sexo ou gênero; N = Não-binário, pessoas que não se identificam com o padrão binário de gênero.

A não binaridade é um termo guarda-chuva que engloba identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo, como, por exemplo, agênero e gênero fluido; por fim, o símbolo + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

Vale observar que a sigla LGBTQIAPN+ é utilizada no sentido de contemplar todas as identidades sexuais que sofrem violências e violações de direitos; a complementação do + possibilita a inclusão de outras identidades sexuais, agregadas posteriormente ao longo do tempo. A sigla vem sendo atualizada com a revelação de novas identidades de gênero. Em 2022, foi agregada a letra P, ficando Este trabalho estuda as diversas violências contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil, em um recorte temporal de 2018 a 2021.

Além disso, busca-se analisar as raízes de tais violências, como, por exemplo, a tradição cultural, a organização social e as relações de poder que estão entrelaçadas nessa perspectiva.

As questões de gênero vêm ganhando destaque nos últimos anos, revelando problemáticas até então silenciadas ou, por questões culturais, negligenciadas dentro das esferas da sociedade brasileira. Outrossim, evidenciam-se discursos extremamente descontextualizados no que diz respeito às questões de gênero. As últimas ondas conservadoras e fundamentalistas no cenário político trouxeram luz sobre o assunto.

Estudar gênero auxilia na compreensão de como a sociedade se constitui, de como funcionam as relações de poder e de como os papéis estão divididos dentro dela. Segundo Scott (1986, p. 6), enquanto o sexo refere-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, o gênero é uma categoria que se refere aos papéis sociais atribuídos aos sexos, ou seja, o sexo é determinado biologicamente, enquanto o gênero é uma categoria de ideias de masculinidades e feminilidades, construída ao longo do desenvolvimento do indivíduo e influenciada pela cultura e pela sociedade.

Nesse sentido, percebe-se que gênero está relacionado aos papéis sociais atribuídos aos sexos, diferentemente das ideias conservadoras e fundamentalistas que afirmam que gênero é uma ideologia que a população LGBTQIAPN+ deseja implantar na sociedade brasileira. Assim, estrutura-se uma preconceção maldosa e intimidatória contra o segmento LGBT, transformando-o em inimigo da família, de Deus, da sociedade e dos “bons costumes”.

Nesse cenário, o presente trabalho é importante para evidenciar o quanto a desinformação e a falta de esclarecimento sobre temáticas como sexo e gênero podem causar estruturas de violência em nossa

sociedade. Além disso, a temática serve para pensar em soluções que levem à diminuição nas estatísticas de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+.

A discussão de gênero tem seus primórdios no movimento feminista dos anos 1960, que colocou em evidência o debate sobre a emancipação do corpo da mulher na ocupação dos espaços da sociedade.

Logo ao nascer e, com base em diferenças eminentemente anatômicas inseridas nas corporalidades, somos identificados/as com determinado “sexo”. A simples observação dos órgãos externos “diagnostica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vem se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matrizes (Sayão, 2016, p. 71).

É em meio às inúmeras desigualdades estabelecidas sobre esses corpos que surge a violência de gênero; assim, neste artigo será desenvolvida uma discussão capaz de explicar as violências contra mulheres cis, entretanto, trabalhar-se-á apenas com o recorte da violência contra a população LGBTQIAPN+.

Para tanto, o presente artigo está dividido em três tópicos: o primeiro aborda a importância dos movimentos sociais na luta por políticas públicas; o segundo traz uma análise dos Relatórios do Grupo Gay da Bahia, dialogando com autores que abordam a questão da violência de gênero; o terceiro busca analisar as políticas públicas relacionadas à população LGBTQIAPN+ durante o governo de Jair Messias Bolsonaro e como o fundamentalismo religioso atua contra essa população.

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados métodos de pesquisa documental e análise de discurso. A análise de discurso foi feita com base em autores como Michel Foucault (1970) em *A ordem do discurso*, Eni P. Orlandi (1999) em *Análise de discurso* e, por fim, o texto *História da sexualidade I: a vontade de saber*, de Michel Foucault (1977). As fontes deste trabalho são oriundas do site do acervo do Grupo Gay da Bahia e de artigos estudados na graduação em História.

A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Ainda hoje, em pleno século XXI, vê-se pessoas categorizar o segmento LGBTQIAPN+ como doentes mentais, lascivos, vagabundos e portadores de doenças sexualmente transmissíveis. A partir do surgimento crescente do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, vivenciados nos últimos anos, presenciam-se discursos que corroboram para esses tipos de estigmas. Contudo, o que poucos sabem é que esses estigmas têm sua origem no século XIX, com a criação do termo “homossexual”, em 1860, pelo jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny que, inicialmente, configurava apenas a derivação homo = semelhante ou igual, mas que, em 1886, 26 anos depois, foi usado pelo sexólogo e médico Richard von Krafft-Ebing para colocar a homossexualidade ou o homossexualismo na categoria de doença, corroborando para aumentar substancialmente os diversos ataques já existentes a pessoas com sexualidade fora da fronteira heteronormativa (SOARES, 2017, p. 6).

Em primeiro lugar, é preciso analisar a nomenclatura “homossexualismo”, pois, apesar de parecer uma simples palavra, guarda em sua estrutura uma gama de estereótipos, com a intenção

de classificar o segmento LGBTQIAPN+ ao longo de décadas de forma pejorativa e marginal. Isso porque o sufixo -ismo tem significado ligado à ideia de doença; assim, a palavra “homossexualismo” passou a ser usada de forma pejorativa para classificar o segmento populacional LGBTQIAPN+ por muito tempo.

Somente em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou público que a homossexualidade não configura uma doença, o que foi fundamental para o segmento LGBTQIAPN+, pois, a partir desse feito, deu-se início a outras conquistas pelo segmento nos anos seguintes, como, por exemplo, em 1999, quando o Conselho Federal de Psicologia preceituou, por meio da Resolução nº 001/99 (ARAGUSUKU; AGUILAR, 2019, p. 7), que a homossexualidade não constitui doença ou distúrbio

O movimento homossexual surgiu tardiamente no Brasil, em contexto de ditadura e conservadorismo, pois, em meados da década de 1960, mais precisamente em 1964, o país viveu um momento de ditadura militar – o que inaugurou um período de censura a diversas manifestações “fora da moral conservadora”. Entretanto, não bastava a perseguição contra as expressões sexuais diferentes do padrão hetero; a crise da epidemia do HIV/AIDS veio a agravar a visão estereotipada contra o segmento LGBTQIAPN+, como salientam Simões e Fachini:

Com a Aids, reacendeu-se a ligação entre homossexualidade e doença. Expressão como “peste gay” espocaram e persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e constâncias ligada ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de

intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível (2009. p. 51-52).

O movimento homossexual no Brasil tem seu surgimento com o Grupo Somos, de São Paulo, e com o jornal *Lampião da Esquina*, que defendia a necessidade de perceber a homossexualidade a partir do debate social e político, pois tratava-se de cidadãos que deveriam ter seus direitos respeitados.

O jornal *Lampião da Esquina* tratava de temas variados sobre questões sociais, por exemplo, questões raciais, políticas, sexuais e de interesse da população LGBTQIAPN+ da época.

Na capa do jornal, edição 17 (Figura 1), percebe-se que o *Lampião da Esquina* foi um veículo para a divulgação das demandas dos LGBTs da época, assim como de denúncia de racismo, violência contra a mulher e das vivências sociais dos gays enquanto sujeitos do seu tempo.

Figura1.Lampião da Esquina. Edição 17 - abril 1978



Fonte: <https://grupogaydabahia.com.br/>

O jornal *Lampião da Esquina* foi criado em 1978 e circulou mensalmente até 1981. Inicialmente, tinha uma perspectiva de luta contra a exclusão dos homossexuais, mas, nas suas últimas edições, passou a apresentar também ensaios sensuais.

De acordo com o Ferreira (2022):

Em formato tabloide, o jornal tinha editoriais fixas como, “*Cartas na Mesa*”, onde as cartas dos leitores eram publicadas e respondidas, “*Esquina*” onde eram reunidas notícias, “*Reportagem*”, onde sempre a matéria de capa estava localizada, e a partir do número cinco a colona “*Bixórdia*”. Além dessas sempre havia espaço para informações culturais, como indicações de livros, exposições, shows e filmes; e para entrevistas. A produção do conteúdo era feita pelos conselheiros editoriais e por convidados que variavam a cada edição (Ferreira, p.1., 2022)

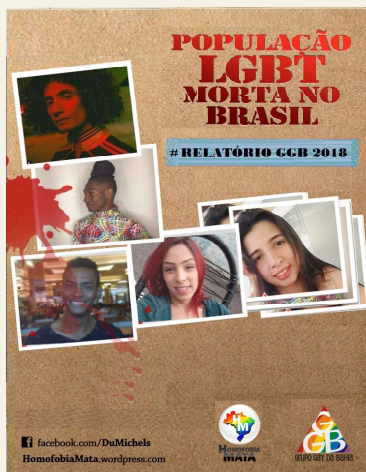
Sendo assim, o movimento homossexual trouxe temas importantíssimos de reflexão para pensar políticas públicas de proteção e igualdade para o segmento LGBTQIAPN+ no Brasil.

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO GRUPO GAY DA BAHIA

A violência estrutural alcança, de forma corriqueira, a população LGBTQIAPN+. Analisar-se-ão alguns casos letais no Brasil, tendo como principais fontes de análise os relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia entre os anos de 2018 e 2021, bem como o Atlas da Violência e o Anuário de Segurança Pública (FÓRUM, 2018).

No relatório **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018** (MICHELS, 2018), percebe-se em sua capa a presença de algumas personalidades LGBTQIAPN+ mortas de forma violenta no referido ano, como mostra a capa a seguir:

Figura 2. Capa Relatório 2018.



Fonte: Hemeroteca Digital Homofobia Mata

Em um primeiro momento, o caso que mais chama a atenção é o da vereadora Marielle Franco, assassinada a tiros juntamente com seu motorista Anderson Gomes.

Outra questão polêmica é o cruel assassinato ainda não esclarecido³, da vereadora Marielle Franco, a quem esse relatório é dedicado. Lésbica assumida, casada com a arquiteta Monica Tereza Benício, autora de projetos de proteção cidadã à comunidade LGBT, participante das Paradas do Orgulho do Rio de Janeiro (Michels, 2018, p.19)

A sexualidade da vereadora é uma questão interessante, pois mostra uma das lutas às quais Marielle se empenhava em dar visibilidade, como tratado no El País (OLIVEIRA, 2018): “Marielle costumava publicar fotos ao lado da mulher, Monica Benício. Eram declarações de amor como de qualquer outro casal, mas sempre acompanhadas de uma mensagem clara: dar visibilidade às mulheres

³ Recentemente, foram indiciados dois políticos da família Brásão, do Rio de Janeiro, como mandantes do assassinato, além do chefe da delegacia de homicídios à época, por conivência com o crime.

lésbicas”. Nesse sentido, vale dizer que, segundo o Relatório de 2019 do Grupo Gay da Bahia (OLIVEIRA; MOTT, 2020), existem 12 milhões de lésbicas no Brasil, ou seja, 6% da população. Com o protagonismo que a vereadora construiu ao longo de sua carreira política, há de se esperar que, ao mesmo tempo que conquistou o carinho e a admiração de uns, conquistou também inimigos que não compactuavam com as ideias de direitos sociais defendidos por ela.

A questão do combate à violência de gênero é uma problemática explícita nos projetos de lei criados pela vereadora Marielle Franco. Pode-se constatar que a luta social abraçada por ela pode, em grande medida, ter contribuído para aflorar inimigos que não compactuam com temáticas sobre a luta contra a violência de gênero e a violência social. Vale destacar a condição da vereadora de ser uma mulher, negra e lésbica. A soma desses fatores, na sociedade brasileira, corrobora para que, em algum momento, uma pessoa possa vir a sofrer algum tipo de violência, seja física, verbal, psicológica ou sexual.

Dialogando com essa realidade, encontra-se uma contradição que vale a pena refletir, pois, segundo os dados disponibilizados no Anuário de Segurança Pública (FÓRUM, 2018), o Brasil gasta R\$ 408,13 por cidadão com segurança pública; no entanto, essa segurança não beneficia todos os cidadãos, dificultando o acesso a ela por aqueles que mais precisam e, em se tratando das minorias sexuais, a vulnerabilidade e as violações dos direitos básicos tornam-se ainda mais comuns, como, por exemplo, o caso em que “A transexual Kooeh Nikolly Silva, 16 anos, foi morta a pedradas numa rua em Cabo Frio (RJ)” (MICHELS, 2018, p. 5). Em casos como esse, pode-se perceber a violação dos direitos de uma adolescente trans, morta com crueldade em um espaço público, onde o direito à segurança pública é garantido na Constituição Federal, mas lamentavelmente não foi, e comumente não é assegurado à vítima.

Levando em consideração esses aspectos, é comum perceber que a sociedade reproduz comportamentos dividindo os papéis entre os sexos biológicos. O homem deve ser o provedor do sustento da casa, enquanto a mulher deve ser submissa, boa dona de casa e cuidadora dos filhos. Além disso, os comportamentos dos homens tendem a ter mais liberdade, enquanto os da mulher são limitados; o que foge dessa lógica não é visto com bons olhos pela sociedade.

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...]. Através do aprendizado de papéis, cada um /a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (Louro, 1997, p.24)

Nesse sentido, todos aqueles que não se adequam aos padrões preestabelecidos tendem a sofrer algum tipo de violência.

Finalmente, no ano de 2019, as estatísticas referentes à população LGBTQIAPN+ começam a ser um tema abordado no Anuário da Secretaria de Segurança Pública (FÓRUM, 2019). Isso é um avanço para esse segmento social, pois, a partir da coleta desses dados, percebe-se uma melhor postura do Estado quanto à problemática das violências sofridas diariamente pela população LGBTQIAPN+.

Em contrapartida, no ano de 2019, houve uma diminuição no número de mortes violentas de LGBTQIAPN+ no Brasil: de 420, em 2018, caiu para 329, em 2019, ou seja, 91 vítimas a menos; todavia, o Grupo Gay da Bahia alerta que:

A redução do número de mortes é considerada pelo Grupo Gay da Bahia como um dado animador, mas sabemos ainda pouco dos condicionadores que levaram a esta inversão no curso de crescimento do número de vítimas, por isto, a postura é de redobrar os esforços para compreender a dinâmica desses crimes,

com ações educativas de combate a homofobia estrutural e a busca de promoção de políticas públicas voltadas a cidadania LGBTQIAPN+ (Oliveira; Mott, 2020, p. 34).

A citação coloca em evidência a questão do fomento à necessidade de ações educativas de combate à homofobia, assim como a necessidade de políticas públicas com o intuito de resguardar a população LGBTQIAPN+. Segundo Oliveira e Mott (2020, p. 45), políticas públicas voltadas para a educação, capacitação para o trabalho, aulas de cidadania, acesso a crédito solidário e oficinas de gestão de currículo são maneiras de diminuir a exposição do segmento LGBTQIAPN+ a situações de violência.

O levantamento do Grupo Gay da Bahia é referenciado no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o qual complementa a importância do combate à violência contra os corpos LGBTQIAPN+:

No Brasil, os índices de violência mostram que a discriminação e o preconceito estão presentes no cotidiano da população LGBTQI. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 19 horas uma pessoa LGBTQI é vítima fatal da LGBTQIfobia, seja por ser assassinada ou por se suicidar. Em 2017 chegou-se ao total de 445 vidas perdidas para o preconceito. No cenário mundial, o Relatório da organização Transgender Europe mostrou que, das 2.190 mortes violentas registradas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais e intersexos, no período de janeiro de 2008 a junho de 2016, em 66 países, cerca de 40% delas ocorreram no Brasil (MMFDH, 2018).

Contudo, como se pode perceber nos relatórios do Grupo Gay da Bahia de 2018 a 2021, os levantamentos mostram a dificuldade em coletar, com exatidão, o número de casos de mortes violentas contra o segmento LGBTQIAPN+. Em primeiro lugar, por não haver uma esfera competente para colher todos os dados referentes a mortes violentas

desse segmento social; e, em segundo, porque os dados oficiais são passíveis de subnotificações, visto que, em muitas delegacias, ainda perdura um posicionamento machista e homofóbico.

Todavia, não é possível comemorar a queda dos casos de violência, pois, segundo os dados da Rede Trans Brasil e do Grupo Gay da Bahia, o Brasil está em primeiro lugar na escala de mortes violentas de LGBTQIAPN+, seguido apenas pelo México, estando assim à frente de países onde a homossexualidade é motivo de pena de morte, como se pode observar a seguir:

A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento (Oliveira; Mott, 2020, p.13).

O segmento populacional LGBTQIAPN+ sofre diferentes formas de violência, seja ela física, moral, verbal, psicológica, sexual, patrimonial e/ou via suicídio – sendo este último considerado um tabu por parte da sociedade, principalmente por não se ter noção de que pode influenciar outros a cometerem, ou simplesmente por não ser considerado propriamente uma violência –, sendo nos casos de suicídios de membros da comunidade LGBTQIAPN+ que a sociedade insiste em colocar a falta de Deus como motivo, corroborando para a validação dos discursos de ódio proferidos contra essa população.

Outrossim, ao analisar os diversos casos de suicídio nessa comunidade, confirma-se o descaso com a vida das pessoas que fazem parte dessa população, como foi o caso do filho da cantora potiguar Walkyria Santos:

O adolescente Lucas dos Santos, 16, veiculou um vídeo nas redes sociais, numa brincadeira insinuando um beijo e/ ou afeto com um colega, porém, as agressivas reações negativas de internautas nas redes sociais e o medo da repreensão familiar levaram esse jovem ao suicídio (Oliveira; Mott, 2022, p.44).

Casos como o mencionado acima revelam o potencial tóxico que a cultura machista provoca na sociedade; ou seja, essa cultura cria um padrão de comportamento onde não é permitido aos homens terem afetos, trocas de carinho e expressão de sentimento para com outro homem; caso isso aconteça, os julgamentos tornam-se inevitáveis, levando a casos de violência extrema.

Mafra (2015, p. 58) mostra que existem mecanismos para sufocar expressões não heterossexuais no corpo social e nas relações de amizade, fazendo com que padrões de virilidade, como o do “macho alfa”, sejam a única forma de expressão entre os homens, e que o distanciamento da feminilidade seja uma obrigação. O caso mencionado teve grande visibilidade devido à figura pública da mãe, que expôs o caso nas redes sociais; contudo, pode-se imaginar quantos casos como esses acontecem diariamente na sociedade brasileira.

Segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia (OLIVEIRA; MOTT, 2022, p. 45), assim como o adolescente Lucas dos Santos mencionado anteriormente, “Idêntica decisão tomou Pheterson Gustavo Amâncio da Silva, 19 anos, em 13/08/2021, em Cuiabá (MT), depois de enfrentar a homofobia nas redes sociais”. Casos de suicídio ainda são temas tabu na sociedade brasileira, assim como a sexualidade, tornando difícil o debate sobre esses assuntos, reservados a um pequeno número de pessoas.

No ano de 2020, o relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GASTALDI et al., 2021, p. 10) constatou o número de 237 mortes violentas de LGBTQIAPN+, uma queda se comparado aos dois anos anteriores. Dessas 237 mortes violentas, 161 eram mulheres trans e

travestis, 51 gays, 10 lésbicas, 3 homens trans, 3 bissexuais e 2 heterossexuais. No caso dos heterossexuais, o Grupo Gay da Bahia contabiliza esses dados, uma vez que, por algum motivo, a pessoa tenha sofrido alguma violência decorrente de tentar ajudar ou defender a vítima LGBTQIAPN+.

Entretanto, é precipitada qualquer comemoração sobre tal queda no número de mortes de corpos LGBTQIAPN+, pois, infelizmente, como o próprio relatório referente ao ano de 2020 (GASTALDI et al., 2021) traz em seu estudo, existem diversos fatores que subnotificam os casos, por exemplo, a medida de isolamento necessário para contenção da propagação de COVID-19, quando as pessoas tiveram que ficar em quarentena em suas residências, saindo apenas para realizar tarefas necessárias. Não significa dizer que o ano de 2020 foi aquele em que a população LGBTQIAPN+ sofreu menos, mas que, devido a diversos fatores, o segmento também buscou meios de se proteger da pandemia, contribuindo assim para menos risco de mortes.

O relatório (OLIVEIRA; MOTT, 2022) do Grupo Gay da Bahia registrou 300 mortes violentas do segmento LGBTQIAPN+ em 2021. Nesse período, havia negligência em relação à adoção de políticas públicas que viessem a amparar a comunidade LGBTQIAPN+, realidade frisada no Relatório do Grupo Gay da Bahia.

Observe-se que nos últimos três anos o Governo Federal adotou de forma sistemática o combate às ideias do que rotula equivocadamente de ideologia de gênero e, não por acaso, passou a incluir a comunidade LGBTI+ no rol dos inimigos do modelo de sociedade conservadora preconizado pelo Chefe de Estado, ideário ratificado em sua recente visita à Rússia. O efeito mais perverso da lógica de exclusão deste segmento nas políticas públicas é o desmantelamento das poucas agências governamentais de fomento a políticas afirmativas, a exemplo dos conselhos consultivos junto ao Ministério da Saúde e Presidência da República (Oliveira; Mott, 2022, p.18).

Conforme o exposto acima, pode-se mensurar o retrocesso que a sociedade brasileira tem sofrido quando o assunto é cidadania das minorias. Isso é mais assustador quando se vê chefes de Estado que deveriam lutar pela democracia, pelos direitos básicos dos cidadãos e, em especial, pelo direito à vida. Contudo, esse direito, no Brasil, só é tema de debate quando associado às ideologias conservadoras que insistem em desviar o foco para questões como a do aborto, usando assim um meio de pautar seus ideais em detrimento de outros que deveriam, majoritariamente, ter a atenção do Estado. Os conservadores, ao tratar do aborto, de certo modo, assumem o dever de definir, deliberadamente, quem deve viver ou morrer. Tudo isso porque, na visão do Governo Bolsonaro, a comunidade LGBTQIAPN+ é uma ameaça à família, à religião cristã e à sociedade.

Outro ponto importante detectado no Relatório de 2021 é a porcentagem da população LGBTQIAPN+ presente no Brasil, que, no censo demográfico (IBGE, 2022), assume um papel de invisibilidade. No entanto, “estima-se que os homossexuais masculinos representem por volta de 10% dos brasileiros, mais de 22 milhões de indivíduos, enquanto as travestis e transexuais contariam de 1 a 4 milhões de pessoas” (OLIVEIRA; MOTT, 2022, p. 34). Esse dado apresenta uma grande diversidade da população brasileira, mas que, acima de tudo, é marginalizada pelo Estado.

Infelizmente, o descaso do Estado para com a comunidade LGBTQIAPN+ é preocupante, pois coloca esse segmento na invisibilidade e na marginalização, mesmo que os direitos garantidos na Constituição amparem todos os cidadãos brasileiros. Dentro desse sistema de silenciamento contra a população LGBTQIAPN+, as correntes conservadoras do Estado estimulam a persistência de negativas de direitos a esse segmento social. O relatório de 2021 traz, em seu recorte, a história de uma pessoa trans, de 13 anos de idade, brutalmente assassinada por um adolescente de 17 anos:

Como é o caso dessa criança trans Karon, 13, assassinada por um adolescente de 17 anos, a pauladas, chutes e socos, em Camocim (CE), no dia 04 de janeiro de 2021, execução ainda mais chocante ao sabermos o motivo: a cobrança de uma dívida de R\$ 50, decorrente de um programa sexual não pago pelo agressor, que sem o recurso para quitar o combinado, trucidou-a (Oliveira; Mott, 2022, p.36).

Percebe-se, com o acontecimento acima, a maneira como adolescentes LGBTQIAPN+ são tratadas na sociedade brasileira. Primeiramente, porque grande parte das escolas brasileiras está sucateada em suas estruturas; e, em segundo, sem educação de qualidade e de acolhimento desses corpos nos espaços educacionais, o futuro de jovens LGBTQIAPN+ é incerto.

A exclusão, o extermínio e a marginalização dos corpos LGBTQIAPN+ são um problema gravíssimo na sociedade brasileira, tornando-se ainda mais complicado quando o Estado não toma medidas de contenção da violência e preservação da vida de todos os cidadãos. Nesse sentido, vale dizer que, em um país que mais mata LGBTQIAPN+ no mundo, segundo Oliveira e Mott (2020), deveria, ao menos, se comprometer em cumprir o que diz a Carta Magna no art. 5º da Constituição Federal: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]” (BRASIL, 1988).

A nossa Carta Magna é a principal ferramenta que prevê o pleno cumprimento da democracia, sendo, assim, o mais importante documento de base para a criação de políticas públicas aos cidadãos brasileiros. Todavia, em se tratando da população LGBTQIAPN+, percebe-se que tal mecanismo não está sendo respeitado, visto que esse segmento vem sofrendo há décadas com violações dos seus direitos básicos, chegando ao ponto de ser negado o principal de todos: a vida.

Um caso de violência no espaço doméstico semelhante se repetiu com “João Victor Almeida, 23 anos, que foi cruelmente assassinado pelo companheiro com 23 facadas, chegando a quebrar esse instrumento perfurocortante”. Assim também aconteceu com o Professor Onírio Carlos Silvestre:

O professor Onírio Carlos Silvestre, 59 foi encontrado em seu apartamento no Centro de Curitiba (PR), no dia 19/12/2021, amordaçado e com uma faca cravada no lado esquerdo do peito. A Polícia Civil prendeu o seu companheiro, com quem convivia há três anos, na cidade de Ponta Grossa, para onde fugiu após cometer o crime (Oliveira; Mott, 2022, p.57).

Todos esses casos têm algo em comum: o vínculo próximo com o agressor, algo preocupante, tendo em vista que se costuma imaginar estar seguro ao lado de pessoas familiares, o que pode compor também um local de perigo. Sendo assim, o Grupo Gay da Bahia acende um alerta para a comunidade LGBTQIAPN+ ao levar pessoas desconhecidas para dentro de suas residências: “Se o encontro for na sua casa, tranque a porta e esconda a chave. Não deixe armas, facas e objetos perigosos à vista; você é o dono da casa e deve dominar a situação.” (OLIVEIRA; MOTT, 2022, p. 77). Todavia, como mencionado anteriormente, o espaço doméstico é pensado como um espaço de segurança; isso não quer dizer que não ocorram violências, mas, em certos casos, pode se tornar um ambiente de extrema vulnerabilidade.

Para além do espaço doméstico, a violência pode acontecer em espaços públicos também, como mostra o Relatório de 2021 (OLIVEIRA; MOTT, 2022) editado pelo Grupo Gay da Bahia. É o caso das duas travestis, Yasmim e Letícia Lessa, em Mesquita (RJ), no dia 16/01/2021, quando trafegavam na mesma moto e foram mortas no meio da rua, onde o Estado deveria prover segurança pública para todos.

O Estado se omite em não assegurar proteção a esses corpos marginalizados. O STJ decidiu que a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), deve ser aplicável a casos em que a mulher trans é agredida:

A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, nesta terça-feira (5), que a lei Maria da Penha é aplicável a uma mulher transgênero. Por unanimidade, os ministros foram favoráveis a um recurso apresentado em favor de uma mulher transgênero que alega ter sido agredida pelo pai. Os desembargadores da 10ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) haviam entendido que a lei Maria da Penha somente poderia ser aplicada em casos de violência doméstica ou familiar contra pessoas do sexo feminino – levando-se em conta exclusivamente o aspecto biológico. (Hirabahasi, 2022)

Tal medida é um avanço nos direitos de cidadania para a população LGBTQIAPN+, trazendo mais esperança para toda a comunidade. Como se pode perceber, as duas instâncias jurídicas não têm o mesmo consenso a respeito da compreensão de gênero e sexo biológico, visto que a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça compreende que a Lei Maria da Penha é aplicável a mulheres trans, já o Tribunal de Justiça de São Paulo discorda dessa compreensão.

Levando em consideração a decisão do TJ-SP, percebe-se a intenção dos que não compreendem a diversidade identitária da população LGBTQIAPN+; assim, a anatomia corporal é tida como o único viés para tal decisão.

A perseguição aos ativistas dos direitos LGBTQIAPN+ é uma realidade expressa nos exemplos deste trabalho, como os casos da vereadora Marielle Franco, de Fernando dos Santos Araújo e do ex-deputado Jean Wyllys, que teve que sair do país para não morrer; ou seja, aqueles que se opõem à heteronormatividade correm sério risco de perder a vida. A respeito dessa realidade, pode-se compreender quando a autora Guacira Louro diz:

Como já observamos, a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da “normalidade” (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero) (Louro, 1997, p. 80).

Autores como Judith Butler (2003) mostram como acontece essa normatividade em torno da sexualidade; por exemplo, desde criança, somos ensinados a nos comportar de acordo com nosso sexo biológico. Têm-se as brincadeiras que são ditas para meninos e as que são para meninas; isso tudo são construções sociais. Assim, crescemos reproduzindo o dever de ter uma performance de gênero adequada ao seu sexo biológico.

Louro (1997, p. 44) sugere que esse é um processo constrangido e limitado desde seu início, uma vez que o sujeito irá ou não assumir as normas regulatórias de uma sociedade. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos”, aqueles que escapam à norma.

Assim, pode-se contemplar, na atualidade, diferentes identidades de gênero e sexualidade que questionam a heteronormatividade; como, por exemplo, é garantido em lei que um casal homoafetivo possa estabelecer a união estável e, assim, construir família. Isso é uma forma de questionar a heteronormatividade que entende apenas um tipo de modelo familiar, constituído pelo núcleo de um homem e uma mulher.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DURANTE O GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

No ano de 2018, Jair Bolsonaro concorreu à vaga de presidente da República, sendo eleito com um total de 57.797.847 votos do eleitorado brasileiro pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB), contra seu adversário Fernando Haddad (PT).

Durante o processo da candidatura do então presidenciável Bolsonaro, foi notório, em seus diversos discursos, a aversão para com o segmento LGBTQIAPN+, assim como para os índios, negros, mulheres e, até mesmo, expressando xenofobia em certas ocasiões. Todavia, tais discursos seguiram sendo reproduzidos por ministros de seu governo, confirmando, assim, a ausência de empatia com as minorias.

Vale dizer que, no documento de Proposta de Plano de Governo intitulado “O Caminho da Prosperidade”, não é referenciado sequer algo sobre as palavras gênero, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, intersexual, ou seja, nada referente à população LGBTQIAPN+. A perseguição ao segmento LGBTQIAPN+ por parte do presidente Bolsonaro vem desde sua função como deputado pelo Partido Progressista (PP) no Rio de Janeiro, em 2012, quando, em diversas sessões, fez uso da palavra para disseminar seu ódio a esse segmento social, assim como durante seu mandato como deputado federal.

Atenção, povo católico, povo evangélico de São Paulo, povo paulistano, você quer que seu filho aprenda lições de homossexualismo no ensino fundamental? Se quer, vote no Haddad. Se você quer que seu filho aprenda a ser homossexual desde cedo, vote no Haddad (Bolsonaro, 2012)⁴

4 Fala à Câmara dos Deputados.

É possível perceber, neste fragmento, que Bolsonaro utiliza-se da religião como forma de convencer um público-alvo, com a intenção de legitimar, a partir de um discurso, seu posicionamento ideológico e político.

Em 9 de dezembro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que tinha por finalidade propor medidas e diretrizes que visassem ao combate à discriminação e a assegurar os direitos da população LGBTQIAPN+.

No entanto, esse decreto foi revogado pelo governo Bolsonaro no ano de 2019, trazendo a perda de avanços oriundos de lutas da população LGBTQIAPN+. O decreto foi revogado pelo vice-presidente Antônio Hamilton Martins Mourão e pela ministra Damares Regina Alves. No Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019, foi retirada qualquer referência a políticas de proteção da população LGBTQIAPN+, mostrando, assim, um caso de violência institucional.

Entretanto, no ano de 2019, houve um avanço para a proteção desse segmento social:

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao equiparar a homofobia ao crime de racismo, foi acertada e necessária, mas os efeitos dessa nova postura serão mais efetivos quando o Executivo implementar ações de monitoramento, responsabilização dos agressores e políticas de respeito às vulnerabilidades do segmento LGBT. (Oliveira; Mott, 2022, p.23)

Para tanto, torna-se necessário questionarmos o porquê de persistir, em escala crescente, o número de violências nos três anos seguintes à decisão do STF ao equiparar a homofobia ao crime de racismo.

O ano de 2013 foi um ano de grandes avanços e conquistas para a população LGBTQIAPN+, principalmente com a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse sistema foi criado por meio da Portaria nº 766, de julho de 2013 (BRASIL, 2013), e é composto pelo coordenador-geral Gustavo Bernardes, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Jair Messias Bolsonaro e, portanto, seu governo, defendiam um modelo de família composto por um homem e uma mulher; o que fugisse à norma não seria considerado família. Todavia, como fica explícito no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que trata da pluralidade de entidades familiares, em especial os incisos 3º e 4º:

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988).

Para além disso, seus aliados dão seguimento a discursos de ódio à medida que criam projetos que visem invisibilizar direitos da população LGBTQIAPN+. O deputado Léo Motta afirma em discurso na Câmara: “A sociedade brasileira não pode permitir que crianças sejam submetidas ao movimento que visa promover a igualdade de gênero com o entendimento adotado por seus defensores, mesmo quando seus pais sejam contrários” (MOTTA, 2020). O deputado Motta propôs o Projeto de Lei nº 4.893 (BRASIL, 2020), que visa tipificar como crime qualquer abordagem que faça referência ao conteúdo sobre gênero nas escolas municipais, estaduais e federais. Vemos aqui

uma censura ao ensino, à liberdade dos professores e aos profissionais da educação em debaterem sobre temáticas relevantes para o respeito às diferenças e à visibilidade da população LGBTQIAPN+, que os conservadores, através do uso de seus poderes, tentam silenciar.

Sendo, em grande medida, quase impossível almejar um momento em que os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ sejam respeitados em um Ministério que faz questão de propagar o discurso heteronormativo perpetuado em nossa sociedade. A exemplo disso, em 2019, a ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ao se pronunciar em vídeo, disse, momentos após a posse do governo Bolsonaro: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. O conservadorismo do governo Bolsonaro ocupou espaços de poder e, durante 4 anos, disseminou sua ideologia fundamentalista através do ódio contra as minorias, mesmo no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

Temas que contemplavam a cidadania e promoção de igualdade para o segmento LGBTQIAPN+ não configuravam como pauta no governo Bolsonaro, que extinguiu, inclusive, as secretarias que cuidavam das demandas da população LGBTQIAPN+.

A sociedade e, em especial, a população LGBTQIAPN+ viveram o descaso e a perseguição ideológica, como era perceptível nos discursos à imprensa e na atuação de Bolsonaro como chefe de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos a violência contra a população LGBTQIAPN+ nos relatórios do Grupo Gay da Bahia e a situação das políticas públicas no Governo Bolsonaro entre 2018 e 2021, trazendo como principais fontes os relatórios do Grupo Gay da Bahia, assim como os Anuários da Secretaria de Segurança Pública.

Para tanto, foi apresentado e exemplificado como a população LGBTQIAPN+ tem seus direitos negados e como essa negação de direitos tem afetado a vida desse segmento, mostrando que, apesar dos números alarmantes em torno das estatísticas sobre violência LGBTQIAPN+, persiste a falta de interesse e investimento do Estado em garantir os direitos necessários à sobrevivência digna dessa população.

No recorte desse trabalho, foi possível identificar retrocessos em conquistas do segmento LGBTQIAPN+, como, por exemplo, decretos vetados por Jair Bolsonaro e ministros, assim como discursos de ódio dirigidos à população LGBTQIAPN+, além de discursos conservadores contra as minorias sexuais.

Foi possível também perceber avanços conquistados pelas lutas das minorias sexuais brasileiras, como, por exemplo, o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, que gerou ações voltadas ao combate à violência contra o segmento LGBTQIAPN+. Além disso, em 2019, tivemos a criminalização da homofobia no Brasil, com a decisão do STF que atrelou a homofobia à Lei do Racismo (BRASIL, 1989).

Percebeu-se que houve uma retração no número de mortes violentas relacionadas ao segmento LGBTQIAPN+ de 2019 a 2020, voltando a subir nos anos seguintes. A faixa temporal coincide com o período mais crítico da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, com

a vacinação e a flexibilização da circulação de pessoas, as estatísticas voltaram a contabilizar um aumento do número de casos de mortes violentas do segmento LGBTQIAPN+.

A violência contra a população LGBTQIAPN+ demonstrada neste trabalho aponta o quanto a sociedade brasileira necessita avançar em políticas públicas de enfrentamento às violências sobre esses corpos. Mostra também como os discursos de ódio corroboram para o aumento da violência contra esse segmento, assim como o fundamentalismo religioso que considera a população LGBTQIAPN+ inimiga da família e estimula a estigmatização pejorativa.

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, H. A.; AGUILAR, L. M. F. Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 6-20, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Declaração de Bolsonaro sobre palmadas para corrigir tendências homossexuais será debatida em comissão (1º29º). Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/345010-declaracao-de-bolsonaro-sobre-palmadas-para-corrigir-tendencias-homossexuais-sera-debatida-em-comissao-129>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-766-de-3-de-julho-de-2013>. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Violência doméstica e familiar contra a mulher: Ligue 180 e tudo o que você precisa saber. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 30 out. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Aluizio. **Lampião da Esquina: a imprensa gay na luta contra a ditadura militar**. Documentos Revelados, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/lampiao-da-esquina-marco-importante-na-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 3 set. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2018.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>. Acesso em: 3 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GASTALDI, A. et al. (Orgs.). **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA. **O que é o GGB (nossa história)**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>. Acesso em: 3 set. 2024.

HIRABAHASI, Gabriel. **STJ decide que Lei Maria da Penha é aplicável a mulheres trans**. CNN Brasil, Brasília, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/superior-tribunal-de-justica-decide-que-lei-maria-da-penha-e-aplicavel-a-mulher-trans/>. Acesso em: 3 set. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no vale do Rio Guaribas**. Curitiba: Appris, 2015.

MICHELIS, Eduardo. **População LGBT morta no Brasil: relatório 2018. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital Homofobia Mata**, 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

MOTT, Luiz. **Grupo Dignidade**. 2007. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

OLIVEIRA, André de. **Marielle e Mônica: por todas as famílias**. El País, Brasil, 18 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/18/politica/1521397080_087155.html. Acesso em: 3 set. 2024.

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (Orgs.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil -- 2019: relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2019.

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (Orgs.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil -- 2021: relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PORTAL G1. Em vídeo, **Damarens diz que ‘nova era’ começou: ‘meninos vestem azul e meninas vestem rosa’**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damarens-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RAMOS, M. M. et al. **Gênero, sexualidade e direito: uma introdução**. 2016. Disponível em: <https://diversoufmg.com/publicacoes/2016-genero-sexualidade-e-direito-uma-introducao/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo**, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

SAIÃO, D. T. **Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância**. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 3, p. 67-87, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643862>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SCOTT, J. W. **Gender: a useful category of historical analysis**. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, B. B. **Os homossexuais na história: relações de poder e a classificação do gênero na historiografia contemporânea**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: ANPUH, 2017. p. 1-17.

SILVA, S. G. da. **O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades**. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 10, n. 1, p. 70-85, 1999. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v10i1.689>

CAPÍTULO 07

Os discursos de ódio à fé do outro: os ataques aos terreiros de religiões de matriz africana durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022)

Cassia Maria Sousa Batista¹

Nilza Maria Ferreira de Sousa²

Ada Raquel Teixeira Mourão³

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Pós-graduanda em História do Brasil pela CEAD - UFPI. e-mail: cassiabatista14@gmail.com

² Graduada em História do Brasil UESPI; Especialização em História do Brasil - FAEME. e-mail: nilza4775@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona- Espanha. Docente da Universidade Federal do Piauí. e-mail: adamourao@ufpi.edu.br

Introdução

Desde o processo de escravização do povo negro, perpetuam-se os discursos de dualidade entre superioridade e inferioridade, sendo o negro, assim como sua cultura, os inferiorizados e subjugados, sendo uma dessas formas a pela religiosidade (SILVA, 2005). Segundo o autor, “um ambiente profundamente religioso marcou a história da formação do nosso país” (2005, p. 19) e foi a essa religião dos colonizadores europeus que os negros foram submetidos.

Neste trabalho, procura-se compreender como os discursos empregados de forma hierarquizante resultam em geradores de poder (FOUCAULT, 1996), determinam uma crença como superior a outra e, com isso, tornam-se difusores do ódio, da violência e do terrorismo religioso.

Pretende-se, portanto, responder às seguintes questões norteadoras: como os discursos dos neoconservadores sobre as religiões afro-brasileiras fomentam o ódio, tornando-se assim geradores de violência? Por que disseminar discursos de ódio contra uma religião à qual o indivíduo não pertence? Por que os ataques aos terreiros se tornaram recorrentes nos últimos tempos? Essas são algumas inquietações que serão respondidas no decorrer desta pesquisa.

Indagações essas que foram se consolidando à medida que o avanço do conservadorismo vem se fortalecendo no Brasil; para Raquel Santos Sant’Ana e José Fernando Siqueira Silva (2020, p. 357),

“o velho-novo ‘fascismo brasileiro’” vem difundindo violências, dentre essas, ataques de devotos cristãos às religiões de matriz africana, lugar sagrado para os seguidores das religiões afro-brasileiras e de um valor cultural imenso para o patrimônio do nosso país.

Perante o exposto anteriormente, a sociedade brasileira vem apresentando, nos últimos anos, uma inclinação pelos ideais conservadores, seja em relação a comportamentos ou sexualidade, seja em questões políticas ou religiosas. O fato é que o povo brasileiro vem, principalmente nesses últimos tempos, mostrando-se cada vez mais intolerante em vários âmbitos da vida social, e isso ficou ainda mais evidente quando Jair Bolsonaro venceu o pleito de 2018, sendo, então, eleito presidente do Brasil. Como diz Sant’Ana e Silva (2020, p. 357), “sustentado no lema ‘Deus, Pátria e Família’, o atual governo articula autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo e mídias sociais”. Os autores comentam ainda sobre o governo Bolsonaro que “este governo tem se sustentado a partir de uma estrutura social extremamente violenta historicamente constituída” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 357).

Para tanto, analisaremos a relação entre os discursos de ódio e os ataques aos terreiros de religiões de matriz africana entre os anos de 2018 e 2022, período do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Para que esse trabalho aconteça, é válido destacar que as fontes históricas utilizadas serão matérias jornalísticas que cobriram esses ataques aos terreiros durante o citado recorte temporal. Diante disso, faz-se necessário destacar que as matérias usadas para essa reflexão foram extraídas do G1 (Globo.com), Portal do Aprendiz (UOL.com.br), Brasil de Fato (Brasildefato.com.br) e Jornal Folha. Para um melhor desenvolvimento metodológico, foi usada a cartilha do II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, para averiguar também os índices da violência abordados neste trabalho.

Apontamos, no desenvolvimento do estudo, dois pontos centrais para a compreensão do debate: um deles é o racismo, utilizando as reflexões de Martiniano José da Silva (2009) sobre as relações de poder; para o outro ponto, utilizaremos os debates de Foucault (1996) como base para o entendimento do fomento aos discursos de ódio para os ataques violentos aos terreiros e adeptos das religiões de matriz africana (NOGUEIRA, 2020).

Considerando que, historicamente, a crença do povo negro foi colocada como inferior e até mesmo demonizada pelo pensamento ocidental, evidenciando, desse modo, não somente o racismo, como também a questão do poder, na forma como o homem branco não somente desumanizou os negros, como demonizou a sua fé.

A HERANÇA DA BRANQUITUDE CRISTÃ: O RACISMO RELIGIOSO

Hoje em dia, com a ascensão das redes sociais, o povo brasileiro pode acompanhar notícias importantes ao deslizar o dedo por seu aparelho telefônico; pode-se obter qualquer informação, se ela estiver na rede. Diante disso, é muito fácil obter informações sobre casos de violência religiosa contra religiões de matriz africana. O II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe (SANTOS; DIAS; SANTOS, 2023) aponta, estatisticamente, que, no Brasil, a religião que mais sofre intolerância religiosa são as religiões de matriz africana.

Segundo o levantamento anteriormente citado, somente no Estado do Rio de Janeiro, sobre os ataques de intolerância religiosa, 56% dos violadores são de religião evangélica. Este fator nos leva a refletir sobre qual é a motivação para esses ataques.

Primeiramente, torna-se necessário regressar no tempo; isso é de suma importância para a compreensão da elucidação dessa questão aqui apresentada. A sociedade brasileira foi construída a partir da dominação de indígenas e negros por parte dos colonizadores brancos europeus. Luiz Antonio Simas (2023), que fala sobre a construção do Brasil, afirma que:

Somos um país forjado em ferro, pelourinhos, senzalas, terras concentradas, aldeias mortas pelo poder da grana, tambores silenciados, arrogância dos bacharéis, inclemência dos inquisidores, truculência das oligarquias, chicote dos capatazes, cultura do estupro, naturalização de linchamentos e coisas do gênero: um Brasil boçal, muitas vezes institucional, bem-sucedido como projeto de aniquilação (Simas, 2023, p. 15).

Com base na citação acima, pode-se interpretar como Simas relata a construção da sociedade brasileira, considerando a base escravocrata, que se mantém até os dias atuais, perpetuando o privilégio da branquitude em relação a toda a estrutura da sociedade brasileira. Essas prerrogativas permeiam tanto as esferas sociais, políticas, econômicas quanto culturais.

Diante do privilégio da branquitude, é de suma importância compreender que “a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos” (SILVA, 2017, p. 23).

A pesquisadora Priscila Elisabete da Silva aponta que:

Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (Silva, 2017, p. 28).

Com a contextualização do termo branquitude, que será bastante utilizado no decorrer deste artigo, pode-se compreender, então, o privilégio que os brancos têm somente pelo simples fato de serem brancos. Em contrapartida, a população negra sofre diariamente a herança que o escravismo deixou na sociedade brasileira, que é o racismo.

Segundo Martiniano José da Silva, em seu livro *Racismo à Brasileira*, “o vocábulo racismo está dicionarizado e conceituado, exprimindo variadas conotações, mas mostrando sempre a inegável existência de um grupo racial superior segregando e dominando um outro segmento social, considerado inferior” (SILVA, 2009, p. 55). Diante dessa consideração, compreende-se que o racismo tem como característica o apagamento do povo dominado, desse modo:

No Brasil, onde o racismo é mais velho do que se pensa, fazendo parte do “Caráter nacional brasileiro”, de que fala o notável Dante Moreira Leite (1969), sua característica principal, a ponto de ser uma singularidade, é fato de ser todo especial, zelosamente guardado por ser sutil e engenhoso; a bem dizer, mascarado, camuflado, curiosamente sem deixar de ser perigoso e traiçoeiro, em todos os nossos regimes políticos, tendo como meta a destruição física e o desaparecimento -inclusive cultural - do segmento étnico indesejado, realçado pelo negro (Silva, 2009, p. 52).

É relevante e até mesmo indispensável ressaltar que conceituar o termo racismo ultrapassa a simples definição, devido ao fato de se tratar de algo que está enraizado na história e na sociedade brasileira; sendo assim, considerar o processo histórico do racismo é um fator de suma importância para, então, compreender o mal que o racismo causa na sociedade brasileira. Silva destaca:

as raízes históricas do racismo antecedem o regime escravocrata e a sociedade de classes, já podem ser localizadas na decisão de utilizar o negro africano para colonizar o Novo Mundo. A partir do século XV, a expansão do mercantilismo se apoia na dominação do homem pela diferença de cor de pele, o que é um dado racial com raízes ainda mais antigas, provando que o racismo não decorre somente do interesse econômico (2009, p. 69).

Como visto, o racismo e a branquitude, enraizados na sociedade brasileira, são fundamentais para situar histórica e socialmente as questões religiosas. Tendo em consideração isso, a partir dessas questões, Nogueira (2020) trata sobre a ideia de “democracia religiosa”:

A verdade é que o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Não é necessário que se vá muito longe na história do nosso país para entender que a intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo. Desde a invasão dos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores (Nogueira, 2020, p. 20).

O autor afirma que “o Brasil não nasceu como uma democracia religiosa” (NOGUEIRA, 2020, p. 20). Nesse sentido, ele apresenta, nesse apontamento, que a forma como a religião cristã, no caso, o catolicismo, foi utilizada como uma ferramenta de dominação portuguesa no Brasil.

Em relação às questões religiosas e políticas, Silva (2009, p. 320) também comenta sobre a Igreja na história do Brasil, principalmente em relação ao controle e dominação: “a política eclesial se identificou com a do colonizador e a de seus acólitos, na Colônia, Império e República, onde portou-se com desprezo, omissão ou calou-se”. Considerando esses fatores, Nogueira diz:

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica (2020, p. 19).

Com isso, é plausível assimilar que o racismo e a intolerância religiosa caminham juntos e, na verdade, podemos interpretar que, quando falamos de religiões de matriz africana, o racismo ganha um papel de destaque, por se tratar de religiões que conseguiram sobreviver à margem do que era aceito em sociedade. Um termo empregado de forma pejorativa para se referir às religiões afro-brasileiras é a terminologia “macumba”.

Dessa maneira, a esse respeito, Simas (2023, p. 17) afirma que “é comum que diversos praticantes de religiões de fundamentos afroindígenas, na justa luta contra o preconceito religioso em tempos difíceis, compartilhem nas redes sociais a informação de que a palavra ‘macumba’ designa um instrumento africano de percussão”, retirando o sentido de uma ritualística sagrada. Diante disso, o intuito dessas postagens é espalhar uma melhor compreensão, ou seja, pode ser assimilado até mesmo como uma forma de abordagem educativa, como também, andando atrelado a isso, a questão da luta e como uma forma de firmar o compromisso dos adeptos contra os ataques que as religiões de matriz africana sofrem diariamente.

O ÓDIO REFLETIDO NOS JORNAIS: MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE OS ATAQUES AOS TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA

Durante os últimos anos, tornou-se cada vez mais comum ataques a terreiros de religiões de matriz africana. Essa afirmação tem como base levantamentos estatísticos sobre o assunto em questão, assim como em textos jornalísticos publicados digitalmente. Como poderemos acompanhar nessa matéria que foi publicada pelo portal de notícias G1, no dia 15 de novembro de 2022⁴:

Uma pesquisa, coordenada pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras, ouviu representantes de 255 terreiros de todo o país. Quase a metade registrou até cinco ataques nos últimos dois anos. Os ataques de intolerância religiosa também acontecem fora dos terreiros, quando uma pessoa é identificada como adepta de alguma religião de matriz africana na rua, na escola, no comércio, numa repartição pública ou até quando vai pedir ajuda numa delegacia para denunciar este tipo de preconceito (G1, 2022).

Na manchete do jornal, o próprio título já é um destaque à parte: “Quase metade dos terreiros do país registrou até cinco ataques nos últimos dois anos, mostra pesquisa”. Esse fato nos faz refletir sobre a razão de tanto ódio a essas religiões, que faz com que indivíduos ataquem os espaços sagrados e seus seguidores.

Primeiramente, faz-se necessário considerar que, mesmo sendo indubitável que a lei assegura a liberdade de crença, vivemos em uma sociedade em que o preconceito ainda persiste de forma enraizada (MUNANGA, 2009) e que ultrapassa a questão social, pois é também, ou melhor dizendo, é principalmente um caso racial.

Quando se fala em racismo, não se retrata somente questões relacionadas ao corpo; na verdade, conceitua-se o contexto geral, englobando, assim, dentro dessa discussão, a cultura e a religião do

4 G1. Quase metade dos terreiros do país registrou até cinco ataques nos últimos dois anos, mostra pesquisa Publicado em 15 de novembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/15/quase-metade-dos-terreiros-do-pais-registrou-ate-cinco-ataques-nos-ultimos-dois-anos-mostra-pesquisa.ghtml> Acesso em: 30.jan.2024.

povo preto. Perante estas constatações, faz-se necessário pensar nas questões dos discursos de ódio (ANDRADE, 2021) propagados pelo conservadorismo religioso.

Pensar a questão do discurso de ódio faz-se necessário pensar, primeiramente, a própria ideia do discurso: o que é o discurso e como ele pode ser utilizado como ferramenta de poder para, de certo modo, manipular ideias e, assim, gerar ódio a algo que não é de pertencimento do indivíduo, mas que, mesmo assim, ele se sente na necessidade de julgar e subjugar.

Através de reflexões sobre o que é o discurso, consideramos as afirmações de Foucault (1996, p. 10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Pensando, então, o discurso como uma forma de poder e que, em certa medida, está entrelaçado com a questão de domínio, ainda, considerando as reflexões de Foucault:

Suponha que em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (1996, p. 8-9).

Com isso, pode-se refletir que os discursos trazem consigo a questão da superioridade, seja ela de raça, de orientação sexual, como também de cunho religioso.

Através dessas reflexões a respeito do que é o discurso e como ele está interligado à questão do poder, quando se procura explicar a denominação “discurso de ódio”, pode-se observar que a explicação a esse respeito depende do contexto no qual este termo está inserido, como afirma Andrade:

A expressão discurso de ódio ou *hate speech* remete a um conceito não unívoco, de limites relativamente imprecisos, e é empregada para designar condutas expressivas muito heterogêneas, que, quando olhadas em conjunto, não apresentam uma essência ou característica definidora. Não há, pois, algo que possa ser indicado como uma essência ou um elemento fundamental que represente esse conceito. O que há é uma variedade de situações que pelo uso identificamos com essa expressão (2021 p, 10-11).

Pode-se perceber que demonstrar superioridade por meio de discursos religiosos é uma tentativa de subjugar religiões com crenças contrárias às do indivíduo; desse modo, os discursos são manipulados de forma que passam a ser destilados como forma de ataque.

Um ponto a ser considerado e que, portanto, precisa ser destacado é o fato de que os discursos de ódio são proferidos, em sua maior quantidade, por religiosos que se dizem cristãos evangélicos. Diante desse fato, Nogueira afirma que:

Desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem preta – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou e, criou uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, for identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil. (2020, p. 15).

Considerando, então, as contribuições do pesquisador Sidnei Nogueira, pode-se refletir que os ataques proferidos contra os adeptos das religiões de matriz africana correspondem a uma série de fatores que têm como base central e estruturante o racismo.

Somado a isso, também se destaca a formulação e propagação de discursos de ódio contra essas religiões e seus devotos. Desse modo, ainda considerando as palavras de Nogueira (2020, p. 16): “Está posto que, de modo geral, a cristianização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder”.

Somado a isso, pode-se considerar que os discursos propagados contra as religiões de matriz africana se constituem a partir das questões de poder. Os cristãos, remetidos ao legado colonial associado à branquitude, são bem-vistos na sociedade, enquanto isso, os seguidores das religiões negras são julgados pelo seu pertencimento.

Dessa forma, sobre a questão do preconceito, Nogueira (2020, p. 19) diz: “O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo, se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro”. O autor, no caso, refere-se justamente a esses discursos usados para discriminar crenças.

Continuando com essas reflexões a respeito desses discursos de superioridade, continuemos com Nogueira (2020, p. 19): “valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado ‘eu’ em detrimento de ‘outrem’, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político”. Pode-se ponderar, então, que há uma base para essa questão de poder.

No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio (Nogueira, 2020, p. 19).

Assim, outro ponto que o autor deixa em evidência, em meio às suas contribuições, é a relação à divisão entre o “eu” e o “outro”, expondo um individualismo que beira a ignorância, sendo um alicerce para a difusão dos discursos de ódio contra a crença estigmatizada, em sua maioria, as religiões de matriz africana.

Outra perspectiva a ser considerada é a ascensão do conservadorismo nos últimos anos no cenário político da América Latina, e, no que diz respeito ao Brasil, isso ficou mais evidente com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Com relação ao crescimento da política conservadora, considera-se o que as pesquisadoras Elizabeth Lima e Isabelly Lima apresentam:

Apontado como um mal que precisa ser extirpado provocado pela *onda socialista*, Bolsonaro, e seu governo, apresentam-se como uma espécie de *salvadores da pátria*, cuja função precípua será a de impor uma nova ordem social, desta feita, na defesa e, principalmente, proteção incontestes aos valores da família cristã, heteronormativa, branca, disciplinada, elitista. A grande responsável pelo *desmantelamento* do Brasil é, segundo o novo Presidente, a *ideologia de esquerda*, patrocinada e propalada pelo partido que governou o Brasil antes de ele assumir o poder (2020, p. 332).

Assim, os discursos usados como uma ferramenta de poder, somados ao conservadorismo religioso, contribuíram e contribuem, em certa medida, para que a comunidade de terreiro se torne (se é que em algum momento deixou de ser) novamente perseguida pelos devotos de religiões cristãs.

Como foi fomentado no desenvolvimento deste trabalho, o racismo e a intolerância religiosa, em todo o tempo, estiveram presentes na sociedade brasileira, uma vez que os discursos contra as religiões de matriz africana encontram-se enraizados na sociedade brasileira. Como podemos observar na matéria a seguir:

Mesmo após o fim da escravidão, a perseguição às religiões de matriz africana pelo Estado se manteve na sociedade brasileira. Criada em 1941, durante o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, a Lei da Vadiagem foi usada para criminalizar manifestações da cultura afro-brasileira no país, como as rodas

de samba, a capoeira e as religiões de matriz africana. A lei até hoje é vigente na Constituição, embora raramente aplicada. O texto considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência”. (Távora *et al.*, 2019).

O trecho acima foi extraído de uma reportagem publicada em 17 de julho de 2019, sob o título “Terreiros são alvos de intolerância religiosa e racismo no Brasil” do Educação e Território; porém, originalmente, a matéria foi publicada com o título “Terreiros na Mira”, de autoria de Fernanda Távora, Jordan Sousa, Pedro Lira e Vitória Régia Silva. O parágrafo em destaque faz refletir como os adeptos de religiões de matriz africana foram e são perseguidos ao longo da história do Brasil, e que não foram somente os religiosos a realizarem tal perseguição; tratava-se também de um projeto político e até mesmo constitucional de perseguição à cultura e à crença do povo preto.

Mediante esse fato, e até mesmo com a necessidade de fundamentar essa discussão em relação a como, até o momento, os ataques por questões religiosas e contra os povos de terreiro vêm, inclusive, aumentando, destaco outro trecho da mesma reportagem já citada anteriormente:

Entre 2011 e 2017, as denúncias de discriminação por motivo religioso no Brasil cresceram de 15 para 537. Os dados mais recentes do Disque 100 totalizam apenas o primeiro semestre de 2018, quando foram registradas 210 denúncias. Quase 60% dos casos de intolerância religiosa contra adeptos de religiões de matriz africana foram registrados no Rio de Janeiro (117), São Paulo (95), Bahia (56) e Minas Gerais (51). No entanto, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, onde está localizado o terreiro de Claudia, 6.324 boletins de ocorrência com casos de intolerância religiosa foram registrados no estado nos dois últimos anos (Távora *et al.*, 2019).

Os dados estatísticos apresentados apontam essa contínua ameaça às crenças no Brasil, em que a liberdade religiosa é constantemente desrespeitada, principalmente pelos conservadores religiosos, como aponta Nogueira (2020, p. 24): “existem muitos fatos marcados não só pela religiosidade, mas também pelo ódio e pelo fanatismo (intolerância), que massacraram povos com outras crenças”. E isso está cada vez mais crescente no Brasil, e essa afirmação é sustentada pelas estatísticas.

Para além da questão da crença, carece pontuar a questão racial, que, desde o nascimento da República, deixou claro o lugar do povo negro na sociedade brasileira, como destaca Silva (2005, p. 53): “Os negros e os mulatos perceberam que, mesmo tornados iguais aos brancos perante as leis republicanas, estavam de fato segregados por sua condição econômica e, principalmente, racial”, destacando o crescimento dessas denúncias:

A intolerância religiosa no Brasil tem gênero e raça. De 2011 ao primeiro semestre de 2018, 59% das vítimas eram negras e 53%, mulheres, segundo denúncias recebidas pelo Disque 100. Entre agressores/suspeitos, 56% são brancos e 43% negros. Em relação ao gênero, a proporção é mais equilibrada, com mulheres na maioria (52%) (Távora *et al.*, 2019).

O recorte da matéria aponta estatísticas que confirmam que os casos de intolerância religiosa ocorrem principalmente com mulheres e negros(as), o que nos leva a refletir sobre o recorte desse ataque: as vítimas, em sua maioria, são negras, que historicamente foram estigmatizadas em relação à sua cor, ao seu credo e à sua cultura; outra questão é em relação ao gênero, pois as mulheres sempre foram subjugadas.

Podemos, desse modo, analisar que se trata de vítimas que precisam estar em luta pelo seu reconhecimento diariamente, mencionando a questão da resistência e até mesmo a questão de existir. Destaco as estatísticas apresentadas pela mesma reportagem em relação, somente, ao Estado do Rio de Janeiro:

Apenas em 2018, 72% dos casos de intolerância religiosa registrados no estado do Rio de Janeiro tiveram como alvo religiões de matriz africana. Desses, quase um quarto tem ligação com terreiros ou barracões (21%). Os registros vão desde depredação dos locais de rito a invasões, passando por discussões motivadas pelo barulho dos atabaques. Os dados foram fornecidos pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. (Távora *et al.*, 2019).

Como podemos observar a partir dos trechos da reportagem, há um grande índice de registros de casos de intolerância religiosa; apesar disso, faz-se necessário considerar que se trata apenas dos casos em que as vítimas registraram queixa. Infelizmente, nem todos os casos são registrados, como aponta o editorial feito pelo jornalista Pedro Rafael Vilela para o portal de notícias Brasil de Fato, em 21 de janeiro de 2022⁵:

As estatísticas sobre esse tipo de violência, no entanto, ainda são muito insuficientes no detalhamento dos casos. Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), no ano passado foram registradas 571 denúncias de violação à liberdade de crença, mais do que o dobro (243) das denúncias registradas em 2020. No Distrito Federal, o número de denúncias pelo Disque 100 somou 18 em 2021. Os casos envolvem violações praticadas contra diferentes religiões, mas números de 2019 mostram que, das denúncias identificadas, mais da metade tinha como vítimas justamente pessoas e comunidades de religiões afro (Vilela, 2022).

5 VILELA, P. R. Brasil de Fato. Em 2021, foram feitas 571 denúncias de violação à liberdade de crença no Brasil. Publicado em 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/21/em-2021-foram-feitas-571-denuncias-de-violacao-a-liberdade-de-crenca-no-brasil> Acesso em: 30.nov.2023.

Portanto, com a elevação dos dados apresentados, é possível supor que o número de casos de intolerância religiosa passou a ser mais relatado; para além disso, é necessário levar em consideração que esse aumento de casos pode estar relacionado com o cenário político do Brasil. Isso fica mais evidente ao analisar o II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. No relatório, pode-se encontrar o seguinte: “No ano de 2020, o Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos recebeu um total de 353 denúncias de intolerância religiosa em todo o território nacional” (SANTOS; DIAS; SANTOS, 2023, p. 58). Esses dados mostram que as denúncias são necessárias, principalmente em governos de extrema direita, onde os direitos precisam ser exigidos cotidianamente.

Távora et al. (2019) apontam em material que,

Nos últimos anos, o avanço da pauta evangélica cresceu no Brasil a olhos vistos e chegou ao seu ápice com a eleição de um presidente da República que nunca se assumiu evangélico, mas foi ungido pelas águas do Rio Jordão em cerimônia de batismo e teve neste setor, apoio crucial para sua vitória. Não à toa o avanço territorial evangélico – seja ele político, midiático ou efetivamente espacial – ganhou fôlego nos últimos anos. Segundo o pesquisador Luiz Antonio Simas, a característica evangelizadora associada a um projeto de poder político, delineada por vertentes dos segmentos neopentecostais, pode ser perigosa.

Analisando o trecho acima, pode-se relacionar o avanço dos discursos conservadores com a ascensão de governos de extrema direita, principalmente ocupando o maior cargo político brasileiro: “Com a chegada de Bolsonaro à presidência do Brasil, ser de direita, identificar-se como conservador, religioso” (LIMA; LIMA, 2020, p. 333), como exemplo o do ex-presidente da República, que sempre discursava em prol da família e dos bons costumes, isso antes mesmo

de ser eleito. Isso foi um dos impulsionadores da sua vitória no pleito de 2018, como Lima e Lima dizem: “é necessário colocar meu semelhante ideológico como representante nas grandes tomadas de decisões, na defesa da família e da moral cristã” (2020, p. 335). Com o apoio dos conservadores e dos religiosos, Jair Messias Bolsonaro se tornou presidente eleito em 2018, mantendo a sua imagem e discursos vinculados à questão da moral cristã.

Com discursos voltados ao cristianismo, outras religiões, principalmente as de matrizes africanas, sofreram ataques, como foi apresentado no decorrer deste artigo. O racismo que reforça a violência e os ataques às crenças de matriz africana e ao povo preto, um grupo historicamente desumanizado, como aponta Achille Mbembe (2014, p. 19): “humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria”. Isso acaba colaborando para que sejam essas religiões as mais perseguidas pelos discursos de ódio e pela violência gerada por tais discursos.

Isso fica evidente quando se destaca um dos capítulos mais trágicos da história do racismo religioso no Brasil, como aponta o repórter Fábio Marton da Folha de S.Paulo (MARTON, 2019)⁶:

Um exemplo trágico famoso foi o da Mãe Gilda, do terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador. Em 21 de janeiro de 2000, ela morreu após infarto, em meio a um processo por ressarcimento moral”. A morte de Mãe Gilda se tornou um capítulo de dor e de luta do povo de axé, ainda segundo a reportagem: “Em 2007, lei sancionada por Lula instituiu a celebração do Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa em 21 de janeiro, data de morte de Mãe Gilda” (MARTON, 2019). Essa data tornou-se um símbolo de resistência dos povos de

6 MARTON, Fábio. Folha de São Paulo. Relatos apontam proliferação de ataques às religiões de matriz africana. Publicado em 24 de setembro de 2019. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/relatos-apontam-proliferao-de-ataques-as-religoes-afro-brasileiras.shtml> Acesso em: 10.fev.2024

comunidades tradicionais; no entanto, percebe-se que a criação de uma data oficial não impacta na diminuição dos casos de violência.

O ataque religioso que culminou na morte de Mãe Gilda resultou na decretação de uma data de combate à intolerância religiosa no Brasil; entretanto, pode-se perguntar: quanta violência os povos de axé precisarão passar para que medidas efetivas sejam tomadas? Só uma data de luta não é o bastante para um povo que resiste diariamente diante de um discurso de ódio e violência para conseguir expressar sua crença. O povo de axé precisa da tão falada liberdade.

Os negros escravizados lutaram pela existência e contra o apagamento de sua cultura; segundo Kebengele Munanga (2009, p. 40), “o desenvolvimento das culturas depende, segundo os doutrinários do racismo, da pureza da raça”. À vista disso, torna-se inescusável refletir sobre a estrutura social brasileira, uma vez que, ao negro, mesmo pós-escravidão, foram negados direitos. O surgimento do candomblé retrata essa busca de preservação de si:

O desenvolvimento do candomblé, por exemplo, foi marcado, entre outros fatores, pela necessidade, por parte de grupos negros, de reestabelecerem sua identidade social e religiosa sob as condições adversas da escravidão e, posteriormente, do desamparo social, tendo como referência as matrizes religiosas de origem africana. Daí a organização social e religiosa dos terreiros, em certa medida, enfatizarem a “reinvenção” da África no Brasil. (Silva, 2005, p.15).

Quando se fala sobre os casos de violência aos povos de terreiros, é sempre necessário destacar que, segundo Silva (2017, p. 29), “o poder é associado à identidade branca”. A autora ainda comenta: “a ideia de hierarquizações cultural e racial foram motrizes da constituição de identidade forjada não só na oposição ao ‘Outro’, mas, necessariamente, na sua subordinação” (2017, p. 29). Fala-se em racismo religioso porque é isso: a base social brasileira, a

construção do Brasil foi realizada em torno da desumanização de uma raça, até porque, segundo Nogueira (2020, p. 24), “estigmatizar sempre foi um exercício comum para a manutenção do poder”. Porém, mesmo subjugado, o povo negro resistiu, seja através da sua cultura, seja através da própria carne, que resistiu à tentativa de embranquecimento, ou mesmo através da sua religiosidade.

CONCLUSÃO

O debate apresentado neste artigo teve como finalidade refletir sobre como o racismo religioso está entrelaçado com a questão individualista em que se encontra mergulhada a sociedade brasileira atualmente, que, juntamente com o avanço dos discursos conservadores, acaba se tornando um ponto fomentador do ódio ao outro. Dentre os fatores, temos a questão religiosa, ou seja, o ódio pelo simples fato de o “outro” ter uma crença diferente, por não seguir a Bíblia, por se tratar de religiões não cristãs.

Em suma, mesmo tendo a liberdade de crença assegurada por lei, os povos de terreiro sofrem diariamente ataques racistas relacionados à sua crença; esses ataques se fundamentam nos discursos de ódio, que resultam em violência. Discursos, em sua maioria, pregados pelo conservadorismo religioso. Pode-se acompanhar no decorrer desta exposição que os ataques aos terreiros religiosos apresentaram um aumento significativo durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que, por se apresentar como conservador e religioso, deu maior embasamento para que o fundamentalismo religioso ganhasse espaço.

Nesse contexto de fundamentalismo religioso, como pôde ser analisado por meio de matérias de jornais, houve o crescimento de casos de violência contra os povos de comunidades tradicionais. Com isso, fica cada vez mais evidente que os geradores de discursos que

pregam e propagam o preconceito religioso são os que fomentam a violência que vem crescendo atualmente.

Um outro fator que foi bastante elucidado no decorrer deste artigo é a questão do racismo, que se trata de um termo central para a construção e o progresso do debate apresentado e no desdobrar-se deste estudo. Em suma, o racismo foi apresentado como uma base para a propagação dos discursos de ódio às religiões de matriz africana e, com isso, também é responsável pelos casos de violência. O que fica é o questionamento sobre quais medidas serão tomadas por parte dos órgãos públicos para conter essas hostilidades.

Enfim, o percurso traçado até aqui buscou discutir como os discursos de ódio tornaram-se impulsionadores de violência durante o governo conservador de Jair Bolsonaro, quando pode ser observado um maior aumento desse tipo de violência. Para a realização do debate, foi necessário pontuar alguns conceitos, e os debates levaram a reflexões sobre considerar também o uso do termo racismo religioso, uma vez que, como foi exposto neste artigo, os casos de violência contra os povos de terreiros possuem relação com o colonialismo brasileiro, desse modo, tendo como fundamentos a visão eurocêntrica, cristã e branca. Fica uma questão: por que a branquitude cristã procura, a todo custo, seja em representações de suas próprias crenças, seja por meio de datas comemorativas, perseguir e vandalizar as religiões de matriz africana? É com essa inquietação que encerramos esta discussão, que pode e deve ser continuada por estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. C. de. **Liberdade de expressão e discurso de ódio**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 9-34, jan./mar. 2021.

DALIO, Danilo. **Neoconservadorismo, política e crise: ideias-força e estratégias de ação**. Pensata, v. 9, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11046>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LIMA, Elizabeth; LIMA, Isabelly. **O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “Bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos**. Revista Cadernos de Campo, Araraquara, n. 28, p. 325-350, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

SANT’ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira. **Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2020.

SANTOS, C. A. I. dos; DIAS, B. B.; SANTOS, L. C. I. dos. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: CEAP, 2023.

SILVA, P. E. da. **O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo**. In: MULLER, Tania; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017. p. 23-40.

SILVA, Martiniano José. **Racismo à brasileira: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, V. G. da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. **Umbandas: uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CAPÍTULO 08

“Pode a subalterna falar?” A história oral nos contextos de silenciamentos e marginalização

Autoria: Stephanie Silva Catarino¹

Co-autoria: Jayra Barros Medeiros²

¹ Discente do Curso de Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em História pelo Instituto Sumaré de Educação Superior. E-mail: catarinostephanie@gmail.com.

² Doutorado em História pelo PPGHB UFPI, Mestrado em História pela PPGHB UFPI, Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: jayradoutorado@gmail.com.



Introdução

A história do Brasil é marcada por um processo complexo de colonização que não apenas transformou o cenário geográfico e político, mas também teve um profundo impacto nas estruturas sociais e culturais do país. A chegada dos colonizadores europeus inaugurou não apenas uma nova era de expansão territorial, mas também impôs um conjunto de valores, práticas e estruturas sociais que marginalizaram e silenciaram as vozes das populações negras e indígenas. Essas comunidades, que possuíam sistemas sociais e culturais ricos e diversos, foram subjugadas por narrativas eurocêntricas que frequentemente minimizavam ou distorciam suas contribuições para a formação da identidade nacional.

Para compreender profundamente as experiências e perspectivas desses grupos marginalizados, a história oral emerge como uma ferramenta essencial. A metodologia da história oral não se restringe apenas à coleta de testemunhos pessoais e relatos de vida, mas também inclui a análise crítica dessas narrativas à luz de outras fontes históricas e contextos mais amplos. Ao dar voz aos indivíduos e comunidades que foram impactados pela colonização e suas consequências, a história oral permite uma reconstrução mais inclusiva e autêntica da história brasileira.

Portanto, ao explorar os testemunhos pessoais, memórias transmitidas oralmente e experiências vividas dentro desses grupos, podemos desvelar aspectos até então silenciados pela história oficial.

A história oral não apenas complementa, mas também corrige e enriquece as narrativas históricas tradicionais, oferecendo uma perspectiva mais holística e equitativa da formação do Brasil e de sua identidade cultural diversificada.

A metodologia da história oral tem sido amplamente reconhecida como uma ferramenta valiosa para a compreensão e preservação das narrativas de grupos marginalizados ao longo da história. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, focalizando dois objetivos de estudo interligados.

O primeiro objetivo desta pesquisa é realizar uma análise da história oral como metodologia no contexto brasileiro, destacando sua importância para a construção das narrativas no contexto da história do tempo presente, isto é, a importância desta metodologia nos resgates da história do Brasil sob as perspectivas e estudos de sua constituição como sociedade. Busca-se explorar a maneira como a história oral pode ampliar e enriquecer nossa compreensão das experiências históricas de grupos marginalizados, como a população negra e indígena. Para embasar essa análise, serão utilizadas fontes como os estudos de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018) e José Carlos Sebe B. Meihy (2005), que discutem a aplicação da história oral como ferramenta do trabalho historiográfico e sua relevância para a reconstrução de narrativas históricas.

O segundo objetivo é responder aos principais questionamentos que surgem quando nos referimos a essas vozes marginalizadas. Ao longo da história do Brasil, esses grupos foram sistematicamente excluídos dos processos de construção histórica devido às diversas formas de violência, incluindo a invasão europeia, o racismo estrutural e o genocídio dos povos originários. Neste sentido, esta

pesquisa se propõe a examinar de que forma a história oral pode dar voz e visibilidade a esses grupos, resgatando suas narrativas e reconhecendo suas existências enquanto sujeitos históricos. Para esse embasamento, serão utilizados os estudos e relatos no gênero da história de vida de Grada Kilomba (2019), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Djamila Ribeiro (2017; 2018), Ailton Krenak (2020) e Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

Outros estudos que compõem esta pesquisa aparecerão como fontes secundárias, pois contribuíram para algumas análises mais específicas, como a obra de Jack Goody (2008).

É importante destacar que, mesmo na contemporaneidade, os resquícios dessas violências históricas ainda se fazem presentes, manifestando-se, por exemplo, nas dificuldades de compreender os processos culturais e de identidades brasileiras na ausência de narrativas negras e indígenas escritas por elas próprias e na constante desvalidação de saberes de pessoas que não possuem titulação acadêmica. Portanto, esta pesquisa também busca refletir sobre as implicações dos lugares de fala que sempre estiveram a serviço de quem poderia usar o seu direito de fala.

Desenvolvimento

A história oral tem desempenhado um papel crucial na pesquisa histórica brasileira, proporcionando uma plataforma única para o registro e a preservação das narrativas pessoais e comunitárias que muitas vezes não são capturadas por fontes documentais tradicionais. Esta abordagem metodológica, amplamente reconhecida por sua capacidade de dar voz aos indivíduos e grupos marginalizados, tem contribuído significativamente para uma compreensão mais profunda e inclusiva da história do Brasil.

Inicialmente, a história oral no Brasil enfrentou desafios significativos, refletindo as próprias dinâmicas sociais e políticas do país. A adoção mais difundida desta prática ocorreu de forma gradual, à medida que historiadores e pesquisadores reconheceram sua importância na reconstrução da memória coletiva. A diversidade cultural e étnica do Brasil, marcada pela presença indígena e africana, enriquece ainda mais as possibilidades da história oral, revelando múltiplas perspectivas sobre eventos históricos e processos sociais.

Ao explorar as histórias de vida, testemunhos pessoais e tradições transmitidas oralmente, a história oral não apenas complementa, mas também desafia as narrativas dominantes da história escrita. Ela proporciona uma visão mais ampla e autêntica das experiências individuais e coletivas que moldaram o Brasil, destacando vozes e memórias que, de outra forma, poderiam ter sido silenciadas ou negligenciadas.

A História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. Definida por Allan Nevis como “moderna história oral” devido ao uso de recursos eletrônicos, a história oral é técnica e fonte, por meio das quais se produz conhecimento (Freitas 2002, p.18).

Nos anos 1970 e 1980, a história oral começou a ganhar relevância como uma ferramenta para resgatar memórias coletivas e individuais silenciadas pela história oficial. Pesquisadores e movimentos sociais começaram a documentar testemunhos de vítimas e sobreviventes de diversas formas de opressão, incluindo trabalhadores rurais, indígenas e comunidades marginalizadas. Este período marcou o início de uma prática que desafiava as narrativas dominantes e buscava incluir vozes anteriormente excluídas.

A década de 1990 viu um crescimento significativo na prática da história oral no país, com o surgimento de projetos acadêmicos e comunitários dedicados à preservação da diversidade cultural e à ampliação das vozes historicamente excluídas. Essa expansão foi impulsionada pela democratização do acesso às tecnologias de gravação e pela valorização acadêmica das narrativas não tradicionais.

Um ponto crucial foi a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, que desempenhou um papel fundamental ao revelar informações cruciais sobre violações de direitos humanos durante a ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985. Este período sombrio da história brasileira testemunhou a resistência e as consequências para aqueles que se opuseram ao regime. A comissão utilizou a história oral para documentar e divulgar testemunhos de vítimas e sobreviventes, trazendo à tona narrativas dolorosas que haviam sido silenciadas.

No século XXI, além da Comissão Nacional da Verdade, surgiram iniciativas importantes como o Projeto Memória do Trabalho no Brasil, que visa documentar experiências e relatos de trabalhadores de diferentes setores e regiões do país. Essas iniciativas não apenas enriquecem a historiografia brasileira, mas também promovem a justiça histórica ao dar voz e visibilidade aos marginalizados e oprimidos.

A história oral não apenas complementa, mas também desafia as narrativas dominantes da história escrita. Ela proporciona uma visão mais ampla e autêntica das experiências individuais e coletivas que moldaram o Brasil, destacando vozes e memórias que de outra forma poderiam ter sido silenciadas ou negligenciadas. Embora a história oral ofereça uma gama de possibilidades que enriquecem e complementam os registros historiográficos, sua aceitação como uma forma legítima de documentação histórica baseada em documentos

confiáveis foi um processo gradual. O uso de aparelhos eletrônicos na prática da história oral causou certa perplexidade em historiadores mais tradicionais, que anteriormente consideravam a história restrita apenas aos documentos textuais.

Para entender melhor essa questão, devemos refletir sobre quem se beneficiou historicamente da escrita da história. Os registros históricos favoreciam os vencedores, isto é, aqueles que detinham o poder nas esferas políticas, econômicas, raciais e sociais. No contexto brasileiro, a história oral surgiu de maneira mais tardia em comparação com outros países, devido a diversos desafios que afetaram sua credibilidade na historiografia nacional. No entanto, é evidente que a história oral vai além de uma mera coleta de testemunhos; ela questiona a supremacia dos documentos escritos e permite uma abordagem mais inclusiva e diversificada da história. Exemplos de países como a Grã-Bretanha, que reinterpretaram o uso da história oral para dar voz aos "perdedores", ilustram essa perspectiva enriquecedora.

Na década de 1960, na Universidade de Essex, na Grã-Bretanha, buscava-se o testemunho de pessoas comuns – *ordinary people*, marginalizadas pelo poder – e de idosos, enquanto a história oral norte-americana estava voltada para os *great men*, ou seja, os homens socialmente reconhecidos (Freitas 2002, p. 29).

A diferença trazida pela autora reflete diferentes perspectivas sobre quais histórias são consideradas importantes o suficiente para serem registradas e preservadas pela história. A história oral não é apenas um método de pesquisa, mas também uma ferramenta essencial para o resgate e a reconstrução de narrativas, especialmente aquelas vivenciadas diretamente pelos protagonistas. É um lembrete fundamental de que a história é dinâmica e de que os métodos de registro e desenvolvimento devem estar a serviço da pluralidade e da

humanidade. “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver” (FREITAS, 2002, p. 42). No entanto, a história oral enfrentou significativa resistência e rejeição por parte da historiografia tradicional durante seu desenvolvimento. Esta rejeição pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo preconceitos metodológicos, questões de credibilidade e validade, e concepções tradicionais de história e historiografia. Quando surgiu, a história oral era frequentemente vista como uma abordagem menos rigorosa e científica em comparação com os métodos tradicionais de pesquisa histórica, como a análise de documentos escritos e fontes oficiais. A ideia de confiar na memória e nas narrativas pessoais para reconstruir eventos históricos foi inicialmente vista com desconfiança por alguns historiadores, que questionavam a objetividade e a precisão das lembranças individuais.

A tardia penetração da História Oral no Brasil, ocorrida nos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, deve ser relacionada ao desdobramento do golpe militar de 1964 que: “[...] coibiu projetos que gravessem experiências, opiniões ou depoimentos. Em consequência disto, enquanto, no resto do mundo, proliferavam projetos de história oral, nós nos retraíamos, deixando para o futuro algo que seria inevitável” (MEIHY, 1995, p. 7).

A maior contribuição para a mudança do enfoque acima apresentado, foi o movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, com o lançamento da revista *Annales*, em 1929. A atuação do grupo colaborou para a construção da História, como ciência, e para a renovação dos estudos da História (Meihy 1995, p.40).

Essa citação destaca como o contexto político do golpe militar de 1964 no Brasil influenciou negativamente a adoção da história oral no país. Essa restrição durante o regime militar contribuiu para

um atraso significativo na adoção da história oral como método de pesquisa histórica no Brasil, sendo apenas nos anos 1980 e 1990 seu início e desenvolvimento mais amplamente.

A partir desse momento, a história oral começou a ser reconhecida como um método válido por alguns historiadores, embora outros questionassem sua confiabilidade documental devido à sua natureza audiovisual. Vale destacar os três gêneros distintos nos quais a história oral é categorizada, conforme descrito por Freitas (2002, p. 12): “Na nossa perspectiva, a história oral pode ser subdividida em três gêneros específicos: tradição oral, história de vida e história temática.” Os três gêneros da história oral apresentados pela autora oferecem uma perspectiva rica para este estudo, especialmente no contexto do tema abordado. A tradição oral, por exemplo, permite-nos explorar e refletir sobre a sua importância em comunidades brasileiras que resistiram à colonização, preservando suas culturas e memórias de forma não escrita. Este gênero não apenas revela práticas e narrativas culturais profundas, mas também desafia a visão histórica eurocêntrica predominante.

A história de vida, por sua vez, é essencial para compreender os impactos pessoais ou de grupos específicos diante da escassez de fontes documentais. Ela oferece uma voz aos indivíduos cujas experiências podem ser marginalizadas pela história oficial, muitas vezes construída a partir da perspectiva dos detentores de poder na sociedade. Ao documentar histórias individuais, a história oral enriquece o panorama histórico ao capturar nuances e detalhes que não são acessíveis por meio de registros tradicionais.

Por fim, a história temática nos permite investigar as motivações por trás dos silenciamentos e das exclusões históricas persistentes, mesmo quando surgem esforços para revisar a história oficial. Este gênero possibilita a análise das narrativas dominantes e das agendas

históricas, revelando como determinados temas e eventos são selecionados, reinterpretados ou omitidos ao longo do tempo.

Ao explorar esses três gêneros da história oral, este estudo busca não apenas ampliar o entendimento sobre o passado, mas também questionar as estruturas de poder e as narrativas hegemônicas que moldam a historiografia tradicional.

As fontes aqui apresentadas abordam questões que suscitam reflexões sobre a veracidade da história oral, integrando os três gêneros de forma complementar. Um exemplo significativo é encontrado na obra de Kilomba (2019), onde suas memórias do racismo cotidiano não se limitam à narração de sua própria vida. Ao compartilhar os episódios de discriminação vivenciados, transcende o papel de mera expectadora na história de seu povo. Assumindo o papel de narradora, ainda que por meio da escrita, ela não apenas documenta suas experiências pessoais, mas também enriquece o debate e aprofunda as reflexões sobre essas questões.

Ao discutir a glorificação de uma história colonial, a autora refere-se aos processos históricos de dominação e genocídios que afetaram populações negras globalmente. "Mas muito mais para lembrar da importância de um percurso de conscientização coletiva - pois uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas (Kilomba 2019, p. 13).

No contexto brasileiro, conforme destacado nos estudos de Meihy (1995), a história oral emerge como um método capaz de reformular os vestígios coloniais na historiografia. Para ele, o receio em relação à história oral não se limita ao medo tecnológico; reside principalmente na possibilidade de que as vozes outrora silenciadas e excluídas finalmente encontrem espaço para serem ouvidas.

Os direitos humanos, como movimentos reivindicatórios de massas, despontaram as maneiras de fluir novas políticas. Aliada da democracia a história oral se fez um braço na luta pelo reconhecimento de grupos antes afogados pelos direitos dos vencedores, pelos poderosos, daqueles que podiam ter suas histórias reconhecidas graças aos documentos emanados de seus poderes (Meihy 1995, p. 37).

No contexto da história oral no Brasil, é fundamental explorar não apenas o silenciamento das vozes dos grupos marginalizados, mas também refletir sobre uma realidade ainda negligenciada. O ensino de história emerge como um marco crucial nessa reflexão, revelando mudanças ao longo de sua trajetória que persistem até os dias atuais, frequentemente distorcidas para privilegiar um grupo específico: cristão, branco e patriarcal.

Bittencourt (2018), em seu significativo trabalho "Reflexões sobre o ensino da história", analisa a evolução da história como disciplina escolar, desde sua inserção nas humanidades clássicas até sua desintegração como disciplina. Esta trajetória nos aproxima das reflexões e propostas desta pesquisa, onde a história oral no Brasil desempenha um papel crucial. A organização e consolidação da história como área do conhecimento foram moldadas por projetos que buscavam perpetuar estruturas de poder.

Os colégios jesuítas, por exemplo, usavam a leitura das antiguidades clássicas como parte do processo de catequização dos grupos escravizados, africanos e indígenas, muitas vezes justificando violências e dominações impostas. A análise da evolução subsequente do ensino de história no Brasil revela avanços que, paradoxalmente, serviram para manter as estruturas de poder existentes.

O ensino de História, nas primeiras décadas do século XIX, foi organizado e efetivado a partir de projetos elaborados no processo de constituição do Estado nacional brasileiro por repre-

sentantes das elites que integravam os ministérios, o Conselho de Estado, a Câmara dos Deputados e o Senado, e também pelos que assumiam a presidência das províncias com seu corpo de funcionários criados pela Independência (Bittencourt 2018, p.131).

As mudanças no ensino de história no Brasil refletem uma variedade de projetos ao longo do tempo, desde iniciativas conservadoras que mantinham um enfoque nos fatos estabelecidos até abordagens inovadoras que propunham novos materiais didáticos e estratégias de ensino. Contudo, essas transformações enfrentaram desafios significativos ao confrontar a dicotomia entre história sagrada e profana. Ambas as vertentes contribuíram para a consolidação da disciplina no final do século XIX e início do século XX, mas muitas vezes refletiam uma mentalidade colonialista, onde conceitos como "civilização" e "progresso" eram amplamente difundidos.

Nesse contexto, o ensino de história no Brasil muitas vezes perpetuava narrativas heroicas e lineares, privilegiando certos grupos e ideologias dominantes em detrimento de outras perspectivas. Essas abordagens históricas tradicionais deixavam de lado as vozes e experiências dos grupos subalternos, contribuindo para uma visão incompleta e tendenciosa do passado.

É aqui que a história oral se revela fundamental. Como método de pesquisa, a história oral permite resgatar e amplificar essas vozes silenciadas. Ela oferece uma abordagem mais inclusiva e diversificada da história brasileira, desafiando as narrativas estabelecidas e promovendo uma história mais democrática e representativa. Ao documentar testemunhos pessoais, memórias coletivas e tradições transmitidas oralmente, a história oral enriquece nossa compreensão do passado ao incorporar múltiplas perspectivas e experiências.

Dessa forma, enquanto o ensino de história tradicionalmente destacava uma narrativa heroica e unilateral, a história oral permite uma abordagem mais pluralista, reflexiva e autêntica da história do Brasil, contribuindo para uma historiografia mais inclusiva e crítica.

As políticas dos períodos históricos exerceram uma forte influência na construção do ensino de história, moldando narrativas que buscavam legitimar as dominações e colonizações europeias nas Américas e na África. Tanto a igreja quanto o Estado frequentemente justificavam as violências cometidas, promovendo uma visão de sucesso e progresso para essas empreitadas. Utilizavam-se narrativas de civilizações modelo para criar uma mentalidade de desejo e admiração pelo continente europeu, ao mesmo tempo que se propagava uma aversão em relação às culturas das Américas e da África.

Essa aversão enraizada em relação aos continentes não europeus reflete camadas mais profundas que vão além do simples ensino de história. Ela está ligada a concepções eurocêtricas de superioridade cultural e racial que permearam as instituições educacionais e as políticas de representação histórica por séculos. “E esse etnocentrismo europeu assumiu um aspecto mais agressivo no contexto da dominação de uma ‘outra raça’ que passa a ser automaticamente ‘raça inferior’ e na Europa um ensino sofisticado [...]” (BITTENCOURT, 2018, p. 138).

Nos períodos subsequentes, apesar dos esforços para uma abordagem renovada da história, essa mentalidade já estava enraizando-se nos demais aspectos da educação brasileira. A chamada “nova história” do Brasil, liderada por Nelson Werneck Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi interrompida por repressões do regime político em 1964, resultando na substituição da disciplina de história pelos “estudos sociais”. A partir da década

de 1980, novos currículos foram propostos, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que buscaram uma abordagem mais atualizada da história e promoveram a formação de uma cidadania democrática.

Esses períodos foram marcados por intensos movimentos sociais e demandas por direitos em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação. Nesse contexto, a história da África, das culturas afro-brasileiras e das populações indígenas foi introduzida por meio das leis nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e nº 11.645/08 (Brasil, 2008), representando um momento crucial para o progresso da sociedade brasileira e para as reivindicações dos movimentos sociais em favor dos grupos marginalizados durante a formação da nação. No entanto, apesar da existência dessas leis, ainda persistem desafios significativos em sua implementação e efetivação.

Embora existam leis que busquem promover uma educação mais inclusiva, como as que introduziram a história da África, das culturas afro-brasileiras e das populações indígenas nos currículos escolares, enfrentam-se dificuldades significativas em sua implementação. Isso se deve, em parte, à complexidade envolvida na reformulação do ensino de história em um país marcado pelo apagamento de suas origens e pela imposição de narrativas hegemônicas. A ressignificação do currículo histórico demanda não apenas a criação de novos conteúdos, mas também um profundo processo de resgate das histórias que foram silenciadas e marginalizadas, frequentemente através de violência. A escritora nigeriana Adichie (2019) traz reflexões profundas ao explorar suas próprias experiências relacionadas ao apagamento e silenciamento histórico. Em seu estudo intitulado "O perigo da história única", conduz os leitores por sua jornada pessoal, onde confrontou a prevalência de uma única narrativa dominante e os desafios de descobrir e valorizar perspectivas não reveladas.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (2019, p. 32).

Essa reflexão adicional dentro do contexto da narrativa única e das estruturas de poder ressalta a perpetuação da seleção de indivíduos privilegiados, especialmente no acesso a uma educação de qualidade. Essa seleção não apenas reflete a organização das sociedades contemporâneas, mas também molda profundamente quem pode desfrutar de uma vida digna e das oportunidades que acompanham essa condição.

É crucial reconhecer e confrontar essas estruturas de poder e desigualdade, tanto no sistema educacional quanto na sociedade em geral. Isso implica adotar abordagens mais inclusivas e equitativas na educação, assim como na construção de narrativas históricas e sociais. Somente através dessas medidas podemos aspirar a uma maior justiça e igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de sua posição social ou histórica.

Segundo Krenak (2020), autor que oferece perspectivas sobre a importância das histórias não apenas como relatos do passado, mas como instrumentos poderosos de resistência, empoderamento e reconstrução da dignidade humana, em suas obras e discursos ele aborda o apagamento sistemático das narrativas indígenas no Brasil, enfatizando como essas histórias foram suprimidas e subjugadas em favor de uma visão dominante e colonizadora. Destaca a urgência de preservar e revitalizar as histórias indígenas como uma forma de resistência cultural e de afirmação da identidade coletiva desses povos, tão frequentemente invisibilizados pela história oficial. Ambos os autores convergem ao sublinhar a importância da educação inclusiva e equitativa como um meio de desafiar as narrativas

hegemônicas e promover uma compreensão mais ampla e justa do mundo. Ele ainda ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar as cosmologias, sabedorias e lutas dos povos originários como parte integral do tecido social brasileiro.

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivesse elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são sub-humanidade. Não só os caiçara, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho (Krenak 2020, p. 10).

O autor refere-se a um mundo utilitário no contexto colonial, que é moldado pela noção de civilização, um mundo que impiedosamente devastou a natureza ao seu redor, suprimindo qualquer obstáculo que pudesse representar uma ameaça ao seu avanço. No entanto, é crucial compreender que o conceito de progresso foi distorcido pela perspectiva eurocêntrica do capitalismo, que enxerga o avanço apenas através de uma lente economicista e utilitária. Segundo ele, as heranças europeias não contemplam uma concepção holística da vida, como enfatizado pelo autor ao fazer referências à interconexão com a natureza e à humanidade como parte integrante desse sistema vivo. O progresso, nessa visão, resulta na expropriação das formas de vida das sociedades, frequentemente acompanhada pela destruição em nome de transformações de ideias e objetos que servem apenas a propósitos utilitários.

Além disso, Krenak (2020) aponta que as religiões, a política e as ideologias também contribuem para essa dinâmica, moldando o imaginário individual em conformidade com espaços utilitários, limitando assim a capacidade de reflexão e questionamento dos paradigmas sociais vigentes.

Podemos observar uma convergência nas ideias e discursos de Krenak (2020) e na crítica pós-colonial de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), pois ambos teorizam sobre os processos coloniais e as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e o apagamento. Ambos enfatizam a importância de uma abordagem crítica e inclusiva na educação e na construção de narrativas históricas e sociais, promovendo uma compreensão mais ampla e justa do mundo que reconheça e valorize as diversas experiências e sabedorias das comunidades subalternas. Spivak (2010), em sua obra seminal intitulada *Pode o Subalterno Falar?*, título este adotado como o foco da presente pesquisa, oferece uma visão perspicaz sobre as repercussões contemporâneas das profundas marcas deixadas pelo colonialismo.

No seu estudo, Spivak (2010) explora a condição de subalternidade daquelas cujas vozes são sistematicamente negligenciadas devido à sua identidade, posição social e à imposição de estruturas de poder predefinidas. A autora não apenas examina questões de gênero, mas também situa sua crítica dentro de um contexto temporal, histórico, social e geográfico específico. Nascida na Índia, Spivak (2010) é uma renomada filósofa, crítica literária e feminista, cujas pesquisas destacam a complexidade das interseções entre opressão de gênero, colonialismo e outras formas de dominação. Sua análise do espaço de fala das mulheres subalternas é fundamental para compreender como as narrativas dominantes historicamente marginalizaram essas vozes e perpetuaram o apagamento das experiências de grupos subalternizados. “Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 15). Esta análise evidencia como as dinâmicas de poder e marginalização persistem após o período colonial, ressaltando um aspecto crucial: a opressão enfrentada pelas mulheres.

Embora este estudo não se dedique exclusivamente a avançar na discussão sobre gênero, é importante destacar essa reflexão, pois se alinha às análises propostas por Kilomba (2019), Ribeiro (2017; 2018) e Adichie (2019). Cada uma dessas autoras, em suas respectivas obras, compartilha experiências pessoais marcadas por contextos raciais e de gênero semelhantes, apesar de viverem em lugares distintos. Essas histórias se relacionam principalmente pelo compromisso com a justiça social.

Spivak (2010) concentra-se em sua crítica dentro do contexto do confinamento das mulheres na Índia. A autora utiliza a representação das viúvas indianas como um símbolo do aprisionamento, destacando sua subalternidade dentro de uma estrutura patriarcal e machista arraigada na própria sociedade. Nesse sentido, essas mulheres encontram-se silenciadas, incapazes de articular suas próprias vozes.

Da mesma forma, Kilomba (2019), em suas obras, examina as dinâmicas de poder racial e de gênero, destacando como as vozes das pessoas negras, especialmente das mulheres negras, são suprimidas e marginalizadas na sociedade contemporânea. Utiliza a história oral e a narrativa pessoal para desafiar e desconstruir as narrativas hegemônicas que perpetuam o silenciamento e a invisibilidade. Ela também questiona as posições de servidão que, ao longo de grande parte de sua vida, foi forçada a ocupar e questiona: “Quem pode falar? Quem pode produzir conhecimento? E o conhecimento de quem é reconhecido como tal?” (KILOMBA, 2019, p. 50).

Ao abordar essas questões, a autora nos conduz a experiências específicas da comunidade negra. Isso ocorre em parte devido à maneira como os estudos históricos e identitários foram frequentemente vistos como existindo apenas a partir da perspectiva branca. Em outras palavras, muitas vezes os estudos sobre história e identidade negras foram predominantemente produzidos por

acadêmicos brancos. Em contraste, as comunidades indígenas conseguiram frequentemente preservar parte de seus conhecimentos por meio das tradições orais, enquanto muitas comunidades negras foram deslocadas de suas regiões na África e nas Américas para serem escravizadas na Europa. Nesse contexto, a população negra viu-se compelida a buscar estudos autênticos sobre sua própria comunidade. É precisamente isso que Kilomba (2019) realiza ao questionar as lacunas de voz, a credibilidade intelectual e as próprias identidades. A autora investiga as origens desses silenciamentos, lançando luz sobre as complexidades e desafios enfrentados pela comunidade negra na busca por representação e reconhecimento acadêmico e social.

Em seu estudo, ela destaca a violência traumática associada à prática de silenciar a voz das pessoas escravizadas através do uso de uma máscara de ferro, conhecida como máscara do silenciamento ou máscara de Anastácia. A expressão "máscara de Anastácia" refere-se simbolicamente à ideia de silenciamento e opressão sofridos por pessoas escravizadas, especialmente mulheres negras, no contexto histórico do Brasil colonial. Acredita-se que Anastácia tenha sido uma figura histórica que viveu como escrava, sendo castigada por seu senhor com o uso de uma máscara de ferro como forma de reprimir sua voz e identidade. Essa máscara é vista como um símbolo de violência traumática, onde a opressão é literalmente imposta sobre o corpo da pessoa escravizada, negando-lhe não apenas a liberdade física, mas também a expressão de sua própria humanidade e identidade.

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta de um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro instalado entre a língua e maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana de

açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. (Kilomba 2019, p. 33)

Neste contexto, é relevante remeter ao lançamento do estudo da filósofa Ribeiro (2017), intitulado *O que é lugar de fala?*. Essa obra provocou significativas repercussões, especialmente nas redes sociais brasileiras. Resultado de uma extensa pesquisa, sua obra aborda o silenciamento imposto pelo colonialismo e pela escravidão, que levou à marginalização sistemática das pessoas negras. Essa marginalização permeia diversos aspectos da vida, incluindo o controle dos corpos, da linguagem, da produção intelectual, do trabalho, das escolhas e até mesmo da existência em si.

Ao discutir o uso da máscara de ferro, conhecida como máscara de Anastácia, como um instrumento de silenciamento coercitivo, evidencia-se o desejo arraigado na mentalidade branca de perpetuar uma única narrativa dominante. A violência empregada para subjugar outros grupos revela a crença na superioridade racial e se manifesta de diversas formas, incluindo o controle sobre a produção intelectual e a voz das comunidades marginalizadas.

É importante ressaltar que, apesar do esforço intelectual de Djamila Ribeiro e das discussões cruciais sobre o lugar de fala, parte do público optou por criticar o conceito. Essa reação suscita uma reflexão não apenas sobre a interpretação textual, mas também sobre a credibilidade da autora em um cenário onde as vozes historicamente silenciadas buscam espaço para serem ouvidas e reconhecidas.

No ano seguinte ao lançamento deste estudo, a autora publicou *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), que mais uma vez provocou certo desconforto em uma parcela da sociedade brasileira. Nesta obra, a autora explora os silenciamentos na perspectiva racial e de gênero, aprofundando os estudos do feminismo negro. É

neste trabalho que ela discute a máscara do silêncio sob a ótica da mulher negra, vista como a base da pirâmide social. Além de sofrer as violências coloniais da escravidão, enfrenta as violências de gênero na sociedade patriarcal, estando ainda abaixo da mulher branca nessa estrutura hierárquica. A máscara do silêncio também é abordada por outras pensadoras negras, como a escritora brasileira Conceição Evaristo, citada inclusive na obra de Ribeiro (2017). Isso nos permite refletir sobre a superação do silenciamento, rompendo com essa máscara do silêncio por meio de confrontos.

No entanto, é importante não romantizar essa reflexão como algo heroico, pois não é o objetivo deste estudo. A forma como Evaristo compreende o poder, a expressão verbal, a escrita e o silenciamento nos dá indícios de que na sociedade contemporânea não apenas precisamos sair do silêncio colonial, mas sim erradicá-lo por completo. Não estou sugerindo formas violentas de silenciar o outro para que possamos ser ouvidas, mas sim que a destruição do silêncio pode ser alcançada por meio de diversas abordagens.

Em uma entrevista para o jornal CartaCapital, Evaristo nos ensina: “Eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada” (EVARISTO, 2017). Neste ponto de vista, a obra de Djamila Ribeiro, *Quem tem medo do feminismo negro?*, desenvolve sua narrativa não apenas a partir de suas experiências pessoais, mas também com o respaldo de outras pesquisadoras, muitas delas negras, que romperam o silêncio e deram voz às experiências encobertas pela máscara do silenciamento, em um movimento de descolonialismo, que contrapõe o colonialismo.

Djamila Ribeiro teve seu lugar de fala questionado ao trazer essa discussão para os círculos acadêmicos, isso sugere que o legado do projeto de colonização ainda está presente. No entanto, por outro ponto de vista, podemos indagar se as críticas direcionadas a estudos

como este refletem uma preocupação genuína com as contribuições de uma pensadora negra contemporânea ou se denotam uma resistência ao rompimento do silenciamento que historicamente lhe foi imposto. A resposta a essa pergunta nos remete novamente à persistência do projeto de colonização.

Não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades (Ribeiro, 2017, p. 34).

Existe um ponto nos estudos de Spivak (2010), discutido por Ribeiro (2017) e Kilomba (2019), que trata do lugar do subalterno, aquele que nunca sai do silêncio. Neste momento, é essencial refletir sobre a possibilidade de as pessoas marginalizadas pelo poder colonial e patriarcal não conseguirem transcender o silêncio imposto. Se não fosse pela resistência a esse silenciamento, expressa nas reflexões dessas autoras, seus estudos não teriam alcançado a relevância que têm hoje. Portanto, é crucial destacar que as tentativas de silenciamento e apagamento tiveram impactos significativos, sem romantizar essa realidade. Outro aspecto crucial abordado por ambas as autoras, Ribeiro (2017) e Kilomba (2019), é a inquietação gerada pela voz daqueles que foram historicamente silenciados. Isso revela a dificuldade do colonizador em ouvir, pois ele sempre foi o protagonista na narrativa do outro.

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (Ribeiro, 2017, p. 45).

Outra referência de reflexão para esta pesquisa são os estudos de bell hooks (2013), que emergem de sua experiência pessoal como mulher negra, estadunidense e feminista. A percepção do lugar da luta feminista sob a ótica da mulher negra influenciou sua abordagem específica dentro do movimento feminista. Sua trajetória como educadora envolveu um processo de reflexão e ação para identificar e combater as práticas contínuas de silenciamento na educação. A atuação de hooks tanto na sala de aula quanto na academia durante sua formação é documentada em suas obras.

Os caminhos percorridos por hooks (2013) representam importantes reflexões que dialogam com as temáticas discutidas nesta pesquisa. Ao reconhecer as violências coloniais presentes no ambiente educacional, busca alternativas para repensar a educação, visando uma abordagem que considere os indivíduos como sujeitos históricos. Esta abordagem educacional busca romper com a narrativa do heroísmo e com a imposição de uma única perspectiva histórica.

Para bell hooks (2013), a concepção de educação como prática da liberdade transcende significativamente a simples ideia de liberdade. Ela argumenta que essa liberdade está intrinsecamente ligada às percepções que os educadores têm de seus alunos e vice-versa, assim como à maneira como o educador encara o conhecimento. Hooks advoga pela necessidade de romper as fronteiras de um modelo de ensino-aprendizagem no qual os educadores se engajem com outras narrativas, pois, caso contrário, perpetuarão a apresentação de histórias moldadas por uma academia pós-colonial.

A autora defende a importância de incorporar narrativas que desafiem visões racistas e dominantes por meio de práticas que levem em consideração o conhecimento dos alunos. Isso envolve estratégias que permitam aos alunos compartilharem seus próprios saberes. Para alguns grupos de educadores mais conservadores, essas posturas

adotadas, citadas pela própria autora como exemplo de aprendizagem em sua obra, podem parecer extremas, e de fato são. No entanto, tais ações têm um significado profundo nos debates pedagógicos que têm sido travados ao longo de muitos anos.

Uma vez que minha formação básica tinha sido segregada por raça, falei sobre a experiência de aprender quando as nossas próprias experiências são consideradas centrais e significativas, e sobre como isso mudou com a dessegregação, quando crianças negras foram obrigadas a frequentar escolas onde eram vistas como objetos e não sujeitos (Bell Hooks, 2013, p. 53).

Embora essa experiência de aprendizado tenha ocorrido em um contexto de segregação racial, a autora nos oferece pistas para refletir sobre o Brasil contemporâneo. As ameaças coloniais se manifestam nos silenciamentos e apagamentos dos materiais históricos, na perpetuação de uma narrativa histórica oficial que enaltece a hegemonia branca como heroica, na falta de adequação dos conteúdos pedagógicos à realidade dos estudantes em termos históricos, sociais, geográficos e de gênero. Além disso, a autonomia do professor muitas vezes se restringe a aspectos poéticos, enquanto a formação e atualização profissional são frequentemente deficientes. A escola, como instituição, não é reconhecida como um espaço político e democrático, nem como um local de produção científica onde ideias e informações deveriam ser compartilhadas para o progresso da sociedade brasileira. Os projetos políticos educacionais não incentivam a permanência dos estudantes nem valorizam o conhecimento em sua forma mais genuína. Pelo contrário, a escola tem se tornado cada vez mais um espaço de rigidez, com corpos enfileirados e muitas vezes indispostos a ouvir o professor.

Essa reflexão a partir dos escritos e experiências de hooks (2013) nos lembra o pensamento emitido pelo antropólogo, político e educador brasileiro Darcy Ribeiro quando ele discutia as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pelo sistema educacional brasileiro. Ele dizia que: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto.”

Nesta perspectiva de silenciamentos e apagamentos, as ameaças à educação continuam a ser percebidas como parte de um projeto, pois os ativistas da educação precisam continuar a luta não apenas pelo direito à expressão, mas também pelo direito de pertencer. Esta luta inclui a defesa de escolas inclusivas, laicas e capazes de atender às necessidades individuais de todas as crianças e adolescentes. Além disso, parece fazer parte desse projeto as censuras e as intimidações contra educadores que desafiam as demandas impostas de cima para baixo.

O estudo intitulado *Educação Contra a Barbárie*, organizado por Cássio (2019), contendo textos de especialistas em políticas públicas da educação, destaca aspectos cruciais do sistema educacional brasileiro que necessitam de reflexão. Focado em críticas e denúncias sobre a formulação de políticas que promovam a construção de um ensino público inclusivo e equitativo, visando alcançar uma educação acessível a todos, este estudo nos leva a refletir não apenas sobre a necessidade de melhorias estruturais no sistema educacional, mas também sobre a importância de políticas que abordem questões como desigualdade socioeconômica, acesso universal à educação de qualidade e a garantia de oportunidades iguais para todos os estudantes.

Isso nos remete à temática central deste estudo: como essas reflexões podem gerar outros questionamentos, como já propostos aqui, sobre a importância de práticas educacionais que promovam

a diversidade, a inclusão e o respeito à pluralidade cultural. É essencial pensar em como profissionais da educação e da história podem contribuir para superar as narrativas históricas tradicionais e incorporar perspectivas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e social dos alunos.

Portanto, é crucial desafiar ativamente as estruturas de poder e os sistemas de conhecimento que perpetuam a marginalização e a opressão. Bem como é crucial reconhecer o valor e a importância da história oral como uma ferramenta poderosa na construção de novas narrativas e na promoção da diversidade de vozes. Ao permitir que as tradições orais e as histórias pessoais sejam preservadas e compartilhadas, a história oral oferece uma oportunidade única para desafiar e ampliar as narrativas tradicionais, muitas vezes dominadas por perspectivas brancas. Isso não apenas enriquece nosso entendimento do passado, mas também abre caminhos para novas formas de educação e estudo. Ela nos permite explorar perspectivas e histórias que podem ter sido negligenciadas ou marginalizadas em contextos acadêmicos tradicionais.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, torna-se 'especialistas' em nossa cultura, e mesmo em nós. (Kilomba 2019, p. 51)

Kilomba (2019) destaca essa realidade dolorosa e persistente: a desqualificação sistemática das vozes de grupos racialmente marginalizados devido a um sistema enraizado de racismo. Ela revela como, apesar de termos falado, nossas palavras são muitas vezes ignoradas, consideradas como conhecimento inválido ou distorcidas por uma lente de privilégio branco. O sistema racista

não apenas silencia as vozes das minorias étnicas, mas também as apropria, frequentemente representando-as por meio de indivíduos brancos que assumem o papel de "especialistas" em culturas que não lhes pertencem. Essa ironia cruel perpetua a supremacia branca, reforçando a noção de que apenas as perspectivas brancas são válidas e dignas de atenção. Essa dinâmica cria uma narrativa unilateral e distorcida, que obscurece as experiências reais e complexas das comunidades racialmente diversas, ao mesmo tempo em que mina a autonomia e a autoridade dessas comunidades sobre suas próprias histórias e identidades.

Portanto, é essencial promover práticas educacionais que valorizem e integrem essas vozes, permitindo que suas histórias e perspectivas contribuam para uma compreensão mais justa e inclusiva do mundo.

Considerações Finais

Este estudo explorou a trajetória da história oral no Brasil, destacando não apenas suas contribuições para a compreensão e reconstrução do passado, mas também evidenciando os desafios e silenciamentos por ela enfrentados. Desde sua emergência como abordagem metodológica até sua atual relevância na descolonização dos currículos e na inclusão de vozes marginalizadas, a história oral revela-se uma ferramenta crucial para promover a diversidade e a pluralidade histórica.

Particularmente significativa é sua capacidade de amplificar as narrativas de pessoas negras e comunidades indígenas, historicamente marginalizadas e negligenciadas nos registros hegemônicos. Por meio da história oral, resgatam-se suas experiências, lutas e contribuições para a construção da sociedade brasileira, desafiando as narrativas dominantes que tendem a invisibilizá-las.

Portanto, é imperativo valorizar e integrar progressivamente a história oral no ensino de história no Brasil, oferecendo uma visão mais inclusiva e abrangente do passado. É crucial repensar os currículos educacionais para incorporar, de maneira significativa, as histórias e perspectivas das comunidades indígenas, reconhecendo-as como detentoras de conhecimento legítimo e agentes históricos fundamentais na construção nacional.

Ao reconhecer e dar voz às histórias daqueles que foram silenciados, contribui-se para moldar um presente mais justo e um futuro mais inclusivo. Para além dos insights obtidos nesta pesquisa, confrontamos diariamente realidades que refletem as profundas injustiças históricas enfrentadas por comunidades negras e indígenas. Essas realidades testemunham a construção deste país, marcada por silenciamentos e exclusões sistemáticas.

Portanto, é fundamental não apenas identificar as lacunas no conhecimento histórico, mas também compreender as consequências tangíveis dessas omissões em nossa sociedade contemporânea. Somente ao enfrentar honestamente essas injustiças e incorporar narrativas historicamente marginalizadas em nossos discursos e práticas educacionais poderemos avançar rumo a uma sociedade verdadeiramente equitativa e inclusiva.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados, [S. l.], 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. CartaCapital, São Paulo, 13 maio 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2002.

GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO 09

TELA EM BRANCO: A [FALTA DE] REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS NO CINEMA NOVO (1960 – 1968)

Chrigor Augusto Liberio¹

Nilza Maria Ferreira de Souza²

1 Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. E-mail: chrigorliberio@gmail.com

2 Tutora do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil - CEAD/EAD. Especialista em Educação, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos. Licenciada em Letras-Português pela Universidade Federal do Piauí. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: [Nilza4775@gmail.com](mailto:nilza4775@gmail.com)



Pra quê?
 Por quê?
 Só tem paqueta loira
 Aqui não tem preta como apresentadora
 Novela de escravo, a emissora gosta
 Mostra os pretos chibatados pelas costas
 (Mv Bill — Só Deus Pode Me Julgar)

Introdução

Ao cantar sobre a falta de representatividade de pessoas negras nas grandes emissoras brasileiras no programa do Faustão, em 2004 (BENEVIDES, 2009), MV Bill questionava os rumos que a televisão tomava, com uma maioria esmagadora de apresentadores brancos em um país de maioria negra. A política de branqueamento na televisão foi massiva, corroborando, em larga escala, os preceitos sociais de uma mestiçagem forjada e um ideal estético europeu em sua narrativa, resultando na predominância de apresentadores brancos em detrimento de negros nas emissoras brasileiras da época.

Contudo, não foi apenas a televisão que se apropriou desse discurso: a indústria audiovisual brasileira como um todo moldou-se com base em preceitos de exclusão da população negra das telas, abraçando a ideia de um Brasil racialmente democrático ou, mais precisamente, branco.

Durante o século XX, a televisão brasileira apresentava uma “vitória simbólica da ideologia do branqueamento” (ARAÚJO, 2004, p. 38), com a branquitude como status quo na TV. Isso contribuiu para a construção de uma nação e de uma cultura europeizada nas telas, nas quais o negro e sua estética eram sistematicamente negligenciados nas narrativas televisivas, devido ao desinteresse da elite branca brasileira em destacar o “outro” na tela.

Esse fato reforçava o mito da democracia racial, sem reconhecer os problemas raciais existentes no Brasil. Muitas narrativas baseavam-se em apropriações de estereótipos estadunidenses e europeus, como a “mãe preta”, a “mulata” e o “malandro” (ARAÚJO, 1994).

Esses papéis eram atribuídos a atores negros, limitando suas oportunidades na televisão. A construção estética das novelas – e também da indústria cinematográfica – concentrou-se em mascarar o conflito racial existente nos Estados Unidos, incorporando em suas escolhas narrativas personagens estereotipados da população negra.

Em um país com histórico de *blackface* – prática que materializava estereótipos raciais construídos para representar a população negra nas dramaturgias sem incluí-la de fato –, tornou-se necessário inserir personagens negros nas telas para atender à demanda de um público racializado, porém fazendo-o conforme a própria visão deturpada sobre essa população.

A inclusão da população negra como personagem restringiu-se à inserção numérica de atores negros em produções majoritariamente brancas, reiterando constantemente a exclusão, a falta de subjetividade e a subserviência desses personagens na narrativa.

Como protesto contra a americanização da televisão e da produção audiovisual brasileira, surgiu um cinema político que se configurava como uma resistência anticolonial, rejeitando as influências da grande indústria cinematográfica estadunidense – o

que mais tarde se consolidaria como o Cinema Novo. Nascia, assim, um cinema inspirado principalmente no neorrealismo italiano e na *Nouvelle Vague* francesa, que, segundo Jean-Claude Bernardet, crítico de cinema da época, constituía uma produção construída com radicalismo e violência (CARVALHO, 2006, p. 290).

Glauber Rocha foi um dos grandes expoentes do Cinema Novo. Seu ímpeto político congregou diversos cinematografistas ao movimento e definiu tanto sua estética quanto seu caráter político. Nascido em Vitória da Conquista, na Bahia, Glauber de Andrade Rocha começou a explorar suas veias artísticas no Colégio Dois de Julho, em Salvador, mas foi após abandonar o curso de direito que ingressou de fato na produção cinematográfica, realizando curtas e longas-metragens de diversas temáticas – sempre com tons políticos.

NASCE O CINEMA NOVO

O movimento, que surgiu em uma reunião na Bahia, consolidou-se no Rio de Janeiro e em São Paulo com filmes produzidos em diversos formatos: de documentários a longas-metragens de múltiplas temáticas que a “estética da fome” conseguia abranger. Influenciado por novos movimentos artísticos e políticos, propunha incorporar novas perspectivas da história brasileira, rejeitando qualquer traço colonial e olhar estrangeiro. Com o lema “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, o Cinema Novo rompeu com as bases eurocétricas da produção cinematográfica, deslocando o foco de suas narrativas para a realidade da fome brasileira e para uma estética latino-americana.

O movimento constituiu-se a partir das bases subdesenvolvidas do Brasil, apropriando-se da “estética da fome” para fundar um cinema genuinamente brasileiro, distanciando-se das produções europeizadas ou hollywoodianas que não compreendiam essa realidade. “A fome latina, por isto, não é somente um sintoma

alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida” (ROCHA, 1965, p. 165).

Glauber Rocha denuncia a fome como elemento inerente à formação do Brasil e como característica fundamental da estética do Cinema Novo, propondo a apropriação dessa temática para construir uma nova perspectiva política para o cinema brasileiro, capaz de falar do país por meio de suas próprias referências, dinâmicas e dores.

O movimento propunha a rejeição total à cultura cinematográfica europeia e hollywoodiana, colocando os problemas do Brasil no centro dos debates políticos através das lentes do cinema. Além disso, consistia em um chamado para conscientizar as classes baixas sobre seus sofrimentos, pois o autor entendia que o movimento captava de forma singular a fome e, por meio do cinema, buscou elucidar às classes populares sua própria condição. Em suas palavras, tratava-se de “um conjunto de filmes em evolução que dará, por fim, ao público a consciência de sua própria miséria” (ROCHA, 1965, p. 166).

O Cinema Novo, movimento cinematográfico composto majoritariamente por homens brancos de classe média e de esquerda, tinha como objetivo principal retratar a realidade do povo brasileiro nas telas, buscando conscientizar a classe trabalhadora sobre seu próprio sofrimento. Glauber Rocha (1995, p. 170) defendia que “onde houver um cineasta [...] pronto a colocar seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo, aí haverá um germe do Cinema Novo”.

Para ele, o movimento representava uma nova vertente cinematográfica engajada na luta contra o colonialismo e a favor da justiça social. No entanto, apesar de sua postura política, sua composição majoritariamente branca resultou na negligência de

narrativas que combatiam o racismo e a democracia racial defendida pelo Estado brasileiro, afastando de seu foco parte dos problemas relacionados à questão negra no país.

Esta pesquisa propõe-se a analisar as representações da população negra nos filmes do Cinema Novo no período de 1960 a 1968, examinando quantitativa e qualitativamente como essas representações eram construídas (ou não) nas telas. Objetiva compreender as representações negras no Cinema Novo, quantificando sua presença ou ausência, com foco na proporcionalidade de pessoas negras que ilustram o Brasil retratado pelos diretores.

Adicionalmente, busca-se compreender o papel que a população negra ocupou na cinematografia brasileira, os estereótipos atribuídos e sua função na narrativa. Com foco nos filmes ficcionais, a seleção fílmica foi baseada em curtas e longas-metragens de consagrados diretores cinemanovistas. Para além da quantificação dos personagens, buscou-se compreender o papel que exerciam na narrativa, analisando como os diretores optaram por representá-los por meio de suas lentes.

Segundo Veras (2017, p. 24), é importante conceber o papel que certos corpos desempenham na narrativa, com foco na interpretação que a direção confere ao elemento apresentado aos espectadores, aprofundando-se em sua “exposição na imagem (sua mise-en-scène, seu corpo a corpo com as demais, seu tempo de exposição, suas falas, sua encenação).”

Dessa forma, as representações em tela de um corpo refletem as definições dos diretores, que buscam, por meio de seus personagens, expressar propostas estéticas e narrativas. Mais do que simples aparições, a presença e a ausência comunicam as visões dos diretores. As relações estabelecidas entre diretores e personagens são de

constante dialogicidade, uma vez que as escolhas estéticas e políticas passam por eles. Portanto, as opções concernentes à representação e à profundidade dos personagens são fruto das direções, tornando o diretor figura central nessas decisões.

A análise foi proposta com base no que alguns autores que estudaram o movimento cinemanovista apontaram como suas duas primeiras fases: até 1964, a “primeira fase”, com a trilogia do sertão (CARVALHO, 2006, p. 289); e até 1968, uma “segunda fase”, mais afetada pela ditadura em sua estética e produção, que se constituiu “apoiada na temática urbana e nas questões mais centrais à classe média” (VERAS, 2017, p. 58).

Como mencionado anteriormente, a televisão brasileira explorou diversos estereótipos da população negra em suas telas, desde papéis comumente atribuídos a serviçais até estereótipos importados da televisão estadunidense. Com tal projeto de embranquecimento – e também de controle das imagens da população negra no audiovisual –, as produções midiáticas influenciam e são influenciadas pelo teatro e pelo cinema, em dialogicidade direta com suas produções e formatos para o público. Nesse contexto, questiona-se: em que medida a política de branqueamento influenciou as produções cinematográficas? E até que ponto um cinema político de esquerda reiterou a ideologia do branqueamento em suas telas?

Para constituir as análises de raça do objeto, utilizam-se os estudos de Hall (2016) com o intuito de explicar as noções de representação contidas nessas narrativas. As análises em torno da representação ultrapassam o simples uso de uma imagem ou de um signo como ilustração de uma narrativa; tal utilização atravessa as percepções do autor, de sua vivência e do leitor que recebe tais informações.

Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto, [...] A linguagem simplesmente reflete um significado que já existe no mundo dos objetos (reflexiva)? A linguagem expressa somente o que o falante, o escritor ou pintor quer dizer, o significado intencional pretendido por ele ou ela (intencional)? Ou o significado se constrói na linguagem e por meio dela (construtivista)? (Hall, 2016. p. 31).

O conceito de racismo inferencial mostra-se fundamental para a compreensão das representações das pessoas negras no Cinema Novo.

AS REPRESENTAÇÕES NEGRAS NO CINEMA NOVO

Desse modo, as representações contidas nos materiais culturais transcendem o uso de signos de uma sociedade que os compreende; quando não os entende, a subjetividade do autor produz significado por meio de sua obra, de forma a ser assimilado pelo público-alvo. Para o referido autor, a representação constitui-se como ferramenta para a construção de narrativas nas obras, direcionando-se ao horizonte que os diretores consideram válido em suas percepções de mundo, com o intuito de transmitir sua ideologia. Cabe ao autor atribuir significado à sua obra e, por meio de sua “abordagem intencional”, “impõe seu único sentido no mundo, pela linguagem” (HALL, 2016, p. 48).

Para uma compreensão mais aprofundada do objeto deste estudo, recorre-se à metodologia de análise de conteúdo, visando ampliar as possibilidades de análise das representações negras na mídia. Com uma abordagem multimétodo, essa metodologia demonstra capacidade de conferir visualidade ao objeto, bem como de caracterizar e categorizar os diferentes questionamentos a serem dirigidos ao *corpus* documental – no caso, os filmes a serem investigados (KOLBE; BURNET, 1991, p. 244).

Dessa forma, adota-se uma abordagem quantitativa para explorar as representações negras no Cinema Novo, abrangendo a maioria dos diretores, e uma metodologia multimétodo, que possibilita aprofundar as análises detalhadas pertinentes às obras cinematográficas, com o objetivo de aplicar uma lente qualitativa sobre as representações nos filmes. A sistematização das fontes a serem analisadas permanece essencial, visando quantificar as informações obtidas.

Isso inclui classificar os diretores do Cinema Novo, suas obras e sistematizar o elenco participante, quantificando os atores de acordo com sua cor. Para tal fim, a utilização da categoria de análise e da metodologia do racismo inferencial mostra-se igualmente importante.

Hall (2003, p. 20), em seu artigo sobre racismo e mídia, explicita que o audiovisual não é apenas uma fonte poderosa de ideias, mas um espaço de transformação, articulação e elaboração destas. Dada sua ampla influência, a mídia consegue mobilizar múltiplas ideologias, principalmente as noções de raça que pretende representar em suas produções e nos produtos fabricados para um público-alvo.

Entre as formas de comunicação com o público, frequentemente observam-se declarações explicitamente racistas de personagens ou figuras que aparecem nas telas – o que o autor denominou de *Overt Racism* (racismo explícito). Outra forma, mais comum e de difícil percepção, é o *Inferential Racism* (racismo inferencial), presente nas representações e argumentos que visam à inferiorização relacionada à raça, por meio de indagações inquestionáveis que passam despercebidas pelo público, mas que mobilizam o subconsciente da diferenciação racial.

Essa noção de racismo inferencial perpassa a análise das produções aqui recortadas. Uma vez que se objetiva examinar as mobilizações raciais ou a ausência delas no Cinema Novo, é necessário considerar as reformulações que os diretores constroem ao abordar

um corpo negro em suas lentes. O conceito de racismo inerente ao cinema no Brasil passou por diversas fases. O cinema político de esquerda, em particular, foi um marco nos anos 1950, fruto da efervescência política e do desenvolvimento do período da República Populista brasileira.

A atuação da esquerda intensificou-se nesse momento, e o debate sobre classes sociais e as diferentes formas de sobrevivência no Brasil tornou-se público por meio de diversos autores da esquerda estudantil. É o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Centro Popular de Cultura (CPC), que, além de promoverem protestos e novas reformulações para a democracia republicana pós-era Vargas, foram responsáveis por mobilizações para debater os problemas brasileiros no campo das artes em geral.

Uma das problemáticas apontadas pela historiografia que pesquisou os movimentos de esquerda desse período diz respeito ao viés de classe e às inspirações marxistas que eles possuíam. Ao retratar os problemas do Brasil subdesenvolvido, empenharam-se em mostrar a luta de classes brasileira e as diferenças sociais gestadas no Brasil e na América Latina. Contudo, ao focar no viés do oprimido e na luta de classes, os movimentos de esquerda tenderam a construir a demanda de um “povo brasileiro” idealizado, porém não racializado (CARVALHO; DOMINGUES, 2017).

A fase que centralizou o povo em suas narrativas ignorou o fator racial que influencia sua representação. Mesmo quando parte do cinema buscou demonstrar tais questões, deixou explícito que sua adesão era à luta de classes. Portanto, tem-se, essencialmente, “um cinema ligado aos projetos políticos da esquerda”, com movimentação capitaneada pelo Partido Comunista Brasileiro, que sempre centrou sua atenção na luta de classes. Dessa forma, “as representações do negro eram vistas como secundárias ou subsumidas” (CARVALHO; DOMINGUES, 2017, p. 386).

Para visualizar o objetivo do presente trabalho – a busca pelas representações de pessoas negras nas telas do Cinema Novo em quantidade e qualidade –, construiu-se a Tabela 1, identificando os diretores, os filmes e a raça do elenco que os compõe. A pesquisa do elenco baseou-se nas fichas filmográficas disponibilizadas pela Cinemateca Brasileira, na área de ‘Identidade/Elenco’, bem como nas listas de atrizes e atores dos sites IMDb e Elenco Brasileiro, e nos filmes dos quais participavam.

A lista pode estar incompleta devido à falta de dados sobre alguns atores, bem como à dificuldade de identificação de atores menos conhecidos. A análise direta dos filmes é fundamental para observar os personagens das obras, a fim de identificar a raça de cada um e os papéis que exercem na narrativa – ressalva importante para indicar as dificuldades na coleta de dados e inspirar trabalhos futuros.

Tabela 1 – Divisão racial nos filmes do Cinema Novo, por diretores

Diretores	Filme e ano	Divisão racial	
		Brancos	Negros
Cacá Diegues	Cinco vezes favela (1962)	3	2
	Ganga Zumba (1964)	5	9
	A grande Cidade (1966)	11	2
Glauber Rocha	Barravento (1962)	1	8
	Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964)	7	1
	Terra em transe (1967)	22	1
	O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro (1968)	10	1
Joaquim Pedro de Andrade	O Padre e a Moça (1966)	5	

Fonte: base de dados da Cinemateca Brasileira, IMDb e elencobrasileiro.com (2024).

O Cinema Novo divide-se em três vertentes narrativas: o sertão, a religião e a escravidão. Por meio desses eixos temáticos, buscou representar a história do Brasil. Parte dos filmes aqui analisados constitui representações dessas divisões, cuja produção e cujo elenco evidenciam a problemática apontada por este trabalho.

O filme *Ganga Zumba* (1964), de Cacá Diegues, integra essa filmografia que aborda a história da escravidão. Em comparação com outras obras do diretor, destaca-se por apresentar um elenco majoritariamente negro, conforme demonstrado na Tabela 1. O filme incorpora elementos gráficos que remetem à religiosidade de matriz africana e à projeção de um lugar de refúgio para negros escravizados.

Em sua obra, Diegues consegue capturar tanto a essência da temática escravista quanto a religiosa. Para exemplificar a escravidão negra no Brasil, mas também para demonstrar as estratégias de resistência negra, preenche suas telas com representações de negros no cativeiro, seja no trabalho da lavoura (14min31s) ou em cenas com manifestações religiosas negras (33min52s). A construção estética e do elenco reflete uma representação plural da população negra em suas telas: entre os atores registrados, contam-se nove negros e cinco brancos. Diante disso, cabe avaliar como essa população é representada no filme.

Em *Ganga Zumba*, a lavoura configura-se como espaço de conflito e trabalho. Em contraste com o trabalho e a vida do negro escravizado, a figura do “feitor” – o branco que executa as ordens do escravagista proprietário das terras – é constante nas telas, criando um contraponto ao negro representado. Dessa forma, o diretor estabelece esse paralelo para demonstrar as dinâmicas de poder vigentes naquele espaço e a violência inerente ao cativeiro.

Ao longo do filme, Diegues pretende criar alusões ao sofrimento do povo negro no cativeiro, que ousou criar estratégias de sobrevivência e novos espaços para construir sua liberdade e autonomia. A narrativa divide-se em três partes principais: o cativeiro, a fuga e o confronto final (MURILO, 2011, p. 7), que conduzem o filme da luta constante pela sobrevivência ao lugar idealizado do quilombo dos Palmares.

No entanto, ao analisar o filme mais detidamente, percebe-se um elemento que perpassa as imagens: mesmo ao exaltar a cultura negra – com seus ritos religiosos africanos, aparição de orixás, o batuque como trilha sonora e a musicalidade cantada constantemente –, o filme centra-se no sofrimento do negro, reiterando um ambiente de violência. As cenas de liberdade intercalam-se com cenas de chicotadas, mortes, tiros e/ou a presença do feitor branco que os violenta física e verbalmente.

Essas constantes cenas de sofrimento funcionam como motor narrativo, elevando as expectativas de liberdade do povo oprimido, que anseia por um momento livre de violência. Aqui, ressoa a frase de MV Bill: “novela de escravos, a emissora gosta. Mostra os negros chibatados pelas costas”, que ilustra a forma como Diegues insere a população negra em suas obras – já que, em seus outros filmes, ela não ocupa espaços de relevância. A população negra, nas obras do Cinema Novo, é de extrema importância para abordar a escravidão ou a violência, mas a luta de classes é mais bem ilustrada por personagens brancos quando a narrativa não se situa no cativeiro colonial.

Ainda sobre a violência nos filmes de Cacá Diegues, em 1976, com o lançamento de outro filme histórico, *Xica da Silva*, o diretor recebeu duras críticas dos movimentos negros. Beatriz Nascimento, historiadora e militante do movimento negro, rechaçou as posições e as construções narrativas de humilhação que pretendiam ilustrar uma “declaração de amor à exuberância do povo brasileiro” (SANTIAGO JUNIOR, 2012, p. 98).

As películas de Carlos Diegues [...], bem como os próprios cineastas, foram apontados como sintomáticos de uma prática cultural do rebaixamento. As imagens dos filmes, produzidas por brancos, na concepção dos pensadores negros, negavam o negro brasileiro. Mesmo ao atribuir-lhes visibilidade, o faziam de forma desigual, estereotipada e falsa (Santiago Junior, 2012, p. 108).

Os filmes analisados reforçam essa visibilidade do negro em tela, atribuindo ao personagem tanto a violência – quase intrínseca a esse contexto – quanto os estereótipos que o caracterizam como escravizado nas narrativas sobre o período escravista. Para esses diretores, o sofrimento negro parece ser o único elemento que ilustra a luta de classes, bem como a própria violência. No caso de *Ganga Zumba*, que tem como objetivo apresentar o lugar ideal de liberdade – o quilombo dos Palmares –, o filme acaba por não mostrá-lo, omitindo justamente o que definia como estratégia de liberdade para as populações escravizadas.

Outro filme com elenco majoritariamente negro no Cinema Novo é *Barravento* (1962), de Glauber Rocha, que centra sua narrativa em uma comunidade de pescadores negros na Bahia. A trama desenrola-se na praia de Buraquinho, uma localidade isolada de pescadores. A rotina dos moradores, predominantemente negros, é marcada pela pesca, por rituais de candomblé, além de rodas de capoeira e samba. A chegada de Firmino, um ex-morador que retorna da cidade, introduz tensões que orientam a narrativa até seu desfecho (NUNES, 2011).

O filme retrata o cotidiano dos trabalhadores negros da região, que constroem sua sociabilidade em torno da pesca, dos ritos religiosos, mas também do sofrimento característico do sertão.³

³ Essa triarquia é definida por Thiago de Abreu e Lima Florencio, onde Rocha sustenta seu cinema a partir de sua visão do “passado originário”: portuguesa/barroco, africana/misticismo erótico, sertaneja/tragédia”

Essa tríade apresenta aspectos imbricados entre si e constantemente tensionados. O filme debate dois eixos centrais: o trabalho e a religião. A narrativa constrói-se para demonstrar que os pescadores acreditam que “o sucesso do trabalho no mar depende da vontade de Iemanjá, portanto eles devem seguir as ordens dos orixás a fim de garantirem a sobrevivência” (NUNES, 2011, p. 12).

O letreiro inicial do filme já anuncia a narrativa que Rocha concebeu. O texto explica que o “barravento” representa o momento em que o mar – figura religiosa personificada em Iemanjá – encontra-se com a terra (os pescadores) para transformar a vida dos trabalhadores. Para além da mística projetada nos povos negros, que Rocha descreve como descendentes dos “escravos de África” (*Barravento*, 1962, 0min13s), o diretor aponta outras características desse povo, objeto de sua obra: “todo este povo é dominado por um misticismo trágico e fatalista. Aceitam a miséria, o analfabetismo e a exploração com a passividade característica daqueles que esperam o reino divino” (grifo nosso, *Barravento*, 1962, 0min22s), ressaltando textualmente sua visão sobre a população negra pescadora.

O cinema de Glauber Rocha caracteriza-se pela coisificação do negro, fundamentando-se em uma historiografia do início do século XX que via a população negra como vítima passiva de violências. Conforme proposto em seu texto *Estética da Fome*, o Cinema Novo ilustraria o sofrimento da população por meio de um “cinema negro” (FLORENCIO, 2011, p. 3-4), no qual Rocha abordaria as problemáticas do Brasil através das vivências de seus personagens. Em seu filme, ele apresenta uma população negra que considera a religião como central em sua vida, sendo passiva diante do sofrimento, recriando com suas lentes brancas a forma como os pescadores encaram seu trabalho.

A análise aprofundada da obra revela o tensionamento entre trabalho e religião, baseado na percepção alienada que os pescadores negros têm das dificuldades de seu trabalho. Por meio de Firmino (interpretado por Antônio Pitanga), Rocha cria tensões sociais relacionadas à visão dos trabalhadores sobre o próprio trabalho, reiterando o conflito central entre “candomblé alienação” e “candomblé redenção” (NUNES, 2011, p. 12).

Vale destacar que a noção de alienação do trabalho e da religião mobilizada por Rocha baseia-se em leituras marxistas sobre alienação. Ao apropriar-se erroneamente da teoria de Marx (2010, p. 145) – para quem “a religião é o ópio do povo” –, o diretor pretendia demonstrar o quanto a religião que regia o trabalho dos pescadores era alienante, suprimindo as vontades daquela população.

Segundo essa perspectiva, apenas Firmino, que conhecia a verdade distante do “ópio” representado pelo candomblé, poderia salvar aquela população alienada. O que Rocha afirma, além da supremacia desalienada distante da religiosidade, é que a população negra, mesmo liberta, ainda estava acometida pela violência simbólica gerada pela religião.

Rocha, enquanto homem branco e de esquerda, não conseguia perceber que o candomblé constitui uma força motriz para as populações negras, servindo como espaço de organização político-cultural e ideológica. Desde o período colonial, quando foram sequestrados da África para serem escravizados, os negros utilizavam a religião como forma de autopreservação. No Brasil, os candomblés eram inicialmente “centros de reunião nagôs” (MOURA, 2021, p. 315-316) e, apesar das reformulações e repressões, continuam sendo um espaço de resistência para essas populações.

Ambos os filmes supracitados, ainda que com elenco majoritariamente negro, centram-se na violência para representar o negro. Em *Ganga Zumba*, a violência é ferramenta para mostrar a luta, utilizada para demonstrar o sofrimento e a vontade de liberdade do povo escravizado. A violência extrema precisa ser explícita para que Cacá Diegues faça o espectador entender seu próprio sofrimento. Já em *Barravento*, a violência é simbólica, fruto da alienação do trabalho pela religião.

O negro, descendente de escravizados, não é simplesmente agente de sua vida religiosa, mas um povo dominado e acometido pela violência que a própria religião acarreta. Em ambos os filmes, o negro é objeto para construir a narrativa branca de futura libertação colonial. Em nenhum momento, ele figura como representante de sua própria trajetória rumo à liberdade ou à autonomia. Em ambos os diretores, observa-se uma tela repleta de pessoas negras que remetem a narrativas embranquecidas por uma luta de classes que também não evidencia a questão racial.

Além da representação da população negra como figura central, as produções do Cinema Novo apresentam a presença de negros como figurantes que, em muitos casos, têm papel insignificante na obra: estão ali apenas como um conjunto de pessoas. A figuração torna-se parte do cenário, não do elenco, funcionando como elemento de fundo que dialoga com o ambiente construído (VERAS, 2017, p. 27).

O Cinema Novo, à semelhança da *Nouvelle Vague* francesa, buscava capturar os gestos banais do cotidiano, alterando a abordagem dos figurantes em cena e conferindo maior notoriedade e movimento a essas figuras cenográficas (VERAS, 2017, p. 40).

Essa significação resulta do gesto de virar as câmeras para os rostos anônimos dos povos, das pessoas comuns, por meio de uma “observação imediata”. Gesto também característico do Cinema Novo, movimento profundamente inspirado pela “nova poética” do cinema moderno. Observamos, em filmes brasileiros dos anos 1960, a proposta de abordar os rostos segundo uma dimensão humanista, destacando figurantes anônimos, presentes nas imagens como componente documental das locações filmadas (Veras, 2017, p. 56).

Em muitos filmes, é possível observar pessoas negras na tela, porém como plano de fundo: a população, ou melhor, “o povo” é retratado pelo Cinema Novo, mas constitui-se como aspecto cenográfico e estético das narrativas construídas. Em *O Padre e a Moça* (1966), de Joaquim Pedro de Andrade, torna-se explícita a relação com esse “povo” idealizado pelo movimento. A obra estrutura-se em torno de personagens brancos: Helena Ignêz (Mariana), Paulo José (Padre), Fauzi Arap (Vitorino) e Mário Lago (Honorato). Como figurantes, a população de São Gonçalo do Rio das Pedras compõe o enredo do filme – em sua maioria negra.

A *mise-en-scène* ilustra claramente o que aqui se aponta: a utilização de um elenco de população negra para figuração. Na cena da chegada do Padre (Paulo José) à casa do homem doente, observa-se que os atores contratados pela direção – os próprios moradores de São Gonçalo do Rio das Pedras – preenchem o espaço cênico (2min52s). O filme centra-se nos personagens principais brancos e utiliza como pano de fundo a população mineira, majoritariamente negra.

A comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras integra a composição estética do Cinema Novo, mas a agência narrativa nas filmagens de Joaquim Pedro de Andrade pertence a seu famoso elenco – branco e profissional. O trabalho em questão evidencia a negação da racialidade e a homogeneização da população brasileira.

Os diretores cinemanovistas não reconhecem a opressão racial do negro, percebendo-o apenas como parte do problema de classe. Essa visão generalizante ignora a multirracialidade e as particularidades do negro, transformando-o em metáfora do povo brasileiro explorado em um projeto “nacional-popular”, desconsiderando sua história, cultura e identidade específicas (CARVALHO; DOMINGUES, 2017, p. 388-389).

Dessa forma, o Cinema Novo dialogava com representações negras em suas telas, porém as utilizava como pano de fundo, como elemento cenográfico para a história e a obra. A população de São Gonçalo do Rio das Pedras serve, assim como em *Barravento*, para desenvolver as perspectivas de luta de classes do diretor, que busca construir narrativas que centralizem os figurantes, mas acaba por suprimir suas especificidades (VERAS, 2017, p. 135).

A população local serve à narrativa como massa para ilustrar as noções de movimentação e reivindicação do diretor: constitui a cenografia que, de certa forma, comunica, mas o faz com base nas perspectivas brancas do cineasta. Assim como em *Barravento*, o motor narrativo em nenhum momento emana das propostas daquela comunidade, mas sim dos desejos brancos cinemanovistas, uma vez que o personagem negro do filme atua como “porta-voz do cineasta (branco)” (CARVALHO; DOMINGUES, 2017, p. 383).

A TELA EM BRANCO

Em uma série considerável de filmes, conforme demonstra a Tabela 2, observa-se um padrão recorrente na representação de personagens negros - ou na ausência dela - no Cinema Novo. Da presença diminuta à completa inexistência de personagens negros, o movimento cinematográfico dedicou-se a ilustrar o sofrimento brasileiro ancorado em uma concepção de esquerda sobre a luta

de classes, com o objetivo de denunciar a opressão capitalista nas telas por meio da história do Brasil. Por meio de filmagens em preto e branco, no estilo modernista da metade do século XX, e das mais diversas produções que exploravam as possibilidades da fotografia em P&B, o Cinema Novo apresentava telas embranquecidas para seu público.

A ausência constitui ponto fundamental para compreender as representações presentes no Cinema Novo, considerando especialmente que o cinema político comprometeu-se em tematizar o sofrimento de sua nação. Segundo Hall (2016, p. 105), pode-se falar em representação ausente, uma vez que “a representação funciona tanto no que não é mostrado, quanto no que é mostrado”.

Apesar de um histórico escravista amplamente registrado pelo Cinema Novo em diversas obras, a constituição de um problema racial para o Brasil dos diretores brancos encerrou-se simbolicamente com a abolição. Embora letrados, os problemas registrados por Florestan Fernandes⁴ não foram assimilados ou considerados, ignorando as questões raciais existentes no Brasil e privilegiando a problemática de classe, tão cara à esquerda da época. Conforme Hall, a ausência transforma-se em elemento constitutivo da representação precisamente por revelar o posicionamento adotado na obra – uma ausência que demonstra, sobretudo, o silenciamento de um problema que permeia todas as esferas no Brasil: o racismo.

4 Da falta de integração ou de política de transição efetiva para que a sociedade se molde às novas dinâmicas de brancos e negros livres, relegando o problema negro somente à escravidão e não à constituição do Brasil. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Globo, 2008. p. 32

Tabela 2 – Divisão racial nos primeiros filmes do Cinema Novo por diretores

Diretores	Filme e ano	Divisão racial	
		Brancos	Negros
Leon Hirszman	Pedreira de São Diogo (1962)	5	4
	A Falecida (1965)	16	3
	Garota de Ipanema (1967)	14	1
Nelson Pereira dos Santos	Mandacaru Vermelho (1961)	13	
	Boca de Ouro (1962)	11	1
	Vidas secas (1963)	8	1
	El Justicero (1967)	9	
	Fome de Amor (1968)	9	
Roberto Santos	A hora e a vez de Augusto Matraga (1965)	13	2
	As Cariocas (1966)	13	1
	O homem nu (1968)	21	5
Roberto Pires	A Grande Feira (1961)	10	3
	Tocaia no Asfalto (1962)	10	1
	Crime no Sacopã (1963)	20	1

Fonte: fichas filmográficas disponíveis na base de dados da Cinemateca Brasileira, IMDb e elencobrasileiro.com (2024).

Nas diversas narrativas, nas múltiplas histórias e criações do Cinema Novo, poucas produções elegeram o negro como elemento central para fundamentar suas tramas. Restringido a papéis de *sidekick*, companheiro, coadjuvante ou parceiro sazonal, o(s) personagem(ns) negro(s) pouco contribuí(ram) para o desenvolvimento das narrativas propostas - ou, quando o fizeram, foi em funções meramente instrumentais. Foram personagens

que Araújo (2004) adequadamente categorizou ao identificar na televisão os estereótipos que permeavam essas narrativas, remetendo a papéis que a esse segmento eram atribuídos enquanto pessoas negras: os de serviçais ou coadjuvantes nas histórias. Diante da ausência ou das ínfimas representações de parte dos personagens negros no Cinema Novo, cabe investigar mais profundamente sua representação por esses diretores nas obras cinematográficas. Seriam elas fundamentalmente diferentes das representações televisivas?

A figura branca assume características messiânicas nessas obras, e os diretores, em seu anseio por retratar o sofrimento brasileiro, enquadram sua branquitude e seu ideal revolucionário através de suas câmeras. Constroem, a partir de seu próprio eu, o “outro” fotografado, registrando assim seu ímpeto pedagógico dirigido às classes baixas. Um exemplo paradigmático dessa estrutura encontra-se na direção de Leon Hirszman em *5 Vezes Favela* (1962), especificamente no curta *Pedreira de São Diogo*. No clímax da narrativa, o filme apresenta a preocupação de seis trabalhadores (três brancos e três negros) em relação à pedreira onde labutam. Francisco de Assis (branco) e Joel Barcellos (branco) são os trabalhadores que verbalizam o descontentamento com o trabalho na pedreira, localizada abaixo de uma favela, que, devido à exploração constante, ameaça destruir as moradias locais.

Através da expressão desse descontentamento, os trabalhadores, liderados pelos colegas brancos, buscam alterar essa situação. No oitavo minuto, é Francisco de Assis quem explica a situação e orienta os demais trabalhadores da pedreira. Em tom claramente pedagógico, Francisco demonstra que a solução para seus problemas estaria nos favelados que residiam acima da pedreira. Como solução, o trabalhador branco propõe ascender à favela e mobilizar seus

moradores (8min23s). Ao alcançar o topo, dirige-se a uma moradora (branca), interpretada por Glaucê Rocha, solicitando que alertasse a comunidade sobre os riscos que a exploração da pedreira representava para suas vidas.

Este exemplo ilustra o enquadramento da branquitude em tela. O Cinema Novo, que se propunha agente de transformação social, posiciona-se como vetor de conscientização de classe para as camadas populares. Demonstra que, mesmo na luta de classes, é a branquitude que detém o protagonismo tanto nas narrativas de sofrimento quanto nas de solução. O embranquecimento da luta e do protagonismo nessas narrativas consolida-se como padrão nessas produções, nas quais a figura branca assume o papel de salvadora, enquanto o negro permanece como figurante, auxiliar ou simplesmente ausente nos atos heroicos do homem branco.

O homem branco, como reiteradamente representado, constitui-se como símbolo valoroso da vitória, condutor do motor narrativo e elemento central na tela. Esta é a imagem persistentemente reforçada pelo Cinema Novo. O homem branco é o protagonista narrativo, o eixo em torno do qual se desenvolve a magia cinematográfica, enquanto o negro figura como elemento complementar, preenchedor de telas, componente da estética favelada – conforme a proposta espacial do filme –, porém destituído de agência na tela embranquecida do diretor.

A ausência desses personagens introduz uma nova abordagem à representação: mais do que o embranquecimento das telas, a própria ausência participa do silenciamento da questão racial, minimizando seu impacto social a ponto de não configurar como elemento ilustrativo do sofrimento brasileiro. Assim como no cinema, parte dos movimentos de esquerda negligencia a dimensão racial na qual o Brasil está inserido, conforme aponta Bento (1997, p. 17):

[...] tratam a questão negra, na maioria das vezes, como se esta não fosse decorrente de uma relação entre negras(os) e brancas(os), estando este segundo pólo frequentemente ausente dos levantamentos e análises que buscam explicar as desigualdades raciais persistentes em nossa sociedade. O branco, a branca, a brancura, a branquitude, partes ativas na perpetuação da condição dramática de vida da população feminina negra brasileira, são esquecidos, secundarizados, senão preservados nos estudos e nas iniciativas institucionais antirracismo no Brasil.

Além da política de embranquecimento e da quase invisibilização da população negra nas telas, é crucial analisar a proeminência branca que estrutura as narrativas cinemanovistas. São personagens brancos que centralizam as questões políticas e conduzem o desenvolvimento narrativo, desde a exposição inicial, passando pelo conflito, até a resolução final. A ausência negra constitui, assim, um elemento fundante nas diversas narrativas do Cinema Novo. A possibilidade de inserção do negro no centro dessas narrativas restringe-se fundamentalmente a representações vinculadas ao sofrimento e às condições de exploração previamente estabelecidas.

Tabela 3 – Divisão racial nos primeiros filmes do Cinema Novo, por diretores

Diretores	Filme e ano	Divisão racial	
		Brancos	Negros
Ruy Guerra	Os Cafajestes (1962)	10	
	Os Fuzis (1964)	9	1
Olney São Paulo	Grito da terra (1964)	6	1
Paulo Cesar Sara-ceni	Porto das Caixas (1962)	5	
	O desafio (1965)	10	
	Capitu (1967)	15	

Fonte: Base de dados da Cinemateca Brasileira, IMDb e elencobrasileiro.com (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se o caráter revolucionário do Cinema Novo em diversos aspectos, que construiu novas abordagens para o cinema brasileiro e impactou toda a produção audiovisual subsequente. No entanto, o movimento, formado predominantemente por homens brancos de classe média, mostrou-se limitado em suas perspectivas raciais, negligenciando debates fundamentais sobre raça na construção da brasilidade retratada. Essa lacuna resultou em uma representatividade negra reduzida em suas telas, privilegiando instead a reprodução da branquitude como norma visual.

Ademais, cumpre problematizar as análises de teóricos que classificam filmes como *Barravento* e *Ganga Zumba* como exemplos de “cinema negro”. Sob uma perspectiva qualitativa, tais representações revelam-se superficiais e problematicamente enquadradas. A violência constante contra corpos negros – seja física ou simbólica – e a mera presença numérica não garantem uma narrativa adequada para as populações representadas. No Cinema Novo, que explorou temas como escravidão e religiosidade, a população negra só alcança protagonismo quando violentada.

No quadro geral do elenco racializado dos diretores, destaca-se a predominância de atrizes e atores brancos nas diversas narrativas construídas, sub-representando uma nação majoritariamente negra. Outro aspecto relevante concerne à mudança temática ocorrida com o advento da ditadura militar em 1964.

Se a propulsão cultural da esquerda pelo CPC e UNE, durante o período republicano dos anos 1950, orientava as produções para a compreensão dos aspectos de classe da sociedade brasileira – resultando em obras de cunho histórico, cultural e religioso sobre o proletariado –, o golpe de 1964 deslocou o foco para preocupações subjetivas e filosóficas dos autores.

Nesse movimento de incorporar inquietações pessoais diante da situação do Brasil e da América Latina, as questões anteriormente massivamente exploradas – cultura, religiosidade e problemas de classe – foram progressivamente negligenciadas. Se com o CPC os diretores preocupavam-se com o “povo”, o proletariado e as populações marginalizadas do capitalismo subdesenvolvido brasileiro, pós-1964 a preocupação transferiu-se para questões intimistas personalizadas, reflexo da violência política então vivenciada.

A tela embranquecida do cinema brasileiro ainda revela outra lacuna pouco discutida: a representação de povos indígenas e amarelos. Mesmo quando presentes, as representações indígenas frequentemente recorrem a estereótipos que oscilam entre a romantização e a animalização, sendo sua ausência ainda mais pronunciada que a da população negra. A comunidade asiática, por sua vez, praticamente restringe-se aos cinemas marginais da produção nacional.

Essa *mise-en-scène* embranquecida impacta toda a produção audiovisual brasileira, caracterizada por elencos majoritariamente brancos, nos quais a representação negra ocupa lugares de subalternidade ou simplesmente está ausente. Na contemporaneidade, persiste a sub-representação de pessoas negras na televisão e no cinema, demonstrando a atualidade do problema.

Pesquisa jornalística realizada pelo UOL em 2018 constatou que a população negra correspondia a apenas 7,98% dos personagens das novelas das três maiores emissoras. Análise recente de telenovelas da Globo, Record e SBT revelou que *As Aventuras de Poliana* (SBT) apresentava a maior representatividade negra (14,5%), enquanto *Deus Salve o Rei* (Globo) contava com apenas um ator negro e *Apocalipse* (Record) exibia apenas 2,46% de representatividade negra.

Essa sub-representação gerou significativa repercussão nas redes sociais, especialmente após as críticas à novela *Segundo Sol* (Globo), ambientada na Bahia, mas com elenco majoritariamente branco (MARQUES, 2018).

O problema persiste atualmente: representações vazias, poucos atores e atrizes negros em papéis de relevância, ou confinados a estereótipos televisivos, além da ausência de pessoas negras nas narrativas dos diretores e no Brasil que pretendem ilustrar. Tal cenário corrobora uma política de embranquecimento e uma rejeição à presença negra nas dramaturgias. É crucial ressaltar que o Brasil é constituído por 54% de população negra (pretos e pardos), segundo o IBGE, realidade que deveria estar explicitamente refletida no cinema, na televisão e nos espaços públicos do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

ARAÚJO, Joel Zito. **Ondas brancas nas pupilas negras**. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda, 1994. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/ondas-brancas-nas-pupilas-negras-1994/>. Acesso em: 9 set. 2022.

Barravento. Direção: Glauber Rocha. Produção: Iglu Filmes. Bahia, 1962. 1 DVD (78 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MoV3gsdxVfE>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BENEVIDES, Thiago. **MV Bill: só Deus pode me julgar**. 31 jul. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0tI7Kqpm7OM>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulheres negras e branquitude. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (org.). **Faça a coisa certa: o combate ao racismo em movimento**. São Paulo: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1997. p. 17-21. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/2851>. Acesso em: 9 out. 2023.

CARVALHO, Noel dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 377-394, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132437>. Acesso em: 1 set. 2022.

CARVALHO, Maria do Socorro. **Cinema Novo Brasileiro**. In: MASCARELLO, Fernando (org.). História do cinema mundial. Campinas: Papirus, 2006. p. 289-309.

CINEMATECA BRASILEIRA. Catálogos. Disponível em: <https://bases.cinemateca.org.br/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FLORENCIO, Thiago de Abreu e Lima. O **corpo negro-africano no cinema de Glauber Rocha**. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2011.

Ganga Zumba. Direção: Carlos Diegues. Produção: Copacabana Filmes. São Paulo, 1964. 1 DVD (92 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uOnK0r6ah4k>. Acesso em: 23 ago. 2023.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **The whites of their eyes: racist ideologies and the media**. In: DINES, Gail; HUMEZ, Jean M. (org.). Gender, race and class in media: a text-reader. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003. p. 18-22.

KOLBE, Richard H.; BURNETT, Melissa S. **Content-analysis research: an examination of applications with directives for improving research reliability and objectivity**. Journal of Consumer Research, Chicago, v. 18, n. 2, p. 243-250, 1991.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, Gilvan. **Globo, Record e SBT têm, em média, apenas 8% de atores negros em novelas**. UOL, São Paulo, 16 maio 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/16/globo-record-e-sbt-tem-em-media-apenas-8-de-atores-negros-em-novelas.htm>. Acesso em: 9 set. 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

MURILO, Marcelo da Silva. **O negro na História: história,**

resistência e luta na perspectiva do filme Ganga Zumba. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

NUNES, Raquel Pereira Alberto. **Barravento: um filme, duas histórias.** Razón y Palabra, México, n. 76, p. 1-15, maio/jul. 2011.

O Padre e a Moça. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Produção: Difilm. Rio de Janeiro, 1966. 1 DVD (95 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7YImCitrzg>. Acesso em: 24 ago. 2023.

Pedreira de São Diogo. Direção: Leon Hirszman. Produção: Centro Popular de Cultura da UNE. Rio de Janeiro, 1962. 1 DVD (11 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5LEbtr4xU9A>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ROCHA, Glauber. **Uma estética da fome.** Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 165-170, jul. 1965.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. **Imagem, raça e humilhação no espelho negro da nação: cultura visual, política e “pensamento negro” brasileiro durante a ditadura militar.** Topoi, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 94-110, 2012.

VERAS, Pedro Figueiredo. **Desvios de olhar: as aparições de figurantes no Cinema Novo.** 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37132>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CAPÍTULO 10

A VOSSA SANTIDADE: A MANUTENÇÃO DA ORTODOXIA NAS INVASÕES HOLANDESA

João Guilherme Veloso Andrade dos Santos¹

Nilza Maria Ferreira de Sousa²

1 Discente do Curso de Especialização em História do Brasil pelo Centro de Educação Aberta e à Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: veloso.j018@gmail.com

2 Graduada em História pela Universidade estadual do Piauí. Pós-graduada em História do Brasil (Faculdade de Educação Monte Negro), em Docência do Ensino Superior (Faculdade Evangélica do Meio Norte) e em Educação, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos (UFPI). Tutora no Curso de Pós-Graduação em História do Brasil (CEAD/UFPI).



INTRODUÇÃO

D. Pedro da Silva de Sampaio não é figura completamente desconhecida pela historiografia: “industrioso” (FEITLER, 2019); importante para a “consolidação da Igreja Católica no Brasil colonial” (MAGALHÃES, 2020); “implacável” (VAINFAS, 2019); “figura muito ativa nos tempos das guerras” (COSTA, 2018) – tais são algumas das caracterizações atribuídas por pesquisadores que trabalharam com a documentação referente ao bispo, citado em muitos textos, mas efetivamente pouco estudado como objeto central de análise.

O ex-inquisidor tem lugar consolidado nos estudos sobre o Nordeste holandês e sobre a atuação da Igreja no período em que esteve à frente da Sé da Bahia. Contudo, ele é frequentemente abordado como elemento de contextualização do cenário histórico, para então se alcançar diversos outros objetos de pesquisa. Pedro da Silva raramente constitui o foco principal de investigação. A única produção dedicada especificamente ao bispo é o artigo publicado em 2020 por Magalhães, resultado de tese de doutorado centrada na atuação do prelado durante as guerras holandesas (MAGALHÃES, 2010). O próprio historiador reconhece que parte do episcopado de D. Pedro da Silva é “completamente negligenciado pela historiografia” (MAGALHÃES, 2020).

Nesse sentido, o presente texto visa contribuir para a historiografia acerca da atuação de um dos mais importantes bispos da história do Brasil Colônia. A guerra contra os holandeses, o período de

visitação inquisitorial e a carência de uma rede de agentes do tribunal da fé – sendo os familiares e comissários a ponta de lança no exercício da vigilância e agentes da confessionalização – fizeram de D. Pedro da Silva de Sampaio o principal braço do Santo Ofício e da vigilância nas terras brasileiras, em momento de acentuada instabilidade política e confessional (SIQUEIRA, 2020).

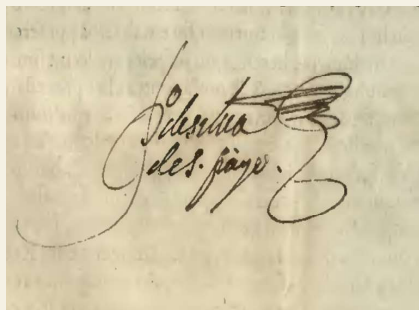
Para além disso, o bispo da Bahia não se limitou aos assuntos de ordem espiritual, sendo figura ativa na guerra contra o inimigo herege. O que poderia parecer uma extrapolação dos deveres de um prelado constituiu, na verdade, uma forma de levar a defesa da cristandade às últimas consequências, no combate à heresia calvinista dos flamengos – como eram denominados os neerlandeses na documentação coeva.

Desse modo, com base em dois relatórios de *visitas ad limina* – um produzido em 1639 e outro em 1642 –, o presente trabalho busca lançar luz sobre um período fundamental para a historiografia nacional: o Brasil holandês, sob a perspectiva da Sé da Bahia.

D. PEDRO DA SILVA DE SAMPAIO

Antes de iniciar a análise, cabem algumas observações preliminares. Em primeiro lugar, a historiografia especializada utiliza tanto Pedro da Silva de Sampaio quanto Pedro da Silva e Sampaio para referir-se à mesma personagem histórica: o bispo da Bahia durante as invasões holandesas em Pernambuco. Neste texto, opta-se consistentemente por Pedro da Silva de Sampaio, fundamentando-se na forma como o próprio bispo grafava sua assinatura: *P da Silua des. Payo* – conforme transcrição conservadora apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Assinatura de D. Pedro da Silva de Sampaio, como inquisidor

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, calligraphic style. It begins with a large, ornate capital 'P' that loops around the first part of the name. The text 'Silva de Sampaio' is written in a fluid, connected script. The signature ends with a large, decorative flourish that loops back towards the middle of the name.

Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/personaje/pedro-da-silva-sampaio>.

Acesso em: 15 dez. 2024

Em segundo lugar, cumpre observar que, durante o período de dominação neerlandesa na América Portuguesa, outro Pedro da Silva ocupou posição de destaque. O primeiro conde de São Lourenço, que exerceu o cargo de governador-geral do Brasil, também portava esse nome. Dessa forma, as mais elevadas posições eclesiástica e temporal eram ocupadas por indivíduos distintos, mas homônimos. Resolvidos esses aspectos preliminares, pode-se, então, discorrer sobre a personagem central deste estudo: D. Pedro da Silva de Sampaio, o bispo.

Pedro da Silva de Sampaio era um religioso de carreira, tendo sido clérigo do hábito de São Pedro e deão de Leiria. Estudou em Salamanca e em Coimbra, tornando-se doutor em Cânones em 1598, aos 26 anos. Ocupou igualmente diversos cargos na hierarquia do Santo Ofício: foi promotor e deputado em Évora e integrou o Conselho Geral em Lisboa. Pedro da Silva possuía o perfil ideal para bispo: em 1631, iniciou o processo para assumir a Sé de Salvador, desembarcando na capital baiana em 1634 como bispo, cargo que exerceria até seu falecimento, em 1649 (VIDE, 2010).

A trajetória aparentemente impecável do bispo natural da Guarda deve ser analisada com reservas. Durante seu trânsito entre Salamanca e Coimbra, um dos supostos motivos para sua saída da Espanha teria sido um envolvimento com uma mulher casada. Seu processo de habilitação no Santo Ofício foi bastante conturbado e prolongou-se consideravelmente, tendo sido acusado de delitos que o impediriam de assumir cargo na Inquisição. Posteriormente, o autor das acusações retratou-se, mas o processo já se havia arrastado (MAGALHÃES, 2020).

Já como inquisidor, o réu do Santo Ofício João Pinto Carneiro apresentou suspeições contra Pedro da Silva (IL, proc. 6516). Ao desenvolver uma pesquisa historiográfica promissora sobre corrupção e má conduta no âmbito da Inquisição, Lorena Costa (2020) revelou que o então inquisidor foi acusado de encomendar um feitiço para tornar-se bispo.

Com feitiço ou não, o ex-inquisidor desembarcou no porto de Salvador em 1634 como bispo da Bahia, precisamente quando o inimigo holandês expandia seus domínios nas capitanias do norte, e Salvador representava o pilar de resistência do Império luso-hispânico. Dessa forma, D. Pedro da Silva de Sampaio não era apenas o pastor do rebanho deste lado do Atlântico, mas também um braço da colonização, um agente da Coroa filipina que não podia arcar com a perda da capital de uma de suas mais frutíferas colônias. A queda da Bahia significaria um desastre para as ambições da monarquia hispânica, uma vez que a cidade possuía relevância ímpar para a manutenção dos domínios filipinos no Atlântico Sul (TEJO, 2021; FEITLER; SOUZA, 2011).

D. Pedro chegou a integrar a junta governativa do Brasil entre 1641 e 1642, o que não causa surpresa, dado que frequentemente o bispo ocupava a segunda posição na hierarquia de determinados espaços, especialmente os ultramarinos (BEZERRA, 2018).

Sem uma rede de agentes inquisitoriais constituída, em um período de instabilidade política cortesã e em guerra contra um inimigo herege – o que dificultava as comunicações com Lisboa –, D. Pedro enfrentou inúmeros problemas ao chegar a Salvador. No entanto, o bispo esteve longe de ser mero coadjuvante, tendo sido fundamental na guerra contra os holandeses e na vigilância da América Portuguesa.

Nesse sentido, os relatórios das *visitas ad limina* do bispo constituem fontes privilegiadas para compreender a atuação do episcopado frente ao contexto particular da América luso-hispânica, uma vez que se tratam de documentos produzidos pelos próprios bispos.

ATUAÇÃO

Uma das justificativas para este trabalho reside na escassa bibliografia sobre D. Pedro da Silva de Sampaio, figura pouco estudada, mas de considerável relevância histórica. Essa crítica fundamenta-se na reduzida produção que tem o bispo como objeto central. Contudo, em razão de sua relevância, diversas pesquisas que orbitam a invasão holandesa no Nordeste açucareiro citam o ex-inquisidor; ou seja, o bispo não é, de modo algum, desconhecido dos pesquisadores da Nova Holanda, embora tenha ocupado, majoritariamente, um papel coadjuvante nas obras.

Assim, a historiografia converge no sentido de atribuir maior protagonismo à sua atuação como braço inquisitorial. Não por acaso, pois, como explica Feitler (2017, p. 135),

D. Pedro da Silva atuou como um indispensável correspondente dos inquisidores, mantendo-os informados de casos de judaísmo, protestantismo e outros, que fossem de jurisdição do Santo Ofício, como bem mostrou Ronaldo Vainfas no caso de Manuel de Moraes e de outros clérigos cujos casos foram devassados pelo bispo D. Pedro.

Diante de um cenário desfavorável à vigilância católica, marcado pela ausência de uma malha inquisitorial consolidada (FEITLER, 2019), pela invasão estrangeira e pelo avanço da heresia calvinista, a Sé da Bahia constituiu-se como baluarte da ortodoxia romana (SCHWARTZ, 1991).

Cumprе destacar que, diferentemente do exemplo hispânico, a América Portuguesa contava apenas com o bispado da Bahia. Por essa razão, é frequente encontrar na historiografia referências a D. Pedro da Silva ora como “Bispo da Bahia”, ora como “Bispo do Brasil”, uma vez que era o único sucessor dos apóstolos nessas terras. Embora existissem as administrações eclesiásticas do Rio de Janeiro e do Maranhão, à Bahia eram reservados privilégios condizentes com a dignidade episcopal, como o de ordenar novos sacerdotes (MENDES, 2021).

É igualmente relevante mencionar a consistente produção historiográfica sobre as relações entre Inquisição e episcopado, duas instituições fundamentais do Império Português, para situar a Sé da Bahia nessa longa diacronia, além de constituir o principal eixo analítico para o objeto aqui estudado.

À época de sua instituição, em 1536, o Santo Ofício não ocupou espaços vazios, uma vez que já existiam outros agentes e instituições dedicados à vigilância da fé e ao controle de comportamentos, entre os quais se encontravam os bispos. Nesse sentido, a obra de Prosperi (2013) representa significativa contribuição para a historiografia, particularmente nos debates sobre as relações entre Inquisição e episcopado. Embora sua pesquisa concentre-se na Itália, ela abriu caminho para estudos em outros contextos, como os de Pastore (2003), que buscou compreender as vozes contrárias ao estabelecimento do tribunal na Espanha, e de Marcocci (2004), que investigou o caso português.

Outro trabalho que merece referência é o artigo de Paiva (1989), que buscou compreender as relações entre as formas de atuação diocesanas (nas visitas pastorais) e inquisitoriais em Coimbra, nos séculos XVII e XVIII. O historiador português concluiu que os mecanismos de controle dos bispos e inquisidores caracterizaram-se por uma relação de complementaridade. A propósito, Boschi (1987) foi o primeiro a introduzir o debate sobre visitas pastorais e Inquisição na América Portuguesa, com foco no caso das Minas setecentistas.

Paiva (1989) abordou, ainda, a necessidade de a historiografia avançar nas pesquisas sobre a relação entre Inquisição e episcopado. Decorrido algum tempo dessa crítica, numerosas investigações foram desenvolvidas nesse campo, tanto sobre os espaços metropolitanos quanto coloniais, inclusive com duas relevantes contribuições do próprio Paiva (2006).

Para o Brasil Colônia, mais recentemente, destacam-se os trabalhos de Feitler (2019), a obra organizada por Feitler e Souza (2011) e outra coordenada por Muniz e Mattos (2013), que representam avanços significativos para a historiografia concernente às relações entre bispos e inquisidores no Brasil.

O que parece constituir consenso na historiografia é que as relações entre Inquisição e episcopado no mundo português foram de cooperação (FEITLER, 2006), sobretudo no Brasil. Embora existam exceções – a mais notória talvez seja São Bartolomeu dos Mártires, então arcebispo de Braga –, nestes casos, a exceção confirma a regra (TORRES, 2018). Frequentemente, a ação diocesana constituía uma rede inicial para detectar hereges, que, subsequentemente, eram encaminhados ao Santo Ofício (PAIVA, 1989).

A complementaridade abordada pelo referido autor manifesta-se de duas formas. Primeiramente, no próprio alvo das ações: enquanto as visitas pastorais exerciam vigilância predominante sobre cristãos-velhos, o principal alvo inquisitorial eram os cristãos-novos. Isso decorria, principalmente, dos delitos perseguidos por cada instituição. Enquanto o Santo Ofício concentrava-se em heresias, as visitas pastorais preocupavam-se mais com desvios comportamentais e de ortodoxia que não configuravam necessariamente heresia (PAIVA, 1989).

É necessário abrir parênteses: certos delitos poderiam ser de jurisdição de múltiplos tribunais. A sodomia, por exemplo, podia ser julgada por tribunais régios, eclesiásticos e pela Inquisição. Muniz e Mattos (2014) mobilizam documentos como as Ordenações Filipinas, uma bula de Pio V e um decreto da Inquisição romana no pontificado de Alexandre VII para afirmar que a Inquisição valeu-se dessas prerrogativas para expandir-se e ocupar espaços onde concorria com outras instituições – o que, no caso português, era facilitado pelas boas relações entre prelados e inquisidores (GOUVEIA, 2013).

A segunda forma de complementaridade refere-se ao tempo, uma vez que o supracitado autor identifica crescimento significativo das visitas pastorais precisamente durante o período de decadência da Inquisição (PAIVA, 1989). Todavia, é necessário cautela em relação às conclusões do historiador lusitano, baseadas na documentação de

Coimbra – que, além da diocese, dispunha de tribunal inquisitorial *in loco*, realidade distinta da maioria dos contextos portugueses.

O único tribunal inquisitorial em espaço colonial do Império Português foi o de Goa, na Índia, diferença considerável em relação ao exemplo espanhol, que se ramificou mais consistentemente no mundo americano. Os debates sobre a instalação de uma mesa na Bahia ocorreram sobretudo no início do século XVII. Em 1632, o vigário-geral da Sé da Bahia, Manuel Themudo, enviou aos inquisidores lisboetas correspondência na qual afirmava que apenas a instalação de uma mesa inquisitorial poderia controlar os escândalos na capital da colônia (NOVINSKY, 1968).

O Conselho Geral do Santo Ofício via com bons olhos a instalação de um tribunal na América. No entanto, o monarca Filipe II alegou insuficiência de recursos para tal empreendimento, propondo como solução a concessão de plenos poderes inquisitoriais ao bispo local – sugestão rejeitada pelo conselho, que argumentou que isso prejudicaria o prelado, impedindo-o de exercer adequadamente tanto suas funções episcopais quanto inquisitoriais. Este episódio demonstra que nem sempre Inquisição e poder régio atuavam em consonância, com o tribunal ocasionalmente contradizendo as vontades do monarca. Enquanto Filipe II desejava que o bispo, por ele nomeado diretamente, detivesse poderes inquisitoriais, o Conselho Geral preferia a instalação de uma mesa composta por inquisidores e deputados escolhidos pela própria instituição (FEITLER, 2019).

O desfecho foi a não-instalação de mesa inquisitorial na América Portuguesa. Contudo, isso não impediu que o Santo Ofício se fizesse presente na vida colonial, especificamente através do tribunal de Lisboa, responsável pela vigilância de todo o Atlântico. O tribunal viu-se obrigado a desenvolver outras formas de atuação para conter a disseminação de heresias na Terra de Santa Cruz. As visitas

constituem instrumento bem conhecido da historiografia, desde a publicação de documentos a elas relativos no Brasil por Capistrano de Abreu (1922).

Os agentes inquisitoriais, especialmente comissários e familiares, também atuaram como “ponta de lança” da vigilância nos trópicos (CALAINHO, 2006). A questão que se colocava era: como proceder em períodos entre visitas e onde a rede de agentes inquisitoriais não estava plenamente estabelecida? Nesses casos, recorria-se à colaboração de agentes externos, desde leigos a religiosos das ordens, mas principalmente da igreja diocesana. Os bispos da Bahia colaboraram ativamente com a vigilância inquisitorial até o final do século XVII, com deveres institucionais a partir de 1676, e mesmo com a existência da justiça eclesiástica, prelado e Inquisição atuaram conjuntamente na maioria das ocasiões (FEITLER, 2019).

Dessa forma, com base no breve debate historiográfico apresentado e no diálogo com a produção especializada, é natural situar D. Pedro da Silva de Sampaio no contexto de colaboração entre prelados e inquisidores – seja por seu passado inquisitorial, pelo contexto de sua prelatura ou mesmo pelo cenário mais amplo de cooperação mútua entre essas duas instituições.

No caso em estudo, o ápice dessa colaboração é incontestável: uma devassa promovida pelo bispo da Bahia contra súditos lusitanos acusados de haverem se aliado aos holandeses ou colaborado com o inimigo herege de alguma forma. Conhecida como a “Grande Inquirição de 1646”,

[...] tenha se constituído para apurar a colaboração de portugueses com o invasor holandês, atingiu um relativo número de cristãos-novos baianos, condenando muitos deles aos cárceres inquisitoriais. O sucesso dessa inquirição foi grande, pois sua duração, que a princípio deveria ser de no máximo um mês, estendeu-se a três. Ao todo, responderam à convocação 120 pessoas, que denunciaram outras 118 (Silva, 2003, p. 151).

Outro aspecto fundamental da atuação do prelado, menos explorado pela historiografia, refere-se ao seu papel nas guerras de invasões holandesas. Esta dimensão será devidamente desenvolvida ao longo do texto, especialmente pela relevância que assume no *corpus* documental aqui analisado.

RELATÓRIO DA VISITA AD LIMINA APOSTOLORUM

Desde a Idade Média, registram-se evidências da prática de visita dos bispos aos túmulos dos apóstolos em Roma (IBACACHA, 2018). No contexto em que o Papa é considerado herdeiro direto de São Pedro e os bispos, dos demais apóstolos – aspecto que inclusive esteve no cerne da questão do *ius divinum* (TORRES, 2018) e constituía elemento comum na literatura dos *specula episcoporum*, na própria definição do episcopado tridentino (TORRES, 2022) –, a visita dos prelados ao Sumo Pontífice adquire um status teológico significativo.

Contudo, a partir da Reforma Católica e do Concílio de Trento, no século XVI, as *visitas ad limina* transformaram-se em instrumento de controle e vigilância do papado sobre os bispos. A partir de Sisto V, em 1585, além da obrigação de visitar Roma, os bispos passaram a ter de elaborar relatórios para serem entregues à Santa Sé, nos quais deveriam constar a situação da diocese, o trabalho realizado pelo prelado e demais questões concernentes ao episcopado. Tais documentos também foram instituídos para garantir o conhecimento do Sumo Pontífice sobre os assuntos das dioceses, independentemente da ida efetiva do prelado a Roma (IBACACHA, 2018).

Na verdade, esses documentos revestem-se de valor especial para os pesquisadores, não necessariamente por constituírem relatos fidedignos do universo diocesano, mas por expressarem os objetivos

e interesses dos bispos. Quando o investigador cruza as informações contidas nesses relatórios com fontes produzidas por outros agentes históricos, abre-se um leque interpretativo sobre o governo episcopal.

Prodi (1982 apud PAIVA, 2006, p. 24, grifo nosso) situa os relatórios das visitas no contexto de afirmação da autoridade papal e do fortalecimento e centralização do papado durante a modernidade, visível por meio do reordenamento jurídico do Estado Pontifício, “[...] da obrigatoriedade da realização de visitas *ad limina* por parte de todo o episcopado.”

Ao abordar a novidade do relatório, Ibacacha (2018, p. 614, tradução nossa) é mais específico e refere-se a Trento, símbolo maior da reforma da Igreja de Roma:

a prática de cumprimento do relatório da Visita *ad limina Apostolorum*, decretado em 1585 por Sixto V, marca uma fronteira na supervisão e controle sistemático da implementação tanto da doutrina como da reforma promovida pelo Concílio de Trento, celebrado entre 1545 e 1563.

Dessa forma, as *visitas* constituem fontes privilegiadas para o estudo do episcopado. O objeto central desta pesquisa consiste na atuação do bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, analisada por meio dos relatórios das *visitas ad limina Apostolorum* de 1639 e 1642. Tais documentos foram traduzidos por António Guimarães Pinto e publicados pelo projeto ReligioAJE - Religião, Administração e Justiça Eclesiástica no Império Português (1514-1750), consórcio internacional de historiadores dedicado ao estudo de temas relativos à história religiosa no mundo português.

AS VISITAS

As fontes documentais aqui examinadas compreendem duas *visitas ad limina*: a primeira, de 1639³, e a segunda, de 1642⁴.

É importante salientar que, apesar da breve distância temporal entre os documentos, estes referem-se a contextos históricos distintos. Em 1640, no intervalo entre as visitas, ocorreu a Restauração Portuguesa, que depôs os Habsburgos do poder em Portugal e instaurou a dinastia de Bragança. No processo de reconhecimento – ou não – de uma nova dinastia católica, o Papa desempenhou papel central, o que colocou D. Pedro da Silva de Sampaio em situação delicada, uma vez que, em virtude do padroado régio, devia obediência simultânea ao Papa e ao rei de Portugal (BETHENCOURT, 1998).

PRIMEIRA VISITA (1639)

Cumprir destacar que um relatório de 1637 de D. Pedro da Silva de Sampaio não foi aceite pelo Papa, por o procurador escolhido pelo bispo ser leigo – Pedro Garcia de Faria. Dessa forma, o relatório de 1639 baseia-se na justificação da ausência de religiosos na diocese – para que o procurador fosse um religioso e não um leigo – e na impossibilidade de o próprio prelado deslocar-se a Roma. O bispo alegou saúde debilitada – contava então com 66 anos –, além de inúmeros assuntos pendentes na diocese, com ênfase, naturalmente,

3 RELATÓRIO da visita ad limina. v. 712. Arquivo Apostolico Vaticano. Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium, 1639. fl. 117-121. Tradução disponível em: https://www.uc.pt/fluc/religionAJE/fontes/docs/Salvador_1639_traduzida.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022. Doravante: Relatório da visita ad limina 1639. A paginação seguirá a da tradução.

4 RELATÓRIO da visita ad limina. v. 712. Arquivo Apostolico Vaticano. Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium, 1639. fl. 117-121. Tradução disponível em: https://www.uc.pt/fluc/religionAJE/fontes/docs/Salvador_1639_traduzida.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022. Doravante: Relatório da visita ad limina 1639. A paginação seguirá a da tradução.

na guerra contra os holandeses. A realidade é que, frequentemente, os bispos não se deslocavam efetivamente a Roma, particularmente os das dioceses do Novo Mundo, designando procuradores para tal incumbência – nos cinco relatórios da diocese de Salvador do século XVII disponíveis no *ReligionAJE*, por exemplo, todos foram entregues por procuradores à Santa Sé.

Ao todo, sete testemunhas foram convocadas para o relatório – todas religiosas. Para além das razões supracitadas, as testemunhas denunciaram a escassez de recursos financeiros em decorrência da guerra e reiteraram a carência de homens versados nas leis de Deus. A situação era efetivamente grave. A título de ilustração, a crise económica ocasionou o encerramento da

Relação da Bahia, então único tribunal régio na América Lusitana, que seria reativado apenas em 1652 (REAICHE, 2022).

Quanto à escassez de servos de Cristo, este constitui um dos aspectos mais relevantes do episcopado de D. Pedro da Silva, conforme explica Vainfas (2010, p. 192-193):

foi, ao mesmo tempo, bispo e inquisidor de primeira instância. Tentou evacuar as capitanias holandesas de sacerdotes, desafiando a posição contrária da Mesa de Consciência e Ordens, preocupada com a assistência espiritual dos católicos em terras de hereges. Colheu diversas denúncias contra padres que flertaram com o calvinismo ou se tornaram calvinistas [...]. Tentou coordenar os padres e frades que residiam nas capitanias holandesas, mantendo entre eles uma rede de informações e espões.

A realidade demonstra que numerosos sacerdotes católicos aliaram-se aos holandeses, sendo por isso perseguidos pelo bispo. Os casos mais emblemáticos são os de Manoel Calado, autor de *O Valeroso Lucideno*, e Manoel de Moraes, estudado por Vainfas (2010).

Registram-se, ademais, outros casos menos conhecidos pela historiografia, como os de Manoel Garrido (COSTA, 2022) e Antonio Caldeira (VELOSO, 2021).

As denúncias contra esses eclesiásticos constam de uma devassa promovida pelo chefe da Sé da Bahia e encaminhada ao Santo Ofício, encontrando-se compiladas em um caderno do promotor, conhecido como a “Grande Inquirição de D. Pedro da Silva de Sampaio”, anteriormente mencionada neste texto.

O eixo central do testemunho das testemunhas reside no papel do bispo na guerra defensiva contra a investida do Conde Maurício de Nassau que, naquele contexto histórico, havia aproximado suas forças da cidade de São Salvador:

a frota holandesa de 36 vasos conduzindo Nassau e a tropa de 3600 europeus e índios zarpou do Recife a 8 de abril de 1638. Durante cerca de um mês, Nassau sitiou Salvador, ao mesmo tempo em que punha a ferro e a fogo o Recôncavo baiano. Mas a capital da América portuguesa, cuja defesa fora reforçada pelo exército de resistência expulso do Nordeste, suportou indomavelmente o ataque, levando Nassau à desistência depois de realizar sem êxito uma derradeira tentativa na noite de 17 para 18 de maio (Mello, 2010, p. 189).

Uma das testemunhas, o vigário-geral Diego Lopes Chavez, afirmou que

[...] o próprio bispo suou assaz na defesa desta cidade, obrigado pelo apertado assédio com que no ano transato o inimigo holandês a atacou, pois é reconhecido pela opinião geral que coube importantíssima parte da própria defesa ao mesmo bispo, que, se não tivesse intervindo, sem dúvida teria sido ocupada pelos hereges (1639, p. 2, grifo nosso).

Já o cônego Manuel Botelho atribuiu ao prelado um papel de des-
taque no conflito:

para governo da igreja e serviço de Deus requer-se neste terri-
tório a presença do dito Senhor [D. Pedro], a qual, no repelir do
cerco que, por causa da pilhagem, no ano já passado a esta cidade
puseram os inimigos holandeses, foi tão poderosa que, por voto
unânime, a ele coube um dos principais lugares (1639, p. 8-9).

Os relatos dos sacerdotes corroboram a historiografia especia-
lizada sobre o tema, que indica que, assim como seu antecessor D.
Marcos Teixeira, o bispo da Bahia foi personagem ativa na guerra
defensiva, com uma distinção significativa: “pode-se afirmar que o
bispo D. Pedro da Silva de Sampaio teve sucesso onde o seu antecessor,
o bispo D. Marcos Teixeira, fracassara: impedir uma fuga em massa
da capital, esvaziando qualquer possibilidade de resistir ao invasor”
(MAGALHÃES, 2016, p. 112).

Evidentemente, não cabe ao historiador especular sobre eventos
que não ocorreram. Contudo, é inevitável contrastar o sucesso da
invasão holandesa à capital da América Portuguesa em 1624 com o
fracasso em 1638. O que se sustenta é a existência de um contexto
mais amplo de participação ativa dos bispos, para além das questões
estritamente eclesiásticas, independentemente do êxito militar.
Embora se reconheça que se tratavam de contextos distintos, isso não
inviabiliza a comparação entre os prelados.

SEGUNDA VISITA (1642)

O relatório de 1642 oferece uma imagem mais abrangente do
bispado, não no sentido qualitativo, mas por conter informações mais
detalhadas sobre aquele universo: burocracia religiosa, extensão
geográfica da diocese (incluindo territórios sob domínio holandês e as

administrações eclesiásticas do Maranhão e Rio de Janeiro), paróquias e ordens religiosas, populações indígenas, condições climáticas, flora, produção provincial, entre outros aspectos. Considerando tratar-se da única diocese no espaço luso-americano, configura-se um universo territorial consideravelmente extenso.

Um dos papéis fundamentais dos bispos consistia na vigilância da ortodoxia da fé do rebanho. Sobre esse aspecto, a fonte registra que “a população portuguesa, em relação a Deus, mostra-se por alguma parte provida de bons costumes, mas, por causa da destemperança do clima quente, dificilmente casta, principalmente os nascidos na terra” (RELATÓRIO, 1642, p. 6).

A atribuição de desvios de fé ao clima não constitui novidade na historiografia especializada: entre os diversos estudos que abordaram essa questão, destaca-se a pesquisa clássica de Mello e Souza (1995), que identificou a condição de colono como justificativa para o não cumprimento dos dogmas de Roma em diversos documentos, particularmente nos registros inquisitoriais.

No contexto de danação e desvios doutrinários, cabia ao bispo o papel de vigilante e nutridor das almas, função que, segundo a documentação, D. Pedro da Silva teria cumprido com êxito, ao administrar o sacramento do Crisma – exclusividade do bispo ou de seus designados – a nove mil diocesanos.

Outro aspecto evidente no documento é a afirmação da autoridade episcopal, não apenas perante o inimigo herege, mas também frente a outros poderes concorrentes, especificamente o secular:

Sendo certo que a província algumas vezes esteve durante anos privada de bispo e os seculares que a costumam governar são quase absolutos, procuraram reivindicar para si a jurisdição eclesiástica, algo a que o bispo atalhou, ainda que com a saúde

combalida e despendendo muito trabalho, e como que das mãos lhes arrancou e, com a ajuda de Deus, até hoje não perdeu nada da sua jurisdição, e até de dia para dia a tem feito aumentar (Relatório, 1642, f. 6).

A fonte não é explícita quanto à identidade desses indivíduos que estariam usurpando as prerrogativas episcopais, mas indica que D. Pedro da Silva não poupou esforços para reaver o que considerava de sua competência exclusiva.

Para além do contexto específico aqui estudado, a concepção do bispo enquanto figura política, governante e senhor de sua diocese, permeia todo o Império Português do século XVII, conforme explica Paiva (2006, p. 147): “Em meados do século XVII, há tratados de vertente canônica, mais preocupados com a natureza da função e da autoridade episcopal nos seus territórios e com as suas obrigações legais”.

Outro poder concorrente era a Inquisição, mas, nesse caso, D. Pedro da Silva - como já discutido - confirma a regra geral de colaboração entre prelados e inquisidores no contexto do Império Português (FEITLER, 2006). Seu passado como inquisidor provavelmente contribuiu para essa relação, uma vez que conhecia o funcionamento da máquina inquisitorial. O que se destaca neste caso é a já exaustivamente estudada comunidade judaica/cristã-nova no Brasil Holandês (VAINFAS, 2010), que não passou despercebida na *ad limina*:

Vieram para Pernambuco judeus assumidos que aí e em Portugal eram tidos por cristãos. Eles tudo envidam no seu ódio contra a fé ortodoxa e o inquisidor apostólico; se por acaso os hereges colherem às mãos a Baía e o próprio bispo D. Pedro da Silva, dizem às escâncaras em tom de ameaça que hão de pegar nele e fazê-lo em pedaços (Relatório, 1642, p. 8).

O ápice da cruzada do bispo contra os cristãos-novos encontra-se igualmente na já mencionada devassa, anteriormente citada neste texto. Considerados uma verdadeira peste, a percepção vigente no mundo católico era a de que os cristãos-novos atuavam como agentes da heresia calvinista no Nordeste açucareiro, quando, na realidade, os interesses e movimentos dos indivíduos não podem ser reduzidos à dicotomia simplista de cristãos-novos alinhados com a WIC (*West-Indische Compagnie*) versus cristãos-velhos leais à Coroa Ibérica (COSTA, 2020).

Por fim, um evento crucial da política cortesã europeia alteraria radicalmente a realidade do Nordeste açucareiro: a Restauração do trono português, marcando o término da dinastia filipina. Como destacou Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 210-211):

Em dezembro de 1640, um golpe de Estado pôs fim aos sessenta anos de domínio espanhol em Portugal, a cujo trono subiu o duque de Bragança como d. João IV. Esse acontecimento, que terá uma relevância especial para a sorte do Brasil holandês, como bem entendeu Nassau desde logo, baralhariam inteiramente as cartas do equilíbrio estratégico no Brasil. A notícia foi recebida no Recife em março de 1641. Visando fortalecer a aceitação do domínio holandês pela comunidade luso-brasileira, Nassau resolveu comemorar o evento que, em princípio, transformava automaticamente Portugal num aliado dos Países Baixos na guerra contra a Espanha.

Dessa forma, com a Restauração do trono português, estabeleceu-se a paz entre a WIC (*West-Indische Compagnie*) e a Coroa Lusitana no que concernia ao Nordeste brasileiro. Tal acordo, contudo, não significava que D. Pedro da Silva estivesse satisfeito com essa situação. Para o bispo, a restauração do catolicismo no Atlântico parecia mais crucial do que os intrincados jogos diplomáticos das cortes europeias. Um exemplo emblemático ocorreu em 1645,

com a deportação de prisioneiros de guerra: entre os deportados encontravam-se seis judeus portugueses ao serviço dos holandeses que, pelos acordos de paz, eram súditos da Casa de Orange e, portanto, não poderiam ser julgados pelo Santo Ofício. Tal disposição pouco importou ao prelado de Salvador, que enviou os filhos de Israel diretamente para a Inquisição (VAINFAS, 2009, p. 108).

Outro aspecto que reforça a tese de que, mesmo com os acordos europeus, D. Pedro continuou a movimentar-se no tabuleiro colonial, consiste nas inserções estratégicas de religiosos nos territórios sob domínio da WIC. Sobre este assunto, consta no relatório que: “O bispo, todavia, mediante cartas pastorais procura e procurou encorajar e fortalecer o espírito dos cristãos que moram com os hereges”. Ou seja, mesmo com o cessar-fogo estabelecido na Europa, os agentes coloniais mantinham-se ativos, e o bispo visava minar a frágil, porém economicamente próspera, *Pax Nassoviana* (MAGALHÃES, 2020). Dos clérigos signatários da Aclamação da Liberdade Divina de 1645, metade atravessou a fronteira para o território calvinista após 1640 (MAGALHÃES, 2020).

Portanto, conforme indicam a documentação e a historiografia, D. Pedro da Silva enviava estrategicamente sacerdotes para aglomerações católicas com o objetivo de mobilizar os súditos de Lisboa, mesmo quando a ordem oficial era de paz, no período pós-Restauração. O bispo confirma a perspectiva historiográfica que atribui agência aos atores coloniais na reconquista do Nordeste açucareiro. Cabia a Lisboa, senão a inação, pelo menos uma postura de neutralidade. Essa agitação colonial – certamente não apenas devido à atuação da Sé da Bahia – provocou significativo tensionamento diplomático entre a corte de D. João IV e os Estados Gerais (COSTA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS⁵

A historiografia brasileira, à semelhança da lusitana, tem avançado significativamente nas pesquisas biográficas sobre os bispos da América Portuguesa, uma vez que tais estudos transcendem o mero registro biográfico dos prelados, visando lançar luz sobre a História do Império, da Igreja e do mundo português, especialmente em seu dimensionamento ultramarino. Esta perspectiva reveste-se de particular importância para a Bahia, a Sé que exerceu hegemonia eclesiástica isolada por mais de um século no Brasil.

Dessa forma, compreender o perfil e os objetivos daqueles que ocuparam as dioceses no período moderno torna-se caminho imprescindível para que a historiografia construa uma visão mais abrangente de determinados contextos históricos. Nesse sentido, os relatórios das *visitas ad limina* configuram-se como instrumento privilegiado para a compreensão do episcopado, pois nessa documentação encontram-se registrados elementos fundamentais sobre o bispo, seus objetivos e suas intenções ao selecionar determinados factos para remeter ao Sumo Pontífice.

Assim, os relatórios aqui analisados do bispo D. Pedro da Silva de Sampaio alinham-se com cânones estabelecidos pela historiografia, como, por exemplo, a colaboração entre bispos e inquisidores – que, como regra geral no Império Português, confirmou-se mais uma vez durante a prelatura do ex-inquisidor.

Outro ponto de convergência entre a documentação e a produção acadêmica refere-se ao protagonismo e à agência dos sujeitos históricos coloniais. D. Pedro da Silva de Sampaio destacou-se como figura extremamente ativa na guerra contra os holandeses, com dois

⁵ Parte preliminar dessa pesquisa foi apresentada em um simpósio organizado pela Prof.^a Dr.^a Ediana Mendes e pelo Prof. Dr. Jaime Gouveia, pesquisadores membros do ReligionAJE e autores de textos que constam nas referências desse trabalho. Agradeço a ambos por apontamentos que ajudaram na lapidação dos problemas aqui discutidos.

momentos particularmente relevantes: a defesa da mitra diocesana contra a investida nassoviana em 1638 e os esforços para minar os domínios neerlandeses mesmo após a paz estabelecida em 1640. E não poderia ser diferente: o principal responsável pela manutenção do catolicismo no Brasil não poderia aceitar a dominação de um inimigo que aprendera, desde tenra idade, a combater a qualquer custo – independentemente das configurações da política cortesã em Lisboa.

Outro sólido fundamento deste trabalho reside na centralidade da Bahia como “cabeça do Estado do Brasil” (MARQUES, 2016), para empregar uma expressão clássica da historiografia. Como afirmou Vieira, “a maior luz de toda a Igreja” (MOTT, 2010), ao referir-se à investida da WIC contra Salvador: “o ânimo com que vinha o inimigo era de que a Baía se lhe entregasse [...] e por consequência se lhe rendesse o resto do Brasil” (MARQUES, 2016, p. 21). Para o autor dos mais célebres sermões da Igreja portuguesa, a queda da Bahia representaria o mais severo golpe contra o catolicismo no Novo Mundo. E, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, tal percepção não se restringia a Vieira.

Dessa forma, a agência do bispo da Bahia constitui elemento central na historiografia sobre o Brasil Holandês, embora persistam numerosas lacunas a serem preenchidas por investigações futuras. Fontes eclesiásticas, inquisitoriais e das instituições régias podem lançar nova luz sobre esta figura histórica tão relevante quanto pouco conhecida.

Por fim, este trabalho ambiciona constituir uma contribuição para a historiografia sobre a Igreja Católica na América Portuguesa, sobre o episcopado na Idade Moderna e sobre o Brasil Holandês. Mais do que um ponto final, permanecem abertos numerosos questionamentos, para que a pesquisa histórica continue a fascinar-nos com novas respostas e, inevitavelmente, novos desafios interpretativos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil** pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça: confissões da Bahia, 1591-1592. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1922.

BETHENCOURT, Francisco. **A Igreja**. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). História da expansão portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 1.

BEZERRA, Naira Maria Mota. “**E se acham nomeados para o governo interino deste Estado...**”: governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BOSCHI, Caio. **As visitas diocesanas e a Inquisição na colônia**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 151-184, 1987.

CALAINHO, Daniela. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. Bauru: Edusc, 2006.

COSTA, Lorena de Araújo. **O pentáculo das três ninfas: feitiçaria e corrupção no Santo Ofício Português (1616-1618)**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-DF, 9., 2020, Brasília. Anais [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

COSTA, Regina C. R. da. **Ambivalências brásílicas em face do domínio holandês nas capitanias do Norte (1630-1654)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

COSTA, Regina C. R. da. **Combate ao calvinismo no Brasil holandês: o caso do padre Manoel Garrido**. In: ASSIS, Angelo; BAUMANN, Thereza; MATTOS, Yllan de (org.). Heresias em perspectiva. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2022. p. 355-376.

COSTA, Regina C. R. da. **Disjuntivas judaicas no contexto do Brasil holandês (1630-1654):** entre a fé e o interesse. Contraponto, Teresina, v. 9, n. 1, p. 469-489, jan./jun. 2020.

FEITLER, Bruno. **Poder episcopal e ação inquisitorial no Brasil.** In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LAGE, Lana (org.). A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 33-45.

FEITLER, Bruno. **Brízida: uma índia feiticeira perante a Inquisição (1639).** In: ASSIS, Angelo; MATTOS, Yllan de; MUNIZ, Pollyana (org.). Um historiador por seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas. São Paulo: Alameda, 2017. p. 231-240.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: igreja e Inquisição no Brasil (Nordeste 1640-1750).** 2. ed. São Paulo: Unifesp, 2019.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (org.). **A igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo: Unifesp, 2011.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. **Dois galhos, um só tronco, na salvaguarda da “pureza da fé”: a vigilância e disciplinamento da luxúria heresiarca do clero.** In: MUNIZ, Pollyanna G. M.; MATTOS, Yllan (org.). Inquisição e justiça eclesiástica. Jundiá: Paco Editorial, 2013. p. 307-343.

IBACACHA, Misael Camus. **La práctica de la Visita ad limina Apostolorum. Provincias eclesiásticas de Guatemala y de Santa Fe (1600-1800).** Hispania Sacra, Madrid, v. 70, n. 142, p. 613-628, 2018.

LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. **Os que fracassam: candidatos rejeitados pelo Santo Ofício em Minas Gerais Colonial.** Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 203-228, 2021.

MAGALHÃES, Pablo I. **A guerra defensiva na capitania da Bahia (1635-1654).** Revista do IAHGP, Recife, n. 69, p. 87-161, 2016.

MAGALHÃES, Pablo I. **Equus Rusus: a Igreja católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._magalhaes_pablo_antonio_iglesias_equus_rusus_a_igreja_catolica_e_as_guerras_neerlandesas_na_bahia_1624_-_1654.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias. **Petrus episcopus: a ação do bispo d. Pedro da Silva de Sampaio durante as guerras neerlandesas no Brasil (1634-1649)**. Hispania Sacra, Madrid, v. 72, n. 145, p. 257-265, 2020. DOI: 10.3989/hs.2020.019. Disponível em: <https://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/846>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARCOCCI, Giuseppe. **Custodi dell'ortodossia: Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MENDES, Ediana Ferreira. **Da Universidade de Coimbra ao Brasil: os bispos da Baía, de Olinda e do Rio de Janeiro (1676-ca. 1773)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

MENDES, Ediana Ferreira. **A trajetória e o governo prelatício de Francisco da Silveira Dias, último administrador eclesiástico do Rio de Janeiro (1671-1681)**. Tempo, Niterói, v. 27, n. 3, p. 716-736, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2711>.

MOTT, Luiz. **Bahia: Inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; MATTOS, Yllan de (org.). **Inquisição e justiça eclesiástica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; MATTOS, Yllan. **Vigiar a ortodoxia: limites e complementariedades entre a justiça eclesiástica e a Inquisição na América portuguesa.** Revista de História, São Paulo, n. 171, p. 287-316, 2014.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição na Bahia: um relatório de 1632.** Revista de História, São Paulo, v. 36, n. 74, p. 417-423, 1968.

PAIVA, José Pedro. **Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1759).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PAIVA, José Pedro. **Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?** Revista de História das Ideias, Coimbra, v. 11, p. 85-102, 1989.

PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PASTORE, Stefania. **Il vangelo e la spada: l'Inquisizione di Castiglia e i suoi critici (1460-1598).** Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2003.

PEREIRA, A. M. S. **El establecimiento de la Inquisición en Brasil: un proyecto frustrado.** Histórica, Lima, v. 43, n. 2, p. 59-88, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/historica/article/view/22594>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PRODI, Paolo. **Il sovrano pontefice: un corpo e due anime. La monarchia papale nella prima età moderna.** Bologna: Il Mulino, 1982.

PROSPERI, Adriano. **Tribunais da consciência: inquisidores, confessores, missionários.** São Paulo: EDUSP, 2013.

REAICHE, Lidivaldo. **O Tribunal da Relação na defesa dos cristãos novos e a desativação da Corte de Justiça**. In: REAICHE, Lidivaldo. *Memória do Tribunal*. Salvador: Poder Judiciário do Estado da Bahia, 2022.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas colonial**. São Paulo: Alameda, 2011.

RUBERT, Arlindo. **A igreja no Brasil: expansão missionária e hierárquica (século XVII)**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981. v. 2.

SCHWARTZ, Stuart B. **The voyage of the vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the portuguese restoration of independence, 1624-1640**. *The American Historical Review*, Chicago, v. 96, n. 3, p. 735-762, 1991.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. **O Brasil holandês nos cadernos do promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII**. 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Marco Antônio Nunes; MATEUS, Susana Bastos. **As Inquisições modernas: poder político, religião e sociedade entre a Europa e o Atlântico**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEJO, Isis Macedo. **“Isto é o que me lembro com toda a verdade, sem faltar um ponto de tudo o que aqui digo”: a queda de Salvador para os Holandeses a partir de uma Relação de Sucesso**. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 35, p. 1-20, jul./dez. 2021.

TORRES, Juliana. **Batalha fraterna: D. Frei Bartolomeu dos Mártires e a defesa da autoridade episcopal na Reforma Católica (1559-1582)**. Jundiaí: Paco, 2018.

TORRES, Juliana. **O sol da diocese: a via doce de vigilância da fé nos espelhos de bispos tridentinos**. In: LIMA, Luiz Filipe Silvério; MACIEL, Marília de Azambuja Ribeiro (org.). *Cultura letrada no espaço Euro-Atlântico (séculos XVI-XVIII)*. Recife: UFPE, 2022. p. 273-315.

VAINFAS, Ronaldo. **Guerra declarada e paz fingida na Restauração portuguesa**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 27, p. 98-115, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200007>.

VAINFAS, Ronaldo. Isaque de Castro: mártir ou mito? In: SILVA, Marco Antônio Nunes da; SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos (org.). **Estudos inquisitoriais: história e historiografia**. Cruz das Almas: UFRB, 2019. p. 415-437.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELOSO, João. **Dom Pedro da Silva e Antonio Caldeira: um inquisidor e um frei devassado na Sé da Bahia**. In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA DA UEMG, 3., 2021, Divinópolis. Anais [...]. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 786-801.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**. São Paulo: Edusp, 2010.

FONTES

ARQUIVO APOSTÓLICO VATICANO. Congregazione Concilio, *Relationes Dioecesium*, v. 712, f. 117-121.

ARQUIVO APOSTÓLICO VATICANO. Congregazione Concilio, *Relationes Dioecesium*, v. 712, f. não numerados.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor 19, Livro 220.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6516.

CAPÍTULO 11

Rezadeiras de Oeiras Piauí: religiosidade, sincretismo e memória (1950 a 2023)

Autoria: Aldair Holanda de Sousa¹

Co-autoria: Jayra Barros Medeiros²

Ada Raquel Teixeira Mourão³

¹ Licenciado em História pela UESPI; Especialista em História do Brasil pela CEAD-UFPI. E-mail: holandaalldair@gmail.com

² Doutora em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: jayradoutorado@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professora da Universidade Federal do Piauí – UFPI.



Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa iniciada ainda durante o curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, no campus de Oeiras. Nesse processo, o principal objetivo foi abordar as histórias de vida de duas senhoras rezadeiras: Antonia Vieira da Silva e Teresa Vieira Leal Brandão, ambas nascidas na zona rural de Oeiras-PI, mas que residem na área urbana da cidade há mais de 15 anos. Analisamos os relatos orais dessas mulheres para compreender como elas desempenham o ofício de rezadeira em suas comunidades. Para tanto, utilizamos as discussões teórico-metodológicas do campo da história oral e de uma bibliografia que estuda o papel das rezadeiras na formação da religiosidade popular no Nordeste.

Do ponto de vista pessoal, o primeiro contato com uma rezadeira e com um rezador ocorreu ainda na infância, na mesma cidade em que a pesquisa foi realizada. Naquele tempo, há cerca de duas décadas, era comum levar as crianças para rezar por conta de “vento caído”, “quebrante”, “empacho”, “papeira”, “desmantelo”, dentre outros males. Observou-se que essas práticas fazem parte da religiosidade popular de várias partes do Brasil. Foi produzido um artigo intitulado *Rezadeiras em Oeiras-PI: Decodificando o Ofício*, por meio do qual conhecemos mais profundamente esse universo da religiosidade popular que envolve as rezadeiras e a importância dessas mulheres na história do Brasil.

Ao conhecer a dissertação de mestrado da historiadora Pedrina Nunes (2010), intitulada “Senhoras da Fé: história de vida das rezadeiras no norte do Piauí” (1950-2010), e ao ler textos de Laura de Mello e Souza (2009) e Mircea Eliade (1992), dentre outros autores, percebi que seria possível realizar um estudo mais aprofundado focado nas rezadeiras de Oeiras. Como ponto de partida, estabeleci as seguintes questões: quem são essas rezadeiras? Quais as suas origens? Como elas próprias se definem? Como a sociedade/comunidade as vê?

Deste modo, nosso estudo estabeleceu-se com foco nas mulheres rezadeiras, pois estas são sujeitos valiosos que, por meio de sua oralidade, nos permitem abrir possibilidades para adquirir um grande conhecimento histórico da cultura popular. A escolha por estas duas mulheres como sujeitos da pesquisa deu-se por dois fatores: 1) já conhecia Dona Teresa desde a infância, o que despertou meu interesse em conhecê-la sob outros pontos de vista; 2) Dona Antônia é muito popular na cidade e, após um contato que tivemos em 2017, fiquei curioso e intrigado em conhecer melhor sua história de vida e seu ofício. A sabedoria e a experiência dessas mulheres são muito importantes para a compreensão da tradição popular da cura por meio da reza.

O recorte temporal definido nesta pesquisa baseou-se no tempo de vida dessas mulheres-rezadeiras, atrelado às suas experiências de vida relacionadas à religiosidade popular desde suas infâncias – ambas têm idades próximas e são praticantes das rezas até os dias atuais.

A vida religiosa é uma das características centrais do município de Oeiras, primeira capital do Piauí, fundada no ano de 1712 e nomeada inicialmente como Vila da Mocha. Os edifícios construídos no processo de colonização, com destaque para as igrejas católicas,

fazem parte da arquitetura e da vida cotidiana do município atualmente. No entanto, percebe-se a importância de se enxergar além do centro histórico, das famílias abastadas e dos casarões de Oeiras. É isso que justifica nossa pesquisa, focada na vida de duas mulheres pertencentes às classes populares e conhecidas na comunidade por seu trabalho como rezadeiras.

Conhecer as histórias de vida de mulheres rezadeiras em meio à sociedade contemporânea torna-se um desafio, pois pretende-se observar as práticas, os ritos, os objetos, os locais de oração e todo o simbolismo que envolve a trajetória de vida das senhoras rezadeiras. Além disso, interessa pensar como são abordadas as questões sobre suas histórias de vida do ponto de vista das próprias personagens.

Outro fator a ser investigado refere-se à compreensão dos motivos que levam essas senhoras a seguirem suas vidas simples curando pessoas, tanto por meio de rituais espirituais quanto pela medicina alternativa, no uso das “ervas medicinais”⁴.

Ressalta-se a importância da história oral para compreender as características das histórias de vida e das memórias dessas mulheres. Trata-se de uma forma de “dar voz aos excluídos dos documentos oficiais, trabalhando com temáticas da vida cotidiana” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 33).

Após a leitura da bibliografia, iniciamos a organização do trabalho de campo. Depois de um contato inicial com as rezadeiras, elaboramos um roteiro de perguntas para as entrevistas e marcamos data e horário. A realização das entrevistas foi um desafio, pois ainda estávamos em meio à pandemia de Covid-19, agravado pelo fato de as entrevistadas serem idosas e, portanto, pertencerem ao grupo de

4 Alho branco, aroeira, arruda, boldo, canela, capim-santo, cravo, erva-cidreira, espada de são Jorge, gengibre, hortelã, malva do reino, mastruz, quebra-pedra, dentre outras.

risco. Buscou-se um contato prévio para verificar sua disponibilidade em conceder as entrevistas, sugerindo que fossem realizadas de modo virtual, com o auxílio de seus filhos. Dona Antonia aceitou de imediato. Dona Teresa, ainda que com certo receio, aceitou mediante o incentivo da filha.

Utilizando um aplicativo gravador de áudio e fazendo anotações manuais, sempre com a permissão das senhoras, conduzimos o diálogo, respeitando todos os protocolos sanitários e com os devidos cuidados. Durante as entrevistas, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de registrar e analisar as narrativas orais do ofício dessas mulheres, como forma de preservar verdadeiros patrimônios culturais do município de Oeiras.

A história oral é uma ferramenta importante que possibilita o conhecimento das memórias que povoam as cidades. Como coloca Pollak, “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea” (POLLAK, 1989, p. 6). Ou seja, a obtenção do relato oral dessas senhoras, fontes desta pesquisa, permite absorver o que elas têm a dizer, possibilitando a melhor compreensão das relações existentes entre elas e as suas comunidades. O papel do historiador é fundamental na construção de reflexões e pesquisas que trabalham com diversos tipos de sujeitos por meio da história oral.

Compreendendo o que coloca Verena Alberti no artigo O que documenta a história oral? Possibilidades para além da construção do passado (1996), é preciso observar que as narrativas orais não são só relatos de ações passadas, mas também resíduos de ações da própria entrevista. Envolvem-se o papel do entrevistado e do entrevistador que, neste caso, são “dois autores”, já que a fonte narra as suas lembranças e o historiador tem o trabalho de interpretá-las,

criando também o seu relato de cunho científico. Ou seja, existem objetividades e subjetividades por parte do entrevistado, que qualifica e determina qual memória é mais cabível de ser relatada.

O historiador também tem suas subjetividades e objetividades na hora de interpretar e transcrever o que a pessoa tem a dizer. Portanto, trabalhar com história oral não é somente ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre seu passado, mas, em ação conjunta, reconstruir esse passado e historicizar esses relatos. Assim, o caminho da historiografia é adentrar as entrelinhas dessa construção histórica e trazer à tona as perspectivas de vivências dessas mulheres, abrindo possibilidades de compreender o seu lugar social. A memória, segundo Halbwachs (1990), traz à tona as lembranças de momentos e espaços de convívio. O autor faz uma reflexão sobre a memória individual e coletiva e descreve como são suas concepções a partir das percepções de lugar, de vivências e das coisas com que se teve contato. Por isso, há a necessidade de as lembranças serem reconstituídas pelo grupo em que se está inserido.

Corroborando com o que enfatiza Mircea Eliade (1992), observa-se que o sincretismo que compõe o ofício das rezadeiras constitui uma diversidade que adentra o universo do sagrado e do profano, abrindo perspectivas de compreensão de temas e objetos pouco estudados, tais como as histórias de vida e atuação nas comunidades das rezadeiras de Oeiras-PI.

Para a apresentação dos resultados, o artigo está organizado do seguinte modo: primeiro, foi desenvolvida uma breve discussão historiográfica abordando estudos que focam nas temáticas da religiosidade popular e das práticas das rezadeiras em diferentes espaços e períodos históricos. No tópico seguinte, analisamos os relatos orais de Dona Antonia, reconstruindo parte da sua história de vida e da atuação como rezadeira. Na sequência, fizemos o mesmo exercício

com Dona Teresa. Por fim, discorremos sobre os conhecimentos adquiridos e fazemos uma reflexão acerca da importância de manter vivas as memórias e a tradição religiosa das mulheres rezadeiras.

Religiosidade popular e as rezadeiras: uma breve discussão historiográfica

Para compreender a religiosidade popular e as práticas das rezadeiras, é preciso analisar suas histórias – algo que o campo historiográfico tem enfatizado e intensificado. A historiadora Laura de Mello e Souza (2009) escreveu acerca das concepções sobre o catolicismo popular, envolvendo as práticas, os saberes da medicina alternativa e as religiões populares, que foram muitas vezes chamadas pelos colonizadores e membros da Igreja Católica de feitiçaria.

Na perspectiva colonial, a América, de terras férteis, era também a terra das monstruosidades e do pecado. Nas palavras da autora: “o novo mundo era inferno sobretudo por sua humanidade diferente, animalesca, demoníaca, e era o purgatório sobretudo por sua condição colonial. A ele opunha-se a Europa; metrópole da cultura, terra dos cristãos” (MELLO E SOUZA, 2005, p. 77). Por outro lado, as práticas tidas como “do diabo” eram amplamente utilizadas como instrumentos de sobrevivência e cura contra doenças que assombravam a colônia.

Os usos de ervas, beberagens ou orações foram fatores importantes para a mescla nos planos cultural e religioso da sociedade brasileira. Deste modo, Laura de Mello e Souza nos ajuda a perceber os aspectos históricos da formação cultural e religiosa do Brasil. É sobre essas relações e manifestações que a historiografia atual tem se debruçado, estando especialmente focada em casos particulares, na perspectiva de uma Micro-História.

Em relação ao tema específico das rezadeiras, a historiadora Pedrina Nunes (2011) estudou a história de vida das rezadeiras do norte do Piauí. Para tanto, analisou os rituais de cura e as rezas dessas senhoras. A memória é o ponto central da pesquisa, que busca captar, por meio da história oral, as heranças culturais dessas fontes vivas. A busca pela história de vida dessas personagens – suas origens, sua fé, conhecimentos e práticas – instigou a autora a compreender o mundo das rezadeiras. Pedrina Nunes coloca que:

A historiografia brasileira e piauiense sobre religiosidade mostra as concepções de ETHOS e VISÃO DE MUNDO das populações da colônia e assim podemos perceber de que maneira a religião e a religiosidade exerciam um papel importante naquela sociedade, naquele tempo, sendo possível identificar as permanências e as transformações nos costumes que concernem especificamente às manifestações das rezadeiras no norte do Piauí (NUNES, 2011. p. 28.).

Percebendo a necessidade de contemplar essas histórias, Pedrina Nunes procurou compreender os processos de cura, os rituais, as rezas, os santos, as ervas e os locais onde as senhoras rezadeiras curam pessoas. Observou as heranças ameríndias, negras e do catolicismo nessas práticas, destacando o processo de hibridismo cultural e religioso que formou a sociedade brasileira e que ocorreu, muitas vezes, à margem da religião institucionalizada. Os rituais de cura, as memórias de aprendizagem e as rezas são elementos que emergem nas entrevistas. Essas senhoras são descritas, pela autora, como verdadeiros “relicários” que guardam e entregam suas memórias para a análise historiográfica.

O foco recai sobre a interpretação dessas memórias, que envolvem as histórias de vida e, dentro delas, um aspecto especial: o ofício da reza. Este ofício permite coletar os significados existentes nas entrelinhas de suas falas, revelando a construção de uma identidade tanto

religiosa quanto cultural, de modo que “escrever sobre as histórias de vida das rezadeiras, o ofício e rituais de cura é desejar desconstruir, desnaturalizar imagens elaboradas desses sujeitos e de suas práticas, é trazer histórias e personagens para o centro da narrativa histórica” (NUNES, 2011, p. 55).

Por meio das narrativas dessas mulheres, afloram suas lembranças individuais e coletivas, essenciais para a compreensão de um ofício marcado por um “profundo sentimento religioso”. Trata-se de uma religiosidade adquirida desde a infância, período de contato com diversos agentes influenciadores do processo de desenvolvimento cognitivo, humano e religioso, que as prepararam para o contato com o ofício.

Toinha, rezadeira da Várzea: “enquanto eu for viva, o que eu puder fazer eu faço. Aqui pode chegar a pessoa que for”

O primeiro contato com Dona Antonia, conhecida como “Toinha, rezadeira da Várzea”, ocorreu em sua comunidade, em 17 de agosto de 2017, quando a pesquisa foi iniciada. Dona Antonia Vieira da Silva é viúva, uma mulher simples, alegre, muito receptiva e comunicativa. Como ela mesma se descreveu: uma “mulher vivida”.

Ela nasceu na comunidade chamada Cachimbos, à beira do rio Canindé, no município de Oeiras, Piauí. Foi nessa comunidade, localizada na zona rural, distante do centro urbano e do outro lado da passagem molhada, que Dona Antonia cresceu. Viveu com seus pais e irmãos até os 20 anos, quando se casou, teve filhos e continuou morando na mesma área rural. Já idosa, mudou-se para a Várzea, bairro periférico da zona urbana. Hoje, aos 73 anos, mantém-se ativa e não pretende abandonar seu “dom de rezar nas pessoas”.

Após o primeiro encontro, combinei de retornar para conversar mais com Dona Toinha, e ela afirmou que as portas estariam sempre abertas. No entanto, devido à crise pandêmica que se iniciou em 2020, fomos obrigados a adiar a visita. Em 6 de março de 2021, foi possível, enfim, conversar com ela para conhecer detalhes de suas práticas, origens e experiências ao longo de seus muitos anos de ofício. Entrei em contato com Dona Antonia por telefone para consultar a possibilidade de uma entrevista virtual, mas foi ela quem me convidou para ir até sua casa.

A conversa não foi muito longa, devido aos cuidados em relação à COVID-19. Mantivemos distância e confirmamos que nenhum de nós apresentava sintomas ou havia tido contato recente que impedisse o encontro. Ainda assim, o diálogo foi muito produtivo, pois Dona Antonia é uma mulher de fácil comunicação. Fiz uma pergunta que já havia feito na entrevista de três anos antes: quando ela começou a rezar e quando, de fato, iniciou seu ofício. Sua resposta foi a seguinte:

Eu comecei com sete anos com uma velhinha que eu nem sabia quem era... Ela Passou e me chamou na casa de meu pai no Corrente. Aí ela me chamou pra nós ir catar umas “mamona” mais ela. Aí eu ia mais ela e ela dizia: “Totonha” tu quer ganhar dinheiro?” Eu disse: “Quero” e ela disse “Então eu vou lhe ensinar as reza “... Cada um dia de apanhar mamona ela me ensinava uma reza... Ai quando eu estava de maior e quando eu comecei a ter meus filhos eu comecei a rezar. Cada uma reza eu rezava e aprovava. Passava pra outra, aprovava. Todas foram aprovadas. Vem gente de todo lugar que eu nem conheço. (SILVA, 2017)

Ah! Foi uma véa que ninguém conhece. A dona Maria de Janjão. Num sei nem donde ela era. Ela apareceu um dia lá na casa de papai. Eles eram tipo retirante, né? Que eles vieram mais o véi, aí eles pediram abrigo, papai deu. Papai tinha muito pé de mamona. Aí papai deu mode ela catar mamona e eu fui ajudar ela a catar mamona. Cada um dia ela me ensinava uma reza. E eu fui aprendendo. Porque tinha aquela mamona vremeia,

tinha a mamona pintada de preto, tinha a mamona pintada branco, tinha a mamona branca mermo e tinha a preta. Cada um dia ela me ensinava uma reza. (SILVA, 2021)

Dona Toinha aprendeu a rezar com uma desconhecida que apareceu na casa de seus pais, mas a prática só veio a acontecer após a sua maioridade, quando viu a necessidade de usar “seu dom” para curar sua família e seus filhos.

Foi a curiosidade de Dona Antonia e o interesse em compartilhar o que sabia que a levaram para o caminho da religiosidade, embora viesse de uma família de origem católica. Dona Antonia relata: “Aí ela me dizia: Toinha, tu quer ganhar dinheiro? E eu disse: ‘Quero’. E ela disse: ‘Então vou lhe ensinar as rezas... a reza do quebrante, do vento caído, campainha e espinhela caída’” (SILVA, 2021). Isso mudou a sua vida, pois ela diz: “Fui aprendendo as rezas, fui... fui levando pra vida, é...” (SILVA, 2021). Ou seja, uma senhora que aprendeu a curar pessoas ainda em meados do século XX e sobrevive às transformações de quase meio século de ofício, entre gerações de netos, bisnetos e tataranetos. Quanto à religião que segue, ela revela ser católica praticante: “Minha mãe frequentava com nós. Ninguém num tinha, ninguém num era igreja de crente não. Todo tempo nós nascemos na igreja católica” (SILVA, 2021). Dona Toinha da Várzea é segura e guarda seus segredos sobre o ofício.

Dona Toinha é uma figura importante para a comunidade onde mora e para a localidade de sua origem, para a qual costuma ir periodicamente, principalmente pelo serviço prestado em curar. É um trabalho que exige muita dedicação, segundo ela, e que também traz alegria. “Vem gente de todo lugar que eu nem conheço. Até de Picos, Teresina, Santa Rosa... Eles vêm até aqui... A história minha tá longe. De longe vocês botam para cá, chega aqui onde é a casa da dona Antonia? – É aqui” (SILVA, 2017).

Sobre cobrar algum tipo de remuneração pelas rezas ou se a pessoa oferece o que desejar, Dona Antonia afirmou:

Não! É pago! É pago! Cada uma reza... que eu sei a reza do engasgamento. É um preço, que eu sei a reza da izipele, é outra. Eu sei a reza da ispinhela, é outra. Eu sei a reza do quebrante é um, quebrante, vento caído, olhado... é. E tem a outra de dismintidura, eu falei. Tem a de dor de cabeça, dor de ouvido... (SILVA, 2021)

Percebe-se a relutância de Dona Antonia em transmitir seu conhecimento, uma vez que o ofício tornou-se uma fonte de renda e sustento. A preservação de seu saber e o mistério que a envolve conferem-lhe o status social que desfruta como rezadeira, receando ela perder tanto seus “dons” quanto o prestígio conquistado na comunidade.

Para além desse aspecto, chamou-nos a atenção, nessa fala, a variedade de rezas por ela dominadas. Pedrina Nunes (2011), em suas análises sobre as rezadeiras do norte do Piauí, classificou-as em dois tipos: a rezadeira completa e a rezadeira específica. Seguem os significados atribuídos a cada uma delas:

Rezadeiras completas: senhoras que rezam para uma gama ampla de doenças e também ampliam suas práticas, algumas senhoras rezantes fazem parto, rezam em animais e rezam para acontecimentos reais da vida cotidiana. Rezadeiras específicas: senhoras que rezam somente para algumas doenças, pode ser uma, duas, não chegam a obter uma amplidão ou certo grau de inventividade como as rezadeiras completas (NUNES, 2011, p. 110).

Quando pedi a Dona Antonia que descrevesse algumas rezas de forma mais específica, ela ficou retraída, pois interpretou que eu gostaria que ela me ensinasse a rezar. Em seguida, ao perceber que meu interesse era mapear e compreender seus saberes, ela forneceu o seguinte relato:

Ó, a dirmintidura é pra dirmintido, a izipele é pra coceira, ela eu rezo da coceira. É dela tá coçando, eu rezo da quente, da fria, eu rezo da vermelha, eu rezo da preta, eu rezo da branca⁵. É. E o... e a o gratri... a reza de engasgamento pra tirá corqué espinha, um corqué uma coisa que engasga na garganta. E a espinhela é as arca caída. Pra você levantar ela. E a de dor de cabeça é pra dor de cabeça mermo. É essas aí. E a convulsão pra aquela criança que dá convulsão que só Deus. Que nem o médico num dá jeito. Primeiro Deus, eu dô. É... aquela convulsão de criança. Pensa que a criança tá morrendo (SILVA, 2021)

Dona Antonia faz, portanto, parte do grupo das rezadeiras completas, pois trata de diversas doenças e possui rituais de cura que não foram adquiridos por meio de ensinamentos formais. Ela reafirma que suas práticas não estão restritas à Igreja Católica. Essa perspectiva nos permite analisar que a atuação da rezadeira, seja ela católica, protestante, candomblecista ou umbandista, origina-se da interface entre o sagrado e o profano. Como afirmou Carlos Alberto Steil, “as rezadeiras são agentes religiosos populares que exercem sua função sacerdotal de intermediárias entre o sagrado e o profano, dentro de um sistema de crenças e rituais pouco institucionalizados” (STEIL, 2001, p. 24).

Considerando a importância da manutenção dessa tradição para as futuras gerações, perguntou-se a Dona Antonia se ela gostaria de repassar seus conhecimentos a alguém e, em caso afirmativo, a quem especificamente:

Rapaz, eu desejo, prum fi meu. Agora, não, agora não. Porque pra mim passar agora, aí ele, todos que eu vou passar, aí eu dou pra eles. Aí, aí eles toma do outro. Não, aí eu dou pra eles e o meu fica sem valor. É, agora aí eu, se eu der pra uma pessoa, eu tomo. Mas, eu pretendo deixar o conhecimento. Pretendo. Pra um filho meu. (SILVA, 2021)

⁵ Aqui Dona Antonia se refere erisipela -infecção causada por uma bactéria e que causa coceira, bolhas e inchaço, geralmente dos membros inferiores. Fonte: <<https://www.sdb.org.br/doencas/erisipela>>

Para Dona Antonia, existe a crença de que, quando o conhecimento da reza é repassado a outra pessoa “antes do tempo”, esta o apropria para si. Nos pareceu ser esse o motivo pelo qual ela não permitia aprofundar certos questionamentos. Por essa razão, o ensino desse saber parece seguir a linhagem familiar. Conforme suas palavras: “Já pelejaram comigo, mas eu só vou ensinar quando eu não puder mais. Porque se eu ensinar, eu dou minha reza e eu fico sem valor, elas tomam de mim. Aí um dia... “...eu dei, mas eu tomei. Eu tomo” (SILVA, 2017).

O fato de Dona Antonia ter escolhido um filho homem, o caçula, para receber seus conhecimentos despertou curiosidade. Ela explicou que a decisão deveu-se ao fato de os outros filhos já possuírem ocupações e terem constituído família, enquanto este permanece entre os mais próximos de sua vivência: “Aqui tem o... tem dois: um mora na minha propriedade e outro mora aqui comigo, mas ele tem a casa dele. De lá pra cá” (SILVA, 2021).

Dona Antonia relatou alguns casos de pessoas que recorreram ao seu trabalho. Afirmou que consegue resolver quase todos os problemas, razão pela qual é muito procurada na comunidade.

Chegou uma aqui, essa mulher chegou chorando. Ela achou que uma pessoa olhou para o filho...escangotou, nem mamar num queria mais. Chegou se acabando. Eu disse: Senta bem aí um pouquinho. Quando eu acabei de rezar...ela tá bem aí, mora ali no pé do morro. Quando eu acabei de rezar disse: bota o peito pra fora. Quando botou o menino apregou. Pegou (SILVA, 2017).

Costumado chegar com convulsão. Chega pai chorando, chega mãe. Totonha, meu filho morre? eu digo morre não. Totonha diga. Eu digo morre não. Tou dizendo que num morre. Tem um bem aqui, mora bem aqui, Adelino, ele chegou se acabando de chorar e o filho escangotado. Morreu não. Tá aí grande... Só morreu dois meninos nas minhas mãos... Aqui já vieram da casa de outra pessoa (SILVA, 2017).

Não importa o status social da pessoa; além disso, indivíduos de todas as classes sociais a procuram, recorrendo aos seus conhecimentos de cura por meio da reza. Ela afirma o seguinte: “Eu já rezei em fii de médico, fii de advogado, fii de assim, dessa policial. Fii de tudo, de tudo, já rezei. Graças a Deus. E rezo e aprovo. Eu num engano” (SILVA, 2021). Relata ainda que já foi “chamada para rezar em hospital, quando dá convulsão o médico manda pra cá” (SILVA, 2021). A fé das pessoas e os conhecimentos das rezadeiras são os elementos principais nesses casos, que aliam a medicina técnico-científica à medicina alternativa. Esta última trabalha com remédios caseiros, extraídos da natureza e utilizados há muito tempo. Dona Antonia relata que, além da crença, a falta de recursos financeiros e a distância dos centros urbanos também são motivos para as pessoas recorrerem às práticas de cura alternativas.

Em meio a essa discussão, Dona Antonia comentou sobre as transformações que percebe ao longo de sua vida. Ela diz que muita coisa mudou e que “as pessoas antigamente não tinham esse negócio de médico. Tinha não. Tinha não. De primeiro tinha as raizeiros. Num tinha médico” (SILVA, 2021). Sua fala reforça a avaliação de que a transformação temporal causou mudanças de pensamento, de práticas e de cultura em relação ao que se acreditava antes. Anteriormente, as condições de vida e as crenças dos povos sertanejos os faziam depositar toda a confiança e fé no trabalho exercido pelas senhoras rezadeiras, parteiras, entre outros. Elas recebiam muita gratidão por suas contribuições à comunidade e, mesmo atualmente, são pessoas com importância reconhecida nos lugares em que vivem. A comunidade as tem como referência para enfrentar dificuldades e desafios cotidianos.

Os antropólogos Marcos de Sousa Queiroz e Ana Maria Canesqui afirmam que “nem a medicina oficial, nem a popular são empregadas [somente] por causa da sua eficácia” (QUEIROZ; CANESQUI, 1986, p.

6). E complementam: “tanto as medicinas oficiais como as populares são eficazes no meio social que as empregam, justamente quando são utilizadas em sintonia simbólica com a cultura desse meio social” (QUEIROZ; CANESQUI, 1986, p. 7). Os saberes e formas de cura são diferentes, mas nenhum é mais importante que o outro. Seguem caminhos distintos na sociedade, podendo-se complementar, dependendo das raízes históricas e culturais da comunidade.

Interessou-nos saber como a própria Dona Antonia vê seu ofício de rezadeira. Ela afirmou: “É importante, porque a pessoa fica conhecida, sobe um poquim, tem valor” (SILVA, 2021). Aproveitou para mencionar que estudantes já visitaram sua casa para realizar perguntas sobre seu ofício com objetivos acadêmicos: “Aqui vei uma lorona um tempo. Uma mulher, uma lorona. Carro dela. Uma lorona, ela disse que num é daqui não. Aí ela veio e eu tava rezando, aí ela depois ela voltou, ela tirou a foto comigo na frente da minha casa, tirou abraçada comigo” (SILVA, 2021). Dona Antonia relatou também o reconhecimento que tem na comunidade onde nasceu:

Lá no interior quando eu chego no interior, aí as pessoas vão dizer: minino. Aí tem um sobrinho meu que vai dizer: “minino, a doutora chegou, ela chegou. Cuida logo, minha gente, cuida logo. A doutora chegou. Graças a Deus, pra mim eu fiz, eu fiz... Encontrei muito valor, aquele negócio. Eu fico muito aquela pessoa, assim “alta”, porque o povo me valoriza demais (SILVA, 2021).

Dona Antonia relata situação semelhante em relação ao bairro onde mora atualmente. Na passagem a seguir, ela detalha como é tratada pelos vizinhos:

Ah, é bem. Eles comigo, vichi! Eles me enxergam bem. Eles têm muita consideração minha, eles têm muito aquele, aquela fé, primeiro em Deus depois em mim, dona Antonia. Sou muito respeitada. Muito respeitada aqui na Várzea. Sou muito respei-

tada. Do grande, do bandido, do maconheiro de tudo me respeita. Que aqui tem de uns um, me respeita fala comigo: como é que tá a senhora dona Antonia?! Quero é ver num ter passado e num me respeita. Todos me respeitam. Todos me respeitam. A senhora dona Antonia, Ó dona Antonia. Sou muito respeitada. Tem uns que fala comigo que eu num sei nem quem é (SILVA, 2021).

Os relatos de Dona Antonia demonstram o quanto é instigante explorar as histórias e práticas dessas mulheres rezadeiras, especialmente quando se direciona o olhar para a questão local. A confiança de muitas pessoas é depositada em suas mãos, em seus galhos, em suas rezas e remédios - práticas que resistem e se transformam ao longo do tempo. Ela demonstra grande satisfação, sentindo-se importante por ajudar o próximo em uma comunidade que a acolhe e respeita seu ofício.

Dona Teresa: “A reza é pra dar conforto, pra a gente ficar mais alegre, né!”

Teresa Vieira Leal Brandão nasceu em 7 de abril de 1949, na localidade Malhada Real – Fazenda Lagoa Meio, município de Oeiras, Piauí, onde viveu toda a infância. Casou-se ainda menor de idade e teve dez filhos. Como ela mesma relata, trabalhou muito na roça para ajudar no sustento da família. Já idosa, com todos os filhos casados e após ficar viúva, resolveu mudar-se para a zona urbana, onde reside até hoje, no Bairro Canela. Católica praticante, com experiência e conhecimento em celebrações populares, como os terços de São Francisco e novenas de Nossa Senhora, ela nos permite analisar as características singulares dessas mulheres rezadeiras, contrastando com Dona Antonia em alguns aspectos.

Dona Teresa, a segunda entrevistada, em 6 de março de 2021, concedeu-nos uma entrevista online devido ao contexto pandêmico. Falou sobre seu ofício acompanhada da filha, na sala de sua casa, sentada com seu caderninho, que chama de “passatempo”. Neste caderno, Dona “Teresa de Andrezim” escreve cânticos e orações que aprendeu oralmente, bem como as rezas que utiliza no dia a dia. Também escreve seu nome completo diversas vezes, como se fosse um caderno de caligrafia. Segundo ela, é assim que consegue se distrair, pois a televisão – como já comentava em momentos de “prosa” com minha avó – “só mostra coisa ruim”. Viúva há mais de dez anos e morando sozinha, mantém-se ativa em seus afazeres como rezadeira.

Dona Teresa nasceu na mesma localidade da família do primeiro autor deste estudo, que, quando criança, foi benzido por ela, seguindo o ritual de três benzimentos. De acordo com o rito, para que a reza surtisse efeito, a mãe da criança deveria levá-la até Dona Teresa por três dias consecutivos, para que fosse benzida com um galhinho de malva ou pinhão-roxo, até que estes murchassem. A reza só era considerada válida se as folhas murchassem. Os mais velhos da zona rural mantêm a tradição de sempre plantar um pé de pinhão-roxo no terreiro de casa, pois, segundo a crença, a planta afasta o mau-olhado.

Sobre o uso de elementos da natureza nas rezas, Pedrina Nunes, citando Durkheim, destaca:

Uma dirige-se às coisas da natureza, seja às grandes forças cósmicas, como os ventos, os rios, os astros, o céu etc., seja aos objetos de tudo que povoa a superfície da terra, plantas, animais, pedras etc.; por esse motivo lhe dão o nome de naturismo. A outra, tem por objeto os seres espirituais, os espíritos, almas, gênios, demônios, divindades propriamente ditas, agentes animados e conscientes como o homem, mas que se distinguem dele pela natureza dos poderes que lhes são atribuídos e, sobretudo, pela característica particular de não afetarem os sentidos do mesmo modo: normalmente não são perceptíveis a olhos humanos. Chama-se animismo essa religião dos espíritos (DURKHEIM, 1996, p. 34, *Apud* NUNES, 2011, p. 108).

O uso de elementos e objetos sacralizados – como santos de barro e de madeira, ervas medicinais, velas específicas, terços e cordões, dentre outros – constitui uma das principais características de identificação do ofício de rezadeira. Parte desses elementos reafirma o sincretismo religioso nas camadas populares da sociedade, em específico na cidade de Oeiras. A própria casa das rezadeiras é considerada um desses elementos sacros, pois a comunidade acredita ser um local abençoado e capaz de curar males apenas pela atmosfera que emana.

A conversa com Dona Teresa foi muito proveitosa, permitindo captar os principais pontos de contribuição para esta pesquisa. Após responder perguntas sobre sua biografia e origens, solicitei que respondesse a outras questões para compreender melhor sua história de vida e seu ofício como rezadeira. Quando perguntada sobre a idade em que começou a rezar, Dona Teresa informou que iniciou por volta dos 17 anos.

Contou-nos que aprendeu o ofício com a própria mãe, na localidade de Tranqueira, Fazenda Lagoa do Meio, onde residia. É interessante notar que, no caso de Dona Teresa, o conhecimento foi transmitido de mãe para filha, diferentemente de Toinha, rezadeira da Várzea. Desse modo, podemos compreender que as origens do ofício não seguem um padrão, nem requerem um pilar de conhecimento fixo, pois tais práticas são plurais, diversas e, ao mesmo tempo, complexas. Variam de comunidade para comunidade, de pessoa para pessoa, e transformam-se ao longo do tempo.

Em seguida, indaguei sobre o significado de ser uma rezadeira. Ela respondeu: “Rapaz... significa coisa boa, porque pelo saber é bom. E ajuda os outros também, não me interessa nada, não quero ganhar nada... quero é que Deus ajude que dá certo ‘dereitin’. Pois é. É isso aí” (BRANDÃO, 2021). Nesse momento do diálogo, ela expõe seu pensa-

mento, entendendo a reza como algo que alivia a dor, não somente do corpo, mas também da alma. Além de curar a pessoa e devolver-lhe a saúde, também a deixa satisfeita.

Ao afirmar não querer ganhar nada em troca da reza, Dona Teresa contrasta com nossa primeira entrevistada, Dona Antonia, que não dissimula a necessidade de cobrança, visto que considera seu ofício um trabalho que requer remuneração. Dona Teresa, por sua vez, o encara como um serviço voluntário, embora ambas prestem os mesmos serviços de cura nas comunidades em que vivem, representando uma alternativa ou um complemento à medicina tradicional. Essas senhoras, como a maioria das rezadeiras de comunidades rurais, desenvolveram a noção de que a solidariedade é algo fundamental, tendo como pagamento a gratidão ou o reconhecimento da comunidade.

Enquanto “Dona Toinha, benzedeira da Várzea” pode ser considerada uma rezadeira completa, Dona Teresa integra o grupo das rezadeiras específicas.

A própria descrição que ela faz sobre si mesma evidencia: “Eu rezo de quebrante, vento caído, dor de cabeça e triadura⁶.” de maneira pontual. Ela deixa claro que, apesar de ser um ofício, a reza não constitui sua principal ocupação. Dessa forma, não se interessa em aprender outros modos de rezar nem deseja que a procurem para casos mais complexos, como ocorre com Dona Antonia. Questionada sobre a importância da reza em sua vida, considerando sua idade e experiência, ela responde:

A pessoa ficar mais confortado, mode ficar dendi casa chorando, ou... Nam! a gente precisa... Num vê aqui, eu nunca fui em escola, aí eu vou e boto na cabeça (a reza) é por isso aí, só pra mode eu entester, no caso. Eu não gosto de casa alheia. Eu vou numa casa uma horinha (BRANDÃO, 2021).

⁶ “Triadura, “carne triada” são termos utilizados de forma popular para se referir a um problema muscular, como estiramento, torção ou inflamação.

Dona Teresa, devido à idade - hoje com 82 anos -, compreende que se encontra em uma fase em que a reza funciona como meio de sentir-se bem ao ajudar o próximo, sem contudo anunciar à comunidade que é rezadeira. Segundo ela, as pessoas aparecem espontaneamente e ela não recusa os pedidos. Para ela, ler rezas, rezar terços e anotar orações são atividades que a aproximam tanto da prática religiosa quanto de outras pessoas da comunidade, especialmente por viver sozinha sem companhia integral. Relatou que costumava ir à igreja, mas deixou de fazê-lo devido à pandemia e ao falecimento do marido, que era sua companhia para sair de casa.

Quanto à transmissão do conhecimento para as demais gerações de sua família - composta por 11 filhos, sendo seis mulheres e cinco homens -, ela declara: “se a pessoa quiser...”, mas pondera que nenhum dos filhos parece demonstrar interesse. Alguns são evangélicos, outros católicos e, embora tenham seus filhos benzidos por ela, não manifestam desejo de dar continuidade ao ofício. Refletindo sobre como o mundo moderno altera as tradições e a forma como as pessoas percebem e valorizam seu ofício, Dona Teresa afirma:

Rapaz, eu rezava mais, agora tô... Tem muitas rezadeiras também, né? Mudou. muito. Eu não fiz foi esquecer, mas que eu também num vou tá... Eu não. E tem a menina de frente aí, também. Num tem nada não. Por mim não tem esse negócio de ah que eu... Eu... Eu já rezei pessoas muita. (BRANDÃO, 2021).

É interessante quando ela menciona que “tem a menina de frente aí também”. Dona Teresa refere-se à sua vizinha de rua, octogenária, que reside com a filha – esta a proibiu de conceder entrevista para fins acadêmicos por entender que não deveria se expor durante a pandemia. A vizinha de Dona Teresa guarda muitos saberes sobre o ofício da reza. Houve a oportunidade de uma conversa informal com

ela, na qual relatou suas vivências no interior, suas saudades e seus lamentos por não conseguir mais andar e enxergar adequadamente. Gostaríamos de ter entrevistado Dona Vitória, uma senhora muito sábia, com mais de 90 anos, cujo depoimento traria grande riqueza de informações.

Retomando o diálogo, Dona Teresa antecipa-se à pergunta seguinte, sobre a importância das rezas para as pessoas atualmente, e responde: “Não, agora ninguém nem tá frequentando as rezas não, cabando. Acho é bom que eu também já tô ficando velha, esquecida. Eu fico é lendo sozinha”.

Chega-se à conclusão de que a relevância dessas rezadeiras depende de como a comunidade acolhe seu trabalho e lhe confere a devida importância. O sentimento de ser valorizada pela comunidade é o que gera o ímpeto de continuar exercendo o ofício e permite que tais práticas se mantenham vivas. A história de vida que tivemos acesso nos faz compreender que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

As entrevistas aqui relatadas são importantes para entender o ofício das rezadeiras, suas atividades religiosas e os aspectos culturais e sociais envolvidos em suas práticas. Deve-se observar as diferentes maneiras como seus relatos apontam a influência que exercem nas comunidades onde estão inseridas.

É fundamental que se realize um trabalho analítico sobre essas práticas, a fim de compreender a representação cultural das rezadeiras na sociedade oeirense. Assim, é possível abrir caminhos para processos de valorização da religiosidade popular. Embora sejam reconhecidas em suas comunidades, muitas vezes suas histórias de vida permanecem ocultas no cenário sociocultural e na produção historiográfica.

Considerações Finais

As histórias de vida das mulheres rezadeiras oeirenses constituem um rico patrimônio histórico e cultural do município. Por meio deste trabalho, buscamos destacar e conferir visibilidade a esse ofício e suas tradições perante a comunidade científica, ainda que, na própria comunidade, a tradição de transmitir relatos, memórias e conhecimentos das rezadeiras - de pais para filhos e filhas - esteja se enfraquecendo. É importante enfatizar que, apesar dos avanços tecnológicos e científicos, a medicina oficial, nas comunidades atendidas pelas rezadeiras, não se sobrepõe à medicina popular, nem vice-versa; as rezadeiras continuam a desempenhar um papel fundamental.

Tornou-se necessário ir a campo em busca das memórias e dos relatos historiográficos dessas mulheres, bem como de suas perspectivas sobre si mesmas, a importância que atribuem ao seu ofício e sua relação com o reconhecimento recebido. Paralelamente, procuramos construir uma revisão historiográfica, recuperando trabalhos fundamentais para a compreensão do catolicismo popular no qual as rezadeiras estão inseridas.

A percepção dos sentimentos e vivências dessas mulheres despertou-nos o desejo de ir além e ouvir mais sobre o que as rezadeiras de Oeiras têm a expressar. A construção deste artigo buscou, portanto, transmitir a importância de se trabalhar com as memórias e histórias de vida das mulheres rezadeiras em Oeiras-PI. É fundamental que se inicie um processo de valorização do trabalho que elas exercem em suas comunidades.

As histórias de vida das rezadeiras instigam a compreensão das raízes seculares da cultura brasileira. O catolicismo popular, seus ritos e os amplos conhecimentos associados ao ofício da reza

foram determinantes para compreender os significados das práticas das rezadeiras, não apenas em Oeiras. Entendemos ser possível aprofundar o estudo sobre essas mulheres e explorar outros aspectos da benzeção.

Pretendemos, futuramente, ampliar o número de fontes e personagens abordados nesta pesquisa. De qualquer forma, concluímos compreendendo que nosso trabalho poderá fomentar outros estudos sobre as mulheres rezadeiras, pois suas memórias, saberes e trajetórias integram a vivência de muitas pessoas e constituem elementos fundamentais da religiosidade popular brasileira.

Referências

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além das construções do passado**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1996. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/6767>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. **Senhoras da Fé: A história de vida das rezadeiras no Norte do Piauí**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. **Memórias de velhas: Senhoras Rezadeiras no Norte do Piauí (1950-2010)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2011, Teresina. Anais [...]. Teresina: ABHO, 2011. p. 1-14. Disponível em: <https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BARROS, Maria Nazareth A. As Deusas, **As Bruxas e a Igreja: Séculos de perseguição**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. In: BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAVALCANTE, Simone Gadêlha. **Entre a ciência e a reza: estudo de caso sobre a incorporação das rezadeiras ao programa de saúde da família no município de Maranguape-CE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11676>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. **“O Santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acreditar, acredita!”: Práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções**. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **O nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. In: AMADO, Janaína; MORAES, Marieta de (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 4-15.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete Terezinha. **Velhas Benzedeiças**. Mediações, Londrina, v. 17, n. 2, p. 126-140, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n2p126>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NASCIMENTO, Danielle G.; AMARI, Maria I. Novais (org.). **As práticas orais das rezadeiras: um patrimônio imaterial presente na vida dos itabaianenses**. Nau Literária, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22456/1981-4526.43698>. Acesso em: 22 ago. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 22 ago. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 22 ago. 2024.

QUEIROZ, M. S.; CANESQUI, A. M. **Contribuições da Antropologia à Medicina. Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 141-151, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101986000200005>. Acesso em: 22 ago. 2024.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O catolicismo rústico no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 5, p. 103-123, 1968. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANTOS, Maria Ivani Pereira dos. **Práticas de benzeduras: resistência e preservação da cultura popular em Caxias-MA (1980-1990)**. In: Caxias: memórias, histórias e saberes. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 45-62.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STEIL, Carlos Alberto. **Catolicismo e Cultura**. In: VALLA, Victor Vincent (org.). *Religião e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 15-30.

Fontes Orais

BRANDÃO, Teresa Vieira Leal. [Depoimento]. Entrevistadora: Aldair Holanda de Sousa. Oeiras, 6 mar. 2021.

SILVA, Antonia Vieira da. [Depoimento]. Entrevistadora: Aldair Holanda de Sousa. Oeiras, 9 mar. 2021.

CAPÍTULO 12

A grande seca em Oeiras e no Piauí através das páginas do periódico A Imprensa (1877-1880)

João Paulo Marinho da Rocha¹

Jayra Barros Medeiros²

Ada Raquel Teixeira Mourão³

1 Graduado em História – Universidade Estadual do Piauí – UEPSI, especialista em Ensino de História do Brasil e do mundo contemporâneo – UFPI, especialista em História do Brasil – UFPI. Professor da rede estadual de ensino (SEDUC – PI). E-mail: jpaulomarinho93@gmail.com

2 Doutorado e mestrado em História do Brasil pelo PPGHB-UFPI. Professora da rede municipal de ensino (SEMEC-TERESINA). Professora tutora na especialização em História do Brasil (CEAD-UFPI). E-mail: jayradoutorado@gmail.com

3 Doutorado em Psicologia Ambiental, Universidade de Barcelona, Espanha. Docente da Universidade Federal do Piauí- UFPI e do Curso de Especialização em História do Brasil – CEAD – UFPI. e-mail: adamourao@ufpi.edu.br.



Introdução

A história oral tem desempenhado um papel crucial na pesquisa histórica brasileira, proporcionando uma plataforma única para o registro e a preservação das narrativas pessoais e comunitárias que muitas vezes não são capturadas por fontes documentais tradicionais. Esta abordagem metodológica, amplamente reconhecida por sua capacidade de dar voz aos indivíduos e grupos marginalizados, tem contribuído significativamente para uma compreensão mais profunda e inclusiva da história do Brasil.

Inicialmente, a história oral no Brasil enfrentou desafios significativos, refletindo as próprias dinâmicas sociais e políticas do país. A adoção mais difundida desta prática ocorreu de forma gradual, à medida que historiadores e pesquisadores reconheceram sua importância na reconstrução da memória coletiva. A diversidade cultural e étnica do Brasil, marcada pela presença indígena e africana, enriquece ainda mais as possibilidades da história oral, revelando múltiplas perspectivas sobre eventos históricos e processos sociais.

Ao explorar as histórias de vida, testemunhos pessoais e tradições transmitidas oralmente, a história oral não apenas complementa, mas também desafia as narrativas dominantes da história escrita. Ela proporciona uma visão mais ampla e autêntica das experiências individuais e coletivas que moldaram o Brasil, destacando vozes e memórias que, de outra forma, poderiam ter sido silenciadas ou negligenciadas.

relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de câmara umas casas térreas até o próprio Palácio do Governo. [...] Tem uma rua inteira, outra de uma só face e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome (Durão, 1772, apud Mott, 2010, p. 30).

Esse quadro permanecia sem alterações quando, no final da década de 1810, os naturalistas Spix e Martius passaram pela cidade e relataram que a então capital piauiense era uma “povoação insignificante, que consta de ruas irregulares, com casas de barro caiadas de branco” (Spix; Martius apud Araújo, 2008, p. 42). Graças às dificuldades de acesso, às longas distâncias e às carências encontradas em Oeiras, pelo menos desde o governo de Dom João de Amorim Pereira (1791-1803), já havia propostas para mover a capital do Piauí para uma localização que fosse mais acessível.⁴ que o distante sertão piauiense. Fato esse que foi efetivado apenas durante o governo de José Antônio Saraiva (1850-1853), tirando de Oeiras o status de capital e deixando para Teresina esse papel.

Dessa maneira, a cidade que os retirantes de 1877-1879 encontraram era uma urbe despossuída de seu papel secular de capital e, possivelmente, sofrendo com algum grau de abandono governamental. Algo que ficou marcado na mentalidade coletiva da cidade, tanto que, várias décadas mais tarde, o romancista local José Expedito falava do grau de abandono da cidade no período que se seguiu à transferência da capital para Teresina. Em seu romance *Malhadinha*, quando um dos personagens, sendo médico, pensa em reativar o antigo hospital da cidade, percebe que “não havia a menor possibilidade” disso, completando que “o governo provincial [...] estava sem recursos financeiros para manter em funcionamento a velha casa de saúde, tão pouco deles dispunha o município

⁴ Segundo Rodrigues (2007), durante o governo de Dom João de Amorim Pereira (1797 – 1803) se aventou a possibilidade de transferência da capital piauiense para Parnaíba.

decadente” (Rêgo, 1990, p. 52). Por mais que escrito nos anos 1980, esse fragmento denota tanto o sentimento de abandono que os oeirenses interiorizavam, quanto a negligência governamental com a antiga capital do Piauí.

Desse modo, propomo-nos a abordar a temática da seca na cidade de Oeiras-Piauí nos anos de 1877, 1878 e 1879, levando-se em conta que esse fenômeno ocorre com regularidade não só no território piauiense, mas em todo o Nordeste brasileiro, desde muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil, afetando a sociedade, a economia e o cotidiano e provocando fluxos migratórios internos e externos. Além disso, deve-se considerar a pouca produção historiográfica recente sobre a seca no Piauí, tema que, quando reduzido espacialmente para a cidade de Oeiras, possui ainda mais escassez de produções.

Poucas secas deixaram tantas marcas no imaginário coletivo quanto a estiagem de 1877-1879, seja pelos graves efeitos diretos que causou, pelo momento político de um império cada vez mais desarticulado ou até mesmo pela grave crise que se abatia sobre a economia canavieira e algodoeira nordestina – elemento agravante no contexto do final da década de 1870. A seca teria contribuído com os grandes fluxos migratórios que se observaram no interior das províncias mais afetadas e que eventualmente atingiram o Piauí, gerando o que talvez seja a grande marca dessa estiagem e que se perenizou como símbolo da tragédia social que foi: a figura dos flagelados que vagavam pelas estradas do sertão no encalço das comissões de socorros públicos instaladas em alguns pontos do vasto território.

A seca já afetava gravemente as províncias vizinhas há meses, mas só em meados de 1877 a imprensa piauiense começa a noticiá-la, não tanto pela ausência de chuvas e seus efeitos diretos na sociedade

piauiense, mas pelo intenso fluxo de emigrados oriundos de outras províncias do chamado “Norte” do Império. Em junho de 1877, o periódico *A Imprensa* publicava carta de um cidadão não nomeado da vila de Independência, na divisa com a província do Ceará, noticiando a atípica escassez de chuvas nas províncias vizinhas e prevendo os efeitos sobre o Piauí: “de Pajeú de Flores a Ibiapina e Sete Alagoas à Serra da Joanhina, um só brado se faz ouvir – Retiremo-nos para o Piauí – mas estará o Piauí em proporções de acomodar uma emigração superior, talvez, a quatrocentas mil almas?” (AO EXM., 1877, p. 2-3).

Os temores do missivista anônimo da vila de Independência se mostraram justificados a partir do meio daquele mesmo ano de 1877, e, tão logo os flagelados adentraram o Piauí, a cidade de Oeiras começou a sentir os efeitos da grave crise. *A Imprensa* noticia o trágico quadro em Oeiras em agosto de 1877. O jornal traz o panorama em que se encontrava a cidade a partir de uma carta publicada, também sem creditar seu autor, afirmando que havia na cidade de Oeiras e em suas proximidades um número maior que três mil retirantes e que estavam eles “lutando com toda a sorte de dificuldades e privações para chegarem ao termo de sua longa e penosa viagem” (A RESPEITO, 1877, p. 4).

Dessa forma, alguns questionamentos surgem, sobretudo a partir da leitura do periódico teresinense *A Imprensa*, e que procuraremos responder: qual o tipo de abordagem que *A Imprensa* faz da crise? O componente político-partidário se sobressai? Como foi o tratamento dispensado aos retirantes quando adentraram Oeiras em busca de socorro?

Os dados da pesquisa foram coletados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a partir de pesquisas direcionadas por palavras-chave como “Oeiras” e “Seca”. Evitou-se, porém, uma leitura fragmentária dos documentos. A aparição dos termos por si

só não corrobora os resultados deste artigo, mas trouxe indícios dos caminhos que a pesquisa tomaria (BRASIL; NASCIMENTO, 2020). Buscou-se analisar não apenas a recorrência dos termos, mas os contextos em que surgem, confrontando-os com o corpo do texto em que estavam inseridos e com o periódico A Imprensa como um todo, levando em conta a intencionalidade da abordagem da crise inserida no contexto político-social do Piauí imperial.

Quando a seca afeta as elites, os grandes e médios proprietários também encontram o flagelo.

Entendo que você deseja revisar este trecho introdutório mantendo sua estrutura e tom acadêmico. Aqui está a versão revisada:

no ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios (Cardim, 1925, apud Albuquerque Júnior, 1988, p. 16).

A partir desse período de estiagem, outras 31 secas foram registradas pela literatura até o início da seca que é o tema deste artigo⁵. No entanto, segundo Albuquerque Jr. (1988), a seca de 1877-79 não foi mais severa que as anteriores, e ocorreram chuvas “esparças” durante o triênio. Períodos de estiagem graves também sucederam-se a esse evento, como o deflagrado em 1900 que, de acordo com dados, apresentou maior escassez de chuvas do que a estiagem encerrada 21 anos antes.

5 Durval Muniz (1995) aponta a ocorrência de registros de 31 períodos de estiagem catalogados por diferentes fontes ao longo da história do nordeste até a seca de 1877-79.

Quanto à mortalidade, os números são imprecisos, mas Albuquerque Jr. (1988) aponta uma taxa de óbitos de 14,4% da população da província do Ceará — percentual calculado sobre uma população total cearense de pouco mais de 880 mil pessoas em 1877. O dado é espantoso, mas não é muito superior aos registros disponíveis sobre a seca de 1825, que teria causado a morte de 13,9% da população da mesma província. Diante desse fato, Albuquerque Jr. argumenta que parece haver uma superestimação do número de óbitos na “Grande Seca” e que esse não foi o fator determinante para a enorme repercussão da crise, atribuindo-a, antes, aos interesses políticos então em jogo. Dessa forma, o autor contesta o

fato deste ser o fator que notabilizou a seca de 1877, pois outras anteriores, pelas referências que encontramos, tiveram também elevados índices de mortalidade e, no entanto, não despertaram a atenção dos poderes públicos nacional e regional ou mesmo da classe dominante da região (Albuquerque Júnior, 1988, p. 24).

A classe dominante do Nordeste, sobretudo das regiões distantes do litoral e mais afetadas pela seca, é fundamental para compreender a razão pela qual as secas anteriores e posteriores não deixaram marcas tão profundas no imaginário nacional quanto a de 1877-79. O fato é que esse marco foi central para a construção de uma imagem do Nordeste que permanece atual e que molda a percepção nacional sobre a região.

Torna-se necessário, então, compreender a transição de uma visão comum sobre a seca - outrora encarada como um fenômeno natural - para a concepção atual de uma ocorrência repleta de implicações sociais e políticas, que produz o que Albuquerque Jr. chama de “objetos imagético-discursivos”. (1995, p. 111). É crucial, portanto, observar qual especificidade a seca de 1877-79 teve que a

perenizou no imaginário brasileiro, formulando, em primeiro lugar, a ideia que se tem sobre o fenômeno da ausência de chuvas no sertão brasileiro e, em segundo lugar, a própria imagem construída do Nordeste.

O Brasil da década de 1870 estava em profunda transformação. O Nordeste, outrora principal centro econômico do país, sofria um gradativo processo de declínio de sua economia, em contraposição ao Centro-Sul brasileiro, que ganhava importância cada vez maior, muito graças à rentável lavoura cafeeira das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Tratava-se de um processo que já estava em curso há décadas, mas que teve seu ápice durante essa década, agravado pela estiagem iniciada em 1877. Com a perda de relevância de sua economia, o fator político também começou a pesar a favor do Centro-Sul, como Albuquerque Jr. demonstra que

a crise de 1877/79 ocorre quando o Norte passa por uma grave crise econômica, com o declínio dos preços, das exportações do açúcar e do algodão e a evasão da mão-de-obra escrava para as províncias do Sul. As elites de suas províncias sofrem uma progressiva perda do espaço político nacional e enfrentam uma reorganização da divisão de poder entre suas diferentes parcelas, situação que é agravada pelo descontentamento das camadas populares, atingidas pelas mudanças em curso e pela crise econômica e social (1995, p 112).

Os dois fatores, econômico e político, conjugam-se nesse momento. O fator político, por si só, não explica a gravidade da crise, mas sim a resignificação que a seca e os problemas do Nordeste tiveram naquela ocasião. A justificativa econômica é a que melhor responde pelo aparecimento dos milhares de migrantes que se deslocaram para o Piauí, seja de passagem ou para se estabelecer. A economia açucareira, que declinava há décadas, e a algodoeira, que entrou em crise a partir da Guerra de Secessão nos EUA, acabaram

por deixar uma parcela significativa da população nordestina dependente da agricultura de subsistência — sistema notoriamente mais vulnerável às estiagens. Dessa maneira,

a seca, destruindo completamente esse setor, jogará na miséria absoluta grande parte da população, que se vê obrigada a recorrer inicialmente à caridade particular, como era costumeiro, e com o prolongar do flagelo, recorrer à caridade pública, à retirada, à migração para pontos do litoral, onde eram socorridas pelos governos provinciais e nacional, com a distribuição de alimentos (Albuquerque Júnior, 1995, p 113).

Foi dessa forma que a seca de 1877-79 tornou-se um problema ainda maior. Quando a escassez pluviométrica lançou indiretamente milhares de pessoas na miséria, deixando como única alternativa a migração – que, segundo Albuquerque Jr., dirigia-se prioritariamente para o litoral, sem desconsiderar a Amazônia como um polo atrativo para os flagelados que, para lá chegarem, quase obrigatoriamente teriam de atravessar o território piauiense.

Portanto, as secas nordestinas sempre foram encaradas como um problema originado nas províncias vizinhas, nunca no Piauí, que apenas sofria os efeitos da estiagem de maneira isolada – caracterizada menos pela falta de chuvas e mais pelo fluxo migratório que povoava estradas e ocupava cidades e povoados.

Resta, porém, uma questão: por que essa seca teve tanta notoriedade, e nenhuma outra, anterior ou posterior, é tão lembrada? Parte da resposta reside no papel da imprensa diante da crise causada pela estiagem prolongada. Coube a ela sensibilizar a opinião pública nacional e mobilizar o envio de recursos para salvar o Norte dos efeitos da escassez pluvial. Sobre isso, Albuquerque Jr. indica que

o despertar da consciência da elite nortista para a gravidade da situação que vivia é acompanhada de um despertar nacional para a existência do fenômeno da seca do Norte, antes conhecida apenas como “seca do Ceará”, graças à intensa campanha que é desenvolvida pela imprensa local, inicialmente, e nacional, posteriormente, que explora as imagens de miséria, de desespero, morte e dor que estavam ocorrendo nessa área, durante essa estiagem. A imprensa contribui, portanto, para demonstrar à própria elite nortista que a seca era um tema capaz de mobilizar a opinião pública não só das províncias por ela diretamente afetada, como de todo o país (1995, p 117).

Graças a essa mobilização nacional provocada pela imprensa, as províncias afetadas pela seca receberam vultosas quantias de recursos, tendo o governo imperial gasto, até 3 de fevereiro de 1879, o valor de 32:917\$462\$906 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 116).

Essa quantia, contudo, não impediu que os efeitos da seca fossem gravíssimos: a mortalidade foi tão alta quanto a de estiagens anteriores, e os grandes e médios proprietários foram especialmente afetados, muitos dos quais ficaram completamente falidos. O quadro de desestruturação econômica do interior das províncias cronicamente afetadas pela escassez de chuvas tornou também a elite rural vulnerável à estiagem, e esse fator explica por que a seca de 1877-79 notabilizou-se como a pior da história, ainda que suas consequências mais graves – mortalidade elevada e migrações – tenham tido paralelos históricos, tanto antes quanto depois do biênio.

A partir de então, a elite do interior das províncias do Norte passou a ser ouvida nacionalmente ao instrumentalizar a seca, visando retomar um protagonismo perdido pela contínua decadência econômica da região. Dialogando com essa percepção, Albuquerque Jr. explica que “falar da seca fazia com que suas vozes fossem novamente

ouvidas no plano nacional, o que já não vinha acontecendo com grande intensidade. A seca tornou-se assim o ‘problema do Norte’ e ‘a explicação para todos os demais problemas’” (1995, p. 118).

O Piauí e as secas no século XIX: um problema externo

A regularidade das secas no semiárido brasileiro é frequentemente associada a fatores naturais inevitáveis. A imagem da seca, da terra rachada e dos retirantes famélicos está tão arraigada na mentalidade coletiva sobre o Nordeste que se tornou tema de vasta produção cultural. Para além das questões naturais, o fator humano explica a rigidez dos períodos de estiagem: a desorganização econômica, como vimos, é preponderante para entender a gravidade com que as secas afetam a região.

No Piauí, no entanto, há certo consenso de que as questões naturais jamais foram fundamentais para explicar o que ocorria em seu território. Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges, em *Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*, afirmam que “durante a maior parte de seus três séculos de história, a agricultura piauiense não registrou calamidades sociais de monta devido a perdas de produção agrícola” (1987, p. 33). As secas no Piauí foram historicamente tratadas como um problema externo, que afetava o território indiretamente por meio das migrações.

Exemplo disso é o relato de Pereira da Costa que, em 1792, ao escrever sobre uma seca que devastou o Ceará e Pernambuco, afirmou: “contudo, menos terrível no Piauí e no Maranhão, para onde se refugiou toda aquela população [vinda das capitanias do Ceará e Pernambuco], principalmente a indígena, acudindo o Piauí a essa calamidade” (PEREIRA COSTA, 1974 apud DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 34). Crises semelhantes foram registradas em 1825,

1845 e 1860, segundo os mesmos autores, e a seca iniciada em 1877, em sua avaliação, ficou “imerecidamente na história como um flagelo tanto nordestino quanto piauiense”, completando que “uma análise mais acurada da documentação da época revela, entretanto, que, também em 1877, o drama veio de fora” (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 35).

A província do Piauí tinha, em 1877, uma população de cerca de 200 mil habitantes e uma densidade demográfica inferior a 1 habitante por km². O censo de 1872 demonstra a disparidade populacional do Piauí em relação às suas províncias vizinhas: Ceará, Bahia e Pernambuco somavam, na época, quase 3 milhões de habitantes, cabendo ao Piauí aproximadamente 4% da população da região que viria a ser conhecida como Nordeste. Essa população reduzida em relação a outras áreas do Norte brasileiro garantia que o Piauí enfrentasse menos dificuldades para alimentar seus habitantes, uma vez que a agricultura de subsistência sustentava uma população diminuta, e o rebanho bovino era suficiente até para abastecer as províncias vizinhas em períodos de crise. Nesse sentido, Domingos Neto e Borges afirmam que

a população piauiense vivia basicamente da criação de gado; praticava a agricultura de subsistência de forma bastante secundária. O recurso à caça, às frutas, ao mel silvestre e à pesca completava as necessidades alimentares. Havia facilidade para alimentar a população, mas, naturalmente, pouca disponibilidade em alimentos frente ao grande número de adventícios (1987. p. 36).

Dessa forma, as secas pareciam não afetar o Piauí com rigor – muito provavelmente pelo excedente alimentício em comparação à pequena população –, ocorrendo problemas apenas quando as estiagens atingiam as províncias mais populosas a leste e forçavam

a migração. Em 1877, a ausência de chuvas foi relatada em áreas limítrofes entre o Piauí e o Ceará, segundo afirmação do então senador piauiense João Lustosa da Cunha Paranaguá (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 36), sendo o restante da província pouco afetado.

Como evidência, Domingos Neto e Borges afirmam que a produção agrícola no Piauí foi “suficiente para alimentar a população local e ainda remediar a situação das hostes famintas” (1987, p. 39), embora citem que a situação começou a piorar à medida que 1877 se aproximava do fim. O rebanho bovino não sofreu enorme abalo na província como um todo, se comparados os números disponíveis sobre a “produção de bezerros”. Na cidade de Oeiras, por exemplo, houve redução de 4.401 animais entre 1876 e 1879 (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 41), número muito distante dos relatos das províncias vizinhas, que viram seus rebanhos serem quase dizimados.

O Piauí que vivenciou a seca de 1877-79 era muito diferente do território que enfrentaria as calamidades posteriores. As secas de 1900, 1915, 1932 e outras ao longo do século XX afetariam a região de maneiras distintas, com maior ou menor rigor, mas todas encontraram o Piauí mais vulnerável às crises climáticas, sobretudo pela mudança no perfil econômico do estado. A população aumentara, e o predomínio da pecuária foi substituído pela convivência desta com a pequena lavoura, de modo que as estiagens seguintes à de 1877-79 afetaram o Piauí com maior gravidade.

A tendência à migração, contudo, decaiu na medida em que governos estaduais e as oligarquias no comando impuseram esforços para reter a população e evitar o despovoamento rural, como ocorrera na crise de 1877-79. A estratégia adotada foi a implantação de frentes de serviço financiadas pelo governo federal, que colocaram em prática obras públicas usando mão de obra rural que, de outro modo, certamente seria forçada a migrar.

Dessa maneira, as peculiaridades do Piauí tornaram a seca um problema sobretudo local à medida que o século XX avançava, diferentemente das estiagens anteriores, que chegaram ao território piauiense por meio de migrantes – sobretudo cearenses, mas também pernambucanos, baianos e paraibanos – e encontraram o Piauí em estado de relativa autossuficiência alimentar. No entanto, a situação dramática das províncias limítrofes durante a seca de 1877-79 repetiu-se em grande medida no Piauí, graças à ineficiência governamental no auxílio aos flagelados, antagonismo e hostilidade de grupos políticos, violência e corrupção generalizadas.

A seca adentra o Piauí: Oeiras como palco de disputa entre conservadores e liberais

Em 1990, foi publicado pelo escritor oeirense José Expedito Rêgo o romance *Malhadinha*. Nessa obra, situada majoritariamente na área rural, o autor cita a seca de 1877 e afirma que, na fazenda que dá título à obra, havia uma “verdadeira calamidade, embora os paióis estivessem com bastante legumes dos anos anteriores, tiveram que comprar mantimentos em Oeiras e no Maranhão. Morreu muito gado, a fazenda diminuiu de um quarto pelo menos” (RÊGO, 1990, p. 31).

Em outro romance de José Expedito Rêgo, *Vaqueiro e Visconde*, situado entre o fim do século XVIII e meados do século XIX, o autor inclui em sua narrativa um momento de estiagem violenta que trouxe à cidade de Oeiras inúmeros migrantes, afirmando que no Piauí “os invernos foram ruins, mas não se verificou propriamente estiagem. A região sofria, no entanto, com o deslocamento dos retirantes famintos que às vezes se dedicavam à depredação e ao roubo” (RÊGO, 1986, p. 50).

O autor desses fragmentos não é, obviamente, contemporâneo da seca de 1877-79, embora possa ter presenciado outras graves crises do gênero, como a de 1932. No entanto, é importante salientar como se enraizou na mentalidade oeirense a figura dos retirantes, a ponto de esse tema ser incluído em duas obras de José Expedito Rêgo – o que representa metade de sua obra literária. Dessa maneira, é evidente a recorrência desse tema, sempre levando em conta um fator preponderante: a seca não era um problema piauiense em sua origem, mas sim os efeitos dela, no caso, os retirantes.

É esse o teor da abordagem do jornal *A Imprensa*, publicado em Teresina e autointitulado como um jornal político ligado ao Partido Liberal. A primeira citação disponível sobre a grave crise é de meados de agosto de 1877 e deriva de uma carta enviada à redação do jornal por um residente em Oeiras. Nela, dizia-se que “é doloroso ver-se o estado em que aqui chegam, pela maior parte quase nus e famintos!!”, completando que:

estamos por assim dizer, no começo da seca: avaliem, pois, o que está reservado a semelhante gente de setembro em diante. Se o governo não os socorrer com dinheiro bastante, tem de perecer muitos a fome!! Para evitar tamanha desgraça o presidente bem podia mandar abrir um talho nesta cidade: para isto não faltarão bois nas fazendas nacionais. Não é só a pobreza que tem emigrado: diversas famílias abastadas da Parahyba e Ceará o tem feito, e aqui estão O Dr. Lima Bastos, promotor público de Saboeiro, chegou, há poucos dias, com toda a família, que é numerosa (A respeito, 1877, p. 3).

Dois fatores se destacam na leitura desse fragmento. O primeiro é o tom ainda moderado das exigências dirigidas ao governo provincial que, naquela data, estava sob o comando do conservador Graciliano de Paula Batista. O outro fator relevante, que dialoga com a afirmação de Albuquerque Jr. sobre a seca de 1877-79 ter-se notabilizado como

uma das maiores crises já vistas, foi o fato de setores da elite também terem sido afetados. Isso se exemplifica, no caso relatado, pela fuga do promotor público de Saboeiro, cidade cearense, que buscou refúgio em Oeiras para escapar dos efeitos da seca.

Dias depois, em 25 de agosto, outra nota, escrita por um oeirense anônimo, é publicada, afirmando que:

a emigração aqui é excessiva, cada arvore em roda da cidade é uma habitação, e todos os dias chegam familias e familias, cujos aspectos são os mais dolorosos possiveis, pois, além da fome que as devora, a nudez é extraordinária, a ponto de muitas mulheres não poderem apparecer! Ainda não tinha visto quadro tão compungente (Efeitos, 1877, p 4).

A situação agravava-se à medida que os migrantes chegavam à cidade. A nota explica por que Oeiras atraía os fugitivos da seca em tão grande número, afirmando que “com a notícia de que o governo as manda socorrer aqui, estão todos estacionados e não querem mais seguir, sendo certo que algumas ou a maior parte, por ser impossível continuar a viagem” (EFFEITOS, 1877, p. 4). A cidade transformara-se em polo de auxílio aos migrantes – pelo menos nominalmente, já que a eficácia do socorro governamental é questionável, como se pode observar na mesma edição de *A Imprensa*. Ainda sobre Oeiras, o texto afirma que “há nesta cidade cerca de mil pessoas socorridas pela comissão; mas os recursos de que esta dispunha estão consumidos. Ainda não é chegado o arroz e a farinha remetidos pelo presidente” (EFFEITOS, 1877, p. 4).

As críticas ao governo provincial começam a mudar de tom, sendo necessário relembrar que, entre 14 e 25 de agosto, o governo provincial mudou de mãos, passando ao comando do conservador Francisco Bernardino Rodrigues. É digno de nota que, ainda em 25 de

agosto, o periódico informava sobre o promotor de justiça de Saboeiro que, como citado anteriormente, fugira da seca e refugiara-se em Oeiras. Nesse caso, o tom de cobranças ao governo conservador de Francisco Bernardino Rodrigues torna-se mais explícito.

chegou há poucos dias o Dr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, que concluiu o quadriennio de juiz municipal no Saboeiro onde exercia o cargo de promotor público. A falta de viveres para subsistir com sua numerosíssima família, composta de sua senhora, 13 filhos (entre os quaes uma moça inteiramente paralítica e douda) e fâmulos, fê-lo abandonar a terra natal. [...] E este governo não lhe dará uma promotoria perto d'aqui, (pois não tem recursos para poder continuar a jornada) onde existem diversas ocupadas por leigos? (Efeitos, 1877, p 4).

O número seguinte d'*A Imprensa* mantém-se preocupado com o caso do promotor Francisco Rodrigues Lima Bastos, demonstrando o impacto causado pelo fato de a crise atingir um membro da elite. O periódico continua a cobrar que o governo provincial lhe conceda uma promotoria e, desta vez, faz exigências específicas: para o “Dr. Lima Bastos não poderá convir senão a d'aqui ou de lugares próximos a esta cidade: pois não pode ele transportar para longe a sua pesada bagagem” (OEIRAS, 1877, p. 4). Enquanto isso, no mesmo artigo, menciona-se a presença de cinco mil migrantes da seca “por debaixo das árvores dos arredores da cidade”.

Ainda na edição de 31 de agosto, o “correspondente de Oeiras” relata o temor de uma violência generalizada que a crise pudesse desencadear pela “da mão mirrada do indigente”, receando que ela “se arme para roubar e assassinar, quando lha não para dermos encher de pão; por isso a população está sobressaltada e pede segurança” (OEIRAS, 1877, p. 4). No entanto, o quadro de violência, pelo menos até então, não parecia ser perpetrado pelos retirantes, uma vez que a mesma nota complementa citando casos que envolveram o

destacamento de polícia da província. Um desses destacamentos foi flagrado tirando “lenha das cercas, para queimar, a vista dos donos”, invadindo fazendas, matando criações e espancando seus donos” (OEIRAS, 1877, p. 4).

Embora fossem recorrentes os casos de violência policial – sobretudo porque esses agentes, além da atividade policial, serviam como defensores da ordem constituída, do coronelismo e do escravismo –, evidencia-se que a crise social gerada pela seca de 1877-1879 agravou o quadro. Isso porque, além da truculência habitual das forças policiais, surgia agora uma massa de famélicos que ameaçavam a propriedade privada dos latifundiários e as terras do estado, numerosas nessa região do Piauí.

É nesse contexto de choque entre ordem constituída e retirantes que surge a edição d’A *Imprensa* publicada em 14 de setembro, sob o título “Imigrante indigno de socorro”, na qual se narra um episódio envolvendo um dos retirantes na cidade de Oeiras. O ocorrido em si não teve a gravidade dos fatos narrados envolvendo o destacamento de polícia provincial, mas oferece uma percepção das tensões causadas pela crise. Diz a narrativa que:

apareceu um (homem) indigno dos socorros, que lhe foram fornecidos e á sua família composta de 8 pessoas, pela respectiva comissão e pelos caritativos habitantes daquela cidade. Severino José Cavalcante, residente na Várzea da Vaca (Ceará) mameluco, alto, corpulento, muito barbado [...] curto da vista, fingindo-se mesmo cego (mas anda só e cassa pelo mato mesmo a noite), depois de achar-se vestido e bem suprido de viveres por mais de um mês deu para valentão e vivia a provocar desordens. (Imigrante, 1877, p. 4).

É de ressaltar a necessidade da descrição física (“mameluco, alto, corpulento, muito barbado”) para caracterizá-lo como um “valentão”, pois, para os padrões da época, tais características físicas

configuravam o estereótipo de homem violento. Não se pode esquecer que o declínio do sistema escravista no Nordeste não decorreu de uma tomada de consciência coletiva, mas de questões econômicas e que, por essa razão, a sociedade do interior nordestino era tão adepta do preconceito racial quanto qualquer outra no Brasil. Quanto a Severino José Cavalcante, seu destino selou-se quando o juiz de direito de Oeiras o ameaçou com prisão e suspensão do recebimento de mantimentos: “Isto longe de produzir o desejado efeito, fê-lo enfurecer-se [...] declarando que não precisava mais de socorros e que se retiraria, o que de fato fez no dia seguinte, indo, segundo dizem, para o Amarante” (IMIGRANTE, 1877, p. 4).

A seca não cessou com o início de 1878. Em janeiro, *A Imprensa* iniciava sua edição de 17 de janeiro com a seguinte frase: “a situação da província é desesperadora”. O quadro em Oeiras não era menos grave, segundo os relatos do periódico. Na cidade, faziam-se sentir os efeitos da seca, e a quantidade de migrantes era classificada como “espantosa”. A descrição desses fugitivos, trazida por um correspondente na cidade, era aterradora: “verdadeiros esqueletos que se movem cambaleando, sobre dois pés; andam completamente nus. Nunca supus ver tantos horrores e tantas misérias” (A SECCA, 1878, p. 1), afirmava o autor anônimo.

Com o crescente afluxo de retirantes, outros efeitos se fizeram sentir: o desabastecimento, a carestia e a perda do rebanho bovino. “Tudo aqui falta e quando alguma coisa aparece no mercado, vende-se por um preço fabuloso. Os fazendeiros têm perdido todo o gado de suas fazendas; os mais felizes estão reduzidos à metade”, afirmava o mesmo autor, que, assim como os anteriores, não foi identificado.

Para completar a gravidade da situação, a ausência de chuvas, que até então afetava o Piauí de maneira indireta, começava a demonstrar que também castigaria a província diretamente. Na mesma edição d’*A Imprensa* temos o seguinte relato: “ainda não temos tido chuvas

que animem; as poucas que houveram, foram há mais de mês,” completando em seguida que, “as primeiras chuvas serviram de engodo para o povo, que, tomado de terror pelas consequências da seca e persuadido de que começava o inverno, meteu no chão as poucas sementes que possuía e perdeu-as completamente. Hoje, pois, está ele sem sementes para novas plantações e sem saber onde ir buscá-las” (A SECCA, 1878, p. 1).

Nesse momento, o tom moderado das críticas ao governo provincial é substituído por acusações de negligência no tratamento da crise. Naquele momento, governava a província o conservador Raimundo Mendes de Carvalho, e o autor da nota não o poupa: “O nosso governo trata tudo com indiferença. Os recursos que manda são migalhas; despertam a cobiça e o apetite, porém não matam a fome dos nossos concidadãos” (A SECCA, 1878, p. 1). Essas notas, escritas por um cidadão oeilense, não divergem, em essência, do tom adotado pelo próprio jornal, que faz acusações de corrupção contra as comissões de socorro, afirmando que elas,

com honrosas exceções, são sociedades em comandita⁶, constituídas em detrimento dos pobres e necessitados, a que são chamadas a amparar. O dinheiro saído das arcas do tesouro passa transformado em partículas pela boca sempre aberta das vítimas da fome para ir sumir-se nas algibeiras dos comanditários de alto coturno, que recebem sob mil e variados pretextos com o mais revoltante escândalo e imoralidade. [...] Diga-nos S. Exc, se pretende tolerar a continuação de tais abusos, que são tão prejudiciais ao tesouro, como a moralidade de quem os autoriza ou sanciona. Temos o direito de saber o que faz e que pretende fazer o governo para salvar a província do abismo em que está prestes a desaparecer (A secca, 1878, p. 1).

6 O Código Comercial do Império apresentava a comandita como uma sociedade que se formava “quando um ou mais sócios proprietários entravam com todo ou parte do capital, deixando a responsabilidade de administração para outros sócios” (disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000100004).

não passa de um indecente pretexto para ferir-se a presidência e seus auxiliares, porque o órgão *imoderado* sabe perfeitamente o que tem feito a administração em benefício d'esses infelizes, somente consultando agora, com as medidas, que há tomado os interesses do fisco de um modo mais eficaz e decoroso e, ao mesmo tempo, mais proveitoso para os que estão no caso de ser socorridos (Horror, 1878, p. 4).

O “órgão imoderado” é um trocadilho com o periódico do Partido Conservador, que se chamava *Moderador* e seria substituído dias depois por *A Época* como semanário do grupo político aliado do poder. Ambos assumiram o lugar d'*A Imprensa* no papel de denunciante da seca e dos problemas que ela trouxe ao Piauí a partir do primeiro semestre de 1878.

A mudança de tom também é perceptível quando se cita a cidade de Oeiras. As críticas e cobranças são substituídas pela defesa dos atos do governo e por respostas às acusações da oposição – as quais se assemelham bastante às que o próprio jornal realizava até meses antes. Curiosamente, quanto à primeira capital do Piauí, *A Imprensa* não nega os problemas ocorridos na Comissão de Socorros da cidade, mas justifica que esta é composta quase exclusivamente por correligionários dos conservadores (EMIGRAÇÃO, 1878, p. 4).

As narrativas dramáticas sobre o que se passava em Oeiras desaparecem quase por completo, e a orientação seguida parece dialogar, em grande medida, com o relatório do presidente Sancho de Barros Pimentel, publicado por *A Imprensa*. Pimentel chegara à província em meados de abril, nomeado para o cargo máximo da administração provincial por carta imperial. Diz esse relatório que:

o governo geral prestando a maior solicitude a esse aflitivo estado de coisas, tem autorizado seus delegados a socorrer esses nossos infelizes compatriotas que se veem sem lar e sem pão, por efeito dos rigores da natureza. [...] O mal é tão grande e de natureza tal que a única esperança

que se pode ter é de atenuar-lhe os efeitos, na convicção prévia de que, como já vos disse, por maiores que sejam os esforços, os resultados não lhes corresponderão (Secca [...], 1878, p. 1)⁷.

A seca não parece mais ser um problema que exija resolutividade do governo, e a justificativa de Sancho de Barros Pimentel esforça-se por contemporizar a crise, colocando-a em um lugar de inevitabilidade. Publicado com destaque por *A Imprensa*, o relatório classifica a seca como oriunda de questões naturais, complementando que nenhuma ação governamental seria capaz de solucionar totalmente o problema. A alteração política no Brasil – e, por consequência, no Piauí –, ao menos nas páginas desse periódico, justificava uma mudança de tratamento ao fenômeno: se antes não faltavam sugestões, críticas e acusações quanto ao procedimento governamental, agora a crise não tinha mais solução, exceto a natural. Restava, portanto, apenas aguardar o retorno das chuvas, enquanto a situação trágica era progressivamente ignorada nas páginas do semanário.

A seca permaneceu nas páginas d'*A Imprensa* pelos meses seguintes, agora como razão para a defesa política dos atos governamentais do Partido Liberal. Quando Sancho de Barros Pimentel deixou a presidência da província, o periódico publicou elogios da imprensa maranhense aos atos do agora ex-governador em relação à seca. Sobre isso, Barros Pimentel teve sua atuação classificada como preocupada em socorrer as “multidões nuas e famintas [...] de modo que os socorros chegassem a todos e fossem dados com a economia possível para o Estado” (PRESIDENTE, 1879, p. 4).

Oeiras continuou a receber migrantes da seca, mesmo que *A Imprensa* já não demonstrasse o mesmo interesse pelo tema. Os relatos desaparecem do periódico, que se torna quase exclusivamente um diário oficial. Em junho de 1880, *A Imprensa* noticia o fim da seca: “depois de três anos de devastadoras e cruas secas, tivemos

⁷ Este trecho é um fragmento em forma de capítulo do “relatório com que o Exc. Sr. Presidente [...] Sancho Barros Pimentel, abriu, no dia 1º de junho de 1878, a 1ª sessão da 22ª legislatura da assembleia legislativa”.

um sofrível inverno no ano que corre, dando-nos boa cheia nos rios, muita água nos açudes, muito pasto para os bichos, e alguns legumes” (SR. REDATOR, 1880, p. 3).

A seca cessou, mas outras viriam a assombrar o sertão nordestino e piauiense nas décadas seguintes. Os anos de 1900, 1915 e 1932 seriam, como o triênio de 1877-1880, marcantes nessa rotina de estiagens severas e graves consequências sociais. Nenhuma delas, porém, deixaria marcas tão profundas quanto a iniciada em 1877, sendo a própria imagem do retirante nordestino, alquebrado e famélico, forjada a partir das aterrorizantes fotografias de suas vítimas que circularam pelo Brasil naquela época.

As chuvas retomaram sua regularidade, mas apenas anos depois. Outros períodos de estiagem, de gravidade semelhante, assolariam o Piauí e o Nordeste nas décadas seguintes. As oligarquias nordestinas, porém, adaptaram-se às novas condições e tiveram seus apelos parcialmente atendidos. Não voltariam a sofrer os efeitos das secas com a mesma intensidade. As migrações, outrora constantes nesses períodos de crise, diminuiriam progressivamente ao longo do século XX, visando evitar o perigoso despovoamento do campo – que resultaria na perda de mão de obra barata e de eleitores, peças fundamentais nas fraudes eleitorais que sustentaram as oligarquias da Primeira República.

O Piauí manteve-se como destino de migrações, servindo de refúgio para os aflitos. Entretanto, a partir de meados do século XX, nem o Piauí nem outras regiões do Norte do Brasil seriam o principal destino desses fluxos, mas sim o Centro-Sul, que absorveu com relativa facilidade uma mão de obra barata e numerosa. Quem permaneceu no Nordeste, afetado constantemente pela irregularidade das chuvas, manteve-se sob condições precárias de subsistência, tanto em períodos de inverno generoso quanto em épocas de estiagem prolongada.

REFERÊNCIAS

A RESPEITO da secca. A Imprensa, Teresina, ano 12, n. 514, 14 ago. 1877.

A SECCA. A Imprensa, Teresina, ano 13, n. 530, 17 jan. 1878.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

AO EXM. Dr. Graciliano de Paula Baptista. A Imprensa, Teresina, ano 12, n. 508, p. 2-3, 9 jun. 1877.

ARAÚJO, Emanuel. **Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.** 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. **História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 22-43, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100003>.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense.** 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

EFFEITOS da secca. A Imprensa, Teresina, ano 12, n. 515, 25 ago. 1877.

EMIGRAÇÃO em Oeiras. A Imprensa, Teresina, ano 13, n. 538, 13 abr. 1878.

HORROR, horror. A Imprensa, Teresina, ano 13, n. 537, 6 abr. 1878.

IMIGRANTE indigno de socorro. A Imprensa, Teresina, ano 12, n. 517, 14 set. 1877.

JÁ SE MORRE de fome. A Imprensa, Teresina, ano 13, n. 531, 6 fev. 1878.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

OEIRAS. A Imprensa, Teresina, ano 12, n. 516, 31 ago. 1877.

PRESIDENTE do Piauíhy. A Imprensa, Teresina, n. 574, 8 jan. 1879.

RÊGO, José Expedito. **Malhadinha.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

RÊGO, José Expedito. **Vaqueiro e Visconde.** Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Geografia e História do Piauí: estudos regionais.** 4. ed. Teresina: Halley S.A., 2007.

SECCA. **Relatório com que o Exc. Sr. Presidente [...] Sancho Barros Pimentel,** abriu, no dia 1º de junho de 1878, a 1ª sessão da 22ª legislatura da assembleia legislativa. A Imprensa, Teresina, ano 13, n. 547, 15 jun. 1878.

SR. REDATOR de A Imprensa. A Imprensa, Teresina, ano 15, n. 646, 28 jun. 1880.

CAJAZERAS
PI - BRA



CEAD
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ